

ANISTIA
INTERNACIONAL



ANISTIA INTERNACIONAL INFORME 2014/15

O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

ANISTIA INTERNACIONAL

A Anistia Internacional é um movimento global de mais de 7 milhões de pessoas que se mobilizam para criar um mundo em que os direitos humanos sejam desfrutados por todos. Nossa missão é que todas as pessoas tenham acesso aos direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outras normas internacionais pertinentes.

O trabalho da Anistia Internacional é desenvolver pesquisas e campanhas de mobilização para prevenir e pôr fim às violações dos direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos. Desde a liberdade de expressão e de associação até a integridade física e mental, e desde a proteção contra a discriminação até o direito à moradia – esses direitos formam um todo indivisível.

A Anistia Internacional é financiada, sobretudo, por seus membros e por doações privadas. Fundos governamentais não são aceitos para investigar ou para fazer campanhas contra abusos de direitos humanos. Somos independentes de quaisquer governos, ideologias políticas, interesses econômicos ou religiões. A Anistia Internacional é um movimento democrático cujas decisões políticas mais importantes são tomadas por representantes de todas as seções nacionais durante as assembleias do Conselho Internacional, que se reúne a cada dois anos. Acesse o nosso site para mais informações – anistia.org.br.

Publicado originalmente em 2015 por
Amnesty International Ltd
Peter Benenson House
1 Easton Street
Londres WC1X 0DW
Reino Unido
amnesty.org

© Amnesty International 2015
Índice: POL 10/001/2015
Idioma original: Inglês
Tradução: Anistia Internacional
Brasil
ISBN: 978-0-86210-488-7

Este relatório documenta o trabalho e as preocupações da Anistia Internacional no ano de 2014. A ausência de uma seção sobre algum país ou território neste relatório não significa que nesse local não tenham ocorrido violações de direitos humanos que preocupem a Anistia Internacional. Tampouco a extensão de uma determinada seção deve servir de base para que se compare a dimensão e a gravidade das preocupações da Anistia Internacional em algum país.

Anistia Internacional Brasil
Praça São Salvador, 5-Casa,
Laranjeiras, CEP 22.231-170,
Rio de Janeiro - RJ
email: contato@anistia.org.br
anistia.org.br

Gráfica J. Sholna
R. Bonfim, 397 - São Cristóvão
CEP 20930-450
Rio de Janeiro - RJ

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, armazenada em sistema de recuperação ou transmitida, em qualquer formato ou por qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, por fotocópia, gravação ou outros, sem a permissão prévia dos editores. Para solicitar permissão ou para outras informações, contate-nos em: copyright@amnesty.org



**ANISTIA INTERNACIONAL
INFORME 2014/15**

**O ESTADO DOS DIREITOS
HUMANOS NO MUNDO**

ÍNDICE

INFORME ANUAL 2014/15

Abreviaturas VI

Introdução VIII

Parte 1. Panoramas regionais

Panorama regional: África 2

Panorama regional: Américas 12

Panorama regional: Ásia E Oceania 21

Panorama regional: Europa e Ásia Central 31

Panorama regional: Oriente Médio e Norte da África 40

Parte 2. Países

Afeganistão 50

África do Sul 53

Alemanha 58

Angola 60

Arábia Saudita 63

Argentina 67

Bolívia 69

Brasil 72

Canadá 77

Chile 79

China 82

Colômbia 88

Coreia do Norte 94

Cuba 97

Egito 99

El Salvador 104

Equador 106

Espanha 108

Estados Unidos da América 111

França 117

Grécia 120

Haiti 123

Índia 125

Irã 131

Iraque 136

Israel e Territórios Palestinos Ocupados 141

Itália 146

Japão 149

Líbano 151

Líbia 154

México 160

Mianmar 165

Moçambique 169

Nigéria 171

Palestina 177

Paquistão 180

Paraguai 185

Peru 186

Portugal 188

Qatar 190

Reino Unido 192

República Centro-Africana 196

República Democrática do Congo 201

Rússia 205

Síria 211

Sudão do Sul 216

Tailândia 221

Timor-Leste 224

Turquia 226

Ucrânia 230

Uruguai 236

Venezuela 237

ABREVIATURAS

ACNUR, o órgão da ONU para os refugiados
Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AI
Anistia Internacional

CEDAW
Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CEDEAO
Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CERD
Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

CIA
Agência Central de Informações dos EUA

CICV
Comitê Internacional da Cruz Vermelha

Comitê CEDAW
Comitê da ONU para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

Comitê CERD
Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial

Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura
Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Cruéis ou Degradantes

Convenção da ONU contra a Tortura
Convenção da ONU contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes

Convenção da ONU sobre Desaparecimentos Forçados

Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados

Convenção da ONU sobre Refugiados
Convenção relativa ao Status dos Refugiados

Convenção Europeia dos Direitos Humanos
Convenção [Europeia] para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais

EUA
Estados Unidos da América

FPNU
Fundo de População das Nações Unidas

LGBTI
Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais

ONG
Organização Não Governamental

OEAS
Organização dos Estados Americanos

OIT
Organização Internacional do Trabalho

OMS
Organização Mundial da Saúde

ONU
Organização das Nações Unidas

OSCE
Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa

OTAN
Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIDCP

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

PIDESC

Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos Sociais e Culturais

Relator especial da ONU sobre a liberdade de expressão

Relator especial sobre a promoção e a proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão

Relator especial da ONU sobre a tortura

Relator especial da ONU sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes

Relator especial da ONU sobre a violência contra a mulher

Relator especial sobre a violência contra a mulher, suas causas e consequências

Relator especial da ONU sobre povos indígenas

Relator especial sobre a situação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dos povos indígenas

SADC

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

UA

União Africana

UE

União Europeia

UNICEF

Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

"Os confrontos entre as forças governamentais e os grupos armados transformaram Yarmouk, meu bairro em Damasco, num vespeiro. Tudo muito agitado. Yarmouk se transformou em refúgio para as pessoas que escapavam de outros bairros."

"Eu fazia trabalhos de assistência humanitária e atividades de comunicação, mas aqueles homens mascarados não faziam diferença entre trabalhadores humanitários e combatentes dos grupos armados de oposição. Quando cada vez mais amigos começaram a ser presos, resolvi me esconder."

"Decidi que era hora de partir e fiz as malas. Mas pra onde ir? Os refugiados palestinos da Síria não têm permissão de entrar ou sair de nenhum país sem visto."

"Pensei que o Líbano talvez fosse a opção menos difícil, mas ouvi dizer que os refugiados palestinos no Líbano sofrem racismo e são privados de muitos de seus direitos."

Refugiado palestino da Síria, que finalmente conseguiu fugir para a Europa através do Egito, da Turquia e de uma perigosa travessia marítima para a Itália.

Este ano foi especialmente difícil para quem tentou defender os direitos humanos e para quem se viu encurralado em meio ao sofrimento das zonas de guerra. Os governos gostam muito de discursar sobre a importância de proteger a população civil. Mas os políticos de todo o mundo fracassaram vergonhosamente em proteger quem mais necessitava dessa proteção. A Anistia Internacional acredita que essa situação pode e deve mudar de forma definitiva.

O direito internacional humanitário – o conjunto de leis que rege os conflitos armados – não poderia ser mais claro. Os ataques jamais devem visar aos civis. O princípio de distinção entre civis e combatentes é uma garantia fundamental para as pessoas que são atingidas diretamente pelos horrores da guerra.

Ainda assim, os civis acabam sendo as maiores vítimas dos conflitos. No ano que marcou o 20º aniversário do genocídio em Ruanda, os políticos muitas vezes desprezaram as regras que protegem os civis, ou fizeram que não enxergaram as violações dessas regras cometidas por outros e que deixaram tantos mortos.

O Conselho de Segurança da ONU falhou repetidamente em tratar da crise na Síria em anos anteriores, quando inúmeras vidas ainda poderiam ter sido salvas. Essa mesma

inércia marcou 2014. Nos últimos quatro anos, mais de 200 mil pessoas foram mortas, em sua grande maioria civis, principalmente em ataques das forças governamentais. Cerca de 4 milhões de pessoas provenientes da Síria estão agora refugiadas em outros países. Mais de 7,6 milhões estão desalojadas dentro da Síria.

A crise da Síria está intimamente relacionada à de seu vizinho Iraque. O grupo armado autodenominado Estado Islâmico (antes conhecido como ISIS), responsável por crimes de guerra na Síria, tem realizado sequestros, homicídios na forma de execuções e limpeza étnica em grande escala no norte do Iraque. Em paralelo, as milícias xiitas do Iraque têm sequestrado e matado dezenas de civis sunitas, com o apoio tácito do governo iraquiano.

No ataque das forças israelenses a Gaza em julho, mais de 2.000 palestinos perderam a vida. Uma vez mais, a grande maioria dos mortos – pelo menos 1.500 – eram civis. Tal política, como a Anistia Internacional expôs em uma análise detalhada, caracterizou-se por uma indiferença cruel e implicou crimes de guerra. O Hamas também cometeu crimes de guerra ao lançar foguetes contra Israel de modo indiscriminado, matando seis pessoas.

Na Nigéria, o conflito que acontece no norte do país entre as forças do governo e o grupo armado Boko Haram fez manchetes em todo o mundo quando o grupo cometeu mais um de seus inúmeros crimes: o sequestro de 276 meninas de uma escola da cidade de Chibok. Menos noticiados foram os crimes aterrorizantes cometidos pelas forças de segurança nigerianas e por seus colaboradores contra supostos membros ou apoiadores do Boko Haram. Algumas dessas atrocidades foram gravadas em vídeo e reveladas em agosto pela Anistia Internacional. Os corpos das vítimas foram lançados numa vala comum.

Na República Centro-Africana, mais de 5.000 pessoas morreram em consequência da violência sectária, apesar da presença de forças internacionais. As torturas, os

estupros e os assassinatos em massa que ali se cometeram pouco destaque ganharam na imprensa mundial. Outra vez mais, a grande maioria dos mortos era de civis.

E no Sudão do Sul, o mais novo Estado do mundo, dezenas de milhares de civis foram mortos e dois milhões tiveram que fugir de suas casas em consequência do conflito armado entre o governo e as forças de oposição. Crimes de guerra e crimes contra a humanidade foram cometidos por ambos os lados.

A lista que fizemos acima, como mostra de forma clara este mais recente informe anual sobre o estado dos direitos humanos em 160 países, é apenas a ponta do iceberg. Há quem diga que nada pode ser feito, que o peso das guerras sempre recai sobre a população civil e que nada disso vai mudar.

Enganam-se. É fundamental que as violações cometidas contra os civis sejam confrontadas e que os responsáveis sejam levados à Justiça. Há uma medida óbvia e prática à espera de ser tomada e que foi saudada pela Anistia Internacional. Trata-se da proposta atualmente apoiada por cerca de 40 governos de que o Conselho de Segurança da ONU adote um código de conduta segundo o qual seus integrantes se abstenham voluntariamente de usar o veto de modo que impeça o Conselho de agir em situações de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

Seria um primeiro passo importante que pode salvar muitas vidas.

O problema, porém, não se resume à incapacidade de evitar que se cometam atrocidades em grande escala. Ajuda direta também foi negada aos milhões de pessoas que tiveram de fugir da violência que tomou de assalto seus vilarejos e suas cidades.

Foram justamente aqueles governos que mais se arvoraram em denunciar as falhas dos outros os que se mostraram mais reticentes em tomar a iniciativa de prover a ajuda vital que esses refugiados requerem – tanto em termos de assistência econômica quanto de reassentamento. Menos de 2% dos

refugiados da Síria haviam sido reassentados até o fim de 2014, número que deve ao menos triplicar em 2015.

Enquanto isso, muitos refugiados e migrantes estão perdendo a vida no Mar Mediterrâneo, tentando desesperadamente chegar ao litoral europeu. A falta de apoio de alguns Estados membros da União Europeia às operações de busca e salvamento tem contribuído para o alarmante número de mortes.

Uma medida que poderia ser tomada para proteger a população civil durante os conflitos seria uma maior restrição ao uso de armas explosivas em zonas povoadas. Isso teria salvado muitas vidas na Ucrânia, onde tanto os separatistas com apoio russo (em que pesem as negações pouco convincentes de Moscou sobre seu envolvimento) quanto as forças favoráveis a Kiev lançaram ataques contra bairros civis.

A importância das regras de proteção aos civis está em garantir que, caso essas regras sejam violadas, isso se traduza concretamente em prestação de contas e justiça. Por esta razão, a Anistia Internacional considera positiva a decisão do Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra de iniciar uma investigação internacional sobre as denúncias de violações e abusos dos direitos humanos cometidas no conflito do Sri Lanka, onde, em 2009, nos últimos meses das hostilidades, foram mortos dezenas de milhares de civis. A Anistia Internacional empreendeu uma campanha de cinco anos para que essa investigação se realizasse. Sem prestação de contas por fatos como esses, não podemos avançar.

Há outras áreas dos direitos humanos que precisam melhorar. No México, os 43 estudantes submetidos a desaparecimento forçado em setembro se somaram tragicamente às mais de 22.000 pessoas no país que estão desaparecidas ou cujo paradeiro é incerto, desde 2006. Acredita-se que a maioria tenha sido sequestrada por gangues criminosas, mas há informações de que muitas foram submetidas a

desaparecimentos forçados pela polícia e pelo exército, que às vezes agiram em conluio com essas gangues. As poucas vítimas cujos restos mortais foram encontrados apresentavam sinais de tortura e outros maus-tratos. As autoridades federais e estaduais não investigaram esses crimes a fim de estabelecer a possível participação de agentes do Estado e garantir recursos judiciais efetivos às vítimas e suas famílias. O governo não só negligenciou a situação, como tentou acobertar a crise de direitos humanos, num contexto de crescente impunidade, corrupção e militarização.

Em 2014, os governos de muitas partes do mundo continuaram reprimindo as ONGs e a sociedade civil – o que não deixa de ser um perverso tributo à sua importância. Numa linguagem que ecoa a Guerra Fria, a Rússia aumentou seu poder repressor com a sinistra “lei dos agentes estrangeiros”. No Egito, as ONGs foram submetidas a severa repressão, com o uso da Lei de Associações da era Mubarak para transmitir a dura mensagem de que o governo não vai tolerar qualquer dissidência. Importantes organizações de direitos humanos tiveram que se retirar da Revisão Periódica Universal conduzida no Conselho de Direitos Humanos da ONU para avaliar a situação do Egito por temerem sofrer represálias.

Como em diversas ocasiões anteriores, os manifestantes mostraram sua coragem mesmo diante das ameaças e da violência contra eles. Em Hong Kong, dezenas de milhares desafiaram as ameaças oficiais e enfrentaram a força excessiva e arbitrária da polícia, num movimento que ficou conhecido como a “revolução dos guarda-chuvas”, exercendo seus direitos básicos à liberdade de expressão e de reunião.

As organizações de direitos humanos são muitas vezes acusadas de serem muito ambiciosas em seus sonhos de mudança. Mas devemos lembrar que coisas extraordinárias podem ser alcançadas. No dia 24 de dezembro, o Tratado de Comércio de Armas entrou em vigor depois de ter

ultrapassado, três meses antes, o patamar de 50 ratificações.

A Anistia Internacional e outras organizações fizeram campanha em favor desse tratado durante 20 anos. Muitas vezes ouvimos que um tratado assim era inalcançável. O tratado agora existe e vai proibir a venda de armas a quem possa usá-las para cometer atrocidades. Por isso, pode desempenhar um papel crucial nos próximos anos, quando sua aplicação será fundamental.

Em 2014, completaram-se 30 anos da adoção da Convenção da ONU contra a Tortura – outra convenção em favor da qual a Anistia Internacional fez campanha durante muitos anos, e um dos motivos pelos quais a organização recebeu o prêmio Nobel da Paz em 1977.

Se, por um lado, este aniversário foi um uma ocasião para celebrar, foi também um momento de enfatizar que a tortura continua sendo extensamente praticada em todo o mundo, razão pela qual a Anistia Internacional lançou neste ano sua campanha global Chega de Tortura.

Essa mensagem contra a tortura ganhou especial ressonância após a publicação, em dezembro, de um relatório do Senado dos Estados Unidos mostrando que, nos anos que se seguiram aos atentados de 11 de setembro de 2001, houve uma disposição de justificar a tortura. É revelador que algumas das pessoas responsáveis pelos atos criminosos de tortura parecessem acreditar que não tinham nada do que se envergonhar.

Desde Washington até Damasco e desde Abuja até Colombo, os governantes têm justificado violações atrozes dos direitos humanos argumentando a necessidade de manter seus países “seguros”. Na verdade, o que acontece é o contrário. Tais violações são um dos principais motivos por que vivemos hoje num mundo tão perigoso. Sem direitos humanos não pode haver segurança.

Já constatamos mais de uma vez que, mesmo naquelas épocas que parecem mais sombrias para os direitos humanos,

e principalmente talvez nessas épocas, é possível produzir mudanças extraordinárias.

Devemos esperar que, quando olharmos do futuro para 2014, possamos enxergar o que vivemos nesse ano como um nadir - o ponto mais baixo a que se chega - de onde pudemos nos erguer e criar um futuro melhor.

Salil Shetty, secretário-geral

The background of the cover is a solid light gray. Overlaid on this are several large, white, abstract geometric shapes. These shapes are composed of straight lines and right angles, creating a sense of depth and movement. Some shapes resemble stylized letters or architectural elements, but they are not clearly defined as such. They are positioned primarily on the right side of the cover, with some extending towards the center.

ANISTIA INTERNACIONAL
INFORME 2014/15
PANORAMAS REGIONAIS

PANORAMA REGIONAL: ÁFRICA

Enquanto a África relembra o 20º aniversário do genocídio de Ruanda, conflitos violentos continuaram ocorrendo de forma persistente em grande parte do continente durante todo o ano de 2014, desdobrando-se ou sofrendo uma forte escalada, de modo particularmente sangrento na República Centro-Africana, no Sudão do Sul e na Nigéria, e seguindo sem solução na República Democrática do Congo, no Sudão e na Somália.

Esses conflitos foram acompanhados de persistentes e flagrantes violações do direito internacional humanitário e dos direitos humanos. Os conflitos armados geram os piores crimes que se possa imaginar, além de injustiça e repressão. A marginalização, a discriminação e a negação constante de outras liberdades fundamentais e dos direitos socioeconômicos básicos, por sua vez, têm criado terreno fértil para novos conflitos e instabilidade.

Em muitos aspectos, a África continuou a ser vista como uma região em crescimento. O contexto e o cenário de desenvolvimento estão mudando em muitos países. Ao longo de 2014, uma rápida mudança social, ambiental e econômica continuou a varrer todo o continente. O crescimento acelerado da população e o rápido crescimento econômico e da urbanização se combinam para alterar a vida das pessoas e os meios de subsistência num ritmo expressivo. Muitos Estados africanos fizeram progressos notáveis no sentido de atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) das Nações Unidas, apesar dos enormes desafios. O Relatório de 2014 dos ODM da África revela que oito dos 10 melhores desempenhos do mundo, no que se refere à aceleração rápida em direção aos objetivos, estão na África.

No entanto, muitos indicadores trouxeram lembranças amargas de que o rápido crescimento econômico não conseguiu melhorar as condições de vida de muitas pessoas. Enquanto a taxa de pobreza global na África caiu na última década, o número total de africanos que vivem abaixo da linha da pobreza (1,25 dólares por dia) aumentou. Duas das nações assoladas por conflitos, Nigéria (25,89%) e República Democrática do Congo (13,6%), são responsáveis por quase 40% dos pobres do continente. A África tem uma das taxas mais elevadas de desemprego de jovens no planeta, e continua a ser a segunda região mais desigual do mundo, depois da América Latina. Todos estes dados apontam para o elo entre os conflitos e essa fragilidade, por um lado, e para a negação de direitos socioeconômicos básicos, a exclusão social, a desigualdade e o aumento da pobreza, por outro.

Os impactos da repressão e a persistente rejeição de direitos humanos fundamentais contribuíram para que a instabilidade e os conflitos violentos continuassem intensos em 2014, conforme demonstrado em Burkina Faso, na República Centro-Africana, no Sudão do Sul e no Sudão. A tendência de repressão e redução do espaço político continuou em muitos países africanos durante o ano. Em vários deles, as forças de segurança responderam às manifestações e protestos pacíficos com força excessiva. Em muitos lugares, as liberdades de expressão, de associação e de reunião pacífica continuaram a ser drasticamente restringidas. A tendência era visível não apenas em países administrados por governos autoritários, mas também naqueles que são menos autoritários, que estão em plena transição política ou se preparando para fazê-la.

Muitos países africanos, como Quênia, Somália, Nigéria, Mali e os países da região do Sahel, enfrentaram grandes problemas de segurança em 2014, como resultado direto do aumento da violência por parte de grupos armados radicais, como o Al-Shabab e o Boko Haram. Dezenas de milhares de civis

perderam a vida, centenas de pessoas foram sequestradas e inúmeras outras continuaram a viver em estado de medo e insegurança. A resposta de muitos governos tem sido igualmente brutal e indiscriminada, levando a prisões em massa, detenções arbitrárias e execuções extrajudiciais. O ano terminou com o Quênia promulgando uma legislação sobre Leis de Segurança (Emenda), de 2014, que alterou 22 disposições legais e que tem profundas implicações para os direitos humanos.

Outro elemento comum em situações de conflito em toda a região da África tem sido a impunidade por crimes contra o direito internacional, cometidos pelas forças de segurança e por grupos armados. O ano de 2014 não só assistiu à continuidade inabalável de um ciclo de impunidade, em países como a República Centro-Africana, a República Democrática do Congo, a Nigéria, a Somália, o Sudão do Sul e o Sudão, mas também foi marcado por um retrocesso político grave que atingiu o Tribunal Penal Internacional (TPI). Houve também um ímpeto político sem precedentes na África para defender a imunidade de chefes de Estado e autoridades por crimes contra a humanidade e outros crimes internacionais. Isso culminou em uma emenda retrógrada ao Protocolo sobre o Estatuto do Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos, concedendo imunidade a chefes de Estados ou outros altos funcionários perante o Tribunal.

2014 marcou o 10º aniversário da criação do Conselho de Paz e Segurança da UA (CPS), "órgão permanente de tomada de decisão para a prevenção, gestão e resolução de conflitos" da UA na África. A UA e seu CPS deram alguns passos notáveis em resposta aos conflitos emergentes no continente, inclusive a implantação da Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana (MIARCA), a criação de uma Comissão de Inquérito sobre o Sudão do Sul, a nomeação da Enviada Especial para as Mulheres, a Paz e a Segurança, e várias

declarações políticas condenando a violência e os ataques a civis. Mas, em muitos casos, esses esforços foram poucos e vieram tarde demais, mostrando os desafios à capacidade da UA de responder aos conflitos. Em alguns casos, foi denunciada a cumplicidade de membros das missões de paz da UA em graves violações dos direitos humanos, como ocorreu com a MIARCA e, especificamente, com o seu contingente no Chade, que se retirou da missão na República Centro-Africana depois das denúncias.

No entanto, a incapacidade para enfrentar os desafios dos conflitos na África vai além do nível da UA. Na República Centro-Africana, por exemplo, a ONU procrastinou antes de finalmente enviar uma força de paz que, apesar de salvar muitas vidas, não teve acesso a todos os recursos necessários para conter a onda contínua de violações e abusos dos direitos humanos. Em outros momentos, houve silêncio. Por exemplo, o Conselho de Direitos Humanos da ONU não conseguiu responder de forma eficaz aos conflitos no Sudão, apesar da necessidade crítica de monitoramento, informação e prestação de contas independente acerca dos direitos humanos. Em Darfur, uma revisão das investigações sobre a Missão da ONU em Darfur (UNAMID) foi anunciada pelo secretário-geral das Nações Unidas em julho, em resposta a alegações de que o pessoal da UNAMID havia encoberto abusos dos direitos humanos.

As soluções para os crescentes desafios apresentados pelos conflitos na África exigem uma mudança urgente e fundamental na vontade política entre os líderes africanos, bem como esforços concertados em nível nacional, regional e internacional para acabar com o ciclo de impunidade e abordar as causas subjacentes da insegurança e dos conflitos. Caso contrário, a perspectiva da região de "silenciar as armas até 2020" continuará a ser um sonho enganoso e inatingível.

CONFLITO – CUSTOS E VULNERABILIDADE

Os conflitos e a insegurança arruinaram a vida de inúmeras pessoas na África, e – com diferentes graus de intensidade – afetaram quase todos os países. Esses conflitos foram caracterizados por abusos persistentes e atrocidades cometidos tanto pelas forças governamentais quanto pelos grupos armados.

A República Centro-Africana foi assolada por um ciclo de violência sectária e por atrocidades em massa, como assassinatos, tortura, estupro, mutilação de corpos, sequestros, deslocamentos forçados e recrutamento e uso de crianças soldados. Apesar de um cessar-fogo assinado em julho e do envio de uma missão de paz da ONU em setembro, os últimos meses de 2014 foram marcados por uma onda crescente de ataques em regiões centrais do país. Os civis foram submetidos a uma série de abusos dos direitos humanos durante o recrudescimento dos confrontos entre diferentes grupos armados. A violência revigorada abalou a capital, Bangui, em outubro. Todos os lados – Séléka, milícias antibalaka e membros armados do grupo étnico peul – de forma sistemática e impune atacaram alvos civis. A implantação da Missão Integrada das Nações Unidas de Estabilização Multidimensional (MINUEM), em setembro, aumentou as esperanças de mudança – ainda que, passado apenas um mês, tivesse sido registrado um aumento significativo da violência em todo o país. Isto demonstrou a nítida necessidade de reforçar a capacidade e a reatividade das forças internacionais em solo africano.

No vizinho Sudão do Sul, dezenas de milhares de pessoas – muitas delas civis – foram mortas, e 1,8 milhão foram obrigadas a deixar suas casas durante o conflito que eclodiu em dezembro de 2013. O governo e as forças de oposição demonstraram um total desrespeito pelo direito internacional humanitário e pelos direitos humanos, cometendo crimes de guerra e crimes contra

a humanidade. Todas as partes envolvidas no confronto atacaram e mataram civis com base na etnia, inclusive os que procuravam segurança nos locais de culto e nos hospitais. A violência sexual foi generalizada, assim como o saque desenfreado e a destruição de propriedades. Apesar da dimensão dos abusos – e apesar do fato de que milhões de pessoas corriam risco de sofrer com a fome e as doenças – ambos os lados ignoraram várias ofertas de cessar-fogo. O ano terminou sem sinais significativos de combate à impunidade, inclusive sem a publicação das conclusões da Comissão de Inquérito da UA sobre o Sudão do Sul, que permaneceram desconhecidas.

Depois de uma campanha de intensificação da violência por parte do grupo armado islâmico Boko Haram em 2013, o conflito armado no nordeste da Nigéria cresceu em abrangência e número de baixas, mostrando de forma categórica as ameaças à estabilidade do país mais populoso da África e à paz e à segurança regionais. O conflito se intensificou em pequenas cidades e aldeias em 2014, com mais de 4.000 civis mortos desde 2009. O sequestro, em abril, de 276 estudantes pelo Boko Haram foi um caso emblemático da campanha de terror do grupo contra civis, que continuou inabalável. Por outro lado, as comunidades já aterrorizadas durante anos pelo Boko Haram se tornaram cada vez mais vulneráveis às violações por parte das forças de segurança do Estado, que geralmente responderam com ataques violentos e indiscriminados, além de prisões arbitrárias em massa, espancamentos e tortura. As macabras gravações em vídeo, as imagens e os relatos de testemunhas colhidos pela Anistia Internacional forneceram provas recentes da provável ocorrência de crimes de guerra, de crimes contra a humanidade e de outras graves violações e abusos de direitos humanos cometidos por todas as partes.

A tortura e outros maus-tratos foram rotineiros e sistematicamente praticados pelos serviços de segurança da Nigéria em todo o país, inclusive no contexto do conflito

no Nordeste. Autoridades de segurança raramente foram responsabilizadas. O padrão de prisões arbitrárias em massa e detenções realizadas pelos militares no nordeste do país teve uma visível escalada após a declaração do estado de emergência, em maio de 2013, e continuou havendo relatos da ocorrência de execuções extrajudiciais por parte dos militares e da polícia no final do ano.

Enquanto isso, não havia nenhuma solução aparente à vista para os prolongados conflitos regionais.

Os confrontos no Sudão, em Darfur, no Cordofão do Sul e no Nilo Azul, continuaram na mesma intensidade e se espalharam para o Cordofão do Norte. Violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário foram cometidas por todos os lados do conflito. Em Darfur, abusos e violência entre as comunidades em confronto, e os ataques generalizados das milícias aliadas ao governo e de grupos armados de oposição provocaram um aumento significativo no deslocamento e nas mortes de civis.

Uma eclosão de violência por parte de grupos armados no leste da República Democrática do Congo, no contexto da Operação Sokola 1, custou milhares de vidas e forçou mais de um milhão de pessoas a fugir de suas casas. O aumento da violência também foi marcado por assassinatos e estupros em massa, tanto por parte das forças de segurança do governo quanto dos grupos armados.

Nas regiões sul e central da Somália, mais de 100.000 civis foram mortos, feridos ou deslocados no conflito armado entre as forças pró-governo, a Missão da União Africana na Somália (AMISOM) e o grupo armado islâmico Al Shabaab. Todas as partes envolvidas no confronto violaram os direitos humanos e o direito internacional humanitário. Os grupos armados recrutaram pessoas à força, inclusive crianças, e sequestraram, torturaram e mataram ilegalmente várias outras. Estupro e outras formas de violência sexual se tornaram

práticas generalizadas. A situação humanitária se deteriorou rapidamente devido ao conflito, à seca e ao reduzido acesso à ajuda humanitária. Mais de um milhão de pessoas estavam em crise humanitária e outros 2,1 milhões tinham necessidade de assistência no final de 2014.

Sinais de alerta de futuros conflitos também eram visíveis. A região do Sahel permaneceu especialmente volátil, devido aos efeitos combinados da insegurança política, do crescimento dos grupos radicais armados e do crime organizado, da pobreza extrema, bem como da exclusão social. Isso ficou evidente no caso do Mali, onde o conflito armado interno deixou o país em estado de insegurança constante – particularmente no Norte, onde algumas áreas continuaram fora do controle das autoridades. Apesar de um acordo de paz assinado entre o governo e os grupos armados, em 2013, esses grupos cometeram diversos tipos de abusos, inclusive sequestros e assassinatos, e as eclosões de violência persistiram em 2014, a despeito das discussões de paz entre o governo e os grupos armados terem continuado.

A violência e a insegurança se intensificaram devido a uma onda de atos de terrorismo – na Somália, no Quênia, na Nigéria e em toda a região do Sahel –, que muitas vezes eram respondidas pelo governo por meio de graves violações dos direitos humanos. Abusos cometidos por grupos armados incluíram homicídios ilegais, sequestros, tortura e ataques indiscriminados. Na Somália, as facções Al Shabaab torturaram e mataram ilegalmente pessoas acusadas de espionagem ou de não se comportarem de acordo com sua interpretação estrita da lei islâmica. Essas facções mataram pessoas em público – inclusive por apedrejamento – e realizaram amputações e flagelações. Assim como em Camarões, grupos islâmicos nigerianos, inclusive o Boko Haram, mataram civis, fizeram reféns, realizaram sequestros e atacaram defensores dos direitos humanos.

DIMINUIÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO E NEGAÇÃO PERSISTENTE DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Uma tendência de repressão e de redução do espaço político continuou durante o ano em muitos países da África.

Na Eritreia, não há partidos políticos de oposição, meios de comunicação independentes ou organizações da sociedade civil autorizados a operar, e milhares de prisioneiros de consciência e presos políticos continuaram a ser mantidos arbitrariamente em detenção. Na Etiópia, verificou-se uma renovada disposição de perseguir a imprensa independente, inclusive blogueiros e jornalistas, de realizar prisões de membros do partido da oposição e de manifestantes pacíficos. O espaço para críticas à política do governo em relação aos direitos humanos por parte da sociedade civil praticamente desapareceu em Ruanda. Em Burundi, vozes críticas, como as dos membros da oposição, dos ativistas da sociedade civil, dos advogados e dos jornalistas foram cada vez mais reprimidas conforme se aproximam as eleições de 2015. A liberdade de reunião e de associação foi restringida, com reuniões e passeatas sendo regularmente proibidas.

Na Gâmbia, o presidente Yahya Jammeh comemorou seu 20º aniversário no poder – duas décadas caracterizadas por grande intolerância em relação às divergências, fazendo com que jornalistas, opositores políticos e defensores dos direitos humanos continuem a ser intimidados e torturados. O ano terminou com uma tentativa de golpe, na noite de 30 de dezembro, levando a dezenas de detenções e à repressão generalizada dos meios de comunicação. Em Burkina Faso, um governo de transição foi instalado em novembro para conduzir o país a eleições legislativas e presidenciais em 2015. Isso ocorreu após a destituição do ex-presidente Blaise Compaoré, depois de protestos populares contra um projeto de lei para modificar a Constituição.

As forças de segurança responderam às manifestações e aos protestos com força

excessiva em Angola, Burkina Faso, Chade, Guiné, Senegal e Togo, entre outros países. Na maioria dos casos, as autoridades não investigaram o uso excessivo da força e ninguém foi responsabilizado.

Em muitos países, jornalistas, defensores dos direitos humanos e opositores políticos enfrentaram o mesmo tipo de ameaças generalizadas, prisões e detenções arbitrárias, espancamentos, tortura, desaparecimentos forçados e até a morte nas mãos de agentes do governo ou de grupos armados. Repressões ou restrições aos direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica ocorreram em Angola, Burkina Faso, Camarões, Chade, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Mauritânia, Ruanda, Somália, Suazilândia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

Em Angola, Burundi e Gâmbia novas legislações e outras formas de regulamentação restringiram ainda mais o trabalho dos meios de comunicação e da sociedade civil.

No Sudão, as liberdades de expressão, de associação e de reunião pacífica continuaram a ser rigorosamente restringidas, apesar dos compromissos expressos do governo no sentido de iniciar um diálogo nacional para alcançar a paz no país e proteger os direitos constitucionais. O governo continuou a usar o Serviço de Inteligência e Segurança Nacional e outras forças de segurança para deter arbitrariamente supostos adversários do governante Partido do Congresso Nacional, para censurar a imprensa e pôr fim a fóruns e protestos públicos.

O Serviço de Segurança Nacional do Sudão do Sul apreendeu e fechou jornais, e perseguiu, intimidou e deteve ilegalmente jornalistas, em uma repressão que restringiu a liberdade de expressão e cerceou o debate público sobre como acabar com o conflito armado. Um projeto de lei sobre o Serviço de Segurança Nacional, que concede amplos poderes a esse órgão, inclusive de prisão e detenção, sem disposições legais adequadas para a supervisão independente

ou para garantir salvaguardas contra abusos, foi aprovado pelo Parlamento e aguardava sanção presidencial.

IMPUNIDADE – INCAPACIDADE DE GARANTIR JUSTIÇA

A impunidade foi um denominador comum nos conflitos armados da África, em que os suspeitos de responsabilidade penal por crimes contra o direito internacional raramente eram responsabilizados.

Na República Centro-Africana, houve algumas prisões de combatentes subalternos de grupos armados, enquanto que o procurador do TPI anunciou a abertura de uma nova investigação preliminar sobre a violência. Tais sinais de esperança foram, contudo, a exceção – a impunidade continuou a alimentar o conflito na República Centro-Africana. Quase todos os líderes de grupos armados suspeitos de crimes contra o direito internacional cometidos no país permaneciam em liberdade até o final do ano.

Na República Democrática do Congo, os esforços para garantir a responsabilização por crimes contra o direito internacional cometidos pelo Exército e pelos grupos armados congolese alcançaram alguns resultados visíveis. O julgamento, perante um tribunal militar, de soldados congolese pelo estupro em massa de mais de 130 mulheres e meninas, bem como assassinato e roubos em Minova, resultou em apenas duas condenações por estupro entre os 39 soldados que estavam em julgamento. Outros acusados foram condenados por homicídio, saques e crimes militares.

A incapacidade de garantir a responsabilização era um problema sistêmico também fora das zonas de conflito, levando os autores de violações dos direitos humanos a agir de forma totalmente livre. A tortura e outros maus-tratos persistiram em países como Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Mauritânia, Nigéria e Togo, principalmente pela incapacidade de assegurar a prestação de contas por estes crimes.

Os esforços para garantir a responsabilização por crimes internacionais, inclusive crimes contra a humanidade, cometidos durante a violência pós-eleitoral de 2007/2008 no Quênia, continuaram insuficientes. No Tribunal Penal Internacional (TPI), o julgamento do vice-presidente Samoei Ruto e de Joshua Arap Sang prosseguiu, embora prejudicado por denúncias de intimidação de testemunhas e suborno. As acusações contra o presidente Uhuru Kenyatta foram retiradas após a rejeição de uma petição de não cooperação por parte do governo do Quênia apresentada pelo procurador do TPI. Em nível nacional, não houve progresso no sentido de garantir a responsabilização por violações graves dos direitos humanos cometidas durante a violência pós-eleitoral.

Por outro lado, em 2014, o TPI confirmou o veredicto e a sentença no caso Thomas Lubanga Dyilo – ele havia sido considerado culpado em 2012 dos crimes de guerra de alistar e recrutar crianças menores de 15 anos de idade e usá-las para atuar ativamente nas hostilidades na República Democrática do Congo. Além disso, Germain Katanga, comandante da Força de Resistência Patriótica em Ituri, foi considerado culpado de crimes contra a humanidade e crimes de guerra e condenado a um total de 12 anos de prisão. As acusações contra Bosco Ntaganda por crimes contra a humanidade e crimes de guerra, inclusive crimes de violência sexual, supostamente cometidos em 2002-2003, em Ituri, na República Democrática do Congo, foram confirmadas pelo TPI. O julgamento está marcado para junho de 2015. As acusações contra o ex-presidente da Costa do Marfim, Laurent Gbagbo, acusado de crimes contra a humanidade, foram confirmadas pelo TPI em junho. O julgamento está marcado para julho de 2015.

Entre as tentativas nacionais recentes de luta contra a impunidade por crimes de direito internacional estava o lançamento de um inquérito no Mali sobre casos de desaparecimento forçado. O ex-presidente

do Chade, Hissène Habré, permaneceu sob custódia no Senegal, aguardando julgamento perante as Câmaras Extraordinárias Africanas, criadas pela UA, após sua prisão em 2013 por acusações de crimes contra a humanidade e crimes de guerra cometidos no Chade entre 1982 e 1990.

Em março, a Costa do Marfim entregou Charles Blé Goudé ao TPI. Ele é acusado de crimes contra a humanidade cometidos durante a violência pós-eleitoral em 2010. Em dezembro, a Câmara de Pré-Julgamento do TPI confirmou quatro acusações de crimes contra a humanidade e comprometeu-se a julgá-lo perante uma câmara de primeira instância. Em dezembro, a Câmara de Pré-Julgamento rejeitou a contestação apresentada pela Costa do Marfim sobre a admissibilidade do processo contra Simone Gbagbo, que é suspeito da prática de crimes contra a humanidade.

Para trazer certo alento, uma decisão histórica sobre a jurisdição universal foi aprovada em outubro pelo Tribunal Constitucional da África do Sul (TCAS), no caso da Comissão Nacional do Serviço de Polícia Sul-Africano contra o Centro de Recursos Judiciais sobre Direitos Humanos da África Austral, entre outros. Nesse julgamento, o TCAS decidiu que as denúncias de tortura cometidas no Zimbábue por e contra cidadãos zimbabuianos devem ser investigadas pelo Serviço de Polícia Sul-Africano com base no princípio da jurisdição universal.

No entanto, no cenário internacional e regional, houve um retrocesso grave com relação a avanços anteriores em matéria de justiça internacional na África. Embora o Estatuto de Roma do TPI tenha sido assinado por 34 Estados-partes da África – mais do que em qualquer outra região – uma manobra baseada em conveniências políticas realizada em 2014 minou o progresso arrojado que a África vinha realizando no sentido de garantir a prestação de contas. O Quênia propôs cinco alterações ao Estatuto de Roma, inclusive uma mudança no artigo

27 para impedir o TPI de processar chefes de Estado e de governo em exercício.

Em maio, os ministros da UA que examinavam as emendas ao Protocolo sobre o Estatuto do Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos, concordaram em ampliar o leque de categorias de pessoas que poderiam gozar de imunidade na recém-criada jurisdição criminal. A Assembleia da UA, em sua 23ª Sessão Ordinária, posteriormente aprovou essa alteração, que visa a conceder aos líderes africanos e outros altos funcionários do Estado que estão no poder imunidade por acusações de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade – um passo atrás e uma traição às vítimas de graves violações dos direitos humanos. Os chefes de Estado e de governo resolveram proteger a si mesmos e aos futuros líderes de processos por violações graves dos direitos humanos, ao invés de garantir a justiça para as vítimas de crimes contra o direito internacional.

Independentemente dessa decisão, o TPI conservará o poder de investigar chefes de Estado e de governo que estão no poder em qualquer Estado-parte do Estatuto de Roma no caso de tais crimes – mas 2014 será lembrado como o ano em que alguns Estados africanos e a UA se mobilizaram ativamente nos seus esforços políticos para minar o trabalho do TPI.

POBREZA E PRIVAÇÃO

Apesar do rápido e contínuo crescimento econômico durante o ano, as condições de vida de muitos africanos ainda precisam melhorar. Muitos Estados têm feito progressos notáveis no sentido de atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, mas a África ainda está atrás da maioria das outras regiões em desenvolvimento, no que se refere a atingir muitas das metas até 2015. A pobreza na África continuou a diminuir, mas o ritmo não é suficiente para a região cumprir a meta de reduzir pela metade a pobreza até 2015. De fato, há indicações de que o número total de africanos que vivem abaixo da

linha da pobreza (1,25 dólares por dia) tem aumentado. Outras metas, como a redução do número de crianças abaixo do peso e da mortalidade materna, provavelmente também não serão cumpridas.

Como as cidades africanas cresceram a um ritmo sem precedentes, a rápida urbanização foi acompanhada por insegurança e desigualdade. A pobreza urbana deixou muitas pessoas sem acesso à habitação e à infraestrutura básica adequada, sobretudo aquelas que viviam em assentamentos informais ou favelas. As remoções forçadas retiraram das pessoas seus meios de vida e suas posses, agravando sua situação de pobreza. Em Angola, pelo menos 4.000 famílias foram removidas à força na província de Luanda. No Quênia, os tribunais continuaram a corroborar o direito à moradia adequada e a proibição de remoções forçadas. O Supremo Tribunal ordenou ao governo pagar uma indenização de 33,6 milhões de xelins (aproximadamente 390.000 dólares) para os moradores de City Carton, um assentamento informal na capital, Nairóbi, que foram removidos à força de suas casas em 2013.

O surto de epidemia do vírus ebola em alguns países da África Ocidental, em março, levou ao que a Organização Mundial da Saúde (OMS) descreveu como o maior e mais complexo surto da doença desde que o vírus foi descoberto em 1976. No final de 2014, o ebola havia ceifado as vidas de cerca de 8.000 pessoas em países como Guiné, Libéria, Mali, Nigéria e Serra Leoa. Mais de 20.000 pessoas foram infectadas (casos suspeitos, prováveis e confirmados), e havia temores de que uma grande crise de alimentos pudesse ocorrer no início de 2015. As comunidades e os serviços de saúde estavam esgotados ou a ponto de colapso.

Os países mais afetados – Guiné, Libéria e Serra Leoa – já tinham sistemas de saúde muito frágeis, tendo saído apenas recentemente de um longo período de conflito e instabilidade. Na Guiné – onde centenas de pessoas morreram, inclusive pelo menos 70

trabalhadores da saúde – o atraso na resposta do governo e a falta de recursos contribuíram para a propagação rápida e fatal da epidemia.

Tudo isso aponta não só para a incapacidade dos governos de respeitar, proteger e prover o direito ao mais alto nível possível de saúde aos seus cidadãos, mas também o fracasso da comunidade internacional em dar uma resposta a essa crise. No final de 2014, as principais agências de assistência estavam pedindo maior apoio da comunidade internacional. A ONU comunicou que precisava de US\$ 1,5 bilhão para o período de outubro de 2014 a março de 2015 para evitar que o ebola se espalhasse; a partir de dezembro apenas US\$ 1,2 bilhão foi doado. Se o surto continuar em sua taxa atual, a ONU estima que outros US\$ 1,5 bilhão serão necessários para o período de abril a setembro de 2015.

DISCRIMINAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO

Centenas de milhares de pessoas foram – ou continuaram a ser – deslocadas por conta de conflitos armados, perseguição política, ou em busca de melhores condições de vida. A maioria foi obrigada a fugir de suas casas e abandonar seus meios de subsistência na tentativa árdua e perigosa de encontrar segurança dentro de seus próprios países ou além das fronteiras internacionais. Um grande número de refugiados e migrantes definhava nas regiões mais sujeitas a outras violações e abusos, muitos em acampamentos com acesso limitado à saúde, água, saneamento, alimentação e educação.

O número de pessoas nessa situação aumentou mensalmente, e milhares fugiram da Eritreia, a maioria devido ao sistema de recrutamento indefinido para o serviço militar. Muitos corriam risco de ser alvo de redes de tráfico de pessoas, inclusive no Sudão e no Egito. Em Camarões, milhares de refugiados da República Centro-Africana e da Nigéria estavam vivendo em condições terríveis, em campos lotados nas áreas de fronteira, depois de fugirem dos grupos armados. Muitas pessoas desalojadas pelo conflito no Sudão

– mais de um milhão – permaneceram no país, com pelo menos 600 mil vivendo em campos de refugiados no Chade, no Sudão do Sul ou na Etiópia. A situação dos milhares de refugiados somalis no Quênia foi agravada por uma política de internamento forçado nos campos, que os obrigou a deixar suas casas nas cidades e ir para os miseráveis e superlotados campos de refugiados. Na África do Sul, refugiados e requerentes de asilo continuaram a sofrer ataques xenófobos, com pouca ou nenhuma proteção por parte das autoridades.

Muitos outros grupos também foram excluídos da proteção dos direitos humanos ou foram privados de acesso aos meios para obter reparação por abusos. As mulheres poderiam desempenhar um papel fundamental no fortalecimento da resiliência das sociedades afetadas pelo conflito, mas eram frequentemente marginalizadas dos processos nacionais de construção da paz. Em muitos países que passam por conflitos ou acolhem grandes populações de refugiados ou pessoas desalojadas, mulheres e meninas foram submetidas a estupro e outras formas de violência sexual, como no Sudão do Sul e na Somália. A violência contra as mulheres também foi um problema pernicioso nos países em que havia conflitos, às vezes por causa de tradições e normas culturais, mas também porque a discriminação com base no gênero foi institucionalizada pela legislação.

Para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI) houve esperança de melhorias em 2014 quando a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos aprovou uma resolução histórica condenando atos de violência, discriminação e outras violações de direitos humanos contra as pessoas com base em sua orientação sexual ou identidade de gênero. Outros sinais de esperança para a igualdade e a justiça incluem compromissos expressos pelo Malawi para descriminalizar a atividade sexual consensual entre pessoas do mesmo sexo.

No entanto, as pessoas continuaram a ser perseguidas ou criminalizadas por sua orientação sexual, real ou percebida, em muitos países como Camarões, Gâmbia, Senegal, Uganda e Zâmbia.

Sinalizando uma tendência retrógrada, vários países se esforçaram para criminalizar ainda mais as pessoas em razão de sua identidade sexual, consagrando leis injustas já existentes ou introduzindo novas. O presidente da Nigéria assinou a opressiva Lei sobre Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo (Proibição), permitindo a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de gênero, real ou percebida, das pessoas. A introdução de uma lei anti-homossexualidade em Uganda – embora derrubada pelo Tribunal Constitucional do país, porque o Parlamento a tinha aprovado sem o quórum mínimo necessário – fez com que muitas pessoas LGBTI, e aquelas percebidas como tal continuassem a enfrentar prisões arbitrárias, espancamentos, expulsões de suas casas, perda de emprego e ataques de multidões. O presidente da Gâmbia referendou um projeto de lei aprovado pelo Parlamento, a Lei do Código Penal (Emenda) de 2014, criando o crime de "homossexualidade agravada", delito de definição imprecisa e suscetível a amplos abusos, cuja pena consiste em prisão perpétua. Um projeto de lei homofóbico também foi apresentado ao Parlamento do Chade, ameaçando impor sentenças de até 20 anos de prisão e multas pesadas para as pessoas "declaradas culpadas" de se envolver em atividade sexual com pessoas do mesmo sexo.

OLHANDO PARA O FUTURO

Ao longo de 2014, indivíduos e comunidades de toda a região construíram e fortaleceram uma compreensão e um respeito pelos direitos humanos. Quando as pessoas se fazem ouvir e tomam atitudes – às vezes pondo em risco suas próprias vidas e segurança – esse movimento crescente

de direitos humanos oferece uma visão de justiça, dignidade e esperança.

No entanto, o ano passado não nos deixou esquecer a magnitude dos problemas de direitos humanos existentes na África e a necessidade de avançar de modo mais rápido e profundo no reconhecimento de todos esses direitos.

Os acontecimentos ilustraram de forma dramática a necessidade urgente de uma ação concertada e coerente para desarmar e equacionar os violentos conflitos da África. Olhando para o futuro, os esforços da Comissão da UA para estabelecer um roteiro visando a silenciar todas as armas na África devem ser apoiados e levados adiante. É urgente que tanto as instituições nacionais quanto as regionais adotem uma abordagem muito mais sólida, consistente e coerente para a resolução dos conflitos, fundamentada no direito internacional dos direitos humanos.

Outro pré-requisito essencial para a paz, a segurança e a justiça é que os Estados africanos desistam de sua investida coletiva contra a justiça internacional – inclusive contra o trabalho do TPI – e, ao invés disso, se mantenham firmes no combate à impunidade, tanto em nível regional quanto internacional, e trabalhem no sentido de buscar a responsabilização efetiva pelas brutais violações de direitos humanos e por outros crimes contra o direito internacional.

É muito provável que ocorram mudanças profundas nos próximos anos. Em grande medida, o marco pós-2015 que sucederá os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio vai propiciar uma oportunidade histórica para que os Estados-membros da UA construam um marco de direitos humanos que possa transformar para melhor as vidas de inúmeras pessoas. A prestação de contas deve ser incorporada ao marco pós-2015 por meio de metas e indicadores sólidos de acesso à Justiça, e isso deve ser combinado com o fortalecimento dos direitos em torno da participação, da igualdade, da não discriminação, do Estado de Direito e de outras liberdades fundamentais.

PANORAMA REGIONAL: AMÉRICAS

Em todo o Continente Americano, a desigualdade cada vez mais profunda, a discriminação, a degradação ambiental, a impunidade histórica, a insegurança crescente e os conflitos continuaram a impedir que a população desfrutasse plenamente de seus direitos humanos. Na verdade, quem tomasse a frente na promoção e defesa desses direitos enfrentava intensa violência.

Em 2014, a população respondeu em massa a essas violações de direitos humanos, por toda a extensão do continente, desde o Brasil até os Estados Unidos e desde o México até a Venezuela. Em um país após o outro, as pessoas saíram às ruas para protestar contra as práticas repressivas do Estado. As manifestações foram um verdadeiro desafio público aos altos níveis de impunidade e de corrupção e às políticas econômicas que privilegiam a poucos. Centenas de milhares de pessoas participaram dessas mobilizações espontâneas, recorrendo às novas tecnologias e às redes sociais, que possibilitaram que elas se reunissem de forma rápida, compartilhassem informações e denunciasses abusos dos direitos humanos.

Essa torrente de insatisfações e demandas por respeito aos direitos humanos aconteceu em um contexto de erosão do espaço democrático e de constante criminalização das divergências. Houve um aumento da violência, tanto por parte de atores estatais quanto não estatais, contra a população em geral e, principalmente, contra os ativistas e os movimentos sociais. Os ataques contra defensores dos direitos humanos tiveram um aumento acentuado na maioria dos países da região, tanto em termos numéricos quanto de brutalidade.

Esse grau crescente de violência era reflexo das reações cada vez mais militarizadas aos desafios sociais e políticos dos últimos anos. Em muitos países da região, tornou-se comum que as autoridades recorressem ao uso da força estatal para responder às ações das redes criminosas e às tensões sociais, mesmo quando a existência de conflito não era reconhecida formalmente. Em algumas regiões, o poder crescente das redes criminosas e de outros atores não estatais, como os paramilitares e as corporações multinacionais, impunha um desafio constante ao poder estatal, ao Estado de direito e aos direitos humanos.

Violações graves de direitos humanos continuaram a devastar as vidas de dezenas de milhares de pessoas em todo o continente. Longe de seguir avançando na promoção e proteção dos direitos humanos de todos, sem discriminação, a região pareceu retroceder nesses aspectos em 2013 e 2014.

O Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos registrou 40 homicídios de defensores dos direitos humanos na Colômbia nos nove primeiros meses de 2014.

Em outubro, a República Dominicana esnobou publicamente a Corte Interamericana de Direitos Humanos depois que o tribunal condenou as autoridades do país pelo tratamento discriminatório dispensado aos migrantes haitianos e aos dominicanos de ascendência haitiana.

Em setembro, 43 estudantes da escola rural de magistério de Ayotzinapa foram vítimas de desaparecimento forçado no México. Os estudantes haviam sido detidos na cidade de Iguala, no estado de Guerrero, pela polícia local, que atuava em convivência com as redes do crime organizado. No dia 7 de dezembro, o procurador-geral da República anunciou que os restos mortais de um dos estudantes havia sido identificado por peritos criminais independentes. No fim do ano, o paradeiro dos outros 42 estudantes permanecia desconhecido.

Em agosto, Michael Brown, um jovem afrodescendente de 18 anos, foi alvejado de

modo fatal pelo policial Darren Wilson em Ferguson, estado de Missouri, nos Estados Unidos. Depois do incidente, as pessoas saíram às ruas para protestar. Em novembro, houve novas manifestações de protesto pela decisão do grande júri de não indiciar o policial. As manifestações se alastraram para outras grandes cidades do país, inclusive Nova York em dezembro, quando um grande júri se recusou a indiciar outro policial pela morte de Eric Garner, ocorrida em julho.

Também em agosto, a destacada líder rural Margarita Murillo foi morta a tiros na comunidade de El Planón, no nordeste de Honduras. Poucos dias antes do atentado, ela havia denunciado que estava sendo vigiada e recebendo ameaças de morte.

Em fevereiro, 43 pessoas, inclusive membros das forças de segurança, morreram e dezenas ficaram feridas na Venezuela durante os confrontos entre manifestantes contrários ao governo e forças de segurança e manifestantes favoráveis ao governo.

Em El Salvador, em 2013, uma jovem conhecida como Beatriz teve negado um pedido de aborto apesar de a gestação oferecer risco iminente a sua vida e de se saber que o feto não tinha partes do cérebro e do crânio e que, portanto, não sobreviveria fora do útero. A situação de Beatriz gerou um clamor nacional e internacional e ocasionou várias semanas de pressão constante sobre as autoridades. Finalmente, quando estava na 23ª semana de gestação, ela pôde se submeter a uma cesareana. A proibição total do aborto em El Salvador continuou a criminalizar as opções sexuais e reprodutivas de meninas e mulheres, o que as colocava em risco de perder a vida ou a liberdade. Em 2014, 17 mulheres condenadas a penas de até 40 anos de prisão por questões relacionadas à gravidez solicitaram indulto; a decisão sobre seus casos estava pendente no fim do ano.

Em maio de 2013, o ex-presidente da Guatemala, general Efraín Ríos Montt, foi condenado por genocídio e crimes contra a humanidade. A condenação, porém, foi

anulada apenas 10 dias depois por causa de uma tecnicidade jurídica – um forte golpe para as vítimas e seus familiares, que esperavam por justiça havia mais de três décadas. Ríos Montt foi presidente do país e comandante-em-chefe do exército em 1982-1983, período do conflito armado interno, quando 1.771 indígenas maias-ixil foram assassinados, torturados, submetidos a violência sexual ou desalojados.

Essa extensa lista de graves abusos contra os direitos humanos demonstra que, apesar de os Estados da região terem ratificado e promovido ativamente a maioria dos tratados e normas regionais e internacionais de direitos humanos, o respeito por esses direitos continuou sendo uma distante realidade para muitas pessoas.

SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

Em diversas ocasiões, as forças de segurança responderam aos protestos contra os governos com uso excessivo da força. No Brasil, no Canadá, no Chile, no Equador, nos Estados Unidos, na Guatemala, no Haiti, no México, no Peru e na Venezuela, as forças de segurança descumpriram as normas internacionais sobre o uso da força com o pretexto de proteger a ordem pública. Ao invés de transmitirem uma mensagem clara de que o uso excessivo da força não seria tolerado, os governos sequer questionaram ou manifestaram preocupação com a violência praticada.

No começo de fevereiro de 2014, a Venezuela foi abalada por grandes manifestações favoráveis e contrárias ao governo em várias regiões do país. Os protestos e a resposta das autoridades refletiam a crescente polarização que tem atormentado o país há mais de uma década. Essa onda de insatisfação social e os violentos enfrentamentos entre manifestantes e forças de segurança criaram o ambiente para a ocorrência de violações generalizadas dos direitos humanos, como homicídios, detenções arbitrárias, torturas

e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Milhares de manifestantes foram detidos, muitos de forma arbitrária, e houve denúncias de tortura e outros maus-tratos. Pelo menos 43 pessoas foram mortas e 870 ficaram feridas, inclusive das forças de segurança, no contexto dos protestos e de sua repressão pelas autoridades.

No Brasil, milhares de pessoas foram às ruas para protestar enquanto o país se preparava para receber a Copa do Mundo de 2014. Os manifestantes queriam mostrar seu descontentamento com os aumentos nos custos do transporte público e com os gastos elevados para organizar a Copa do Mundo, que contrastavam com os baixos investimentos nos serviços públicos. Os protestos adquiriram uma dimensão sem precedentes, quando centenas de milhares de pessoas participaram de extensas manifestações em dezenas de cidades de todo o país. Em muitas ocasiões, a resposta da polícia à onda de protestos em 2013 e 2014, inclusive durante a Copa do Mundo, foi violenta e abusiva. A polícia militar usou gás lacrimogêneo de forma indiscriminada contra os manifestantes, inclusive dentro de um hospital, atirou com balas de borracha em indivíduos que não apresentavam qualquer ameaça e espancou as pessoas com cassetetes. Centenas ficaram feridas, entre elas Sérgio Silva, um fotógrafo que perdeu um olho depois de atingido por uma bala de borracha. Outras centenas foram cercadas e detidas de forma indiscriminada, algumas com base em leis de combate ao crime organizado, sem a menor indicação de que estivessem envolvidas com atividades criminosas.

Nos Estados Unidos, os disparos contra Michael Brown e a decisão de um grande júri de não iniciar o policial responsável desencadearam uma onda de protestos, que se estenderam por vários meses tanto em Ferguson quanto em locais próximos. O uso de pesadas indumentárias antidistúrbio e de armas e equipamentos de uso militar para o policiamento de manifestações visava

a intimidar os manifestantes que exerciam seu direito de reunião pacífica. Manifestantes e jornalistas foram feridos pelas forças de segurança, que utilizaram balas de borracha, gás lacrimogêneo e outras táticas de dispersão agressivas em situações nas quais seu uso não se justificava.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

O Continente Americano conta com alguns dos mais sólidos mecanismos e leis de combate à tortura tanto em nível nacional quanto regional. Ainda assim, em toda a região, a tortura e outros maus-tratos continuam sendo prática generalizada e os responsáveis raramente têm que enfrentar a Justiça.

No relatório *Fora de controle: A tortura e outros maus-tratos no México*, a Anistia Internacional documentava um aumento preocupante da tortura e de outros maus-tratos no país. O informe também chamava atenção para a prevalência no México de uma cultura de tolerância e impunidade com a tortura durante a última década. Somente sete torturadores foram condenados por tribunais federais e menos ainda por tribunais estaduais.

As incompletas e limitadas investigações sobre as violações de direitos humanos cometidas no caso dos 43 estudantes de magistério desaparecidos no México evidenciavam as graves deficiências do governo mexicano para investigar a corrupção e a convivência arraigadas e generalizadas entre funcionários do Estado e crime organizado, assim como o grau alarmantes de impunidade no país.

A tortura e outros maus-tratos foram usados com frequência contra supostos delinquentes para obter informações, extrair confissões e infligir castigos. Na Venezuela, em fevereiro de 2014, Daniel Quintero, um estudante de 23 anos, foi agredido com chutes e socos no rosto e nas costelas, tendo sido ameaçado de estupro, quando estava detido por suposta participação em uma manifestação contra o governo. Na República

Dominicana, Ana Patricia Fermín recebeu ameaças de morte em abril de 2014 depois de denunciar que dois de seus familiares haviam sido torturados em custódia da polícia na capital, Santo Domingo. Seu esposo e um dos homens torturados foram mortos a tiros pela polícia em setembro.

ACESSO À JUSTIÇA E COMBATE À IMPUNIDADE

O acesso satisfatório à Justiça continuou fora do alcance de muitas pessoas, sobretudo nas comunidades mais desfavorecidas. Entre as barreiras à Justiça estavam a ineficiência dos sistemas judiciais, a falta de independência do poder Judiciário e a disposição de alguns setores a recorrer a medidas extremas para evitar a prestação de contas e proteger interesses políticos, econômicos e criminosos particulares.

As dificuldades de acesso à Justiça foram exacerbadas por ataques contra defensores dos direitos humanos, testemunhas, advogados, promotores e juízes. Jornalistas que tentavam denunciar abusos do poder, violações de direitos humanos e corrupção também foram alvos frequentes de ataques. Além disso, em países como Chile, Equador e Estados Unidos, persistia o uso de tribunais militares para julgar integrantes das forças de segurança que cometeram violações de direitos humanos, com a falta de independência e de imparcialidade desses processos causando grave preocupação.

Houve alguns avanços nas investigações e processos por violações de direitos humanos cometidas por regimes militares no século passado, como nos casos da Argentina e do Chile. No entanto, a impunidade por milhares de desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais praticadas na região na segunda metade do século XX permanecia arraigada, principalmente pela falta de vontade política para levar os responsáveis à Justiça. Milhares de vítimas e seus familiares continuaram a exigir a verdade e a justiça em diversos países, como Brasil, Bolívia, El

Salvador, Guatemala, Haiti, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

Com a disparada das taxas de encarceramento na região nas duas últimas décadas, os grupos de direitos humanos documentaram como as prisões latino-americanas se transformaram em locais tenebrosos onde o cumprimento de pena se tornou uma luta por sobrevivência. Dezenas de milhares de pessoas permaneciam detidas à espera de julgamento por períodos demasiadamente longos devido às demoras do sistema de justiça criminal.

Na maioria dos países da América Latina e do Caribe, as prisões se caracterizavam por superlotação extrema, violência e às vezes falta até mesmo dos serviços mais básicos. Em muitos países do continente houve denúncias de falta de alimentos e de água potável, de condições insalubres, de ausência de cuidados médicos e privação de traslado dos presos para os locais de audiência a fim de que seus processos pudessem avançar nos tribunais. Também houve registro de violência entre os presos, inclusive com resultados fatais. Embora vários dos atuais governantes da região tenham vivido a experiência do cárcere, as condições prisionais nesses países não tiveram prioridade em sua agenda política.

Nos Estados Unidos, dezenas de milhares de presos continuaram em regime de isolamento nas penitenciárias estaduais e federais, confinados dentro de celas por 22 a 24 horas diárias, com total privação de contato social e ambiental.

Os governos não tomaram as devidas medidas para lidar com a necessidade inadiável de pôr em prática planos urgentes e dotados de todos os recursos para enfrentar esse grave problema. Pouco se fez para assegurar que as instalações carcerárias cumprissem com as normas internacionais de direitos humanos e que o direito dos presos à vida, à integridade física e à dignidade fosse protegido.

DIREITOS DOS MIGRANTES E SEUS DESCENDENTES

A insegurança e as privações sociais em seus países de origem levaram um número cada vez maior de migrantes centro-americanos, principalmente menores desacompanhados, a cruzar o México para chegar aos EUA. Os migrantes que atravessavam o país continuaram sendo mortos, sequestrados e extorquidos por grupos criminosos que geralmente atuavam em conluio com agentes públicos, além de sofrerem maus-tratos nas mãos das autoridades mexicanas. Mulheres e crianças corriam alto risco de sofrer violência sexual e ser vítimas de tráfico de pessoas. A grande maioria dessas violações jamais foi investigada e os responsáveis seguem livres. O número de deportações aumentou e a prática de manter as pessoas em detenção administrativa à espera de deportação continuou sendo a norma.

Entre outubro de 2013 e julho de 2014, 52.193 migrantes menores de idade desacompanhados foram detidos nos Estados Unidos, quase o dobro do número registrado nos 12 meses anteriores. O governo dos EUA calculava que, até o fim de novembro de 2014, o número de menores não acompanhados detidos em estados fronteiriços como Texas, Arizona e Califórnia, podia superar 90.000. Muitos desses menores fugiam da insegurança e da pobreza em seus países de origem. Além disso, os níveis sem precedentes de violência relacionada às gangues e ao crime organizado em países como El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua levava milhares de menores não acompanhados a emigrar para os Estados Unidos.

A discriminação contra os migrantes e seus descendentes era generalizada, e os Estados mostraram pouca disposição política para enfrentar as causas dessa exclusão tão enraizada. Em setembro de 2013, o Tribunal Constitucional da República Dominicana proferiu uma sentença amplamente criticada que privava de forma retroativa e arbitrária da nacionalidade dominicana os dominicanos

de ascendência estrangeira nascidos entre 1929 e 2010, a grande maioria dos quais descendia de haitianos. A decisão provocou comoção dentro e fora do país, inclusive das autoridades haitianas.

Ángel Colón, membro da comunidade afrodescendente garífuna de Honduras, foi libertado incondicionalmente em outubro de 2014 depois de ter passado cinco anos numa penitenciária mexicana. Ele havia sido preso em 2009 pela polícia de Tijuana quando tentava chegar aos EUA vindo de Honduras. Enquanto esteve detido, ele foi espancado, obrigado a andar de joelhos, chutado e esmurrado no estômago e quase asfixiado com a cabeça dentro de um saco plástico. Ele foi despido e forçado a limpar com a língua os calçados dos outros presos e a fazer outras ações humilhantes. A Anistia Internacional o considerou um prisioneiro de consciência, que foi detido, torturado e processado por motivos discriminatórios baseados em sua origem étnica e sua condição de migrante sem documentos.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Depois de mais de 20 anos de luta por suas terras tradicionais, foi aprovada em junho uma lei de expropriação para devolver as terras da comunidade indígena Sawhoyamaya no Paraguai. Entretanto, os povos indígenas da região continuaram enfrentando ameaças sociais, políticas e econômicas ao seu bem-estar coletivo e a sua própria existência. Sua herança cultural, suas terras ancestrais e seu direito à autodeterminação foram alvo de constantes ataques. Atores estatais e não estatais, como empresas e poderosos proprietários de terras, continuaram a expulsá-los de suas próprias terras em nome do desenvolvimento econômico e social. Os programas de desenvolvimento costumavam resultar em destruição ambiental e cultural, assim como no desalojamento de comunidades. Aquelas que viviam em isolamento voluntário corriam maior perigo, sobretudo na Bacia Amazônica.

O direito dos povos indígenas à consulta efetiva e ao consentimento livre, prévio e informado sobre os projetos de desenvolvimento que os afetam, inclusive os da indústria de mineração, continuou sendo lesado, apesar de todos os Estados da região terem endossado a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007.

A falta de respeito aos direitos dos povos indígenas teve um impacto negativo sobre seus meios de subsistência e também permitiu que as comunidades fossem ameaçadas, hostilizadas, removidas ou deslocadas à força, atacadas ou assassinadas à medida que se intensificava a determinação de explorar os recursos existentes nas áreas que habitam. O direito desses povos de se opor a essas ações e de exigir seu consentimento livre, prévio e informado continua obtendo como resposta intimidações e ataques, uso excessivo da força, detenções arbitrárias e a utilização discriminatória dos sistemas judiciais. Por exemplo, em julho, a Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou que as condenações de oito indígenas mapuche no Chile se fundamentaram em estereótipos e preconceitos discriminatórios.

As mulheres indígenas continuaram a experimentar um grau desproporcional de violência e discriminação. Em maio, a Real Polícia Montada do Canadá admitiu que pelo menos 1.017 mulheres e meninas indígenas foram assassinadas entre 1980 e 2012, uma taxa de homicídio ao menos quatro vezes e meia maior do que a verificada entre as mulheres da população em geral. Em janeiro de 2014, o Ministério Público de Lima, no Peru, encerrou os processos de mais de 2.000 mulheres indígenas e camponesas que na década de 1990 haviam sido esterilizadas sem o seu consentimento pleno e informado. Os 2.000 casos representavam apenas uma pequena fração de um total de mais 200.000 mulheres esterilizadas durante esse período. Nenhuma das autoridades governamentais responsáveis por aplicar o programa que

resultou nessas esterilizações forçadas foi levada à Justiça.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS EM PERIGO

Os defensores dos direitos humanos continuaram sendo vítimas de ataques e abusos em represália por seu trabalho legítimo em muitos países como Brasil, Colômbia, Cuba, República Dominicana, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Peru e Venezuela. Eles enfrentavam uma série de abusos tais como atentados contra sua vida e sua integridade física, e ataques ao seu direito às liberdades de expressão, de associação e de reunião. Também eram difamados pela imprensa e pelas autoridades governamentais, além de serem vítimas do uso indevido do sistema de justiça, numa tentativa de criminalizar quem defende os direitos humanos. Em alguns países, como Colômbia e Guatemala, as organizações de direitos humanos informaram um crescimento alarmante do número de ataques contra esses defensores. Os responsáveis pelos abusos quase nunca eram levados à Justiça.

As pessoas que lutavam contra a impunidade, que trabalhavam pelos direitos das mulheres e que atuavam em questões de direitos humanos relativas a terra, território e recursos naturais corriam maior perigo.

Mesmo nos países em que foram criados mecanismos de proteção aos defensores dos direitos humanos, como Brasil, Colômbia e México, as medidas de proteção, em muitos casos, ou não foram concedidas ou não o foram de modo pronto e eficaz. Isso se devia sobretudo à falta de vontade política e de recursos para garantir sua aplicação efetiva. Também era preocupante que não tivesse sido adotado um enfoque diferenciado na aplicação das medidas de proteção que levasse em conta a perspectiva de gênero.

Apesar do ambiente inseguro e hostil em que transitam, os defensores dos direitos humanos de toda a região continuaram a lutar com coragem, dignidade e empenho

para que os direitos humanos de todos se tornem realidade.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

Os Estados da região não priorizaram em suas agendas políticas a proteção das mulheres e das meninas contra os estupros, as ameaças e os assassinatos. A aplicação lenta e desigual da legislação de combate à violência de gênero continuou bastante preocupante, e a falta de recursos disponíveis para investigar e processar esses crimes levantou dúvidas sobre a vontade das autoridades de enfrentar esse problema. O fato de os responsáveis por esses crimes não serem levados à Justiça torna ainda mais arraigada a impunidade pela violência de gênero, e ajuda a fomentar um ambiente em que a violência contra mulheres e meninas é tolerada.

Em agosto de 2013, os Estados da região pareciam avançar quando chegaram a um acordo histórico em Montevideu, no Uruguai, reconhecendo que a criminalização do aborto provocava um aumento da morbidade e mortalidade maternas e não diminuía o número de abortos. Em dezembro, o aborto foi descriminalizado na República Dominicana.

No fim de 2014, porém, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das meninas continuavam a ser violados, com terríveis consequências para sua vida e sua saúde. Em países como Chile, El Salvador, Haiti, Honduras, Nicarágua e Suriname, a proibição absoluta do aborto em todas as circunstâncias continuou em vigor, inclusive para meninas e mulheres que engravidaram em consequência de estupro ou que enfrentavam complicações na gestação que podiam levá-las à morte. Pessoas que tentassem fazer ou facilitar um aborto se arriscavam a passar muitos anos na cadeia.

Ao assumir o governo em março de 2014, a presidente Michele Bachelet prometeu que uma de suas prioridades seria revogar a proibição total do aborto no Chile. Em El

Salvador, o futuro, nesse aspecto, parecia sombrio. Pelo menos 129 mulheres foram encarceradas na última década por motivos relacionados à gravidez. No fim do ano, 17 dessas mulheres aguardavam o resultado de seu pedido de indulto. Elas cumpriam penas de até 40 anos de prisão por homicídio doloso, tendo sido inicialmente indiciadas por aborto.

Na maioria dos países em que a legislação permitia o acesso a serviços de aborto em determinadas circunstâncias, os demorados procedimentos judiciais praticamente impossibilitavam o acesso a abortos seguros, principalmente para quem não podia pagar para ter esse serviço no setor privado. A restrição do acesso a métodos contraceptivos e informações sobre questões sexuais e reprodutivas continuou sendo um problema, principalmente para as mulheres e meninas mais marginalizadas da região.

Em alguns países, a descriminalização do aborto em casos de estupro começava gradativamente a se tornar realidade. Na Bolívia, o Tribunal Constitucional Plurinacional decidiu em fevereiro que a exigência de autorização judicial para realizar um aborto que tenha resultado de estupro era inconstitucional. E, no fim do ano, o Congresso do Peru estava debatendo um anteprojeto de lei para descriminalizar o aborto se a gravidez fosse consequência de estupro. No Equador, porém, uma tentativa semelhante foi impedida pelo presidente Rafael Correa em 2013.

A maioria dos países da região havia aprovado leis para combater a violência contra mulheres e meninas tanto na esfera privada quanto na pública. Contudo, mecanismos eficazes e dotados dos recursos necessários para proteger as mulheres e as meninas contra a violência praticamente inexistiam, sobretudo nas comunidades mais pobres e marginalizadas.

Há informações de que os índices de violência contra a mulher aumentaram em toda a região. A Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão

Interamericana de Direitos Humanos manifestaram sua preocupação tanto com os níveis de violência contra as mulheres quanto com a impunidade, tendo concluído que as crenças sociais subjacentes de que as mulheres são inferiores aos homens haviam criado uma cultura discriminatória no seio das instituições judiciais e de aplicação da lei, o que resulta em investigações negligentes e na falta de punição dos responsáveis por esses abusos.

CONFLITO ARMADO

A ausência de medidas para enfrentar as consequências do conflito armado colombiano em termos de direitos humanos, somada ao fato de a maioria dos supostos responsáveis penais por esses crimes não ser processada judicialmente, ameaçava solapar a viabilidade no longo prazo de um eventual acordo de paz.

As conversações de paz conduzidas em Cuba entre o governo colombiano e o grupo guerrilheiro Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) fizeram progressos. As negociações ofereciam a melhor oportunidade em mais de uma década para definitivamente pôr um fim ao conflito armado interno mais prolongado da região. No entanto, ambos os lados continuaram a cometer abusos e violações de direitos humanos e do direito internacional humanitário, principalmente contra povos indígenas, comunidades afrodescendentes e *campesinas*, defensores dos direitos humanos e sindicalistas.

O governo colombiano continuou promovendo legislação para ampliar o escopo da jurisdição militar e facilitar o encaminhamento para os tribunais militares de casos em que membros das forças de segurança estejam implicados em violações de direitos humanos. Essa iniciativa ameaçava reverter os poucos avanços que os tribunais civis haviam conquistado para defender o direito das vítimas à verdade e à justiça.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

O presidente Barack Obama reconheceu que os Estados Unidos recorreram à tortura para responder aos atentados de 11 de setembro de 2001, mas manteve o silêncio com relação à prestação de contas e à reparação por essas ações. No fim de 2014, 127 homens ainda eram mantidos no centro de detenção dos EUA em Guantánamo, Cuba. A maioria permanecia detida sem acusação ou julgamento, enquanto seis indivíduos aguardavam ser julgados perante uma comissão militar, por um governo que demanda para eles a pena de morte, em um sistema que não cumpria as normas internacionais para julgamentos justos.

Ao fim de 2012, o Comitê de Inteligência do Senado dos Estados Unidos concluiu sua revisão, iniciada em 2009, do programa secreto de detenção e interrogatório operado pela Agência Central de Inteligência (CIA) após os atentados de 11 de setembro. No dia 3 de abril de 2014, por 11 votos a favor e 3 contra, o Comitê aprovou que o resumo do relatório e suas 20 constatações e conclusões fossem desclassificados da condição de secreto. O resumo, que foi finalmente publicado em 9 de dezembro, continha mais detalhes condenatórios das violações de direitos humanos cometidas no escopo do programa, as quais contavam com autorização presidencial. O relatório completo permanecia classificado como altamente secreto e indisponível ao público, segundo a senadora Dianne Feinstein, presidente do Comitê de Inteligência, “para ser desclassificado no futuro”. Embora existam há anos muitas informações de domínio público sobre o programa da CIA, ninguém havia sido levado à Justiça para responder pelas violações de direitos humanos, inclusive por crimes contra o direito internacional, como a tortura e o desaparecimento forçado, praticados ao abrigo desse programa.

PENA DE MORTE

Os Estados Unidos foram o único país da região a realizar execuções. Entretanto, mesmo nos EUA, uma onda contrária à pena de morte ganhou novo ímpeto em fevereiro, quando o governador do estado de Washington anunciou que não permitiria execuções no estado durante seu mandato. Antes disso, em 2013, Maryland já havia abolido a pena de morte, elevando para 18 o número de estados abolicionistas. Há fortes indicações de que o Colorado também não realizará execuções enquanto o atual governador estiver no cargo.

No Caribe, vários Estados anunciaram que, pela primeira vez desde 1980, não tinham nenhum prisioneiro no corredor da morte.

PANORAMA REGIONAL: ÁSIA E OCEANIA

A região da Ásia e da Oceania cobre metade do globo e contém mais da metade da população mundial, a maioria jovens. Durante anos, a região tem crescido em força política e econômica, e está rapidamente transformando a balança do poder e da riqueza globais. Enquanto a China e os EUA lutam entre si por influência, também foi significativa a dinâmica existente entre as grandes potências da região, como Índia e China e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). É preciso interpretar as tendências em direitos humanos da região nesse contexto.

Apesar de certos avanços em 2014, como a eleição de alguns governos que prometeram melhorias nos direitos humanos, a tendência geral foi regressiva devido à impunidade, à constante desigualdade no tratamento das mulheres e à violência praticada contra elas, ao uso continuado da tortura e à imposição mais frequente da pena de morte, à repressão às liberdades de expressão e de reunião, à pressão sobre a sociedade civil e às ameaças a defensores dos direitos humanos e profissionais da imprensa. Houve sinais preocupantes de crescente intolerância étnica e religiosa e de consequente discriminação, enquanto as autoridades ou eram cúmplices ou não adotavam medidas para combatê-las. Continuou o conflito armado em partes da região, particularmente no Afeganistão, nas Áreas Tribais sob Administração Federal (FATA) no Paquistão, em Mianmar e na Tailândia.

A ONU divulgou um relatório detalhado sobre a situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), com dados sobre a violação sistemática de quase todo o espectro dos direitos humanos. Centenas de milhares

de pessoas continuaram a ser detidas em campos de prisioneiros e outros centros de detenção, muitas delas sem acusação nem julgamento por qualquer crime reconhecido internacionalmente. No fim do ano, essas preocupações foram reconhecidas na Assembleia Geral da ONU e discutidas no Conselho de Segurança.

Os refugiados e requerentes de asilo continuaram a enfrentar dificuldades significativas. Vários países, como Malásia e Austrália, violaram o princípio internacional de *non-refoulement* ao devolverem à força refugiados e requerentes de asilo para países onde eles estavam expostos a graves violações dos direitos humanos.

A pena de morte continuou ou a ser imposta em vários países da região. Em dezembro, o ataque liderado pelo Talibã paquistanês à Escola Pública do Exército, em Peshawar matou 149 pessoas, das quais 132 eram crianças, fazendo deste o ataque terrorista mais mortífero da história do Paquistão. Em resposta, o governo suspendeu a moratória da pena de morte e prontamente executou sete homens que já haviam sido condenados por outros crimes relacionados com o terrorismo. O primeiro-ministro anunciou planos de estabelecer tribunais militares para julgar suspeitos de terrorismo, aumentando as preocupações sobre julgamentos justos.

A homossexualidade continuou criminalizada em vários países da região. Na Índia, o Supremo Tribunal concedeu reconhecimento jurídico às pessoas transgênero e, na Malásia, o Tribunal de Recursos declarou inconstitucional uma lei que tornava o travestismo ilegal. No entanto, continuaram a ser relatados casos de assédio e violência contra pessoas transgênero.

Um aspecto positivo foi o aumento do ativismo entre as populações mais jovens, conectadas por meio de tecnologias de comunicação mais acessíveis. No entanto, diante das reivindicações desses grupos por mais direitos, as autoridades de muitos países recorreram à restrição das liberdades

de expressão, de associação e de reunião pacífica, e tentaram minar a sociedade civil.

CRESCIMENTO DO ATIVISMO

As populações mais jovens, conectadas por tecnologias de comunicação acessíveis e pelas redes sociais, reivindicaram seus direitos em 2014, quando houve um aumento do ativismo na região, com as mulheres muitas vezes na linha de frente.

As eleições proporcionaram espaço para as pessoas expressarem suas queixas e reivindicarem mudanças. Nas eleições de julho na Indonésia, Joko Widodo, após uma vitória esmagadora, assumiu o poder depois de fazer promessas de campanha para melhorar a situação dos direitos humanos. Em Fiji, as eleições pacíficas realizadas em setembro – as primeiras desde o golpe militar de 2006 – foram marcadas por um intenso debate do qual participaram a sociedade e os meios de comunicação, apesar das restrições existentes à liberdade de expressão. Até o fim de 2014, um ano após as eleições e as manifestações em massa no Camboja, protestos pacíficos na capital, Phnom Penh, haviam se tornado uma ocorrência quase diária.

Ativistas e defensores dos direitos humanos cada vez mais uniram forças para cobrar prestação de contas dos governos. Em fevereiro, em Mianmar, membros da comunidade de Michaungkan retomaram um protesto sentado perto da prefeitura de Yangon, depois que as autoridades não solucionaram a sua disputa por terra.

Mais ativistas de direitos humanos buscaram apoio internacional. As autoridades vietnamitas permitiram a visita da Anistia Internacional ao país pela primeira vez em mais de 20 anos. Embora vários novos grupos tenham se formado e os ativistas tenham cada vez mais exercido seu direito à liberdade de expressão, eles continuaram a enfrentar uma rigorosa censura e a sofrer penalidades. Apesar da libertação antecipada de seis dissidentes em abril e junho, pelo

menos 60 prisioneiros de consciência permaneceram presos.

Em Hong Kong, milhares de manifestantes, liderados principalmente por estudantes, saíram às ruas em setembro para pedir o sufrágio universal. Posteriormente, mais de 100 ativistas foram detidos na China continental por seu apoio aos manifestantes de Hong Kong. No fim do ano, 31 deles continuavam detidos.

REPRESSÃO ÀS DIFERENÇAS DE OPINIÃO

Diante do crescente ativismo, as autoridades de muitos países recorreram a restrições às liberdades de expressão e de reunião pacífica. Na China, a repressão ao ativismo por direitos foi intensificada durante o ano. Pessoas vinculadas a uma rede difusa de ativistas chamada Movimento Novos Cidadãos foram condenadas a penas de dois a seis anos e meio de prisão. A defensora dos direitos humanos Cao Shunli morreu no hospital em março, após lhe recusarem tratamento médico adequado na prisão.

Na Coreia do Norte, não parecia haver organizações da sociedade civil, jornais ou partidos políticos independentes. Os cidadãos norte-coreanos estavam sujeitos a serem revistados pelas autoridades e poderiam ser punidos por ler, assistir ou ouvir os meios de comunicação estrangeiros.

As forças militares e de segurança usaram força excessiva para reprimir ainda mais a dissidência. No Camboja, as forças de segurança responderam aos protestos pacíficos com uso de força excessiva, inclusive munição real contra manifestantes, matando a tiros trabalhadores têxteis que protestavam em janeiro. Ativistas do direito à moradia foram presos por protestar pacificamente. Na Tailândia, o golpe de Estado em maio e a imposição da lei marcial levaram à detenção arbitrária de diversas pessoas, à proibição de reuniões políticas com mais de cinco pessoas e ao julgamento de civis em tribunais militares, sem direito a

recurso. A legislação também foi usada para restringir a liberdade de expressão.

Na Malásia, as autoridades começaram a usar uma legislação da era colonial contra a sedição para investigar, acusar e prender defensores dos direitos humanos, políticos da oposição, um jornalista, acadêmicos e estudantes. Os meios de comunicação e as editoras enfrentaram restrições abrangentes em razão de uma lei que exigia a obtenção de licenças para publicações impressas, que poderiam ser revogadas arbitrariamente pelo ministro do Interior. Os meios de comunicação independentes tiveram dificuldades para obter as licenças.

Na Indonésia, continuaram a ser documentados casos de prisão e detenção de ativistas políticos pacíficos, particularmente em áreas com histórico de movimentos pró-independência, como Papua e Maluku. Em Mianmar, as liberdades de expressão e de reunião pacífica continuaram severamente restringidas, e dezenas de defensores dos direitos humanos, jornalistas, ativistas políticos e agricultores foram detidos ou presos unicamente pelo exercício pacífico dos seus direitos.

Defensores dos direitos humanos enfrentaram forte e constante pressão de alguns governos. No Sri Lanka, um memorando emitido pelo Ministério da Defesa alertou todas as ONGs para deixar de realizar eventos com a mídia e a não divulgar comunicados de imprensa. Isso agravou o clima já prevalente de medo e repressão, em que jornalistas e defensores dos direitos humanos continuaram a sofrer agressões físicas, ameaças de morte e acusações por motivos políticos.

Os sindicatos também enfrentaram restrições crescentes. Na República da Coreia (Coreia do Sul), Kim Jung-woo, um líder sindical, foi condenado à prisão após tentar impedir que funcionários do governo municipal destruíssem barracas e um altar comemorativo no local onde ocorria um protesto. Ele corria o risco de ser condenado a uma pena mais rígida pelo Supremo

Tribunal, em consequência de um recurso do Ministério Público. Também houve tentativas por parte das autoridades de cancelar o registro de alguns dos principais sindicatos, contra os quais foram movidos processos.

Os ataques contra jornalistas por motivos políticos indicaram uma tendência preocupante. No Paquistão, pelo menos oito jornalistas foram mortos em consequência de seu trabalho, tornando o país um dos mais perigosos para os profissionais da imprensa. No Afeganistão, houve um aumento no número de jornalistas assassinados, e os que cobriram as eleições corriam maior perigo. Nas Maldivas, vários jornalistas foram agredidos por agentes não estatais, que ficaram impunes.

Sinais de restrição a o espaço dos meios de comunicação também foram percebidos. No Sri Lanka, continuaram as intimidações, inclusive com o fechamento temporário do jornal *Uthayan*. Em Bangladesh, blogueiros e defensores dos direitos humanos foram detidos e enfrentaram julgamento e prisão. No Paquistão, canais de TV foram suspensos. Censores estatais chineses tentaram proibir fotos e bloquear qualquer menção positiva na internet aos protestos pró-democracia, permitindo que os canais de TV e os jornais publicassem apenas notícias aprovadas pelo governo.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos continuaram a ser praticados pelos governos de vários países.

Nas Filipinas, a tortura policial raramente foi investigada ou punida. Apesar da ratificação dos dois principais tratados internacionais contra a tortura, os agentes continuaram a infligir espancamentos graves e a usar métodos como choques elétricos e simulação de afogamento, visando principalmente à extorsão e à extração de confissões. Em dezembro, a Anistia Internacional reportou em *Above the Law: Police Torture in the Philippines* ('Acima da Lei: A tortura policial nas Filipinas') como

uma cultura de impunidade generalizada estava impedindo que a tortura policial fosse controlada.

A China consolidou a sua posição como um dos principais fabricantes e exportadores de uma variedade crescente de equipamentos para agentes da lei, inclusive de itens sem nenhuma função policial legítima, como cassetetes elétricos e grilhões com peso, além de equipamentos que podem ser utilizados de forma legítima na aplicação da lei, mas que se prestam a abusos, como o gás lacrimogêneo. A tortura e outros maus-tratos continuaram generalizados na China. Em março, quatro advogados que investigavam denúncias de tortura em um Centro de Formação Legal em Jiansanjiang, na província de Heilongjiang, foram detidos arbitrariamente e torturados. Um deles relatou que foi encapuzado, teve as mãos algemadas atrás das costas e foi suspenso pelos pulsos enquanto a polícia o espancava.

Na Coreia do Norte, centenas de milhares de pessoas continuaram detidas em campos penitenciários para presos políticos e outros centros de detenção, onde foram submetidas a graves violações dos direitos humanos, como execuções extrajudiciais, tortura e outros maus-tratos.

Os mecanismos de prestação de contas continuaram insuficientes para lidar com as denúncias de tortura, muitas vezes deixando as vítimas e suas famílias sem acesso à Justiça e a outros recursos eficazes. No Afeganistão, continuaram as denúncias de violações dos direitos humanos por funcionários da Direção Nacional de Segurança (NDS), inclusive tortura e desaparecimentos forçados. No Sri Lanka, a tortura e outros maus-tratos aos detidos continuaram generalizados.

Na Índia, as detenções preventivas prolongadas e a superlotação nas prisões continuaram sendo motivo de grave preocupação. Contribuíram para o problema as detenções indiscriminadas, as investigações e processos lentos, os sistemas de assistência jurídica fracos e

as salvaguardas inadequadas. O Supremo Tribunal instruiu os juízes distritais a identificar e libertar de imediato todos os detidos em prisão preventiva que estivessem encarcerados por mais da metade do tempo da pena que teriam de cumprir se tivessem sido julgados e condenados.

No Japão, o sistema *daiyo kangoku*, que permitia à polícia deter suspeitos por até 23 dias antes de formalizar a acusação, continuou a facilitar o uso da tortura e outros maus-tratos para extrair confissões durante os interrogatórios. Não foram tomadas medidas para abolir ou reformar esse sistema de maneira a garantir sua conformidade com as normas internacionais. Na Tailândia, houve relatos de tortura e outros maus-tratos de prisioneiros em custódia militar e policial.

CONFLITO ARMADO

No Afeganistão, depois de 13 anos, a missão da OTAN chegou ao fim, embora tenha sido acordada a presença contínua de forças internacionais no país. Abusos cometidos por grupos armados continuaram em elevada proporção, com os ataques atingindo seu auge no primeiro semestre de 2014. No Paquistão, prosseguiu o conflito armado interno na FATA e, em junho, o exército iniciou uma operação de grande escala no Waziristão do Norte. Os EUA reiniciaram os ataques com aviões teleguiados. O atentado mais devastador da história do país ocorreu em dezembro, quando vários militantes do Talibã paquistanês atacaram a Escola Pública do Exército em Peshawar, resultando na morte de 149 pessoas, inclusive 132 crianças, e em dezenas de feridos, quando os talibãs atiraram contra crianças e professores e realizaram explosões suicidas.

Em Mianmar, o conflito armado nos estados de Kachin e Shan do Norte continuou pelo quarto ano seguido, com denúncias de violações do direito internacional humanitário e dos direitos humanos cometidas por ambos os lados, inclusive com homicídios ilegais, tortura e outros maus-tratos, tais como estupro e outros crimes de violência

sexual. Na Tailândia, a violência armada continuou nas três províncias do sul, Pattani, Yala e Narathiwat, assim como em partes de Songkhla. As forças de segurança foram implicadas em homicídios ilegais, tortura e outros maus-tratos. Acredita-se que ataques contra civis ao longo do ano tenham sido realizados pelos grupos armados, inclusive o bombardeio de locais públicos.

IMPUNIDADE

Um tema comum foi a impunidade por violações de direitos, tanto passadas quanto recentes, inclusive as cometidas no contexto de conflitos armados. Na Índia, as autoridades estatais muitas vezes não só deixaram de evitar como também cometeram crimes contra cidadãos indianos. Prisões e detenções arbitrárias, tortura e execuções extrajudiciais poucas vezes foram punidas. O sobrecarregado sistema de justiça criminal privou de justiça as vítimas de abusos e contribuiu para violações do direito a um julgamento justo. A violência dos grupos armados colocou em risco a população civil.

Houve algumas condenações e prisões por crimes cometidos no passado. As Câmaras Extraordinárias do Tribunal do Camboja (que julgavam o Khmer Vermelho) condenaram Nuon Chea, segundo homem na cadeia de comando no regime do Khmer Vermelho, e Khieu Samphan, ex-chefe de Estado do regime, por crimes contra a humanidade e os sentenciaram à prisão perpétua. Nas Filipinas, o general aposentado Jovito Palparan foi preso em agosto. Ele foi acusado de sequestro e detenção ilegal de estudantes universitários.

Na Indonésia, as vítimas de violações e abusos dos direitos humanos cometidos no passado continuaram a exigir justiça, verdade e reparação pelos crimes de direito internacional perpetrados durante o governo do ex-Presidente Suharto (1965-1998) e o subsequente período de reformas (*reformasi*). Não foi informado qualquer progresso com relação aos numerosos casos de supostas violações graves dos direitos humanos

apresentados pela Comissão Nacional de Direitos Humanos (Komnas HAM) ao Gabinete do Procurador-Geral, após conduzir uma investigação preliminar não judicial.

No Sri Lanka, o Conselho de Direitos Humanos da ONU estabeleceu uma investigação internacional sobre as denúncias de crimes de guerra cometidos durante a guerra civil. Autoridades e apoiadores do governo ameaçaram os defensores dos direitos humanos para que não tivessem contato com os investigadores nem contribuíssem com a investigação. Em abril, no Nepal, o Parlamento aprovou a Lei sobre a Comissão da Verdade e Reconciliação (TRC), que criou duas comissões, a TRC e a Comissão sobre Desaparecimentos Forçados, com o poder de recomendar anistias, inclusive para casos de graves violações dos direitos humanos. Isso ocorreu apesar de o Supremo Tribunal ter determinado, em janeiro, que uma portaria semelhante de 2013 sobre a TRC, que também lhe concedia o poder de recomendar anistias, infringia o direito internacional dos direitos humanos e o espírito da Constituição Provisória de 2007.

MIGRANTES

Vários países violaram o princípio internacional de *non-refoulement* ao devolverem à força refugiados e requerentes de asilo para países onde estavam expostos a graves violações de direitos humanos. Na Malásia, em maio, as autoridades devolveram à força dois refugiados e um requerente de asilo que estavam sob a proteção do ACNUR, o órgão da ONU para os refugiados, para o Sri Lanka, onde eles corriam risco de sofrer tortura. O Sri Lanka deteve e expulsou à força os requerentes de asilo, sem avaliar adequadamente os seus pedidos de permanência.

Segundo o ACNUR, os afegãos continuaram a representar um número muito elevado de refugiados. Os vizinhos Irã e Paquistão abrigaram 2,7 milhões de refugiados afegãos registrados. Em março, o ACNUR documentou 659.961 afegãos que

foram desalojados internamente devido ao conflito armado, à deterioração da segurança e a desastres naturais. Houve preocupação de que o desalojamento poderia aumentar após a transição de segurança prevista para o fim de 2014, num contexto em que os insurgentes locais lutavam para ocupar o território anteriormente controlado pelas forças internacionais.

Os migrantes internos também sofreram discriminação. Na China, as mudanças introduzidas no sistema de registro de famílias, conhecido como *hukou*, permitiram aos residentes das zonas rurais mudar-se com mais facilidade para cidades de pequeno ou médio porte. O acesso a benefícios e serviços, inclusive educação e assistência médica, continuou vinculado à categoria de cada pessoa no *hukou*, o que ainda era motivo de discriminação. O sistema *hukou* obrigou muitos migrantes internos a deixar seus filhos na área rural.

Os trabalhadores migrantes continuaram a enfrentar abusos e discriminação. Em Hong Kong, teve início um julgamento de grande notoriedade pública envolvendo três trabalhadoras domésticas indonésias. Sua antiga empregadora respondeu por 21 acusações, com o causar lesão corporal grave com dolo e não pagar salários. Em outubro, a Anistia Internacional publicou um relatório baseado em entrevistas com trabalhadores agrícolas migrantes em toda a Coreia do Sul, os quais, em razão do Sistema de Permissão de Emprego (EPS), eram submetidos a horas de trabalho excessivas, salários insuficientes, negação de descanso semanal e de férias anuais remuneradas, subcontratação ilegal e condições de vida precárias. Muitos também foram discriminados no trabalho devido à sua nacionalidade.

A Austrália continuou com sua política rígida em relação a os requerentes de asilo, devolvendo ao país de origem aqueles que chegavam de barco, transferindo-os para centros de detenção para imigrantes localizados fora do território australiano – em

Papua-Nova Guiné (na ilha de Manus) e em Nauru – ou, então, detendo-os na Austrália.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E ÉTNICA CRESCENTE

Em 2014, houve sinais de crescente intolerância étnica e religiosa, com consequente discriminação, diante de autoridades que ou foram cúmplices ou não adotaram medidas para combatê-las. No Paquistão, as leis sobre blasfêmia continuaram vinculadas a atos de violência praticados por justiceiros. A polícia foi avisada de algumas agressões iminentes a suspeitos de "blasfêmia", mas não tomou medidas adequadas para protegê-los. As leis sobre blasfêmia também contribuíram para um ambiente de intolerância na Indonésia. Em novembro, a Anistia Internacional recomendou a revogação dessa lei no país e a libertação imediata de todos que estavam presos em razão dela.

Ataques violentos por motivo de identidade religiosa e étnica continuaram a ocorrer em uma escala significativa, e a omissão dos governos em lidar com esse tipo de intolerância ficou evidente. Os governos de Mianmar e Sri Lanka não combateram o incitamento à violência com base no ódio nacional, racial e religioso por grupos nacionalistas budistas, apesar dos incidentes violentos. O governo de Mianmar também não permitiu aos rohingyas a igualdade de acesso à cidadania plena. No Paquistão, muçulmanos xiitas foram mortos em ataques de grupos armados; ahmadis e cristãos também foram escolhidos como alvo. O Sri Lanka também foi palco de atos de violência contra muçulmanos e cristãos por grupos armados, e a polícia não os protegeu nem investigou os incidentes.

Na China, pessoas de etnia tibetana continuaram a sofrer discriminação e restrições em seu direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, bem como de expressão, associação e reunião pacífica. Segundo informações, manifestantes tibetanos foram atingidos por tiros disparados

pela polícia e por forças de segurança em Kardze (em chinês, Ganzi), na província de Sichuan, onde uma multidão se reuniu para protestar contra a detenção de um líder comunitário. Uigures enfrentaram discriminação generalizada no emprego, educação e moradia, tiveram sua liberdade de religião cerceada e foram marginalizados politicamente.

Algumas autoridades governamentais utilizam a religião como justificativa para a discriminação em curso. Na Malásia, o Tribunal Federal rejeitou um recurso que buscava derrubar a proibição do uso da palavra "Alá" por um jornal cristão em suas publicações. As autoridades alegaram que o uso da palavra em textos não muçulmanos era confuso e poderia encorajar a conversão de muçulmanos. A proibição levou a atos de intimidação e assédio contra cristãos.

Na Índia, completaram-se 30 anos do massacre de sikhs em 1984, que seguia impune, tal como tantos outros ataques de grandes proporções contra minorias religiosas.

DISCRIMINAÇÃO

Em muitos países as pessoas continuaram a sofrer discriminação, principalmente onde as autoridades não tomaram as medidas adequadas para proteger essas pessoas e suas comunidades.

No Nepal, persistiu a discriminação por motivos de gênero, casta, classe, etnia e religião, entre outros. As vítimas foram submetidas à exclusão, tortura e outros maus-tratos, como a violência sexual. Mulheres de grupos marginalizados, inclusive as dalit, e mulheres que viviam na pobreza continuaram a enfrentar grandes dificuldades por múltiplas formas de discriminação. Na Índia, as mulheres e meninas dalit continuaram a sofrer vários níveis de discriminação e violência com base em castas. Autoproclamados conselhos municipais emitiram decretos ilegais que ordenavam punições de mulheres por supostas transgressões sociais.

O governo japonês não se pronunciou contra a retórica discriminatória nem refreou o uso de termos racialmente pejorativos e o assédio contra as pessoas de etnia coreana e seus descendentes, que são comumente chamados de *zainichi* (literalmente, "residentes no Japão"). Em dezembro, o Supremo Tribunal condenou o grupo Zainichi Tokken wo Yurusanai Shimin no Kai por usar termos racialmente pejorativos contra a comunidade coreana durante manifestações públicas realizadas perto de uma escola coreana de ensino primário.

No Sri Lanka, continuou a discriminação das minorias étnicas, linguísticas e religiosas, como os membros das comunidades tamil, muçulmana e cristã. As minorias foram alvo de restrições arbitrárias às liberdades de expressão e de associação.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em muitos países da região ainda é preciso avançar no respeito, proteção e cumprimento dos direitos sexuais e reprodutivos.

Em abril, o Supremo Tribunal das Filipinas endossou a Lei sobre Saúde Reprodutiva, que abria caminho para o financiamento público de métodos contraceptivos modernos e procurava introduzir o debate sobre saúde reprodutiva e educação sexual nas escolas. No entanto, as Filipinas ainda têm uma das leis mais restritivas ao aborto no mundo, que o criminaliza em todos os casos, sem exceções. Na Indonésia, em julho, foi aprovada uma lei que restringia para 40 dias o prazo no qual as sobreviventes de estupro poderiam realizar legalmente um aborto. Houve preocupações de que este período de tempo mais curto impediria que muitas sobreviventes de estupro tivessem acesso a um aborto seguro.

No Nepal, os esforços do governo para erradicar a discriminação de gênero contra mulheres e meninas continuaram ineficazes para reduzir o risco de prolapso uterino. O secretário-geral da Anistia Internacional, Salil Shetty, lançou no país a campanha "Meu

Corpo, Meus Direitos" entre mulheres de comunidades rurais afetadas pelo problema.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Mulheres de toda a região continuaram a sofrer violência, inclusive ao procurar exercer seus direitos. No Paquistão, por exemplo, uma *jirga* (órgão decisório tradicional) formada por chefes tribais uthmanzai da agência tribal do Waziristão do Norte ameaçou mulheres com atos de violência por elas tentarem obter a ajuda humanitária em campos para pessoas desalojadas.

Na Índia, as autoridades não implementaram de forma efetiva as novas leis sobre crimes contra as mulheres, promulgadas em 2013, nem empreenderam reformas significativas para garantir sua aplicação. O estupro dentro do casamento continuou não sendo reconhecido como crime se a esposa tivesse mais de 15 anos.

Em vários países da região, crianças foram obrigadas a se casar. No Afeganistão e no Paquistão, foram registrados os chamados crimes de "honra". No Afeganistão, aumentou o número de casos denunciados com base na Lei sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher – mas não estava claro se isso se devia a um aumento na ocorrência dos crimes ou ao maior registro de denúncias. Os crimes relacionados à violência contra as mulheres continuaram entre os menos denunciados. A Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão registrou 4.154 casos de violência contra mulheres somente no primeiro semestre de 2014. As autoridades aprovaram ou alteraram várias leis que impediam que os familiares das vítimas e dos autores dos crimes prestassem testemunho. Uma vez que, segundo consta, grande parte dos casos de violência de gênero ocorre no seio da família, tais leis praticamente impossibilitariam que processos relativos a casamentos forçados, casamentos infantis e violência doméstica tivessem êxito.

No Japão, foram divulgados os resultados de um estudo encomendado pelo governo, que revisou o processo de elaboração

da Declaração de Kono (um pedido de desculpas do governo, feito duas décadas antes, para as sobreviventes do sistema militar de escravidão sexual aplicado antes e durante a Segunda Guerra Mundial). Várias personalidades públicas de destaque deram declarações para negar ou justificar o sistema. O governo continuou se recusando a utilizar oficialmente o termo "escravidão sexual" e a negar uma indenização efetiva às sobreviventes.

Em Papua-Nova Guiné, houve mais denúncias de atos de violência, às vezes resultando em morte, contra mulheres e crianças acusadas de feitiçaria. O relator especial da ONU sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias destacou que os assassinatos relacionados à feitiçaria eram uma de suas principais preocupações.

PENA DE MORTE

Vários países da região mantiveram a pena de morte: a China continuou a empregá-la de modo extensivo.

As execuções continuaram no Japão. Em março, um tribunal ordenou um novo julgamento e a libertação imediata de Hakamada Iwao. Ele havia sido condenado à morte em 1968, após um julgamento injusto baseado em uma confissão forçada, e era o prisioneiro que estava há mais tempo condenado à morte no mundo.

No Vietnã, as execuções continuaram e várias pessoas foram condenadas à morte por crimes econômicos.

As críticas nacionais e internacionais tiveram certo impacto. Na Malásia, as execuções de Chandran Paskaran e Osariakhi Ernest Obayangbon foram adiadas. No entanto, a pena de morte continuou a ser imposta e, segundo informações, execuções foram realizadas em segredo.

Em janeiro, o Supremo Tribunal da Índia determinou que o atraso injustificado na execução de penas de morte configurava tortura, e que a execução de pessoas que sofrem de doença mental seria

inconstitucional. O Tribunal também estabeleceu diretrizes para a salvaguarda dos direitos das pessoas condenadas à morte.

Em dezembro, em consequência do ataque do Talibã paquistanês a uma escola em Peshawar, o Paquistão suspendeu a moratória da pena de morte e começou a executar prisioneiros condenados por acusações relacionadas a o terrorismo. Segundo informações, mais de 500 pessoas corriam risco de ser executadas.

O Afeganistão continuou a aplicar a pena de morte, muitas vezes após julgamentos injustos. Em outubro, seis homens foram executados na prisão Pul-e-Charkhi, em Kabul. Os julgamentos de pelo menos cinco deles, acusados de um estupro coletivo, foram considerados injustos, tendo sido comprometidos pela pressão da opinião pública e de instâncias políticas sobre os tribunais para que fossem impostas penas rígidas aos réus, os quais, por sua vez, alegaram ter confessado após tortura policial em detenção.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

As empresas têm a responsabilidade de respeitar os direitos humanos. No entanto, em vários países da região da Ásia e da Oceania, esse respeito não era evidente. Na Índia, milhares de pessoas continuaram em risco de ser removidas à força de suas casas e terras para dar lugar a grandes projetos comerciais e de infraestrutura. As comunidades adivasi (aborígenes) que viviam perto de minas e represas, novas ou em expansão, eram especialmente vulneráveis. Em Papua-Nova Guiné, aumentaram as tensões entre os moradores locais e a empresa de mineração da mina de ouro de Porgera. Em junho, durante uma remoção forçada, a polícia incendiou cerca de 200 casas e, segundo informações, perpetrar atos de violência física e sexual.

Na Índia, completaram-se em dezembro 30 anos do desastre causado pelo vazamento de gás de uma fábrica em Bhopal em 1984. Os sobreviventes continuaram a sofrer

graves problemas de saúde associados ao vazamento e à contaminação que a fábrica continuava a produzir. Nem a Companhia Dow Chemical nem a Union Carbide responderam a uma intimação penal emitida por um tribunal de Bhopal. O governo indiano continuou sem descontaminar o local da fábrica.

No Camboja, continuaram os conflitos pela posse de terra e as remoções forçadas, provocando um aumento dos protestos e dos confrontos, muitas vezes envolvendo autoridades locais e empresas privadas. Em outubro, um grupo de especialistas em direito internacional, representando 10 vítimas, forneceu informações ao TPI afirmando que a grilagem de terras "generalizada e sistemática" pelo governo cambojano era um crime contra a humanidade.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXUAIS

A homossexualidade continuou criminalizada em vários países da região. Em um evento positivo, o Supremo Tribunal da Índia concedeu em abril, em uma decisão histórica, o reconhecimento jurídico a pessoas transgênero. O Tribunal ordenou que as autoridades reconheçam a autoidentificação das pessoas transgênero como homens, mulheres ou "terceiro gênero", e que apliquem políticas de assistência social e quotas nos sistemas de educação e emprego. No entanto, casos de assédio e violência contra pessoas transgênero continuaram a ser relatados.

Na Malásia, em novembro, numa decisão inédita, o Tribunal de Recursos declarou inconstitucional a lei do estado de Negeri Sembilan, baseada na sharia, que tornava o travestismo ilegal. No entanto, a Anistia Internacional recebeu informações sobre a prisão e a detenção de pessoas LGBTI exclusivamente por causa de sua sexualidade, enquanto essas pessoas continuavam a ser discriminadas.

Em outubro, o Supremo Tribunal de Cingapura confirmou o artigo 377A do Código Penal, que criminalizava as relações sexuais consensuais entre homens. Em Brunei, o novo Código Penal permitia impor a morte por apedrejamento como possível punição para condutas que sequer deveriam ser consideradas criminosas – como relações sexuais fora do casamento e relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo –, bem como para crimes como roubo e estupro.

Em virtude do que foi observado, pode-se concluir que as profundas transformações geopolíticas e econômicas que estão ocorrendo na região da Ásia e da Oceania tornam ainda mais urgente que as salvaguardas de direitos humanos sejam fortalecidas e que as deficiências existentes sejam corrigidas, para que todas as pessoas da região possam exercer plenamente sua cidadania, sem risco de sanções.

PANORAMA REGIONAL: EUROPA E ÁSIA CENTRAL

O dia 9 de novembro de 2014 marcou o 25º aniversário da queda do Muro de Berlim, o fim da Guerra Fria e, de acordo com um comentarista, “o fim da história”. Celebrando o aniversário em Berlim, a chanceler alemã Angela Merkel declarou que “a queda do Muro nos mostrou que os sonhos podem se tornar realidade” – e para muitos na Europa comunista, eles realmente se tornaram. Mas um quarto de século depois, o sonho de uma maior liberdade permaneceu distante como nunca para milhões na ex-União Soviética, com a oportunidade para a mudança arrancada das mãos do povo por novas elites que surgiram, sem rupturas, a partir das elites antigas.

O ano de 2014 não foi um período de progresso estagnado, mas de retrocesso. Se a queda do Muro de Berlim marcou o fim da história, o conflito no leste da Ucrânia e a anexação russa da Crimeia sinalizam claramente a sua retomada. Discursando no mesmo dia que Angela Merkel, o ex-líder da União Soviética, Mikhail Gorbachev, colocou-o de forma direta: “O mundo está à beira de uma nova Guerra Fria. Alguns até mesmo dizem que já começou”.

Os eventos dramáticos na Ucrânia expuseram os perigos e dificuldades de sonhar. Mais de 100 pessoas foram mortas à medida que o protesto da EuroMaidan atingia sua conclusão sangrenta em fevereiro. Até o fim do ano, mais de 4 mil pessoas haviam morrido nos confrontos no leste da Ucrânia, muitas delas civis. Apesar da assinatura de um cessar-fogo em setembro, os confrontos localizados continuaram e havia pouca perspectiva de uma resolução rápida até o fim do ano. A Rússia continuou a negar que estava apoiando as forças rebeldes tanto com tropas quanto com equipamentos, diante de

crescente evidência do contrário. Ambos os lados foram responsáveis por uma série de violações do direito internacional dos direitos humanos e do direito humanitário, como bombardeios indiscriminados, que resultaram em centenas de vítimas civis. À medida que a lei e a ordem gradativamente desmoronavam ao longo das linhas de conflito e em áreas controladas por rebeldes, sequestros, execuções e relatos de torturas e maus-tratos proliferavam, sendo cometidos tanto por forças rebeldes quanto por batalhões de voluntários pró-Kiev. Nenhum dos lados mostrou muita inclinação para investigar e reprimir tais abusos.

A situação na Crimeia deteriorou-se de forma previsível. Com sua absorção pela Federação Russa, leis e práticas russas foram implementadas para restringir as liberdades de expressão, de reunião e de associação daqueles que se opunham à mudança. Ativistas pró-Ucrânia e tártaros da Crimeia foram assediados, detidos e, em alguns casos, submetidos a desaparecimento. Em Kiev, a enorme tarefa de introduzir as reformas necessárias para fortalecer o Estado de direito, eliminar abusos no sistema de justiça criminal e combater a corrupção endêmica, foi adiada pelas eleições presidenciais e parlamentares e as distrações inevitáveis do conflito que ainda assolava o leste. Houve pouco progresso na investigação dos assassinatos de manifestantes da EuroMaidan até o fim do ano.

A ruptura da falha geopolítica na Ucrânia teve inúmeras consequências na Rússia, simultaneamente aumentando a popularidade do Presidente Putin e tornando o Kremlin mais cauteloso com relação aos adversários. A crise nas relações Leste-Oeste se refletiu na promoção agressiva de propaganda anti-Occidente e anti-Ucrânia na imprensa tradicional. Ao mesmo tempo, o espaço para expressar e comunicar opiniões divergentes encolheu de forma marcante, uma vez que o Kremlin reforçou seu controle sobre a imprensa e a internet, reprimiu protestos e assediou e demonizou ONGs independentes.

Em outros locais da ex-União Soviética, as esperanças e ambições desencadeadas pela queda do Muro de Berlim recuaram ainda mais. Na Ásia Central, governos autoritários permaneceram entrincheirados no Cazaquistão e ainda mais no Turcomenistão. Onde eles pareceram oscilar levemente, como no Uzbequistão, isto foi mais o resultado de lutas internas da elite dominante do que uma resposta ao descontentamento mais amplo, que continuou a ser reprimido. O Azerbaijão se mostrou particularmente agressivo na repressão às divergências; até o fim do ano, a Anistia Internacional reconheceu um total de 23 prisioneiros de consciência no país, inclusive blogueiros, ativistas políticos, líderes da sociedade civil e advogados de direitos humanos. A presidência do Azerbaijão do Conselho da Europa, na primeira metade do ano, não o induziu à contenção. De fato, de forma mais intensa no Azerbaijão, mas também em outros locais da Ásia Central, os interesses estratégicos sempre prevaleceram sobre as críticas internacionais das violações generalizadas dos direitos humanos e sobre as tentativas de evitá-las. Mesmo no caso da Rússia, as críticas internacionais à crescente repressão dos direitos civis e políticos foi extremamente escassa.

Se a Rússia permaneceu líder de mercado no autoritarismo popular e “democrático”, essa tendência também foi observada em outros locais na região. Na Turquia, Recep Erdogan demonstrou mais uma vez seu poder de angariar votos, ao vencer com folga as eleições presidenciais em agosto, apesar de uma série de escândalos de corrupção de amplo conhecimento público que implicava diretamente a ele e a sua família. Sua resposta frente a isso, como havia sido aos protestos de Gezi no ano anterior, foi inflexível: centenas de promotores, policiais e juízes suspeitos de lealdade ao então aliado Fetullah Gülen foram transferidos para outros postos. A indefinição na separação dos poderes na Hungria continuou após a reeleição do partido governista Fidesz em abril e, em medidas que ecoaram eventos

mais ao leste, ONGs críticas foram atacadas por supostamente agirem em nome dos interesses de governos estrangeiros. Até o fim do ano, diversas ONGs enfrentavam a ameaça de processos criminais por supostas irregularidades financeiras.

Em toda a União Europeia (UE), dificuldades econômicas estabelecidas e a confiança decrescente nos partidos políticos tradicionais levaram a um crescimento dos partidos populistas em ambas as extremidades do espectro político. A influência de atitudes nacionalistas e veladamente xenófobas foi visível sobretudo nas políticas migratórias cada vez mais restritivas, mas também se refletiu na desconfiança crescente à autoridade supranacional. A própria UE foi um alvo em particular, mas também o foi a Convenção Europeia dos Direitos Humanos. O Reino Unido e a Suíça lideraram o ataque, com partidos governistas em ambos os países atacando abertamente o Tribunal Europeu de Direitos Humanos e discutindo a retirada do sistema da Convenção.

Em resumo, em nenhum momento desde a queda do Muro de Berlim a integridade e o suporte à estrutura internacional de direitos humanos na região da Europa e da Ásia Central pareceram tão frágeis.

LIBERDADES DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

Em toda a ex-União Soviética, governos autocráticos mantiveram ou fortaleceram seu controle sobre o poder. A deterioração do respeito aos direitos às liberdades de expressão, de reunião e de associação na Rússia se acelerou desde o retorno de Vladimir Putin à presidência. As penalidades foram aumentadas, inclusive com maior responsabilização penal por infrações da lei sobre manifestações. No decorrer do ano, protestos espontâneos de menor escala foram rotineiramente dispersados, mesmo que pacíficos, com centenas de pessoas presas e multadas, ou condenadas a curtos períodos de detenção. Poucos protestos

maiores planejados com antecedência, como os protestos antiguerra de março e setembro, foram autorizados a acontecer. ONGs críticas e independentes foram constantemente retratadas pelos meios de comunicação e por lideranças políticas como uma força clandestina infiltrada, agindo de maneira paga em nome dos interesses de poderes estrangeiros nefastos. Desacreditadas por campanhas de difamação na imprensa, dezenas de ONGs também foram assoladas por processos judiciais, ao desafiarem a exigência de que se registrassem sob o rótulo politicamente tóxico de “agentes estrangeiros”. Em consequência, cinco se dissolveram.

Na Bielorrússia, a lei extremamente restritiva sobre manifestações continuou a ser aplicada de uma forma que efetivamente proibia os protestos públicos. Os poucos que a confrontaram sofreram breves períodos de detenção por seus esforços. Na preparação para o Campeonato Mundial de Hóquei no Gelo, em maio, 16 ativistas da sociedade civil foram presos e condenados a entre cinco e 25 dias de detenção administrativa. Oito foram presos arbitrariamente em razão de uma marcha pacífica para lembrar o desastre nuclear de Chernobyl. Eles foram acusados de “vandalismo mesquinho” e “desobediência às ordens policiais”. Outros oito, todos conhecidos por seu ativismo político, foram detidos por acusações semelhantes nos dias que antecederam a marcha.

Ativistas políticos e da sociedade civil foram particularmente visados no Azerbaijão. Dez importantes organizações de direitos humanos foram forçadas a fechar ou suspender suas atividades, e pelo menos seis conhecidos defensores dos direitos humanos foram presos sob falsas acusações relativas ao seu trabalho. Blogueiros e jovens líderes da oposição foram tipicamente acusados de delitos relacionados a drogas. Jornalistas independentes continuaram a enfrentar assédio, violência e acusações criminais forjadas.

A situação na Ásia Central não mostrou sinais de avanço. Ainda não havia veículos de imprensa, ONGs ou partidos políticos genuinamente independentes no Turcomenistão, apesar de reformas legislativas simbólicas em anos recentes supostamente destinadas a facilitar seu surgimento. O acesso à internet e a liberdade de expressão na rede continuaram a ser severamente restringidos. No Uzbequistão, alguns ativistas de direitos humanos resistentes continuaram a atuar, mas foram obrigados a fazê-lo de forma a não chamar atenção e com risco pessoal considerável. Em ambos os países, protestos permaneceram praticamente impossíveis. No Quirguistão, ativistas da sociedade civil trabalharam em um ambiente muito mais livre, mas continuaram a relatar assédio. No entanto, até nesse país, o governo propôs uma legislação que aboliria o direito de criar associações sem registro e alguns deputados pressionaram o Parlamento a introduzir uma lei de “agentes estrangeiros” similar à da Rússia.

No Cazaquistão, o novo Código Penal introduziu uma série de delitos que poderia ser utilizada para restringir as atividades legítimas de ONGs. Similarmente, o governo começou a considerar restrições mais rígidas para o financiamento estrangeiro das ONGs. Protestos públicos foram realizados, mas os participantes correram o risco de multas e detenção. A liberdade de imprensa diminuiu e a internet foi submetida a restrições cada vez maiores; redes sociais e blogs foram muitas vezes coibidos e muitos recursos da rede foram bloqueados por decisões judiciais tomadas em processos fechados.

Na Turquia, o governista Partido AK fortaleceu sua influência sobre a imprensa, principalmente por meio da exploração de relações comerciais públicas e privadas. Jornalistas críticos e independentes continuaram a ser demitidos por editores nervosos ou proprietários descontentes, e a autocensura continuou comum. A liberdade de reunião pacífica, brutalmente suprimida

em 2013 durante os protestos de Gezi, continuou a ser minada por uma legislação restritiva sobre manifestações e pela dispersão violenta de manifestantes pacíficos, sempre que estes ameaçaram se reunir em grande número ou em torno de temas particularmente sensíveis. Em dezembro, diversos jornalistas foram detidos com base nessas leis antiterrorismo radicais por informarem sobre denúncias de corrupção.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

O número de pessoas desalojadas em todo o mundo superou 50 milhões pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A resposta da UE e seus Estados-membros foi, com raras exceções, motivada sobretudo pelo desejo de mantê-los fora de seu território. Isso foi óbvio, de maneira chocante, na resposta da UE à crise dos refugiados sírios. Até o fim do ano, apenas cerca de 150 mil de aproximadamente 4 milhões de refugiados sírios viviam na UE – praticamente o mesmo número que chegou à Turquia numa única semana após o avanço do Estado Islâmico em Kobani. Os países da UE se comprometeram a abrigar apenas 36.300 dos cerca de 380 mil refugiados sírios identificados pelo ACNUR como tendo necessidade de reassentamento. A Alemanha ofereceu 20 mil vagas de reassentamento. Reino Unido, França, Itália, Espanha e Polônia, com uma população somada de 275 milhões de pessoas, ofereceram apenas pouco mais de 2 mil vagas, o que corresponde a 0,001% de suas populações.

Na ausência de vias legais seguras para os refugiados e migrantes chegarem à Europa, e diante da determinação da UE em selar suas fronteiras terrestres, um número recorde tentou chegar à Europa por mar – e um número também recorde se afogou. Até o fim do ano, o ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, estimou que 3.400 refugiados e migrantes perderam suas vidas no Mediterrâneo, tornando-o a rota marítima mais perigosa do mundo para migrantes.

Nos primeiros dez meses do ano, um número maior de acidentes no mar foi evitado graças a uma unilateral e impressionante operação de busca e resgate da Itália, a Mare Nostrum, que resgatou mais de 100 mil pessoas – mais da metade delas refugiados de países como Síria, Eritreia e Somália. Porém, diante de significativa pressão da parte de outros Estados-membros da UE, a operação foi encerrada em 31 de outubro. Em seu lugar, a UE ofereceu um substituto coletivo, a Operação Triton, coordenado por sua agência de fronteiras, a Frontex, que foi bastante reduzido em sua escala, escopo e mandato.

Aqueles que conseguiram escalar ou contornar as cercas cada vez mais altas e extensas ao longo das fronteiras terrestres externas da UE se arriscaram a ser ilegalmente repelidos pela Espanha, pela Grécia e pela Bulgária para a Turquia e o Marrocos. No fim do ano, o partido governista da Espanha apresentou uma emenda ao projeto de Lei de Segurança Pública que legalizaria as expulsões sumárias ao Marrocos a partir de Ceuta e Melilla. A UE tentou reforçar sua gestão do controle de fronteiras com tais países complementando progressivamente as devoluções imediatas com operações para evitar que essas pessoas entrassem em seu território.

Os centros de detenção de imigrantes – as masmorras da Fortaleza Europa – permaneceram cheios, muitas vezes superlotados. Migrantes e requerentes de asilo irregulares, inclusive famílias e crianças, continuaram a ser detidos em grande número, muitas vezes por longos períodos de tempo e às vezes em condições desumanas.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A publicação em dezembro do relatório do Comitê de Inteligência do Senado dos Estados Unidos sobre o programa de detenções da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) expôs não apenas os detalhes chocantes dos abusos praticados, mas também a verdadeira extensão da cumplicidade dos

países europeus. Vários abrigaram unidades de detenção secretas (Polônia, Lituânia e Romênia) ou deram assistência ao governo dos Estados Unidos na transferência ilegal, no desaparecimento forçado e na tortura e outros maus-tratos de dezenas de detidos, inclusive, em particular, o Reino Unido, a Suécia, a Macedônia e a Itália. Em nenhum desses países houve qualquer avanço significativo na prestação de contas dos responsáveis. Ainda que tenha havido alguns desenvolvimentos positivos no que se refere às queixas individuais movidas por vítimas na Polônia, na Lituânia e no Reino Unido (o Tribunal Europeu de Direitos Humanos decidiu, em julho, que o governo polonês conspirou com a CIA para estabelecer uma prisão secreta no país entre 2002 e 2005), a prestação de contas continuou a ser minada por evasivas, negações e atrasos.

Em junho, o canal de TV irlandês RTÉ divulgou evidências até então não reveladas, que estavam em posse do governo do Reino Unido, relativas a cinco técnicas de tortura utilizadas pelas forças de segurança britânicas na Irlanda do Norte no exercício de seus poderes de detenção em 1971 e 1972. As técnicas eram muito semelhantes às utilizadas pela CIA trinta anos mais tarde. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos havia decidido previamente que as técnicas correspondiam a maus-tratos, e não tortura, em um caso entre Estados apresentado pelo governo irlandês. Em dezembro, o governo irlandês anunciou que buscava uma revisão da decisão do Tribunal Europeu de Direitos Humanos.

A tortura e outros maus-tratos permaneceram generalizados em toda a ex-União Soviética. Aqueles acusados de crimes relativos ao terrorismo ou suspeitos de pertencer a grupos islâmicos estiveram particularmente suscetíveis à tortura nas mãos de forças de segurança nacionais na Rússia e Ásia Central; porém, em toda a região, agentes da lei corruptos e mal supervisionados frequentemente recorreram à tortura e outros maus-tratos para obter

confissões e subornos. Na ausência de investigações efetivas e independentes, a impunidade para tais abusos foi a regra predominante.

Na Turquia, o uso rotineiro de força excessiva pela polícia no decorrer das manifestações permaneceu em evidência, mesmo que a tortura em centros de detenção tenha seguido em sua tendência de queda. A justiça continuou a ser negada ou adiada para as diversas mortes e as centenas de feridos graves que resultaram dos abusos da polícia durante os protestos do parque Gezi em 2013. Na Grécia e às vezes na Espanha, os policiais continuaram usando força excessiva para dispersar manifestações – do mesmo modo encorajados pela impunidade prevalecente para tais abusos.

Os abusos mais dramáticos relativos a protestos ocorreram na Ucrânia, durante as manifestações da EuroMaidan, em Kiev, e em sua conclusão sangrenta. Pelo menos 85 manifestantes, além de 18 policiais, morreram em consequência direta da violência; não existiam dados exatos sobre o número de feridos. Depois que a tropa de choque usou a força de modo excessivo contra manifestantes pacíficos pela primeira vez, em 30 de novembro de 2013, incidentes recorrentes de uso abusivo da força, bem como prisões arbitrárias e tentativas de processar criminalmente os manifestantes, prosseguiram nos primeiros meses do ano. No fim de fevereiro, foram utilizadas armas de fogo com munição real, inclusive fuzis de precisão. Não se sabe ao certo, porém, que forças as utilizaram e a mando de quem elas agiram. Dezenas de ativistas do EuroMaidan desapareceram no contexto dos protestos. Alguns ressurgiram depois, tendo sido sequestrados e torturados; o destino de mais de 20 pessoas permanecia desconhecido até o fim do ano.

Após a queda do presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovich, as novas autoridades se comprometeram publicamente a investigar e processar de maneira efetiva os responsáveis pelas mortes e por outros abusos cometidos

no decorrer do EuroMaidan. No entanto, além de processos contra ex-líderes políticos, poucos passos concretos foram dados nesse sentido, se é que algum o foi. Até o fim do ano, apenas alguns poucos policiais de baixa patente haviam sido condenados por abusos relacionados ao EuroMaidan.

PENA DE MORTE

Pelo menos três homens foram executados na Bielorrússia, que continuou a ser o único país da região a manter a pena de morte na prática. Todas as execuções foram levadas a cabo apesar dos pedidos do Comitê de Direitos Humanos da ONU de que a decisão fosse suspensa para que o órgão pudesse examinar os três casos.

Justiça transicional Os julgamentos do ex-líder sérvio-bósnio Radovan Karadžić e do ex-general Ratko Mladić continuaram no Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII), que resolvia lentamente os poucos casos que tinha pendentes. Em nível nacional, os avanços para garantir a prestação de contas por crimes de guerra e por crimes contra a humanidade cometidos durante os diversos conflitos na ex-Iugoslávia permaneceram extremamente lentos. O número de novos indiciamentos continuou baixo, os julgamentos se arrastaram e os ataques políticos a tribunais nacionais de crimes de guerras prosseguiram. Tribunais, procuradores e unidades de investigação de crimes de guerra permaneceram sem equipes nem recursos suficientes, enquanto a falta de vontade política para fazer justiça cada vez mais se escondia atrás do desejo expresso de seguir em frente.

Em toda a região, as vítimas civis da guerra, inclusive vítimas de violência sexual, continuaram privadas de acesso a indenizações devido à não adoção de uma legislação abrangente que regule sua condição e garanta seus direitos. Em setembro, Croácia, Sérvia e Bósnia-Herzegovina assinaram um acordo de cooperação regional visando a acelerar o progresso até então lento para esclarecer

o destino de milhares de pessoas que ainda estão desaparecidas desde o conflito e devolver os corpos às suas famílias. Nos três países, a falta de uma legislação sobre pessoas desaparecidas continuou a prejudicar os direitos e o sustento dessas famílias.

Na Irlanda do Norte, os mecanismos e instituições que foram criados ou que possuem mandato para tratar das violações de direitos humanos relacionadas ao conflito continuaram a operar de maneira fragmentada e, muitas vezes, insatisfatória. A Equipe de Pesquisas Históricas, criada em 2006 para reexaminar todas as mortes atribuídas ao conflito, foi dissolvida após críticas generalizadas. Parte de seu trabalho estava para ser transferida a uma nova unidade dentro do Serviço de Polícia da Irlanda do Norte, motivando preocupações sobre a independência de futuras revisões de casos. Em dezembro, os principais partidos políticos da Irlanda do Norte concordaram em princípio em levar adiante as propostas apresentadas um ano antes pelo diplomata estadunidense Richard Haass para dois novos mecanismos: uma Unidade de Investigação Histórica e uma Comissão Independente de Recuperação de Informações. Entretanto, os detalhes relativos a finanças, recursos, prazos e legislação não foram inteiramente resolvidos.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Em toda a região, os governos mantiveram silêncio sobre a extensão de sua vigilância das comunicações na internet, apesar dos muitos protestos após as revelações feitas por Edward Snowden, em 2013, sobre a abrangência do programa de vigilância dos EUA. No Reino Unido, a Anistia Internacional e outras ONGs litigantes buscaram, sem êxito, contestar nos tribunais a compatibilidade do sistema de vigilância do Reino Unido com os direitos humanos, e agora tentarão uma revisão em Estrasburgo.

Países da UE continuaram a utilizar garantias diplomáticas duvidosas para devolver pessoas consideradas um risco para a segurança nacional a países onde elas corriam risco de sofrer tortura ou outros maus-tratos. A prática ganhou aceitação crescente na Rússia à medida que o país procurou contornar diversas decisões do Tribunal Europeu de Direitos Humanos que suspendiam a extradição de indivíduos procurados por países da Ásia Central. Em toda a ex-União Soviética, os Estados cooperantes frequentemente devolveram – tanto legal quando clandestinamente – suspeitos de terrorismo procurados em outros países nos quais corriam forte risco de sofrer tortura.

A situação da segurança no norte do Cáucaso permaneceu frágil, e as operações de segurança foram quase sempre marcadas por graves violações dos direitos humanos. Em um exemplo bastante flagrante dos abusos praticados por agentes da lei, as forças leais ao líder tchetcheno Ramzan Kadyrov cumpriram sua ameaça de retaliar as famílias dos autores de um ataque de grandes proporções em Grozny, em dezembro, e incendiaram várias casas.

Na Turquia, uma legislação antiterrorismo demasiado ampla continuou a ser utilizada para criminalizar o exercício legítimo da liberdade de expressão; entretanto, graças aos novos limites estipulados para o período máximo de detenção provisória, muitas dessas pessoas foram libertadas.

DISCRIMINAÇÃO

A discriminação continuou a afetar a vida de milhões de pessoas em toda a região. Vítimas tradicionais de preconceito, como ciganos, muçulmanos e migrantes, foram os principais alvos de ataque, mas o antissemitismo também permaneceu generalizado e se manifestou esporadicamente em ataques violentos. Houve avanços e retrocessos no respeito aos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI).

Declarações políticas, planos de ação e estratégias nacionais continuaram a ter impacto mínimo na vida de milhões de ciganos marginalizados – invariavelmente porque não foram acompanhadas da vontade política necessária para implementá-las e porque não identificaram nem combateram as principais razões por trás da exclusão social dos ciganos, ou seja, o preconceito e o racismo.

Em consequência, a discriminação dos ciganos no acesso à moradia, à educação e ao emprego permaneceu generalizada. Centenas de milhares de ciganos que vivem em assentamentos informais continuaram a enfrentar dificuldades no acesso a moradias sociais ou foram excluídos por critérios que não reconheciam, muito menos priorizavam, sua manifesta necessidade. Iniciativas legislativas criadas para combater a insegurança de posse nos assentamentos informais foram discutidas em diversos países, mas em nenhum deles foram adotadas. Como resultado, as pessoas que vivem em assentamentos informais em toda a Europa continuaram vulneráveis a remoções forçadas.

A segregação dos ciganos no sistema educacional permaneceu generalizada em toda a Europa Central e do Leste, particularmente na Eslováquia e na República Tcheca, apesar de promessas recorrentes das autoridades nacionais de que enfrentariam esse problema há muito identificado. Um acontecimento positivo foi que a UE deu início a um procedimento de infração contra a República Tcheca por violação da Diretiva sobre Igualdade Racial, a legislação de combate à discriminação da EU, pela discriminação dos ciganos na educação. A Itália e diversos outros países não revelados do bloco também estavam sendo examinados pela Comissão da UE por possíveis violações da Diretiva relacionadas à discriminação dos ciganos em várias áreas, o que poderia finalmente estar sinalizando a boa vontade da UE em aplicar a legislação adotada uma década atrás.

Em julho, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos determinou que a proibição francesa à cobertura completa do rosto em público não viola nenhum dos direitos estabelecidos na Convenção Europeia de Direitos Humanos, apesar de seu alvo evidente serem os véus islâmicos que encobrem totalmente o rosto, e de que isso restringe os direitos à liberdade de expressão, crença religiosa e não discriminação das mulheres muçulmanas que escolhem usá-los. Em uma decisão perversa com implicações preocupantes para a liberdade de expressão, o Tribunal Europeu justificou as restrições referindo-se a exigências nebulosas de “convivência”.

Crimes de ódio violentos – praticados principalmente contra ciganos, muçulmanos, judeus, migrantes e pessoas LGBTI – continuaram acontecendo em todo o continente. Diversos países, inclusive Estados-membros da UE, ainda não incluíram a orientação sexual e a identidade de gênero como motivos proibidos na legislação sobre crimes de ódio. Em toda a região, esses crimes continuaram sendo pouco denunciados e pouco investigados. Geralmente não se apresentavam acusações específicas por crimes de ódio nem se aplicavam as disposições do Código Penal que permitiam punir os motivos discriminatórios considerando-os circunstâncias agravantes, já que os investigadores não questionavam os possíveis motivos discriminatórios e os promotores não acusavam corretamente os autores nem apresentavam as provas relevantes aos tribunais.

Um número crescente de países concedeu direitos iguais para uniões entre pessoas do mesmo sexo (ainda que raramente no que se refere à adoção) e marchas de orgulho LGBTI seguras e bem-sucedidas foram realizadas pela primeira vez na Sérvia e em Montenegro, sob o olhar atento da UE. No entanto, a homofobia permaneceu generalizada e a tolerância crescente no Oeste europeu muitas vezes era correspondida no Leste com

maiores restrições à liberdade de expressão das pessoas LGBTI, e, de fato, essa tolerância de um lado era apontada como um motivo para mais restrições de outro. Na Rússia, ativistas LGBTI foram rotineiramente impedidos de organizar eventos públicos, ocasiões em que as autoridades locais costumavam recorrer à legislação que proíbe a promoção da homossexualidade entre menores. Legislação semelhante foi utilizada na Lituânia para proibir um livro de contos de fadas que incluía histórias de relacionamento entre pessoas do mesmo sexo. No Quirguistão, uma legislação que proíbe a “promoção de relações sexuais não tradicionais” foi debatida pelo Parlamento. Ataques a pessoas, organizações e eventos LGBTI foram comuns em grande parte do Leste Europeu e dos Bálcãs, e raramente tiveram alguma resposta apropriada de sistemas de justiça criminal indiferentes.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

A violência doméstica e de gênero continuou generalizada em toda a região. De acordo com um relatório publicado em março pela Agência dos Direitos Fundamentais da UE, uma em cada três mulheres do bloco havia sofrido agressão física e/ou sexual desde os 15 anos. A entrada em vigor da Convenção do Conselho da Europa para prevenir e combater a violência contra a mulher e a violência doméstica foi, portanto, oportuna, mas até o fim do ano apenas 15 países a haviam ratificado.

Apesar dessa evolução, vítimas de violência doméstica e sexual continuaram a ser mal atendidas pelos sistemas de proteção e de justiça criminal em todo o continente. A falta de abrigos para vítimas de violência doméstica e as altas taxas de abandono das investigações e dos processos por denúncias de violência sexual continuaram sendo problemas comuns em toda a região.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O acesso ao aborto permaneceu proibido em todas as circunstâncias em Malta. A Irlanda e a Polônia não aplicaram integralmente as decisões do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, de 2010 e 2012, respectivamente, que exigem que se garanta às mulheres o acesso efetivo ao aborto em certas circunstâncias. Apesar disso, o Conselho de Ministros do Conselho da Europa decidiu encerrar seu monitoramento da execução da sentença no caso irlandês.

PANORAMA REGIONAL: ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

Conforme 2014 se aproximava do fim, o mundo refletiu sobre um ano que foi catastrófico para milhões de pessoas em todo o Oriente Médio e o Norte da África; um ano que assistiu a conflitos armados incessantes e abusos horrendos na Síria e no Iraque, aos civis em Gaza arcando com o ônus da rodada mais mortífera até agora de confrontos entre Israel e o Hamas, e à Líbia cada vez mais se assemelhando a um Estado falido em meio a uma guerra civil incipiente. O Iêmen também permaneceu uma sociedade profundamente dividida, cujas autoridades centrais enfrentaram uma insurgência xiita no norte, um ativo movimento pela secessão no sul e a continuidade da insurgência no sudoeste.

Ao relembrar o ano, as inebriantes esperanças de mudança que impulsionaram os levantes populares que abalaram o mundo de língua árabe em 2011 e que viram governantes de longa data depostos na Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen pareciam uma memória distante. A exceção foi a Tunísia, onde novas eleições parlamentares transcorreram sem problemas em novembro, e as autoridades tomaram pelo menos algumas medidas para perseguir os responsáveis pelo legado de graves violações dos direitos humanos. O Egito, pelo contrário, deu cada vez menos motivos para otimismo. Lá, o general que liderou a derrubada do primeiro presidente pós-levante do país, em 2013, assumiu a presidência após as eleições e promoveu uma onda de repressão que teve como alvo não só a Irmandade Muçulmana e seus aliados, mas também ativistas de todo o espectro político, bem como profissionais da imprensa e ativistas de direitos humanos, com milhares de presos e centenas

de condenados à morte. No Golfo, as autoridades do Bahrein, da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos foram inflexíveis em seus esforços para sufocar a dissidência e erradicar qualquer sinal de oposição aos que detêm o poder, confiantes de que seus principais aliados entre as democracias ocidentais dificilmente fariam objeções.

O ano de 2014 também testemunhou a selvageria humana infligida por grupos armados envolvidos nos conflitos armados na Síria e no Iraque, particularmente o grupo que se autodenomina Estado Islâmico (EI, antes ISIS). Na Síria, combatentes do EI e outros grupos armados controlaram extensas áreas do país, inclusive grande parte da região que inclui Aleppo, a maior cidade da Síria, e impuseram “punições”, como assassinatos, amputações e açoitamentos públicos, para o que consideravam transgressões da sua versão da lei islâmica. O EI também ganhou influência nos redutos sunitas do Iraque, conduzindo um reinado de terror no qual o grupo executou sumariamente centenas de soldados do governo capturados, membros de minorias, muçulmanos xiitas e outros, inclusive membros de tribos sunitas que se opuseram ao grupo. O Estado Islâmico também elegeu como alvo minorias religiosas e étnicas, expulsando cristãos e forçando milhares de yazidis e outros grupos minoritários a deixar suas casas e terras. Forças do EI mataram a tiros homens e meninos em assassinatos ao estilo de execuções, e sequestraram centenas de mulheres e meninas yazidis para a escravidão, forçando muitas delas a se “casarem” com combatentes do EI, que incluíam milhares de voluntários estrangeiros da Europa, América do Norte, Austrália, Norte da África, Golfo e outros lugares.

Ao contrário de muitos que cometem homicídios ilegais, mas procuram manter seus crimes em segredo, o Estado Islâmico divulga amplamente suas ações brutais. Garantiu que seus próprios cinegrafistas estivessem a postos para filmar alguns de seus atos mais infames, como a decapitação

de jornalistas, trabalhadores humanitários e soldados libaneses e iraquianos capturados. Em seguida, o EI tornava público o massacre, em vídeos cuidadosamente produzidos, embora sombriamente macabros, que foram divulgados na internet como ferramenta de propaganda, de negociação de reféns e de recrutamento.

Os rápidos avanços militares obtidos pelo Estado Islâmico na Síria e no Iraque, associados às suas execuções sumárias de reféns ocidentais e outros, levaram os Estados Unidos a formar em setembro uma aliança de combate ao Estado Islâmico, que veio a contar com mais de 60 países, como Bahrein, Jordânia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Logo após sua criação, a aliança lançou ataques aéreos contra posições do EI e de outros grupos armados não estatais, causando mortos e feridos entre os civis. Mesmo assim, as forças estadunidenses continuaram a realizar ataques com aviões teleguiados e outros contra associados da Al Qaeda no Iêmen, à medida que a luta entre as forças governamentais e os grupos armados não estatais assumia um caráter cada vez mais supranacional. Enquanto isso, a Rússia continuou a proteger o governo sírio na ONU, ao mesmo tempo em que transferia armas e munições para alimentar suas iniciativas bélicas, sem considerar os crimes de guerra e outras graves violações que as autoridades sírias cometeram.

Os abusos cometidos pelo Estado Islâmico, bem como a publicidade e o senso de crise política que o grupo evocou, por um tempo ameaçaram obscurecer a brutalidade incessante e em larga escala das forças do governo sírio, que lutavam para manter o controle das áreas que ocupavam e recapturar áreas de grupos armados, com desrespeito aparentemente total pela vida de civis e por suas obrigações sob o direito internacional humanitário. Forças do governo realizaram ataques indiscriminados nas áreas em que civis estavam abrigados, utilizando diversos armamentos pesados, como bombas de barril (bombas feitas de barris carregados

com explosivos e munições que atingem grandes áreas), tanques e fogo de artilharia. Além disso, mantiveram cercos por tempo indeterminado, impedindo o acesso de civis a alimentos, água e suprimentos médicos, tendo atacado hospitais e trabalhadores da saúde. Também continuaram a deter um grande número de críticos e supostos opositores, submetendo muitos à tortura e a condições degradantes, cometendo vários homicídios ilegítimos. No Iraque, a resposta do governo aos avanços do Estado Islâmico foi fortalecer as forças de segurança com milícias xiitas pró-governo e deixá-las agir livremente nas comunidades sunitas vistas como antigoverno ou simpatizantes do EI, ao mesmo tempo em que realizava ataques aéreos indiscriminados em Mossul e outros centros controlados pelas forças do EI.

Como na maioria dos conflitos atuais, os civis novamente pagaram o preço mais alto do conflito, uma vez que as forças em combate ignoraram suas obrigações de poupá-los. No conflito de 50 dias entre Israel, Hamas e grupos palestinos armados em Gaza, a escala da destruição, dos danos, das mortes e ferimentos de civis e da destruição de casas e infraestruturas palestinas foi enorme. Forças israelenses efetuaram ataques contra casas habitadas, em alguns casos matando famílias inteiras, e contra instalações médicas e escolas. Residências e infraestruturas civis foram deliberadamente destruídas. Em Gaza, mais de 2 mil palestinos foram mortos, dos quais cerca de 1.500 foram identificados como civis, inclusive mais de 500 crianças. O Hamas e grupos armados palestinos dispararam indiscriminadamente milhares de foguetes e morteiros contra áreas civis de Israel, matando seis civis, inclusive uma criança. Atiradores do Hamas também executaram sumariamente pelo menos 23 palestinos que acusaram de colaborar com Israel, inclusive detentos sem julgamento, após removê-los da prisão. Ambos os lados cometeram crimes de guerra e outros graves abusos dos direitos com impunidade durante o conflito, repetindo um padrão muito familiar

de anos anteriores. O bloqueio por ar, terra e mar que Israel impõe a Gaza e que vigora ininterruptamente desde 2007 exacerbou o impacto devastador do conflito de 50 dias, prejudicando severamente os esforços de reconstrução e constituindo uma punição coletiva – considerada crime de acordo com o direito internacional – dos 1,8 milhão de habitantes de Gaza.

As tensões políticas e de outra natureza que estavam em jogo em todo o Oriente Médio e o Norte da África atingiram em 2014 sua forma mais extrema nos países destruídos por conflitos armados. Porém, em toda a região havia debilidades institucionais e outras que ajudaram a alimentar novas tensões e a impedir seu rápido alívio. Entre essas debilidades estavam a intolerância generalizada dos governos e de outros grupos armados não estatais com as críticas e as divergências; a inexistência ou a fraqueza de órgãos legislativos que poderiam agir para supervisionar ou contrabalancear os abusos cometidos por autoridades executivas; a falta de independência judicial e a subordinação dos sistemas de justiça criminal à vontade do Executivo; e falhas na prestação de contas, inclusive com relação às obrigações assumidas pelos Estados em virtude do direito internacional.

REPRESSÃO ÀS DIFERENÇAS DE OPINIÃO

Os governos de toda a região continuaram a reprimir a dissidência, cerceando o direito à liberdade de expressão em todas as suas formas, inclusive nas redes sociais. Leis que criminalizam expressões consideradas ofensivas ao chefe de Estado, ao governo ou às autoridades judiciais, ou mesmo a líderes de governos estrangeiros, foram utilizadas para aprisionar críticos no Bahrein – onde um tribunal condenou uma conhecida ativista a três anos de prisão por rasgar uma fotografia do Rei –, bem como no Egito, Jordânia, Kuwait, Marrocos, Omã e Arábia Saudita. No Irã, os críticos enfrentaram julgamentos por acusações como *moharebeh*

(“inimizade contra Deus”), um crime capital. Nos Emirados Árabes Unidos, as autoridades continuaram a condenar ativistas pró-reforma a longas penas de prisão após julgamentos injustos, e introduziram uma nova legislação antiterrorismo tão radical que equipara os protestos pacíficos ao terrorismo, o que pode ser punido com a morte.

Os Emirados Árabes Unidos e outros países do Golfo, inclusive Bahrein, Kuwait e Omã, criaram ou utilizaram dispositivos legais para punir os críticos pacíficos ao despojá-los de sua nacionalidade e, assim, de seus direitos como cidadãos, tornando-os potencialmente apátridas. O Bahrein, o Kuwait e os Emirados Árabes Unidos utilizaram tais disposições legais durante o ano.

A liberdade de associação foi amplamente reduzida. Muitos governos não permitiram sindicatos independentes; alguns governos, inclusive os da Argélia e do Marrocos/Saara Ocidental, exigiram que as associações independentes, inclusive as organizações de direitos humanos, obtivessem registro oficial para operar legalmente, mas impediram seu registro ou hostilizaram aquelas que já haviam se registrado anteriormente. No Egito, as autoridades ameaçaram a própria existência das ONGs independentes.

O direito à reunião pacífica, tão importante durante os protestos que abalaram a região em 2011, foi bastante restringido por diversos governos em 2014. As autoridades argelinas extinguiram os protestos ao bloquear o acesso aos pontos de encontro e prender ativistas. No Kuwait, as autoridades continuaram a proibir protestos por membros da comunidade bidun (apátridas), muitos dos quais continuaram a ter sua nacionalidade kuaitiana negada. Forças de segurança bareinitas, egípcias e iemenitas utilizaram força excessiva, inclusive força letal desnecessária, contra manifestantes, causando mortes e ferimentos. Soldados e policiais de fronteira israelenses na Cisjordânia atiraram em pessoas que lançavam pedras e em outros palestinos que protestavam contra os assentamentos, contra

o muro/cerca e contra outros aspectos da prolongada ocupação militar de Israel.

Em outros locais, atiradores não identificados cometeram homicídios ilegais com impunidade, às vezes tendo como alvo pessoas que se manifestaram em favor dos direitos humanos e do Estado de direito. Na Líbia, Salwa Bughaighis, uma advogada de direitos humanos que havia sido uma das principais vozes do levante de 2011, foi morta a tiros por homens armados que entraram em sua casa, em Benghazi, logo após ela ter criticado em uma entrevista à imprensa os grupos armados do país, poderosos, mas à margem da lei.

SISTEMA DE JUSTIÇA

Prisões e detenções arbitrárias, detenções provisórias prolongadas, desaparecimentos forçados e julgamentos injustos foram comuns em toda a região – lembretes constantes da corrupção dos sistemas de justiça criminal, usados pelas autoridades como instrumentos de repressão. Milhares foram detidos na Síria, no Egito, no Iraque e na Arábia Saudita, alguns foram detidos sem acusação nem julgamento e outros foram presos após julgamentos injustos. Um número menor de pessoas foi detido em países como Bahrein, Irã, Emirados Árabes Unidos e outros; algumas foram vítimas de desaparecimentos forçados. Autoridades israelenses mantiveram cerca de 500 palestinos em detenção administrativa sem julgamento; milhares de outros palestinos cumpriam pena em Israel. Autoridades palestinas tanto na Cisjordânia quanto em Gaza continuaram a deter opositores políticos; em Gaza, tribunais militares e outros condenaram supostos “colaboradores” de Israel à morte.

Na Líbia, forças de milícias rivais mantiveram milhares de pessoas detidas, algumas desde a queda de Muammar Gaddafi, em 2011, submetendo muitas delas a condições adversas e degradantes, sem perspectiva de libertação em curto prazo.

Em grande parte da região, tribunais julgaram e condenaram réus com pouca consideração ao devido processo legal, muitas vezes impondo longas penas de prisão. Sentenças de morte foram às vezes impostas com base em “confissões” obtidas mediante tortura e acusações tão amplas e vagas que praticamente garantiam a condenação. No Egito, um juiz emitiu sentenças de morte preliminares contra centenas de acusados de participar de ataques letais a delegacias de polícia após dois julgamentos fundamentalmente falhos; outro juiz condenou três proeminentes profissionais da imprensa a longas penas de prisão sem provas suficientes; e o novo chefe de Estado decretou maiores poderes para que os tribunais militares, notoriamente injustos, julguem civis acusados de terrorismo e outros crimes. Tanto no Bahrein quanto nos Emirados Árabes Unidos, os tribunais seguiram as ordens do governo ao julgar os acusados de crimes relacionados à segurança ou de ofensas a quem está no poder. Em ambos os países, os tribunais impuseram penas de prisão a familiares que faziam campanha pela libertação de seus parentes presos injustamente. Os tribunais revolucionários do Irã continuaram a condenar réus por acusações de difícil definição e proferiram sentenças severas, inclusive de morte. Na Arábia Saudita, entre as pessoas perseguidas e condenadas a penas de prisão estavam advogados que atuaram como defensores em julgamentos relacionados à segurança e que criticaram a injustiça dos tribunais.

A Arábia Saudita, o Irã e o Iraque continuaram sendo os principais Estados alvos da região; em todos os três, as autoridades executaram um grande número de réus, muitos dos quais haviam sido condenados após julgamentos injustos. Entre os executados na Arábia Saudita, onde muitas vítimas – 26, somente em agosto – foram decapitadas em público, estavam um homem condenado por feitiçaria e vários outros condenados por crimes não

violentos relativos a drogas. O Egito retomou as execuções em junho, após uma pausa de mais de 30 meses, talvez pressagiando um aumento em grande escala nas execuções, uma vez que centenas de apoiadores da Irmandade Muçulmana e outros condenados à morte durante o ano esgotaram todas as instâncias de apelação. A Jordânia também retomou as execuções em dezembro, após um hiato de oito anos. No Líbano, tribunais continuaram a impor sentenças de morte, mas as autoridades se abstiveram de executar as pessoas, assim como as autoridades da Argélia, do Marrocos e da Tunísia, que mantiveram as já duradouras moratórias *de facto* das execuções.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em toda a região, forças de segurança torturaram e maltrataram detentos sob sua custódia, às vezes de forma sistemática. Na Síria, crianças estavam entre as vítimas, e um grande número de mortes de detentos por tortura e outros maus-tratos foi relatado, mas muitas vezes difícil de verificar. Em janeiro, surgiram provas fotográficas de que milhares de detidos foram mortos, muitos deles aparentemente por espancamentos, por outras formas de tortura ou por fome nas prisões do governo sírio. A tortura era endêmica no Egito, onde as vítimas incluíam suspeitos de crimes menores até ativistas da Irmandade Muçulmana detidos em massa pela repressão do governo. Métodos de tortura comumente relatados, nesses e em outros países, incluíam espancamentos nas solas dos pés, espancamentos durante suspensão pelos membros, posições dolorosas, em pé ou sentadas, por períodos prolongados, choques elétricos nos genitais e outras áreas sensíveis, ameaças contra o detido e sua família, e, em alguns casos, estupro e outros abusos sexuais. Muitas vezes, a tortura foi utilizada para obter informações que levassem à detenção de outros suspeitos ou para extrair “confissões” que pudessem ser utilizadas nos tribunais para condenar críticos ou opositores do

governo a penas de prisão. Além disso, também foi utilizada para degradar, humilhar e infligir dano mental e físico às vítimas. Geralmente, os perpetradores utilizavam a tortura com impunidade: os governos com frequência desconsideraram sua obrigação jurídica internacional de investigar de maneira independente as denúncias de tortura, raramente processaram supostos torturadores e nenhuma ou pouquíssimas vezes asseguraram condenações.

IMPUNIDADE

Não foram apenas os torturadores que se beneficiaram da impunidade. Também desfrutaram dela os líderes políticos e militares que arquitetaram ou ordenaram os crimes de guerra e outras violações do direito internacional cometidas por forças do governo durante os conflitos na Síria, no Iraque, na Líbia e no Iêmen, por forças israelenses e grupos palestinos armados em Gaza e Israel, e pelos responsáveis pelas violações de direitos humanos cometidas em larga escala no Egito, no Irã, na Arábia Saudita, nos Emirados Árabes Unidos e em outros países. No Bahrein, o governo se comprometeu a realizar uma investigação independente sobre a tortura praticada em 2011, em resposta às conclusões de um inquérito independente de peritos internacionais, mas até o fim do ano não o havia feito. Na Argélia, as autoridades mantiveram sua antiga recusa em permitir investigações sobre os homicídios ilegais e outras violações históricas. No Iêmen, o ex-presidente do país e seus colaboradores próximos continuaram a se beneficiar da imunidade concedida quando ele renunciou ao cargo após os protestos de 2011, nos quais suas forças mataram muitos manifestantes. Na Tunísia, as novas autoridades processaram alguns ex-oficiais graduados e membros das forças de segurança pelos homicídios ilegais de manifestantes durante o levante no país, mas um tribunal de apelação militar reduziu as acusações e as sentenças de tal forma que a maioria dos condenados saiu livre.

Em meio ao fracasso ou à incapacidade do sistema de justiça nacional de lidar com a impunidade na Síria, grupos de direitos humanos, como a Anistia Internacional, pediram reiteradamente ao Conselho de Segurança da ONU para encaminhar as situações na Síria e em Israel e nos Territórios Palestinos Ocupados à jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI), mas suas petições foram ignoradas. Enquanto isso, a Líbia permaneceu sob a jurisdição do TPI após uma consulta do Conselho de Segurança da ONU em 2011, mas o procurador do TPI não abriu novas investigações, apesar de uma nova onda de crimes de guerra à medida que o país regressava à guerra civil.

DISCRIMINAÇÃO – MINORIAS ÉTNICAS E RELIGIOSAS

Em meio à turbulência política, ao divisionismo étnico e religioso e ao sectarismo que tomaram conta da região, governos e grupos armados não estatais viram as minorias com crescente desconfiança e intolerância. Isso se refletiu de forma mais brutal nos conflitos do Iraque e da Síria, onde muitas pessoas foram presas, sequestradas, expulsas de suas casas em “limpezas étnicas” ou mortas em razão de sua origem ou religião. Essa situação também foi evidente na Líbia, onde assassinatos por motivos étnicos ou tribais foram comuns e estavam em ascensão.

No Golfo, o governo iraniano continuou a aprisionar bahá'ís e a impedir seu acesso ao ensino superior, restringindo também os direitos de outras minorias religiosas, bem como de azerbaijanos, curdos e outras minorias étnicas, tendo supostamente executado de forma secreta ativistas pelos direitos dos árabes ahwazi. Na Arábia Saudita, as autoridades mantiveram a repressão aos críticos xiitas do governo na Província Oriental, rica em petróleo, condenando ativistas de direitos a longas penas de prisão e, em pelo menos um caso, à pena de morte após julgamentos injustos. No Kuwait, o governo continuou a negar a

cidadania e os direitos a ela associados a dezenas de milhares de residentes bidun (apátridas).

REFUGIADOS E PESSOAS DESALOJADAS DENTRO DO PAÍS

Em 2014, a crise síria superou outras crises similares ao tornar-se a pior do mundo em termos de fluxo de refugiados e pessoas deslocadas dentro do país. Até o fim do ano, aproximadamente 4 milhões de refugiados haviam fugido do conflito na Síria. A grande maioria – aproximadamente 95% – estava vivendo em países vizinhos: pelo menos 1,1 milhão no Líbano, mais de 1,6 milhão na Turquia, mais de 600 mil na Jordânia, mais de 220 mil no Iraque e mais de 130 mil no Egito, de acordo com o ACNUR, a agência da ONU para os refugiados. Os esforços internacionais de socorro receberam financiamento insuficiente para atender às necessidades dos desalojados. Em dezembro, o Plano de Resposta Regional para Refugiados Sírios da ONU obteve para 2014 apenas 54% do financiamento, e o Programa Mundial de Alimentos foi forçado a suspender temporariamente um programa de ajuda alimentar para 1,7 milhão de sírios devido à falta de financiamento. Em muitos locais, o rápido influxo de tantos refugiados sobrecarregou a disponibilidade de recursos dos principais países que os receberam, provocando tensões entre as populações de refugiados e as comunidades anfitriãs. As autoridades da Jordânia e do Líbano tomaram medidas para barrar a entrada de refugiados palestinos vindos da Síria e, cada vez mais, de qualquer pessoa síria que buscasse refúgio. As autoridades egípcias devolveram à força alguns refugiados para a Síria.

Dentro da Síria, mais 7,6 milhões de pessoas foram deslocadas internamente, muitas tendo sido forçadas a deixar suas casas por conta dos conflitos ou dos ataques sectários. Algumas haviam sido deslocadas repetidas vezes e muitas estavam em locais fora do alcance das agências humanitárias internacionais ou ficaram presas em

áreas sitiadas por forças do governo ou grupos armados não-estatais. Sua situação era perigosa ao extremo, com escassa perspectiva de melhora.

Ainda que nada tenha se igualado à crise síria em termos de escala, seu avanço até o Iraque também provocou milhares de deslocamentos nesse país, devido em parte à violência e aos abusos do Estado islâmico, mas também aos ataques e abusos cometidos por milícias xiitas pró-governo. Na Líbia, milhares de pessoas forçadas pela milícia armada de Misrata a deixar a cidade de Tawargha em 2011 continuaram sendo impedidas de voltar para suas casas e enfrentaram novos deslocamentos quando a capital, Trípoli, e outras áreas mergulharam em conflitos armados em meados do ano. Em Gaza, bombardeios e outros ataques israelenses destruíram milhares de casas, deslocando milhares de pessoas durante o conflito armado de 50 dias que começou em 8 de julho. Na própria Israel, o governo deteve solicitantes de asilo recém-chegados do Sudão, da Eritreia e de outros países numa instalação no deserto de Naqab/Negev, e devolveu outros aos seus países de origem com base num procedimento pretensamente “voluntário” que não oferecia nenhuma garantia sobre sua segurança e implicava um alto risco de *refoulement*.

DIREITOS DOS MIGRANTES

Os trabalhadores migrantes colaboraram decisivamente para as economias de muitos países em toda a região, não apenas nos Estados ricos em petróleo e gás do Golfo, onde tiveram um papel vital no setor de construção, e também em outras indústrias e no setor de serviços. Apesar de sua importância para as economias locais, na maioria dos Estados os trabalhadores migrantes continuaram inadequadamente protegidos pelas leis trabalhistas locais e foram submetidos à exploração e a abusos. A escolha do Qatar para sediar a Copa do Mundo de 2022 garantiu que permanecessem sob escrutínio suas políticas

e práticas oficiais relativas aos trabalhadores contratados para construir os novos estádios de futebol e outras instalações, levando o governo a fazer promessas de reforma em resposta à pressão. Ainda assim, tanto no Qatar quanto em outros países do Golfo, o patrocínio, ou *kafala*, sistema utilizado para recrutar trabalhadores migrantes e regulamentar seu emprego, facilitou a ocorrência de abusos de seus direitos, os quais foram exacerbados pela ausência generalizada de medidas oficiais aplicáveis para garantir os direitos dos migrantes. Muitos trabalhadores migrantes da região foram obrigados pelos empregadores a trabalhar por horas excessivas, sem descanso ou dias de folga, e foram impedidos, por meio de ameaças de prisão e deportação, de deixar seus empregadores mesmo quando estes os submetiam a abusos.

Talvez mais vulneráveis do que todos eram as muitas milhares de mulheres da Ásia, em particular, que foram empregadas como trabalhadoras domésticas e corriam risco de ser submetidas a abusos físicos e outros, inclusive sexuais, bem como outras formas de abusos trabalhistas, sem os meios adequados para exigir reparação ou sem possibilidade alguma de fazê-lo. As autoridades da Arábia Saudita realizaram expulsões em massa de trabalhadores migrantes “excedentes” para o Lêmen e outros países, muitas vezes após mantê-los detidos em condições degradantes. Em outros locais, em países como a Líbia, onde a ilegalidade prevaleceu, os trabalhadores migrantes enfrentaram discriminação e outros abusos, inclusive violência e assalto à mão armada em postos de controle, nos bloqueios de estradas e nas ruas.

Milhares de pessoas, muitas delas vítimas de traficantes de pessoas, tentaram escapar e começar uma vida nova cruzando o Mediterrâneo a bordo de navios muitas vezes superlotados e sem condições de navegar. Algumas chegaram à Europa; outras foram retiradas do mar pela marinha italiana e pelo menos 3 mil teriam se afogado.

REMOÇÕES FORÇADAS

No Egito, as autoridades continuaram a remover moradores de “assentamentos informais”, no Cairo e em outros locais, sem lhes dar aviso adequado nem oferecer acomodação alternativa ou indenização. Entre as pessoas atingidas estavam moradores que construíram suas casas em áreas que as autoridades consideraram “inseguras” e cuja remoção foi exigida para facilitar a construção de novos empreendimentos comerciais.

O exército também removeu à força pelo menos mil famílias que viviam ao longo da fronteira com Gaza, como parte dos esforços para criar ali uma zona de “segurança”. As autoridades israelenses também realizaram remoções forçadas. Na Cisjordânia, inclusive em Jerusalém Oriental, elas destruíram, como punição, as casas de familiares de palestinos que realizaram ataques a civis israelenses, tendo demolido também dezenas de casas de palestinos que, segundo elas, haviam sido construídas ilegalmente. Em Israel, as autoridades removeram à força beduínos que viviam em “aldeias não reconhecidas” oficialmente, na região de Naqab/Negev.

DIREITOS DAS MULHERES

Em toda a região, mulheres e meninas sofreram discriminação nos termos da lei e como resultado das políticas oficiais, e foram protegidas de maneira inadequada contra a violência sexual e outras formas de violência. Tal discriminação se encontra profundamente enraizada, e poucos avanços foram vistos em 2014. Três anos após as mulheres se manifestarem com uma visibilidade sem precedentes durante os levantes populares que tomaram a região em 2011, elas parecem estar entre os principais derrotados das mudanças políticas que se seguiram. No Egito, grupos de homens atacaram e agrediram sexualmente manifestantes mulheres nas ruas ao redor da Praça Tahrir, no Cairo. A Tunísia foi uma notável exceção. Lá, dois policiais condenados por estupro receberam penas de prisão mais longas, o governo retirou as reservas da Tunísia à

CEDAW e nomeou um comitê de peritos para elaborar um projeto de lei para combater a violência contra mulheres e meninas. As autoridades argelinas e marroquinas também tomaram algumas medidas jurídicas positivas, ainda que limitadas: as primeiras finalmente reconhecendo o direito à indenização para mulheres estupradas durante o conflito armado interno dos anos 1990, e as últimas abolindo uma disposição do Código Penal que permitia que estupradores não fossem julgados se casassem com a vítima.

No Golfo, apesar de uma hostilidade mútua implacável a respeito de questões políticas e religiosas, os governos do Irã e da Arábia Saudita ostentaram históricos terríveis em relação aos direitos das mulheres. No Irã, onde muitos ativistas pelos direitos das mulheres foram detidos ou presos nos últimos anos, as autoridades detiveram meninas e mulheres que protestavam contra a proibição oficial de sua presença em determinados eventos esportivos como espectadoras. Na Arábia Saudita, as autoridades prenderam ou ameaçaram mulheres que ousaram desafiar uma proibição oficial à condução de carros. Em ambos os países, as autoridades também impuseram códigos de vestimenta e de comportamento rígidos para as mulheres, e mantiveram leis que punem o adultério com a morte. No Iêmen, mulheres e meninas continuaram a enfrentar casamentos forçados e precoces e, em algumas províncias, altas taxas de mutilação genital feminina.

Em meio à ausência generalizada de medidas governamentais que garantam proteção adequada contra a violência sexual e a violência praticada contra mulheres e meninas dentro da família, os excessos das forças do Estado Islâmico no Iraque, onde possivelmente milhares de mulheres e meninas de minorias étnicas e religiosas foram sequestradas e vendidas à força como “esposas” ou escravas para membros de grupos armados, como o EI, rebaixaram ainda mais esses níveis de proteção. Mesmo assim, suscitaram apenas uma tímida condenação por parte dos líderes religiosos.

2014 foi um ano de terrível sofrimento em grande parte do Oriente Médio e do Norte da África, um ano que viu alguns dos piores excessos na história recente e que, ao findar, mostrou poucos sinais de que haverá melhoras no curto prazo. Ainda assim, em meio a tantos horrores, atores locais e ativistas de diversas matizes políticas continuaram de formas variadas a confrontar que está no poder, a desafiar a tirania, a prestar assistência aos feridos e aos vulneráveis, e a se posicionar não apenas em favor dos seus direitos, mas dos direitos de outros, muitas vezes a um enorme custo pessoal. A sólida coragem desses indivíduos, muitos deles acertadamente denominados defensores dos direitos humanos, foi talvez a característica mais notável e persistente de 2014, e o maior sinal de esperança para o futuro dos direitos humanos na região.

ANISTIA INTERNACIONAL
INFORME 2014/15
PAÍSES

AFEGANISTÃO

República Islâmica do Afeganistão

Chefe de Estado e de governo: **Muhammad Ashraf Ghani Ahmadzai** (sucedeu Hamid Karzai em setembro)

A insegurança aumentou em todo o país, na expectativa dos planos de retirada de 86 mil soldados estrangeiros em dezembro, quando terminava o mandato da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF) da OTAN. Os EUA se comprometeram a manter suas tropas de combate até o fim de 2015. A Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) informou que o número de vítimas civis não envolvidas nas hostilidades no Afeganistão foi recorde. O Talibã e outros grupos insurgentes armados foram responsáveis por mais de 74% das mortes e ferimentos de civis, sendo 9% dessas baixas atribuídas a forças pró-governo. Outros 12% ocorreram durante combates terrestres entre os insurgentes favoráveis ao governo afegão e os talibãs, não podendo ser atribuídos a qualquer dos grupos. As demais baixas ocorreram em consequência do conflito. A ausência de prestação de contas nos casos em que civis foram mortos ou feridos de modo ilegal deixou muitas vítimas e suas famílias sem acesso à justiça ou a reparação. No decorrer do ano, o Parlamento e o Ministério da Justiça aprovaram ou emendaram diversas leis, como o Código de Processo Penal, que impedia que familiares de vítimas e de perpetradores de crimes testemunhassem. Uma vez que a maioria dos casos de violência de gênero denunciados acontecia dentro da família, isso praticamente impossibilitava que os processos desses casos tivessem êxito. Embora aprovada por ambas as casas do Parlamento, a lei não foi sancionada pelo então Presidente Karzai, sendo refutada depois de uma onda

de protestos por parte de organizações de direitos humanos nacionais e internacionais.

INFORMAÇÕES GERAIS

Sem um vencedor claro nas eleições presidenciais de abril e com um segundo turno em junho marcado por acusações de fraudes sistemáticas e em grande escala contra os dois candidatos, criou-se um impasse eleitoral que durou cinco meses. Após longas negociações e intervenções do secretário de Estado dos EUA, John Kerry, e do representante especial da ONU no Afeganistão, Jan Kubis, os dois candidatos favoritos concordaram em formar o primeiro governo de coalizão do país, com a divulgação dos resultados em 22 de setembro. Ashraf Ghani tomou posse como presidente em 29 de setembro, tendo o candidato rival, Abdullah Abdullah, como chefe do executivo, uma função similar à de um primeiro-ministro. Até o fim de 2014, três meses depois de o Presidente Ghani ser empossado, o novo ministério ainda não havia sido anunciado.

Em junho, em resposta à pressão internacional para reprimir o financiamento ao terrorismo dentro da jurisdição do Afeganistão, um projeto de lei contra a lavagem de dinheiro foi aprovado por ambas as casas do Parlamento afegão, e promulgado pelo então Presidente Karzai.

No dia 30 de setembro, o Presidente Ghani assinou o Acordo de Segurança Bilateral (BSA) com os EUA e o Acordo sobre o Status da Força (SOFA) com a OTAN, permitindo que 9.800 soldados dos EUA e outros 2.000 da OTAN permanecessem no Afeganistão depois de encerradas as operações formais de combate em dezembro. Sua função principal será fornecer treinamento e orientação às forças do governo afegão.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Entre 1º de janeiro e 30 de junho, o número de vítimas civis não envolvidas nas hostilidades chegou a 4.853. Dessas baixas,

mais de 70% foram causadas pelo Talibã e outros grupos insurgentes armados. Esse número foi o dobro do registrado em 2009, e representa um aumento de 24% em relação ao mesmo período de 2013. Dentre as baixas, foram registradas 1.564 mortes e 3.289 pessoas feridas.

Segundo a UNAMA, a maioria dos mortos e feridos foi vítima de atentados suicidas e de explosões com dispositivos caseiros. Os combates terrestres causaram dois quintos das baixas civis, com 474 pessoas mortas e 1.427 feridas. Essas baixas representaram 39% de todas as vítimas civis, um aumento de 89% em comparação a 2013.

O Talibã e outros grupos insurgentes armados costumavam atacar alvos de mais fácil alcance, provocando muitas mortes e ferimentos entre a população civil. O número de vítimas entre crianças e mulheres também aumentou 24% se comparado a 2013, representando 29% de todas as baixas registradas no primeiro semestre de 2014.

Entre janeiro e agosto de 2014, a ONG Safety Organization no Afeganistão registrou 153 ataques contra trabalhadores humanitários, que deixaram 34 pessoas mortas e 33 feridas. O governo atribuiu a maioria desses ataques a atiradores de grupos insurgentes, entre eles o Talibã.

VIOLAÇÕES COMETIDAS POR FORÇAS INTERNACIONAIS E DO GOVERNO AFGÃO

Forças da ISAF e da OTAN continuaram a fazer incursões noturnas e ataques aéreos e terrestres, matando dezenas de civis, apesar de terem concluído a transferência da responsabilidade pela segurança às Forças de Segurança Nacionais Afgãs (ANSF) em junho de 2013. Segundo a UNAMA, 9% do total de baixas civis foram causadas por forças pró-governo (8% pelas forças da ANSF e 1% pelas forças da ISAF/OTAN), sendo os combates terrestres e o fogo cruzado os responsáveis pela maioria das mortes. O número total de civis mortos por forças pró-governo nos primeiros seis meses de

2014 caiu de 302 para 158, principalmente devido à redução das operações militares aéreas. A ANSF foi responsável por um maior número de baixas civis em razão de seu total envolvimento com operações militares e combates terrestres.

Ocorreram falhas consideráveis na prestação de contas pelas mortes de civis, como falta de transparência nas investigações e ausência de justiça para as vítimas e suas famílias.¹

Em maio, depois de revisar o caso de Serdar Mohammed, detido desde 2010, a Corte Superior da Inglaterra considerou ilegal a política de detenções adotada pelas forças britânicas no Afeganistão. A Corte concluiu que a detenção de Serdar por um período maior que as 96 horas permitidas havia sido arbitrária, infringindo a Convenção Europeia de Direitos Humanos. Após a decisão, o governo afgão ordenou que o Reino Unido transferisse 32 detentos que eram mantidos em duas unidades sob sua administração em Helmand.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

A Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão (AIHRC) registrou 4.154 casos de violência contra mulheres somente no primeiro semestre do ano, um crescimento de 25% com relação ao mesmo período de 2013. Houve um aumento nas denúncias de crimes contra mulheres e meninas, mas não estava claro se esse crescimento se devia à intensificação da violência ou à maior conscientização e ao acesso a mecanismos de denúncia para as mulheres. Um relatório da ONU de 2013 constatou que a Lei para a Erradicação da Violência contra a Mulher foi aplicada em somente 17% de todas as denúncias de violência contra mulheres no Afeganistão.

Numa ação considerada positiva por grupos de mulheres e de direitos humanos, o ex-presidente Hamid Karzai se recusou a sancionar o Código de Processo Penal aprovado pelo Parlamento afgão, o qual teria

proibido que familiares de pessoas acusadas testemunhassem em processos criminais. Uma vez que a maioria dos casos de violência de gênero denunciados acontecia dentro da família, isso dificultaria imensamente que um processo fosse exitoso e negaria a justiça às vítimas de estupro e de violência doméstica, bem como às mulheres submetidas a casamentos forçados ou enquanto menores de idade. Por outro lado, a redução da quota para as cadeiras reservadas às mulheres nos conselhos provinciais e a ausência de mulheres nas negociações de paz com o Talibã foram vezes para os direitos das mulheres.

Segundo o Ministério da Saúde afegão, ocorreram 4.466 casos de autoenvenenamento e 2.301 casos de autoimolação praticados por mulheres durante o ano, os quais resultaram em 166 mortes. A causa primária desses atos autodestrutivos teria sido a violência baseada em gênero, seguida por traumas relacionados ao conflito e por desalojamentos.

Em 30 de abril, um clérigo foi preso por ter amarrado e estuprado uma de suas estudantes do Corão, uma menina de 10 anos, na província de Kunduz.²

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS, TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Prisões e detenções arbitrárias, inclusive em regime de incomunicabilidade, continuaram sendo praticadas pelo serviço de inteligência, o Diretório Nacional de Segurança do Afeganistão (DNS), e pela polícia. Os suspeitos eram rotineiramente privados do direito à aplicação regular da lei, inclusive de acesso a um advogado ou a familiares. Prosseguiram as denúncias de violações cometidas por agentes do DNS, como tortura, maus-tratos e desaparecimentos forçados.

Pelo menos seis presos não afegãos continuavam sob custódia dos EUA no centro de detenção de Parwan (anteriormente denominado Bagram) no fim do ano. Acredita-se que alguns estejam detidos desde 2002. Suas identidades e as possíveis

acusações contra eles permaneceram sigilosas, assim como os detalhes de sua representação legal e de seu acesso a cuidados médicos.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO – JORNALISTAS

O governo não investigou devidamente nem processou os responsáveis por ataques a jornalistas e outros profissionais da imprensa que exerciam pacificamente seu direito à liberdade de expressão.

Em 2014, teria havido um aumento de 50% no número de jornalistas assassinados, comparado a 2013, e um aumento de 60% no número de ataques no primeiro semestre de 2014, comparado ao mesmo período de 2013.

Jornalistas foram presos, ameaçados, espancados ou assassinados em ataques com aparentes motivações políticas, cometidos por funcionários do governo, pelas forças internacionais, por grupos insurgentes e por apoiadores de candidatos às eleições. Segundo a organização afegã de observação da mídia Nai, 20 jornalistas foram atacados e sete foram mortos. Os jornalistas que cobriram as eleições presidenciais correram maiores riscos.

REFUGIADOS E PESSOAS DESALOJADAS DENTRO DO PAÍS

Segundo estimativas do ACNUR, o órgão da ONU para os refugiados, os afegãos formavam o maior contingente de refugiados do mundo. Os vizinhos Irã e Paquistão abrigavam 2,7 milhões de refugiados afegãos registrados. Em março, o ACNUR documentou 659.961 afegãos que haviam sido desalojados dentro do país devido ao conflito interno, à piora da segurança e aos desastres naturais.

Em 11 de fevereiro de 2014, o Ministério para os Refugiados e o Repatriamento do Afeganistão lançou uma inédita Política Nacional para os Desalojados Internos, que estipula uma definição jurídica do que são desalojados internos e estabelece as

responsabilidades primárias do governo de prestar assistência emergencial e apoio e proteção no longo prazo. Temia-se, porém, que os deslocamentos pudessem aumentar após a transição de segurança programada para o fim de 2014, quando os insurgentes travariam combates para ocupar os territórios que estavam em controle das forças internacionais.

Pessoas deslocadas continuaram migrando para as grandes cidades como Cabul, Herat e Mazar-e-Sharif. Abrigos temporários inadequados, superlotação e higiene precária, combinadas às rigorosas condições climáticas, provocaram o aumento de doenças contagiosas e crônicas, como a malária e a hepatite. As iniciativas para eliminar o vírus da pólio através de programas de vacinação foram obstruídas por grupos de oposição armados, como o Talibã, enquanto novos casos continuaram sendo registrados.

PENA DE MORTE

O Afeganistão continuou aplicando a pena de morte, geralmente após julgamentos injustos.

No dia 8 de outubro, seis homens foram executados na prisão de Pul-e-Charkhi, em Cabul, menos de duas semanas depois da posse do Presidente Ghani. Cinco deles haviam sido condenados por participação no estupro grupal de quatro mulheres no distrito de Paghman. Um sexto homem foi condenado em outro caso envolvendo uma série de sequestros, homicídios e roubos a mão armada. Em 28 de setembro, o então Presidente Karzai assinou as ordens de execução de seis homens. Os processos de julgamento de cinco homens foram considerados injustos e controversos, marcados por pressões públicas e políticas para que os tribunais proferissem sentenças severas, enquanto os réus alegavam terem confessado depois de torturados pela polícia quando estavam detidos.

O Presidente Ghani ordenou a revisão dos casos de quase 400 pessoas à espera de execução.

1. Afghanistan: Left in the dark: Failures of accountability for civilian casualties caused by international military operations in Afghanistan (ASA 11/006/2014)
www.amnesty.org/en/library/asset/asa11/006/2014/en/c628b1a4-821f-4168-a583-ac4a6159986e/asa110062014en.pdf
2. Afghanistan: Ten-year-old rape survivor faces “honour” killing (ASA 11/013/2014)
www.amnesty.org/en/library/asset/ASA11/013/2014/en/63debb0c-105f-4e2d-9ca6-f682ce1de221/asa110132014en.pdf

ÁFRICA DO SUL

República da África do Sul

Chefe de Estado e de governo: **Jacob G. Zuma**

Comissões de inquérito judicial chamaram a atenção para o uso de força excessiva por parte da polícia, inclusive para os homicídios ilegais e as falhas na prestação de serviços às comunidades pobres. Incidentes relacionados à destruição de propriedades e ao deslocamento de refugiados e requerentes de asilo continuaram a ocorrer. O acesso ao tratamento para pessoas vivendo com HIV continuou a se expandir, e intervenções visando proporcionar tratamento do HIV para mulheres grávidas contribuíram para um declínio nas taxas de mortalidade materna. No entanto, grandes barreiras discriminatórias continuaram a dificultar o acesso de mulheres e meninas a cuidados pré-natais. Registraram-se progressos no tratamento dispensado aos crimes de ódio baseados na orientação sexual ou na identidade de gênero das vítimas. Defensores dos direitos humanos enfrentaram intimidações e ameaças.

INFORMAÇÕES GERAIS

Após as eleições gerais de maio, o partido governista, o Congresso Nacional Africano (CNA), retomou o poder em oito das nove

províncias, mas com uma reduzida maioria nacional de 62,15%. Um novo partido político, os Combatentes da Liberdade Económica, obteve 6,35% dos votos e, juntamente com a Aliança Democrática, grupo político oposicionista consolidado, aumentou a pressão sobre o governo do CNA no parlamento nacional para uma maior transparência e prestação de contas.

O acesso ao tratamento antirretroviral para pessoas portadoras de HIV continuou a se expandir, com 2,5 milhões de sul-africanos recebendo o tratamento, de acordo com dados oficiais referentes a julho de 2014. Em virtude dessa expansão, a expectativa de vida na África do Sul aumentou.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

A Comissão de Inquérito de Marikana sobre os disparos fatais feitos por policiais, em agosto de 2012, que mataram 34 trabalhadores em greve na mina de platina em Marikana, encerrou suas audiências públicas em 14 de novembro. Foram ouvidas as alegações finais dos representantes legais da polícia, dos sindicatos de mineração, da LONMIN PLC, das famílias dos 34 trabalhadores da mina em greve mortos pela polícia e das famílias de outras sete pessoas – três trabalhadores não grevistas, dois policiais e dois seguranças da LONMIN – que foram mortos no desenrolar do conflito. Os membros da Comissão devem entregar suas conclusões e recomendações ao presidente Zuma em 2015.

Havia indícios de que, desde o início, os policiais tentaram ocultar e destruir provas e forjar uma versão dos eventos destinada a induzir ao erro o inquérito oficial. Uma reunião crucial foi realizada pelos policiais na noite de 15 de agosto de 2012, apoiando a decisão de, até o final do dia seguinte, desarmar à força, dispersar e prender os trabalhadores grevistas da mina. Policiais de alta patente, mais especificamente o comissário nacional da Polícia, recusaram-se persistentemente a colaborar com as investigações da Comissão sobre a reunião. A

decisão de desarmar os mineiros em greve foi tomada apesar da possibilidade concreta de que pessoas fossem mortas ou feridas, tendo efetivamente resultado no uso de "unidades táticas" armadas com força letal, no disparo de mais de 600 tiros pela polícia em dois locais diferentes e em 34 mortes. Quase todos os ferimentos fatais concentraram-se na cabeça ou na parte superior do corpo¹.

Outras provas examinadas pela Comissão indicam que os responsáveis pela decisão não se preocuparam em disponibilizar assistência médica de emergência adequada.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

As provas que poderiam ser levantadas pela Comissão Marikana sobre as relações trabalhistas e condições socioeconômicas subjacentes à greve de agosto de 2012 foram cerceadas devido à pressão para que os trabalhos da Comissão fossem concluídos. No entanto, a LONMIN foi investigada nos últimos meses por não tomar medidas adequadas para proteger a vida de sua equipe de segurança e funcionários, assim como por não cumprir as obrigações socioeconômicas da empresa relacionadas à sua licença de mineração em Marikana.

Em 20 de agosto, o Estado retirou todas as acusações, inclusive de posse de armas perigosas e de participação numa reunião ilegal, contra os 270 grevistas presos no local do tiroteio com a polícia em 16 de agosto de 2012.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

O início do julgamento dos 27 policiais, a maioria dos quais são membros da Unidade de Crime Organizado Cato Manor (UCOCM), por 28 assassinatos e outras acusações, foi novamente adiado após seu comparecimento à Suprema Corte de Durban, em 23 de junho, sendo postergado para fevereiro de 2015. Os policiais devem responder a acusações criminais relacionadas, entre outras coisas, com a morte de Bongani Mkhize. Em maio, a Suprema Corte de Pietermaritzburg determinou que o ministro da Polícia teria

que pagar indenização à família de Bongani Mkhize, morto por membros da UCOCM e da Unidade Nacional de Intervenção em fevereiro de 2009.

Em fevereiro de 2014, o Supremo Tribunal julgou que as decisões tomadas pelo então diretor nacional do Ministério Público para processar o ex-comandante da UCOCM, Johan Booysen, por sete acusações de extorsão, de acordo com a Lei de Prevenção do Crime Organizado, foram arbitrárias e violaram o princípio da legalidade. Embora o juiz Trevor Gorven, da Suprema Corte, tenha determinado que as decisões de julgar as acusações com base na Lei fossem anuladas, ele enfatizou que isso não impedia que o diretor nacional do Ministério Público futuramente reapresentasse as acusações com fundamentos jurídicos mais consistentes.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

As acusações de tortura contra os membros do Serviço de Polícia Sul-Africano (SPSA) e do Departamento de Serviços Correccionais eram abundantes. No final do ano, a assessoria jurídica do SPSA emitiu uma Instrução Nacional a todos os membros do SPSA informando-os sobre a proibição absoluta da tortura e as obrigações decorrentes da Lei de Prevenção e Combate à Tortura de Pessoas de 2013.

Em 30 de outubro, o Tribunal Constitucional negou provimento ao recurso interposto pelo Comissário Nacional do SPSA, que se recusou a investigar denúncias de tortura contidas em um "dossiê" de 2008 feito pelo Fórum de Exilados do Zimbábue e pelo Centro de Recursos de Direitos Humanos Sul-Africano. O Tribunal Constitucional concluiu que o SPSA tinha tanto o poder quanto o dever de investigar as denúncias, que constituem crimes contra a humanidade.

PENA DE MORTE

Em setembro, o Tribunal Superior do Norte de Gauteng decidiu que a deportação para Botswana de Edwin Samotse, cidadão de

Botswana, por funcionários do Departamento de Assuntos Internos (DAI) era ilegal e inconstitucional. Edwin Samotse respondia a acusações criminais em Botswana para as quais poderia ser aplicada a pena de morte. As autoridades sul-africanas não tinham obtido o compromisso que foi exigido das autoridades de Botswana para que garantissem que a pena capital não seria aplicada. O Tribunal ordenou ao DAI que tomasse medidas para prevenir a recorrência de deportações semelhantes.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Durante o ano, ocorreram vários incidentes envolvendo ameaças e violência contra refugiados, solicitantes de asilo e migrantes, com saques ou destruição de centenas de suas pequenas empresas e residências. Nos primeiros quatro meses do ano, os incidentes em sete províncias fizeram que mais de 1.600 pessoas fossem desalojadas. Em junho, ataques constantes na área de Mamelodi, perto de Pretória, e a lentidão da resposta da polícia levaram à pilhagem ou à destruição de cerca de 76 lojas somalis, ao desalojamento de pessoas em grande escala, à morte de um refugiado e a ferimentos em outras 10 pessoas. Houve constante preocupação com a incapacidade do governo para proteger a vida e a integridade física dos refugiados e de outras pessoas que necessitam de proteção internacional.

Em setembro, a Suprema Corte de Recursos (SCR) revogou uma decisão do Tribunal Superior, que havia permitido a vigência da chamada Operação Hardstick, a qual permitia que as autoridades policiais e municipais pudessem fechar à força pequenas empresas pertencentes a refugiados. Esses fechamentos de empresas eram acompanhados por maus-tratos, abusos, desalojamento e miséria. A SCR decidiu que tanto os refugiados formalmente reconhecidos quanto os solicitantes de asilo tinham o direito de se candidatar a licenças de comercialização, sobretudo tendo em vista

os enormes atrasos enfrentados na decisão final do seu pedido de asilo.

Em novembro, o Tribunal Superior do Norte de Gauteng retirou as acusações contra 15 dos 20 homens congolese que estavam sendo julgados por violar a Lei de Regulamentação da Assistência Militar Estrangeira da África do Sul. Eles também tinham enfrentado uma segunda acusação, de conspiração para cometer assassinato, cujos supostos alvos incluíam o presidente da República Democrática do Congo (RDC), Joseph Kabila, e militares e outros funcionários do governo. Cinco réus, todos provenientes da RDC, estavam sendo julgados na Suprema Corte pelas mesmas acusações, com o julgamento devendo ser retomado em janeiro de 2015. Quando foram presos, em fevereiro de 2013, todos os 20 acusados ficaram detidos na prisão de Pretoria até que o julgamento começasse 17 meses mais tarde. O juiz ordenou uma investigação sobre as denúncias dos acusados de que teriam sofrido maus-tratos, inclusive períodos prolongados de isolamento, durante a detenção preventiva.

SAÚDE MATERNA E HIV

A infecção pelo HIV continuou a ser a principal causa de morte de mulheres e meninas durante a gravidez e logo após o parto, sendo responsável por mais de 40% dos óbitos. Dados do governo informam que 60% de todas as mortes maternas poderiam ser evitadas. Taxas de prevalência de HIV para mulheres grávidas de 29,5%, em nível nacional, continuavam sendo uma preocupação séria. Em alguns distritos médicos, como das províncias de Mpumalanga e KwaZulu-Natal, as taxas superavam os 40%. Novos números nacionais publicados em 2014 mostraram que quase um quarto de todas as novas infecções por HIV ocorreram em meninas e mulheres jovens entre 15 e 24 anos.

Em julho, o ministro da Saúde expressou preocupação com o fato de meninas com menos de 18 anos de idade, responsáveis por

7,8% de todos os nascidos vivos, constituírem 36% das mortes maternas. Dados do Departamento de Saúde indicaram que a taxa de mortalidade materna havia diminuído de 310 para 269 mortes maternas para cada 100.000 nascidos vivos.

Em julho, o governo anunciou que o acesso ao tratamento antirretroviral gratuito e para o resto da vida estaria disponível para todas as mulheres grávidas portadoras de HIV a partir de janeiro de 2015. Em agosto, o governo lançou um serviço de mensagens de celular, "Conecte Mãe", para fornecer às mulheres e meninas grávidas informações durante a gestação.

No entanto, as barreiras ao acesso a serviços de saúde materna persistiram. Mulheres e meninas grávidas tiveram acesso a cuidados pré-natais só no fim de sua gravidez, e esse atraso estava relacionado a quase um quarto das mortes maternas evitáveis na África do Sul. As mulheres e as meninas disseram que o acesso tardio aos cuidados pré-natais está relacionado, em parte, a preocupações de que os serviços de saúde não garantam confidencialidade e consentimento bem informado, particularmente em relação à aplicação do teste de HIV. Elas também citaram como obstáculos ao acesso mais precoce a cuidados pré-natais a falta de acesso à informação, as atitudes negativas por parte dos funcionários da área de saúde e o transporte não confiável ou oneroso para as unidades de saúde. A pobreza era um fator agravante².

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXUAIS

A violência discriminatória contra pessoas LGBTI continuou a causar preocupação e medo. Em 2013 e 2014, pelo menos cinco pessoas, três delas mulheres lésbicas, foram assassinadas em circunstâncias aparentemente relacionadas a sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Houve algum progresso no tratamento dispensado aos crimes de ódio por meio do relançamento da Equipe de Trabalho Nacional e da criação de uma Equipe de Resposta Rápida por funcionários do Departamento de Justiça e Desenvolvimento Constitucional e funcionários responsáveis pelo desenvolvimento constitucional, entre outros. Em fevereiro, a Equipe de Resposta Rápida relatou avanços em 19 dos 43 casos anteriormente "não resolvidos", identificados como suspeita de violência anti-LGBTI.

Representantes da sociedade civil e funcionários do Departamento de Justiça também mantiveram discussões sobre um esboço de documento político sobre crimes de ódio, o qual se destina a auxiliar na elaboração da legislação sobre esse tipo de crime. Até o fim do ano, não houve mais progressos relativos à legislação.

Em novembro, a Suprema Corte de Johannesburg condenou um homem pelo estupro e assassinato de uma mulher lésbica, Duduzile Zozo, em 2013. O juiz Tshifhiwa Maumela pronunciou-se de forma enérgica ao condenar as atitudes discriminatórias que alimentam tal tipo de crime³.

No final do ano, iniciaram os procedimentos judiciais preliminares contra um suspeito acusado do assassinato de David Olyn, 21 anos, que foi espancado e queimado até a morte, em março, aparentemente por causa de sua orientação sexual. No entanto, observadores da sociedade civil manifestaram preocupação com as limitações da investigação policial.

A África do Sul apoiou a adoção, em maio, da resolução 275 da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, pedindo aos Estados para acabar com todos os atos de violência e abuso motivados pela orientação sexual, real ou percebida, ou pela identidade de gênero das pessoas.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

O assédio contra defensores e organizações de direitos humanos e a pressão indevida exercida sobre as instituições, inclusive

sobre os órgãos de fiscalização, continuou causando grande preocupação. O Gabinete do Defensor Público e sua diretora, Thuli Madonsela, enfrentaram constante pressão por parte de membros do governo, equivalente a intimidação, devido à investigação do órgão de fiscalização sobre o uso indevido de fundos públicos pelo Presidente em sua casa na província de KwaZulu-Natal.

No fim do ano, os processos judiciais criminais contra o fundador da Coalizão para a Justiça Social (CJS), Angy Peter, e três outras pessoas não haviam sido concluídos. Em 2012, a CJS, assim como Angy Peter, havia reunido provas para apoiar a convocação de uma comissão de inquérito sobre a corrupção policial e sua incapacidade de prover serviços adequados à comunidade carente de Khayelitsha. A comissão de inquérito judicial, criada em agosto de 2012, finalmente iniciou suas audiências em fevereiro de 2014 e publicou o seu relatório em agosto. As audiências tinham sido adiadas por mais de um ano até que, em 2013, a Corte Constitucional por fim decidiu contra o então ministro da Polícia e o superintendente nacional da polícia, que se opunham à sua criação. O relatório da Comissão confirmou muitas das preocupações documentados pela CJS.

Ativistas do direito à saúde vêm sofrendo uma pressão crescente, sobretudo na província de Free State. Os membros da Campanha de Ação por Tratamento (CAT) teriam sido ameaçados e intimidados por funcionários provinciais do partido governista, o CNA, e por meio de telefonemas anônimos, em virtude de seu trabalho em favor dos portadores de HIV e contra a corrupção. Sello Mokhalipi, então presidente da CAT em Free State, passou temporariamente à clandestinidade e, mais tarde, no início de 2014, apresentou queixas criminais à polícia após receber supostas ameaças de morte. O coordenador provincial da CAT em Free State, Machobane Morake, também foi, segundo informações, alvo de ameaças e

intimidações. Em julho, os dois homens e um terceiro colega da CAT teriam sido vítimas de uma tentativa de emboscada em uma estrada remota à noite. Na época, eles estavam prestando apoio a 127 agentes comunitários de saúde de Free State e aos ativistas da CAT que haviam sido presos durante uma vigília pacífica na sede do Departamento de Saúde de Free State. Os detidos foram mantidos em delegacias de polícia em Bloemfontein por 36 horas antes de serem levados à presença de um juiz, quando foram acusados de participar de uma reunião ilegal. Depois de outras duas audiências preliminares, seus processos foram adiados até janeiro de 2015.

-
1. South Africa: Unlawful force and the pattern of concealment: Barriers to accountability for the killings at Marikana (AFR 53/004/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AFR53/004/2014/en
 2. Struggle for maternal health: Access barriers to antenatal care in South Africa (AFR 53/006/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AFR53/006/2014/en
 3. South Africa: Court's judgment a positive step forward against hate crime (AFR 53/008/2014)
www.amnesty.org/en/library/asset/AFR53/008/2014/en/dc93fda1-e9d7-4a5b-86bf-ad102f0bc583/afr530082014en.html

ALEMANHA

República Federal da Alemanha

Chefe de Estado: **Joachim Gauck**

Chefe de governo: **Angela Merkel**

Programas de admissão humanitária para 20 mil refugiados sírios foram aprovados. Não houve melhoras na investigação de graves violações de direitos humanos cometidas pela polícia. A Agência Nacional para a Prevenção da Tortura continuou carente de recursos. Prosseguiram os ataques discriminatórios contra requerentes de asilo e minorias, enquanto as preocupações sobre as investigações e os processos judiciais

desses crimes perduravam. Critérios de direitos humanos foram aplicados às exportações de armas.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Entre 2013 e 2014, a Alemanha deu início a três programas de admissão humanitária para 20 mil refugiados sírios provenientes do Egito e de países vizinhos à Síria. Os programas visavam sobretudo à reunificação de famílias ampliadas. Trezentos refugiados receberam oferta de reassentamento por meio de um programa do ACNUR. Em dezembro, a Alemanha decidiu também oferecer reassentamento a 500 refugiados por ano, a começar em 2015. Em setembro, a Sérvia, a Macedônia e a Bósnia-Herzegovina foram legalmente definidos como países de origem seguros, reduzindo as oportunidades para que cidadãos desses países busquem proteção. Foi aprovada uma lei permitindo que requerentes de asilo circulem livremente dentro do país após três meses de residência e tenham acesso desimpedido ao mercado de trabalho após 15 meses. A Lei sobre Benefícios a Requerentes de Asilo, que foi emendada e deve vigorar a partir de abril de 2015, ficou aquém das normas de direitos humanos, principalmente com relação à assistência à saúde.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

As autoridades não trataram dos obstáculos que impedem a investigação efetiva de denúncias de maus-tratos pela polícia. Nenhum dos estados federais criou um mecanismo de queixas independente para investigar denúncias de violações de direitos humanos graves cometidas pela polícia. Exceto nos estados federais de Berlim, Brandenburgo, Renânia-Palatinado e Schleswig-Holstein, os policiais não tinham a obrigação de usar crachás de identificação.

A Agência Nacional para a Prevenção da Tortura, o mecanismo preventivo da Alemanha, conforme o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura, continuou severamente desprovida de

recursos, apesar de um aumento das verbas e da duplicação do número de membros da Comissão Mista dos Estados Federados, um dos dois órgãos constituintes da Agência. Contrariando as normas internacionais, o procedimento de nomeação dos membros da Agência Nacional careceu de independência e transparência, além de excluir a sociedade civil.

Prosseguiram as investigações e os processos sobre o uso excessivo da força por parte da polícia de Stuttgart com relação ao uso desproporcional de canhões de água durante as manifestações ocorridas na cidade em setembro de 2010. Em setembro de 2014, o Tribunal Federal de Justiça manteve uma sentença proferida em dezembro de 2012 pelo Tribunal Regional de Magdeburgo, condenando um policial por “homicídio por negligência” relativo à morte de Oury Jalloh, que faleceu durante um incêndio na cela em que estava na delegacia de polícia de Dessau em 2005. As circunstâncias da morte de Oury Jalloh permanecem incertas.

Também em setembro, reportagens publicadas na imprensa revelaram os constantes maus-tratos sofridos por requerentes de asilo nas mãos de seguranças privados em três centros de recepção no estado de Renânia do Norte-Vestfália.

DISCRIMINAÇÃO

Em agosto de 2013, uma Comissão Parlamentar de Inquérito federal ad hoc publicou conclusões inéditas revelando que as autoridades não investigaram uma série de homicídios contra minorias cometidos pelo grupo de extrema direita Clandestinidade Nacional-Socialista (*Nationalsozialistischer Untergrund* – NSU). Sobretudo, as autoridades não cooperaram com as investigações nem investigaram a motivação racista dos homicídios. A Comissão recomendou a reforma do Código Penal e do sistema usado pela polícia para coletar dados referentes a “crimes com motivos políticos”, que inclui informações sobre crimes de ódio.

Em agosto de 2014, o governo propôs emendar a seção 46 do Código Penal de modo a requerer que, ao proferir sentenças, os tribunais levem em consideração motivos racistas, xenófobos ou quaisquer outros julgados “degradantes”. No fim do ano, a proposta ainda não havia sido examinada pelo parlamento.

No primeiro semestre de 2014, segundo dados da sociedade civil, aconteceram 155 protestos contra a criação de centros de recepção para requerentes de asilo, a maioria por grupos de extrema direita. Também foram registrados 18 ataques contra requerentes de asilo.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

A Lei sobre a Mudança de Nomes Próprios e o Estabelecimento de Condição Sexual em Casos Especiais, de 1980, continuou em vigor, exigindo que pessoas transgênero obedeçam critérios obrigatórios para a mudança legal de gênero e nome. Entre outras coisas, deviam se submeter a um diagnóstico psiquiátrico e à avaliação de um especialista, conforme determinado pelos tribunais. Essas exigências violam o direito das pessoas transgênero à vida privada e aos padrões mais elevados possíveis de saúde.¹

COMÉRCIO DE ARMAS

Antecipando-se às normativas mais rigorosas da UE sobre tecnologias de vigilância, o ministro de Assuntos Econômicos e Energia ordenou controles mais estritos das exportações dessas tecnologias a países que cometam violações de direitos humanos. Em abril, a Alemanha ratificou o Tratado sobre o Comércio de Armas da ONU e começou a aplicar os artigos 6º e 7º relativos aos critérios de direitos humanos para exportações e transferências de armas antes do Tratado entrar em vigor no dia 24 de dezembro. Entretanto, os dados sobre as exportações de armas autorizadas em 2014, como as de componentes de armas de pequeno porte

para a Arábia Saudita, foram motivo de preocupação.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

Em novembro, o Ministério de Relações Exteriores, em cooperação com outros ministérios, representantes do setor empresarial e grupos da sociedade civil, adotou medidas visando à adoção de um plano nacional para empresas e direitos humanos, a fim de pôr em prática os princípios orientadores da ONU pertinentes.

JUSTIÇA INTERNACIONAL

O primeiro julgamento realizado com base no Código Penal para Crimes contra o Direito Internacional, de 2002, contra os cidadãos ruandeses Ignace Murwanashyaka e Straton Musoni, prosseguiu no Tribunal Superior Regional de Stuttgart.

Em 18 de fevereiro, o Tribunal Superior de Frankfurt considerou o cidadão ruandês Onesphore Rwabukombe culpado de incitar o genocídio. Nesse primeiro julgamento alemão relativo ao genocídio da minoria tutsi em Ruanda, em 1994, Onesphore Rwabukombe foi sentenciado a 14 anos de prisão por cumplicidade no massacre da igreja de Kiziguro.

-
1. O Estado decide quem eu sou: Falta de reconhecimento para pessoas transgênero na Europa (EUR 01/001/2014)
www.anistia.org.br/o-estado-decide-quem-eu-sou

ANGOLA

República de Angola

Chefe de Estado e de governo: **José Eduardo dos Santos**

As liberdades de associação e de reunião continuaram sendo suprimidas. Milhares de famílias sofreram remoções forçadas. Um

jovem foi julgado e absolvido por difamação criminosa do presidente; teve início o julgamento de outro homem por difamação criminosa de funcionários do Estado. O julgamento de agentes do Estado pelo desaparecimento de dois homens em 2012 começou, foi suspenso e depois retomado.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em janeiro, o presidente José Eduardo dos Santos assumiu a presidência da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos.

Houve denúncias de episódios esporádicos de violência política envolvendo membros do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que está no governo, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

De 28 de abril a 12 de maio, Angola sediou a 55ª Sessão Ordinária da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos, na capital, Luanda.

Entre 16 e 31 de maio, Angola realizou um censo geral de moradia e população. Foi o primeiro censo a ser feito desde 1970, ainda antes da independência. Os resultados preliminares, divulgados em outubro, apontavam que a população superou os 24,3 milhões de habitantes, 52% dos quais mulheres.

Em outubro, a situação dos direitos humanos em Angola foi avaliada na Revisão Periódica Universal da ONU.¹ Angola aceitou 192 das 226 recomendações que foram feitas. As demais 34 recomendações, inclusive relativas às liberdades de expressão, de associação e de reunião, foram aceitas como objeto de maiores análises.

DIREITO À MORADIA – REMOÇÕES FORÇADAS

As autoridades efetuaram remoções forçadas em maior escala do que em anos recentes. Pelo menos 4.000 famílias tiveram suas casas demolidas e foram removidas à força na província de Luanda. Pelo menos 700 dessas famílias foram deixadas sem moradia adequada. Também houve

relatos de remoções em outras províncias, como Cabinda.

Desde 20 de janeiro, 2.000 famílias teriam sido removidas à força de suas casas no bairro de Chicala em Luanda. As residências estavam marcadas para demolição havia dois anos. Algumas das famílias despejadas foram realojadas em Zango, Luanda, enquanto outras receberam a oferta de barracas numa área não urbanizada de Kissama, a cerca de 100 quilômetros da cidade. Somente em setembro elas receberam um lote de terra e chapas de ferro para construir as casas.

De 28 de maio a 6 de junho, segundo informações, 600 famílias tiveram suas casas demolidas e foram removidas à força do bairro Areia Branca em Luanda. Acredita-se que elas tenham sido removidas para dar lugar à construção de um hotel. Policiais armados, inclusive o batalhão de choque e a brigada canina, teriam espancado as pessoas expulsas. A maioria dos moradores vivia naquela área havia entre 6 e 10 anos, e alguns afirmaram possuir título legal da terra. As famílias foram transferidas a uma área no distrito de Samba, em Luanda, e, segundo informações, ainda continuavam no local no fim do ano, vivendo em casas de papelão improvisadas.

LIBERDADE DE REUNIÃO

As forças policiais e de segurança utilizaram a força ou a ameaça de força, bem como detenções arbitrárias, para reprimir manifestações pacíficas em Angola.² Em várias ocasiões, a polícia deteve os manifestantes e os espancou antes de deixá-los a centenas quilômetros do local onde foram detidos. Em julho, jovens manifestantes iniciaram uma série de protestos em assentamentos informais (em Angola chamados de *musseques*) como parte do que chamaram de projeto Movimento das Manifestações nos Musseques (MMM). De acordo com os organizadores, o movimento pretende realizar manifestações pacíficas por melhores condições de vida nos assentamentos informais.

Segundo informações, a polícia espancou e prendeu jovens que faziam uma manifestação pacífica para marcar o aniversário da chacina de 27 de maio de 1977. Cerca de 100 pessoas teriam se reunido na Praça da Independência em Luanda para protestar e pedir a criação de comissões de inquérito sobre as mortes de 1977, bem como sobre as mortes de três ativistas em 2012 e 2013. A polícia manteve 20 jovens detidos por várias horas e os teria espancado antes de deixá-los em Catete, a 60 quilômetros de Luanda.

Em 21 de junho, a polícia de choque usou gás lacrimogêneo e dispersou com violência uma manifestação pacífica do Sindicato Nacional dos Professores (SINPROF) em Lubango, prendendo 20 participantes. Os professores estavam protestando pelo pagamento de seus salários atrasados. Eles foram soltos no dia 23 de junho, depois de absolvidos em um julgamento sumário.

HOMICÍDIOS ILEGAIS

As forças policiais e de segurança continuaram a desfrutar de impunidade em alguns casos de homicídios ilegais. Essas forças foram responsáveis por homicídios ilegais em diversas províncias, como Luanda, Malanje, Lunda Sul e Lunda Norte.

Em maio, policiais à paisana identificados como pertencentes à 32ª Delegacia de Polícia do distrito de Kilamba Kiaxi, em Luanda, teriam matado a tiros Manuel Samuel Tiago, Damião Zua Neto “Dani” e Gosmo Pascoal Muhongo Quicassa “Smith”. Testemunhas afirmaram que os jovens estavam dentro de um veículo estacionado diante de um restaurante no bairro de 28 de Agosto, em Kilamba Kiaxi. A polícia teria parado ao lado do carro e começado a disparar. O irmão de Manuel Samuel Tiago, que testemunhou a cena, contou que seu irmão saiu do carro e pediu que os policiais parassem de atirar, mas levou um tiro de um policial. Foi aberta uma investigação sobre o caso. Até o fim do ano, não havia novas informações disponíveis.

Em julho, um segurança privado matou a tiros Lucas Tiago, em Cuango, Lunda Norte. Policiais e seguranças privados estariam naquela área para uma operação de combate à mineração ilegal de diamantes e, nesse contexto, Lucas Tiago foi morto com um tiro pelas costas. O episódio motivou um confronto entre os mineradores e os policiais e seguranças, que teriam prendido 22 mineiros. Uma investigação foi aberta sobre a morte de Lucas Tiago. Até o fim do ano, não havia novas informações disponíveis.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As autoridades seguiram submetendo as pessoas a processos penais por difamação. Os recursos interpostos por dois jornalistas, Armando Chicoca e William Tonet, contra suas condenações individuais pelo crime de difamação em 2011, ainda não haviam sido julgados.

Em 14 de agosto, Manuel Nito Alves foi julgado e absolvido por falta de provas do crime de difamação contra o presidente de Angola. O processo foi motivado pelo fato de ele ter encomendado a impressão de camisetas com frases consideradas ofensivas ao governante. Manuel foi preso por policiais e por agentes de segurança do Estado no dia 12 de setembro de 2013, quando tinha 17 anos, no momento em que foi buscar as camisetas na loja que fez a impressão.

Em 19 de agosto, o jornalista e ativista de direitos humanos Rafael Marques de Morais compareceu perante o Tribunal Provincial de Luanda para responder pela acusação de difamação. A denúncia foi interposta contra ele pelo chefe da Casa de Segurança do presidente da República e por outros seis generais, bem como pela empresa mineradora de diamantes Sociedade Mineira do Cuango (SMC). As acusações se referiam ao livro “Diamantes de Sangue: Tortura e Corrupção em Angola”, publicado em Portugal. O livro implica o chefe da Casa de Segurança e outros seis generais em violações de direitos humanos nas minas de diamantes das províncias de Lunda Norte

e Lunda Sul. O processo contra Rafael Marques de Morais estaria demandando uma indenização de 1,2 milhão de dólares e o jornalista está sujeito à pena de prisão. Quando este relatório foi redigido, ainda não havia sido marcada uma data para o julgamento.

A polícia espancou e prendeu jornalistas que denunciaram violações de direitos humanos. Pelo menos dois jornalistas foram presos devido a suas reportagens sobre atividades policiais.

No dia 2 de fevereiro, a polícia deteve Queirós Anastácio Chiluvia, jornalista da Rádio Despertar, uma estação da UNITA, quando ele tentava fazer uma reportagem sobre os pedidos de socorro feitos pelos presos no Comando Municipal da Polícia de Cacuaco. O jornalista teria sido detido por cinco dias, sem acusações contra ele, antes de ser julgado e condenado no dia 7 de fevereiro pelos crimes de desacato, calúnia e difamação à autoridade pública e exercício ilegal da profissão. Ele foi sentenciado a seis meses de prisão, com suspensão da execução da pena por dois anos.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

O paradeiro dos jornalistas Milocas Pereira (desaparecido em 2012), Cláudio António “Ndela” e Adilson Panela Gregório “Belucho” (ambos desaparecidos em 2013) continuava desconhecido. No Tribunal Provincial de Luanda, foi aberta uma investigação sobre o desaparecimento de dois homens.

Em 18 de novembro, foi reaberto no Tribunal Provincial de Luanda o julgamento de oito agentes do Estado implicados no sequestro, em maio de 2012, e na morte de Silva Alves Kamulingue e Isaías Sebastião Cassule. O julgamento teve início no dia 1º de setembro, mas foi suspenso no dia 4 desse mês, quando um dos acusados, o chefe do Serviço de Inteligência e de Segurança do Estado à época do sequestro, foi promovido ao posto de general, supostamente pelo presidente Eduardo dos Santos. O julgamento teve que ser suspenso porque o Tribunal

Provincial de Luanda não possui competência para julgar um general. Em 22 de setembro, o presidente revogou a promoção e ordenou uma investigação sobre o processo de promoção. No fim do ano, não havia novas informações disponíveis a respeito do julgamento.

-
1. Angola: Amnesty International submission for the UN Universal Periodic Review September 2014 (AFR 12/005/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AFR12/005/2014/en
 2. Punishing Dissent: Suppression of freedom of association, assembly and expression in Angola (AFR 12/004/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AFR12/004/2014/en

ARÁBIA SAUDITA

Reino da Arábia Saudita

Chefe de Estado e de governo: **Rei Abdullah bin Abdul Aziz Al Saud**

O governo restringiu severamente as liberdades de expressão, associação e reunião, além de reprimir as opiniões divergentes e prender e encarcerar seus críticos, inclusive defensores dos direitos humanos. Muitos foram submetidos a julgamentos injustos perante tribunais que não respeitaram o direito a um processo com as devidas garantias da lei, como foi o caso de um tribunal especial antiterrorismo que proferiu sentenças de morte. Novas leis efetivamente igualaram as críticas ao governo e outras atividades pacíficas ao terrorismo. As autoridades reprimiram o ativismo na internet e intimidaram ativistas e suas famílias por denunciarem violações de direitos humanos. A discriminação contra a minoria xiita permaneceu arraigada; alguns ativistas xiitas foram sentenciados à morte e dezenas receberam longas penas de prisão. Segundo informações, a tortura dos detentos era prática comum; tribunais

condenaram réus com base em “confissões” comprometidas por tortura, e condenaram outros a açoitamento. As mulheres sofreram discriminação na lei e na prática, e não foram adequadamente protegidas contra a violência sexual e de outra natureza, apesar de uma nova lei criminalizando a violência doméstica. As autoridades detiveram e expulsaram sumariamente milhares de migrantes estrangeiros, devolvendo alguns deles para países em que corriam risco de sofrer graves abusos de direitos humanos. As autoridades fizeram uso extensivo da pena de morte e levaram a cabo dezenas de execuções públicas.

INFORMAÇÕES GERAIS

O governo tomou medidas cada vez mais rigorosas contra seus críticos e adversários, que incluíam desde dissidentes pacíficos a militantes islamistas armados, expressas por meio da adoção e da aplicação de leis antiterroristas amplas e severas. As autoridades intimidaram publicamente os cidadãos que contribuíram com fundos, recrutamento ou outras formas de apoio a grupos militantes sunitas armados na Síria e no Iraque.

Em setembro, a Arábia Saudita passou a integrar a aliança militar comandada pelos EUA e criada para combater o grupo armado Estado Islâmico e outros similares na Síria e no Iraque.

Em março, o Conselho de Direitos Humanos da ONU concluiu sua Revisão Periódica Universal relativa à Arábia Saudita. O governo aceitou a maioria das recomendações, mas rejeitou pedidos substanciais, como o que instava a Arábia Saudita a ratificar o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos. O governo se comprometeu a desmantelar ou abolir o sistema de tutela masculina e permitir às mulheres maior liberdade para viajar, estudar, trabalhar e casar; porém, até o fim do ano, não foram tomadas quaisquer medidas identificáveis para concretizar esses compromissos.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

O governo continuou a não tolerar divergências e reprimiu seus críticos, inclusive blogueiros e outros comentadores da internet, ativistas políticos e pelos direitos das mulheres, membros da minoria xiita e ativistas e defensores de direitos humanos. O governo manteve a proibição de que juízes utilizem as redes sociais por quaisquer motivos.

Em maio, um tribunal de Jidá sentenciou o blogueiro Raif Badawi a 10 anos de prisão e açoitamento com 1.000 chibatadas, após condená-lo por acusações tais como “ofender o Islã”, por ele ter criado na internet o site ‘Liberais Sauditas’, que promove o debate político e social, e por ter criticado alguns líderes religiosos. Raif Badawi foi condenado inicialmente por apostasia, delito passível de pena capital. O tribunal ordenou também que o site fosse fechado. Sua sentença de açoitamento e pena de prisão foram confirmadas em setembro pelo Tribunal de Recursos.

Em outubro, o Tribunal Penal Especializado de Riad sentenciou três advogados – Abdulrahman al-Subaihi, Bander al-Nogaithan e Abdulrahman al-Rumaih – a penas de até oito anos de prisão, seguidas da proibição de viagens ao exterior, após condená-los por “perturbar a ordem pública”, por usarem o Twitter para criticar o Ministério da Justiça. O tribunal também os proibiu, por tempo indefinido, de usar qualquer meio de comunicação social, inclusive redes sociais.

O governo não permitia a existência de partidos políticos, sindicatos e grupos de direitos humanos independentes, tendo prendido, processado e encarcerado pessoas que participaram de organizações não licenciadas.

O governo continuou a negar o acesso da Anistia Internacional à Arábia Saudita, e tomou medidas punitivas contra ativistas e familiares de vítimas que entraram em contato com a organização.

Todas as aglomerações públicas, inclusive manifestações, continuaram proibidas por força de uma ordem expedida pelo Ministério do Interior em 2011. Quem tentasse contestar a proibição se arriscava a se preso, processado e encarcerado por acusações tais como “incitar as pessoas contra as autoridades”. Em outubro, o governo advertiu que prenderia quem desafiasse a proibição apoiando uma campanha para permitir que mulheres dirigissem (veja abaixo).

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

As autoridades perseguiram a pequena, mas articulada, comunidade de defensores dos direitos humanos recorrendo a leis antiterroristas para suprimir suas atividades pacíficas de expor e combater violações de direitos humanos. Entre as pessoas que foram detidas ou cumpriam pena estavam os fundadores e ativistas da Associação Saudita de Direitos Civis e Políticos, um grupo fundado em 2009, mas não reconhecido oficialmente, que atua em favor de julgamentos justos ou da libertação de pessoas em detenção prolongada por razões políticas. No fim do ano, quatro integrantes da associação cumpriam penas de até 15 anos de prisão, outros três estavam detidos aguardando o resultado do julgamento e dois deles haviam sido detidos sem julgamento. Tratavam-se de Abdulrahman al-Hamid, detido depois de assinar uma declaração, em abril, pedindo que o ministro do Interior fosse a julgamento, e Saleh al-Ashwan, detido desde 2012 sem acusações contra ele. Outros dois ativistas da associação aguardavam em liberdade a conclusão de seus julgamentos. Os que foram condenados cumpriam sentenças impostas com base em acusações vagas e demasiado amplas, formuladas com intenção de sufocar críticas pacíficas. Outros ativistas enfrentavam processos por acusações similares.

Em julho, o Tribunal Penal Especializado sentenciou o eminente advogado de direitos humanos Waleed Abu-Khair a 15 anos de prisão, seguidos da proibição de viajar ao

exterior por mais 15 anos, após condená-lo por acusações vagas e excessivamente amplas, que visavam suas atividades profissionais e pacíficas de direitos humanos.

Em novembro, o Tribunal Penal de Al Khobar, na província Oriental, sentenciou o defensor dos direitos humanos Mikhliif bin Daham al-Shammari a dois anos de prisão e açoiteamento com 200 chibatadas, depois de condená-lo por “instigar a opinião pública ao associar-se aos xiitas” e “infringir as instruções do mandatário realizando uma reunião particular e postar mensagens no Twitter”. Uma pena de cinco anos de prisão, seguida da proibição de viagens por 10 anos, já lhe havia sido imposta em junho de 2013 pelo Tribunal Penal Especializado. O tribunal também o proibiu de publicar seus textos na imprensa ou nas mídias sociais, bem como de participar de programas de televisão ou rádio. A câmara de recursos do Tribunal Penal Especializado confirmou sentença em junho de 2014.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Uma nova lei antiterrorismo, que passou a vigorar em fevereiro após aprovada pelo Rei, ampliou os já extensos poderes das autoridades para combater “atos de terrorismo”. A nova lei não definiu terrorismo, mas estipulou que palavras e atos considerados pelas autoridades como sendo direta ou indiretamente “perturbadores” da ordem pública, que “desestabilizem a segurança da sociedade ou a estabilidade do Estado”, “revoquem as leis fundamentais do governo”, ou “prejudiquem a reputação do Estado ou sua autoridade” seriam considerados atos terroristas. Em março, uma série de decretos promulgados pelo Ministério do Interior ampliou a já abrangente definição de terrorismo da Arábia Saudita, para que incluísse a “invocação de pensamento ateu” e o “contato com quaisquer grupos ou indivíduos contrários ao Reino”, bem como “tentar perturbar a unidade nacional” convocando protestos, e “prejudicar outros

Estados e seus líderes”. Em contravenção às normas internacionais, os novos decretos tinham efeito retroativo, deixando pessoas que supostamente pudessem ter cometido tais atos no passado sujeitas a processos por terrorismo, bem como outras acusações em caso de novas infrações.

Em julho, o Ministério da Justiça reafirmou a competência exclusiva do Tribunal Penal Especializado para casos envolvendo supostos delitos contra a segurança do Estado.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Autoridades da área de segurança efetuaram prisões arbitrárias e continuaram a deter pessoas por períodos prolongados, sem acusações nem julgamento, inclusive dezenas que passaram mais de seis meses detidas sem serem encaminhadas a um tribunal competente, em violação ao Código de Processo Penal saudita. Durante os interrogatórios, era frequente que os detidos fossem mantidos em regime de incomunicabilidade e privados de acesso a advogados, em violação às normas internacionais para julgamentos justos.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Segundo ex-detentos, réus e outras pessoas, a tortura e outros maus-tratos continuaram comuns e generalizados, sendo praticados com impunidade. Em muitos casos, os tribunais condenaram os réus somente com base em “confissões” obtidas durante a detenção provisória, sem investigar suas denúncias de que essas confissões haviam sido extraídas mediante tortura, às vezes sentenciando os réus à morte.

Alguns presos condenados por razões políticas em anos anteriores teriam sofrido maus-tratos no cárcere, entre eles os ativistas encarcerados da Associação Saudita de Direitos Civis e Políticos, Abdullah al-Hamid e Mohammad al-Qahtani, que, em março, entraram em greve de fome para protestar contra suas condições. Em agosto, agentes penitenciários de Jidá teriam espancado o

advogado de direitos humanos Waleed Abu al-Khair, que está preso, ao removê-lo à força de sua cela para transferi-lo a outro presídio.

DISCRIMINAÇÃO – MINORIA XIITA

Integrantes da minoria xiita, que vivem principalmente na província Ocidental, uma região rica em petróleo, continuaram a enfrentar uma discriminação arraigada que limitou seu acesso a serviços governamentais e ao emprego, além de afetá-los de muitas outras maneiras. Os membros da comunidade xiita permaneceram, em grande parte, excluídos da ocupação de cargos superiores. Líderes e ativistas xiitas foram submetidos a prisões, encarceramento após julgamentos injustos e pena de morte.

Em maio, o Tribunal Penal Especializado sentenciou Ali Mohammed Baqir al-Nimr à morte após condená-lo por acusações tais como realizar manifestações contra o governo, estar em posse de armas e atacar as forças de segurança. Ele negou as acusações e declarou ao tribunal que foi torturado e forçado a confessar durante a detenção provisória. O tribunal condenou-o sem investigar suas denúncias de tortura, sentenciando-o à morte embora ele tivesse 17 anos à época dos supostos delitos. Em outubro, seu tio, o xeque Nimr Baqir al-Nimr, um clérigo xiita de Qatif e crítico tenaz do tratamento dado pelo governo à minoria xiita, foi sentenciado à morte pelo Tribunal Penal Especializado. As forças de segurança prenderam o xeque al-Nimr em julho de 2012, em circunstâncias controversas, em que ele foi baleado, ficando paralisado de uma perna. Em agosto, o Tribunal Penal Especializado condenou outro destacado clérigo xiita, o xeique Tawfiq al Amr, a 8 anos de prisão, seguidos da proibição de viajar ao exterior por outros 10 anos, tendo-o proibido também de proferir sermões religiosos e discursos públicos.

Em setembro, o Tribunal Penal Especializado impôs multa e uma pena de 14 anos de prisão, seguida da proibição de viagens ao exterior por 15 anos, ao ativista

pelos direitos xiitas Fadhel al-Manasif, após condená-lo por acusações tais como “trair a lealdade ao mandatário” e manter “contato com organizações de notícias estrangeiras”. Em dezembro, a sentença foi confirmada pela divisão de recursos do Tribunal.

O Tribunal Penal Especializado condenou outros ativistas xiitas por sua suposta participação em protestos em 2011 e 2012. Pelo menos cinco receberam sentenças de morte e outros receberam longas penas de prisão.

DIREITOS DAS MULHERES

Mulheres e meninas continuaram a sofrer discriminação na lei e na prática. De acordo com a lei, as mulheres tinham condição inferior à dos homens, principalmente com respeito a questões familiares, como casamento, divórcio, custódia dos filhos e herança, além de não serem adequadamente protegidas contra a violência sexual ou de outra natureza. Segundo informações, a violência doméstica permaneceu endêmica, apesar de uma campanha de conscientização lançada pelo governo em 2013. Uma lei de 2013 criminalizando a violência doméstica não foi implementada na prática por falta de autoridades com competência para aplicá-la.

Mulheres que apoiaram a campanha “Mulheres na Direção”, lançada em 2011 para desafiar a proibição de que mulheres dirijam veículos, enfrentaram hostilidade e intimidações das autoridades, que advertiram que mulheres que dirigissem seriam presas. Algumas foram presas, mas liberadas pouco depois. No fim do ano, porém, duas delas, Loujain al-Hathloul e Mayssa al-Amoudi, continuavam detidas. Ambas haviam sido presas no começo de dezembro na fronteira com os Emirados Árabes Unidos por dirigir seus automóveis, sendo posteriormente acusadas de terrorismo.

A ativista pelos direitos das mulheres Souad al-Shammari foi detida em outubro quando oficiais do Serviço de Investigação e Processamento de Jidá intimaram-na para interrogatório. No fim do ano, ela se

encontrava detida, sem ter sido acusada, na penitenciária de Briman, em Jidá.

As ativistas pelos direitos das mulheres Wajeha al-Huwaider e Fawzia al-Oyouni, cujas penas de 10 meses de prisão e dois anos de proibição de viagens ao exterior foram confirmadas por um tribunal de recursos em 2013, continuaram em liberdade. As autoridades não explicaram por que não as intimaram à prisão.

Em abril, duas filhas do Rei o acusaram de tê-las mantido cativas por 13 anos, junto com suas duas irmãs, nas dependências de um complexo real, onde não recebiam alimentação adequada.

DIREITOS DOS TRABALHADORES MIGRANTES

Depois de conceder um prazo de vários meses para os trabalhadores estrangeiros regularizarem sua situação, em novembro de 2013 o governo passou a reprimir com rigor os migrantes estrangeiros irregulares, detendo e deportando centenas de milhares de trabalhadores estrangeiros a fim de abrir mais oportunidades de emprego para os sauditas. Em março, o ministro do Interior afirmou que as autoridades haviam deportado mais de 370 mil migrantes estrangeiros nos cinco meses precedentes, e que outros 18 mil estavam detidos. Milhares de trabalhadores foram deportados sumariamente para a Somália e outros Estados onde corriam risco de sofrer abusos de direitos humanos, enquanto muitos outros foram igualmente devolvidos ao lêmén. Muitos migrantes contaram que, antes de serem deportados, eles ficaram confinados em locais de detenção improvisados e extremamente superlotados, onde recebiam comida e água insuficientes, além de serem agredidos pelos guardas.

PUNIÇÕES CRUÉIS, DESUMANAS OU DEGRADANTES

Os tribunais continuaram a impor sentenças de açoitamento como punição para muitos delitos. O blogueiro Raif Badawi

foi sentenciado a açoitamento com 1.000 chibatadas, além de pena de prisão. O defensor dos direitos humanos Mikhliif bin Daham al-Shammari foi sentenciado a 200 chibatadas, bem como a pena de prisão.

Em setembro, as autoridades libertaram Ruth Cosrojas, uma trabalhadora doméstica filipina sentenciada a 18 meses de prisão e 300 chibatadas, depois de um julgamento injusto em outubro de 2013, no qual ela foi condenada por organizar o comércio de sexo (*quwada*). Ao sair da prisão, ela já havia recebido 150 chibatadas.

PENA DE MORTE

Os tribunais continuaram a impor sentenças de morte para uma série de delitos, inclusive que não envolvam violência, tais como “bruxaria”, adultério e infrações relacionadas a drogas, geralmente após julgamentos injustos. Alguns réus, inclusive cidadãos estrangeiros acusados de homicídio, denunciaram ter sofrido tortura ou outras formas de coação, além de terem sido enganados, para fazerem confissões durante o período de detenção provisória.

As autoridades levaram a cabo dezenas de execuções, muitas por meio de decapitação pública. Os executados eram tanto cidadãos sauditas quanto migrantes estrangeiros.

ARGENTINA

República Argentina

Chefe de Estado e de governo: **Cristina Fernández de Kirchner**

As mulheres continuaram enfrentando dificuldades para fazer abortos legais. A discriminação contra os povos indígenas ainda causava preocupação. Os tribunais julgaram crimes cometidos durante a ditadura militar. Denúncias de tortura não foram investigadas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em dezembro de 2013, a polícia entrou em greve por causa de salários, provocando uma onda de violência e saques em todo o país. Pelo menos 18 pessoas foram mortas. A violência se alastrou para muitas das 23 províncias; centenas de pessoas ficaram feridas e milhares de empresas sofreram prejuízos.

Em virtude do princípio da jurisdição universal, o sistema de justiça também investigou crimes contra a humanidade cometidos durante a Guerra Civil Espanhola e o regime de Franco (1936 a 1975). Em abril, o Tribunal de Justiça da Espanha (*Audiencia Nacional*) rejeitou as petições para extraditar dois ex-agentes de segurança para a Argentina.

Também em abril, na província de Tucumán, 10 réus acusados do sequestro e da prostituição forçada de Marita Verón em 2002 tiveram suas absolvições anuladas e foram condenados a penas de prisão.

DIREITOS DAS MULHERES

Mais da metade das províncias não contava com protocolos para assegurar que os hospitais realizem abortos, os quais são legais caso a gravidez seja consequência de abuso sexual ou ponha em risco a vida ou a saúde da mulher. Em março, a Suprema Corte rejeitou uma moção pedindo uma audiência pública para avaliar as medidas necessárias para dar cumprimento efetivo a sua sentença de março de 2012, que desfazia quaisquer dúvidas sobre a legalidade dos abortos.

Em abril, as autoridades de um hospital de Moreno, na província de Buenos Aires, negaram-se a fazer um aborto em uma menina de 13 anos cuja gravidez resultara de estupro, alegando motivos de saúde e o fato de sua gestação estar na 23ª semana, embora nem a Organização Mundial da Saúde nem as normas internacionais especifiquem condições de acesso a esse direito. O procedimento acabou sendo realizado em um estabelecimento privado.¹

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Apesar de a Constituição nacional reconhecer os direitos dos povos indígenas às terras ancestrais e à participação na gestão dos recursos naturais, esses direitos raramente foram cumpridos. Em abril, a comunidade indígena de La Primavera (Potae Napocna Navogoh) na província de Formosa, rejeitou um processo de demarcação de terras, afirmando que tanto o governo provincial quanto o nacional não haviam respeitado seu direito à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado. Ao mesmo tempo, as autoridades faziam uso do sistema de justiça para processar pessoas que lutavam pelos direitos indígenas. O líder da comunidade de La Primavera, Félix Díaz, foi a julgamento em maio acusado do roubo de duas armas da polícia durante um protesto realizado pela comunidade em 2010. Ele refutou as acusações. Os indígenas também sofreram violências nas mãos de civis; os responsáveis não foram levados à Justiça.

Em março, a Comunidad India Quilmes, uma comunidade indígena do Noroeste do país, foi atacada com armas de fogo, bastões e correntes. Invasores armados atiraram nos moradores, os agrediram e ocuparam o local sagrado da comunidade denominado “ciudad sagrada”. Sete indígenas ficaram feridos. A comunidade tentava reivindicar sua terra sagrada por meio do sistema de justiça nacional. No fim do ano, ninguém havia sido processado pela usurpação. Investigações sobre o ataque estavam em curso.

JUSTIÇA TRANSICIONAL

Tribunais de todo o país realizaram julgamentos públicos de crimes contra a humanidade cometidos durante o regime militar de 1976 a 1983. Em Buenos Aires, 22 réus foram processados por suposto envolvimento com o Plano Condor, um acordo entre os governos militares da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, do Paraguai e do Uruguai para eliminar seus opositores políticos.

Também foram realizados os julgamentos de mais de 100 réus acusados de crimes cometidos nos centros clandestinos de detenção e tortura da Escola de Mecânica da Armada, em Buenos Aires, e de La Perla, em Córdoba, entre outros.

IMPUNIDADE

No dia 18 de julho, completaram-se 20 anos do atentado contra a sede da Associação Mútua Israelense Argentina (Amia) em Buenos Aires, que deixou 85 mortos. O governo não proporcionou justiça nem reparação às vítimas. O Irã se recusou a acatar a ordem de um tribunal argentino demandando a captura de cinco suspeitos. Em 2013, os governos argentino e iraniano firmaram um acordo para interrogar esses suspeitos em Teerã, mas o acordo não se efetuiu. Na Argentina, autoridades graduadas, inclusive o ex-presidente Carlos Menem, foram processadas por desvirtuar a investigação. No fim do ano, o julgamento não havia terminado.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em abril, o governo regulamentou o Sistema Nacional para Prevenção da Tortura, mas não criou um Comitê Nacional, o qual deveria ser composto por parlamentares, autoridades do governo e representantes de organizações da sociedade civil. O Comitê teria funções tais como visitar centros de detenção e estabelecer critérios para o uso da força, controlar a superlotação e regular transferências.

Denúncias de torturas e outros maus-tratos não foram investigadas, como no caso dos reclusos Marcelo Tello e Iván Bressan, presos na província de Santiago del Estero.²

Em Mendoza, houve denúncias recorrentes de torturas, mas ninguém foi levado à Justiça. Diversas prisões estavam superlotadas e alguns internos eram mantidos em regime de isolamento por mais de 20 horas ao dia.³

1. Argentina: El acceso al aborto no punible debe ser garantizado en la provincia de Buenos Aires y en todo el país
www.amnistia.org.ar/noticias-y-documentos/archivo-de-noticias/argentina-91
2. Argentina: Deben investigarse denuncias de tortura en Santiago del Estero
www.amnistia.org.ar/noticias-y-documentos/archivo-de-noticias/argentina-99
3. Argentina: La provincia de Mendoza tiene la obligación de investigar las denuncias de tortura en cárceles
www.amnistia.org.ar/noticias-y-documentos/archivo-de-noticias/argentina-103

BOLÍVIA

Estado Plurinacional da Bolívia

Chefe de Estado e de governo: **Evo Morales Ayma**

Vítimas de violações dos direitos humanos cometidas pelos regimes militares no passado continuaram privadas de verdade, justiça e reparação plena. O direito dos povos indígenas à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado, bem como o acesso da população aos direitos sexuais e reprodutivos, continuaram desrespeitados.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em outubro, o presidente Evo Morales foi reeleito para um terceiro mandato. Mais de 50% das candidaturas ao parlamento eram de mulheres. Esse percentual foi consequência da aplicação, pela primeira vez, da cláusula de igualdade de gênero da Lei do Regime Eleitoral.

Em outubro, a Bolívia aceitou a maioria das recomendações do processo de Revisão Periódica Universal da ONU, inclusive de investigar violações de direitos humanos cometidas no passado e assegurar reparações plenas e efetivas, de rever a legislação que criminaliza o aborto

e de melhorar as condições prisionais. Preocupações acerca dessas mesmas questões haviam sido enfatizadas pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU em outubro de 2013¹ e pelo Comitê contra a Tortura da ONU em maio de 2013.

IMPUNIDADE E SISTEMA DE JUSTIÇA

Transcorridas cinco décadas desde o regime militar e autoritário (1964–1982), não houve qualquer avanço no sentido de proporcionar justiça às vítimas da violência política, nem medidas para implementar um mecanismo que revele a verdade sobre as violações de direitos humanos cometidas naquele período². As autoridades ignoraram as preocupações manifestadas por organismos nacionais e internacionais sobre a falta de transparência e justiça no processo de reparação que terminou em 2012, em que somente um quarto dos demandantes se qualificaram como beneficiários.

Em fevereiro de 2014, um acampamento da organização de vítimas Plataforma de Lutadores Sociais contra a Impunidade, pela Justiça e a Memória Histórica do Povo Boliviano, em frente ao Ministério da Justiça, foi alvo de um incêndio que destruiu arquivos e documentos. Investigações preliminares indicaram que o incêndio foi causado por um problema elétrico. A organização, porém, denunciou que se tratava de um ataque intencional. Investigações criminais prosseguiram no fim do ano. Há informações³ de que as investigações sobre o ataque a um membro desse mesmo grupo em fevereiro de 2013 estavam atrasadas.

Em julho, a Bolívia apresentou aos Estados Unidos seu segundo pedido para que o ex-presidente Gonzalo Sánchez de Lozada fosse extraditado para a Bolívia. Ele é acusado de envolvimento com o episódio conhecido como "Outubro Negro", em que 67 pessoas foram mortas e mais de 400 ficaram feridas durante as manifestações em El Alto, próximo a La Paz, no fim de 2003. Um pedido de extradição anterior foi recusado em 2012. Em maio de 2014, um juiz federal nos

EUA havia permitido uma ação civil contra o ex-presidente e seu ministro da Defesa por sua responsabilidade nos eventos.

Apesar dos atrasos, prosseguiram os julgamentos relacionados ao massacre de Pando, em 2008, em que 19 pessoas, na maioria pequenos agricultores, foram mortas e 53 ficaram feridas.

Prosseguiram as audiências do caso em que 39 pessoas são acusadas de participação numa suposta conspiração para assassinar o presidente Evo Morales em 2009. Nesse mesmo ano, três homens foram mortos em conexão com o caso. Nem os homicídios nem as denúncias de ausência do devido processo legal haviam sido investigadas até o fim do ano. Em março, o promotor que renunciou após denunciar interferência política no caso, e que foi mais tarde acusado de envolvimento em extorsão, solicitou asilo político no Brasil. Em agosto, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenções Arbitrárias afirmou que a detenção de um dos suspeitos no caso foi arbitrária e recomendou sua imediata liberação e reparação.

Em junho, na Assembleia Legislativa Plurinacional, foram abertos processos penais contra três juizes do Tribunal Constitucional por violação do dever, entre outros crimes. Os três foram suspensos.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Segundo um estudo de 2014 da Organização Pan-Americana de Saúde, a Bolívia tinha os mais altos índices de violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo e o segundo mais alto índice de violência sexual da região. Em outubro, foi promulgada uma normativa que regulamenta a dotação orçamentária e a aplicação da Lei 348, de 2013, que garante o direito das mulheres a uma vida livre de violência.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Embora o Tribunal Constitucional Plurinacional tenha decidido em fevereiro que o pedido de autorização judicial para

um aborto, conforme requer o artigo 266 do Código Penal, era inconstitucional, a decisão ainda não havia sido aplicada.

Um projeto de lei de 2012 sobre direitos sexuais e reprodutivos, que assegurava o direito a receber informações sobre serviços de saúde sexual e reprodutiva para prevenir gravidezes não planejadas ou não desejadas, bem como o direito à educação sexual nas escolas, entre outras disposições, ainda estava sendo debatido no Congresso boliviano, a Assembleia Legislativa Plurinacional.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em novembro, 14 agentes da polícia foram formalmente acusados de uso excessivo da força em 2011, durante uma marcha pacífica contra a construção de uma estrada no Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure (TIPNIS). A promotoria descartou o envolvimento de autoridades civis graduadas, tal como reclamado pelas vítimas. Os planos de construção da estrada permaneceram suspensos após uma controversa consulta com as comunidades indígenas afetadas, realizada em 2012.

Uma nova Lei de Mineração, aprovada em maio, excluía a consulta aos povos indígenas para a prospecção e a exploração de atividades mineradoras e não reconhecia o princípio do consentimento livre, prévio e informado com relação a projetos que causem impacto sobre essas comunidades. O anteprojeto de uma Lei de Consulta Prévia, Livre e Informada foi finalizado.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Continuaram sendo motivo de preocupação as exigências especificadas em uma lei de 2013 para a concessão de identidade jurídica às ONGs. Segundo essa normativa, as organizações têm que explicitar sua “contribuição para o desenvolvimento econômico e social” do Estado. Em 2013, o Comitê de Direitos Humanos da ONU recomendou que a Bolívia eliminasse essas exigências, pois elas criavam restrições à

capacidade das ONGs de funcionar de forma livre, independente e efetiva.

Em janeiro, integrantes do *Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu* (CONAMAQ), que faziam uma vigília diante da sede da organização em La Paz, foram expulsos de modo violento por outros grupos indígenas que afirmavam serem os líderes do CONAMAQ. Houve queixas de que a polícia não interveio para impedir a expulsão violenta.

Em março, a ONG dinamarquesa IBIS Dinamarca encerrou a maioria de seus projetos na Bolívia depois que o governo anunciou sua expulsão do país em dezembro de 2013, argumentando que a organização estava interferindo em questões políticas e que tinha contribuído com as divisões dentro do movimento indígena.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

A falta de segurança e a precariedade das condições prisionais continuaram preocupantes. Os atrasos na conclusão de julgamentos dentro de um prazo razoável, a utilização excessiva de detenções provisórias e o uso limitado de alternativas à prisão foram fatores que contribuíram para a superlotação carcerária. Decretos presidenciais promulgados em 2013 e 2014 concedendo indultos e anistias com a intenção de enfrentar a superlotação nas prisões não estavam tendo o resultado esperado.

Em agosto, o ouvidor informou ter havido pouco progresso na investigação sobre as mortes de mais de 30 internos na penitenciária de Palmasola, em Santa Cruz, em agosto de 2013⁴.

Em setembro, quatro detentos morreram e mais de dez ficaram feridos nos confrontos entre os internos da penitenciária de El Abra, em Cochabamba. As investigações prosseguiram no fim do ano.

1. Bolívia: Submission to the United Nations Human Rights Committee (AMR 18/005/2013)

www.amnesty.org/en/library/info/AMR18/005/2013/en

2. Bolívia: "No me borren de la historia": Verdad, justicia y reparación en Bolívia (1964-1982) (AMR 18/002/2014)
www.amnesty.org/es/library/info/AMR18/002/2014/es
3. Bolívia: Protester attacked, police take no notice (AMR 18/001/2013)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR18/001/2013/en
4. Bolívia: Las autoridades bolivianas deben investigar completamente la tragedia en la cárcel de Palmasola (AMR 18/004/2013)
www.amnesty.org/es/library/info/AMR18/004/2013/es

BRASIL

República Federativa do Brasil

Chefe de Estado e de governo: **Presidente Dilma Rousseff**

Prosseguiram as denúncias de graves violações dos direitos humanos, como os homicídios cometidos pela polícia e a tortura ou outros maus-tratos de pessoas detidas. Jovens negros moradores de favelas, trabalhadores rurais e povos indígenas corriam maior risco de sofrer violações de direitos humanos. Os protestos que tomaram o país, sobretudo na época da Copa do Mundo, geralmente foram reprimidos com uso excessivo e desnecessário da força pelas forças de segurança. Detenções arbitrárias e tentativas de criminalizar manifestantes pacíficos foram denunciadas em várias partes do país. Apesar da aprovação de uma lei que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI) ainda eram discriminados e atacados. O Brasil continuou a desempenhar um papel importante no palco internacional em questões como privacidade, internet e discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. Alguns avanços foram feitos no sentido de enfrentar a impunidade pelas graves violações de direitos humanos cometidas na época da ditadura (1964-1985).

INFORMAÇÕES GERAIS

O Brasil continuou a cumprir seu terceiro mandato no Conselho de Direitos Humanos da ONU, onde mostrou ser um forte apoiador de resoluções contrárias à discriminação com base na orientação sexual ou na identidade de gênero. Na Assembleia Geral, os governos do Brasil e da Alemanha apresentaram uma resolução sobre a privacidade na era da internet, que foi aprovada em dezembro de 2013. Em abril de 2014, o Brasil aprovou seu Marco Civil da Internet, assegurando a neutralidade da rede e estabelecendo regras para proteger a liberdade de expressão e a privacidade.

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM SITUAÇÕES DE PROTESTOS

Em 2014, milhares de manifestantes saíram às ruas no período que antecedeu a Copa do Mundo e durante sua realização nos meses de junho e julho. Os protestos ecoaram as grandes manifestações ocorridas no ano anterior para expressar insatisfação com uma série de questões, como os custos do transporte público, os gastos elevados para sediar grandes eventos esportivos internacionais e o baixo investimento em serviços públicos. A polícia geralmente respondeu aos protestos com violência. Centenas de pessoas foram cercadas e detidas de modo arbitrário, algumas com base em leis de combate ao crime organizado, mesmo sem qualquer indicação de que estivessem envolvidas em atividades criminosas.¹

Em abril, antes da Copa do Mundo, soldados do Exército e da Marinha foram enviados ao complexo de favelas da Maré no Rio de Janeiro. Inicialmente, afirmou-se que eles permaneceriam no local até o fim de julho. Mais tarde, porém, as autoridades declararam que as tropas ficariam naquela área por tempo indefinido. Essa determinação fez surgirem sérias preocupações, considerando-se a debilidade dos mecanismos de prestação de contas

pelos abusos de direitos humanos cometidos durante operações militares.

Até o fim do ano, a única pessoa condenada por algum delito relativo aos episódios de violência durante os protestos era Rafael Braga Vieira, um jovem negro que vivia em situação de rua. Embora não tivesse participado de manifestações, ele foi preso por “possuir artefato explosivo ou incendiário sem autorização”, sendo sentenciado a cinco anos de prisão. O laudo pericial concluiu que os produtos químicos que ele levava – líquidos de limpeza – não poderiam ser usados para fabricar explosivos, mas o tribunal desconsiderou essa constatação.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

A Polícia Militar (PM) recorreu com frequência à força excessiva e desnecessária para dispersar manifestantes.²

No Rio de Janeiro, a PM usou gás lacrimogêneo para dispersar manifestantes pacíficos em diversas ocasiões, inclusive em ambientes fechados como a Casa de Saúde Pinheiro Machado, em julho de 2013, e estações de metrô, em junho e setembro de 2013 e junho de 2014.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE ASSOCIAÇÃO – JORNALISTAS

Segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, pelo menos 18 jornalistas foram agredidos enquanto faziam seu trabalho no período da Copa do Mundo em cidades como São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Fortaleza. No Rio de Janeiro, em 13 de julho, data da partida final do Campeonato, pelo menos 15 jornalistas foram agredidos por policiais quando cobriam uma manifestação. Alguns tiveram seus equipamentos quebrados. Em fevereiro, Santiago Andrade, um cinegrafista, morreu depois de ser atingido por fogos de artifício lançados pelos manifestantes. Duas pessoas foram presas por ligação com as mortes. Elas foram indicadas por homicídio doloso e no fim do ano aguardavam julgamento.

SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública continuou dando margem a violações generalizadas dos direitos humanos.

Segundo estatísticas oficiais, 424 pessoas foram mortas pela polícia durante operações de segurança no estado do Rio de Janeiro em 2013. No primeiro semestre de 2014, houve um aumento do número de mortes nessas circunstâncias, quando a polícia matou 285 pessoas, 37% a mais que no mesmo período de 2013.

Em março, Claudia Silva Ferreira foi baleada por policiais durante uma troca de tiros na favela do Morro da Congonha. Quando estava sendo levada ao hospital, na traseira da viatura da polícia, ela caiu do veículo e foi arrastada no chão por uma distância de 350 metros. O incidente foi gravado em vídeo e transmitido pelas redes de televisão brasileiras. No fim do ano, seis policiais estavam sendo investigados, mas permaneciam em liberdade.

O dançarino Douglas Rafael da Silva Pereira foi encontrado morto em abril de 2014, depois que a polícia efetuou uma operação na favela Pavão-Pavãozinho. Sua morte desencadeou uma série de protestos, durante os quais Edilson Silva dos Santos foi morto a tiros pela polícia. No fim do ano, ninguém havia sido acusado formalmente pelas mortes.

Em novembro, pelo menos 10 pessoas foram mortas, supostamente por policiais militares fora de seu horário de serviço, em Belém, no estado do Pará. Moradores do bairro relataram à Anistia Internacional que viaturas da PM trancaram as ruas momentos antes de as mortes acontecerem, e que carros e motos não identificados ameaçaram e agrediram os moradores.³ Há indícios de que a chacina tenha sido uma retaliação pela morte de um policial.

Entre dezembro de 2012 e abril de 2014, dez policiais, inclusive o ex-comandante de um batalhão, foram julgados e condenados por seu envolvimento no assassinato da juíza Patrícia Acioli em agosto de 2011. Ela

havia sido responsável por sentenciar 60 policiais condenados por participação no crime organizado.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

Superlotação extrema, condições degradantes, tortura e violência continuaram sendo problemas endêmicos nas prisões brasileiras. Nos últimos anos, vários casos relativos às condições prisionais foram encaminhados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e à Corte Interamericana de Direitos Humanos, enquanto a situação nos presídios continuava preocupante.

Em 2013, 60 detentos foram assassinados na penitenciária de Pedrinhas, no Maranhão. Entre janeiro e outubro de 2014, mais de 18 internos foram mortos nessa prisão. Vídeos das decapitações foram exibidos pelos meios de comunicação. Uma investigação sobre o incidente estava em curso no final do ano.

De abril de 2013 a abril de 2014, os tribunais sentenciaram 75 policiais pelas mortes de 111 presos durante uma rebelião na penitenciária do Carandiru em 1992. Os policiais interpuseram recursos e seguiam ativos em suas funções até o fim do ano. Apesar de o comandante da operação policial ter sido condenado em 2001, a condenação foi posteriormente anulada. Em 2006, ele foi assassinado por sua namorada. O diretor do presídio e o secretário de Segurança Pública na época do massacre não foram indiciados no caso.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Registrou-se grande número de denúncias de tortura e outros maus-tratos, tanto no momento da prisão quanto durante os interrogatórios e a detenção nas delegacias de polícia.

Em julho de 2013, Amarildo de Souza, trabalhador da construção civil, foi detido pela polícia quando voltava para sua casa na Rocinha, no Rio de Janeiro. Enquanto estava em custódia da Unidade de Polícia Pacificadora local, ele foi torturado até a morte. A polícia negou que Amarildo de

Souza tivesse estado sob sua custódia, mesmo com uma gravação em vídeo mostrando que ele havia sido detido. Vinte e cinco policiais foram indiciados por participação no caso, inclusive o comandante da unidade. No fim de 2014, seis deles estavam detidos provisoriamente enquanto aguardavam o julgamento.

O Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT), instituído por lei em 2013, ainda não estava plenamente implementado no fim de 2014. Embora o SNPCT não satisfaça integralmente as normas internacionais quanto a sua independência, a criação do sistema foi um passo importante no sentido de cumprir as obrigações do Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura, que o Brasil ratificou em 2007.

IMPUNIDADE

O estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade suscitou grande interesse público pelas violações de direitos humanos cometidas no período da ditadura de 1964-1985. Sua criação levou ao estabelecimento de mais de 100 comissões da verdade em estados, cidades, universidades e sindicatos. Essas comissões se ocuparam da investigação de casos como o desaparecimento forçado do então deputado Rubens Paiva em 1971. Também chamaram atenção para violações de menor visibilidade contra povos indígenas e trabalhadores rurais, como os ataques dos militares contra os índios Waimiri-Atroari na região Amazônica (1968-1975) e a tortura de agricultores durante a guerrilha do Araguaia (1967-1974).

A Comissão da Verdade publicou seu relatório final no dia 10 de dezembro, recomendando que a Lei da Anistia de 1979 deixasse de ser um impedimento à instauração de ações penais contra responsáveis por graves violações dos direitos humanos. O relatório também recomendou a realização de diversas reformas na área de segurança pública, como a desmilitarização das polícias. Promotores públicos federais

que buscavam levar os perpetradores desses crimes à Justiça condenaram a Lei da Anistia como sendo incompatível com os tratados internacionais de direitos humanos. Até o momento, os juízes têm rejeitado esses argumentos. No fim do ano, porém, tramitavam no Congresso três projetos de lei que propunham mudanças à interpretação da Lei da Anistia, de modo que a lei não se aplicasse aos agentes do Estado acusados de crimes contra a humanidade.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

O Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) continuou enfrentando muitas dificuldades para cumprir seu mandato, como falta de recursos, insegurança jurídica, falta de coordenação entre autoridades estaduais e disputas sobre o escopo do programa e sobre quem deveria se beneficiar dele. As autoridades se recusaram a incluir no programa uma trabalhadora do sexo conhecida como “Isabel”. Ela havia protocolado uma denúncia sobre a violência policial sofrida por ela e suas colegas em maio de 2014, durante sua remoção do edifício em que moravam em Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Após registrar a denúncia, Isabel foi sequestrada e espancada por um grupo de homens que lhe mostrou fotografias de seu filho. Temendo por sua segurança, Isabel teve que sair da região em que vivia, e continuava escondida no fim do ano.

Em abril de 2013, dois homens foram condenados pelo assassinato, em 2011, de José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, líderes de trabalhadores rurais no estado do Pará, que haviam denunciado a exploração ilegal de madeira. Em agosto de 2014, determinou-se a realização de um novo julgamento do fazendeiro acusado de ser o mandante dos crimes, que, em 2013, havia sido absolvido de participação nas mortes. Contudo, ele conseguiu fugir antes de ser preso e continuava livre no fim do ano. A irmã de Maria do Espírito Santo,

Laísa Santos Sampaio, recebeu ameaças de morte em razão de seu trabalho de direitos humanos, e foi incluída no Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Apesar de ela ter recebido certa proteção, como o acompanhamento de um policial, sua segurança permanecia preocupante.

No estado do Rio de Janeiro, o fracasso do governo em garantir a segurança da Associação Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR), que representa os pescadores artesanais da Baía da Guanabara, resultou no fechamento de sua sede. O presidente da Associação e sua esposa estão impossibilitados de retornar a sua casa desde novembro de 2012 devido às ameaças contra sua vida. Outros pescadores da AHOMAR, como Maicon Alexandre, também receberam ameaças de morte.

DISPUTAS POR TERRAS E DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Os povos indígenas e as comunidades quilombolas (descendentes de escravos) continuaram a enfrentar graves ameaças aos seus direitos humanos.

Em setembro de 2013, a comunidade indígena Guarani-Kaiowá de Apika’y, no estado de Mato Grosso do Sul, ocupou um canal que afirma localizar-se em suas terras tradicionais. Um tribunal local determinou a desocupação da área, mas os índios se recusaram a cumprir a ordem. No fim do ano, eles permaneciam naquela área e corriam risco de expulsão. Em 2007, o governo federal havia firmado um acordo com o Ministério Público para que as terras da comunidade fossem demarcadas até 2010, mas o processo jamais foi concluído.

No fim do ano, tramitava no Congresso um projeto de lei que, se aprovado, transferiria a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas do poder Executivo para o Legislativo, onde a bancada do agronegócio tem grande poder. A proposta de um novo Código de Mineração também expõe as comunidades tradicionais ao risco de que

atividades empresariais possam se instalar em suas terras sem sua permissão, o que viola o direito internacional.

As comunidades quilombolas continuaram lutando pelo reconhecimento de seu direito à terra. O demorado processo para resolver reivindicações de terras não só resultou em conflitos como deixou as comunidades vulneráveis a sofrer ameaças e violências de pistoleiros e fazendeiros locais. A comunidade de São José de Bruno, no Maranhão, enfrentou ameaças diretas em outubro de 2014, quando um fazendeiro invadiu parte de suas terras.

Trinta e quatro pessoas foram mortas em consequência de conflitos por terras em 2013, três delas no estado do Maranhão. Entre janeiro e outubro de 2014, cinco pessoas foram mortas em disputas por terras no estado. A impunidade por esses crimes continuou a alimentar o ciclo de violência.

Os responsáveis pelo assassinado do líder quilombola Flaviano Pinto Neto, em outubro de 2010, ainda não haviam sido levados à Justiça, apesar de uma investigação policial ter identificado quatro suspeitos.⁴

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Em maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça aprovou uma resolução autorizando o casamento entre pessoas do mesmo sexo, após uma decisão similar do Supremo Tribunal Federal em 2011. No entanto, lideranças políticas e religiosas continuaram a fazer frequentes declarações homofóbicas. Políticos conservadores vetaram as iniciativas do governo federal de distribuir materiais de educação em direitos humanos nas escolas com o fim de conter a discriminação motivada pela orientação sexual. Crimes de ódio homofóbicos ocorreram com frequência. Segundo a ONG Grupo Gay da Bahia, 312 pessoas foram mortas em crimes de ódio homofóbicos ou transfóbicos em 2013.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Grupos religiosos continuaram a pressionar as autoridades para que o aborto seja criminalizado em todas as circunstâncias – o direito brasileiro permite o aborto em casos de estupro, ameaça à vida da mulher e fetos anencéfalos. Esse conjunto limitado de possibilidades fez com que muitas mulheres recorressem a abortos clandestinos e inseguros. Em setembro de 2014, os casos de Jandira dos Santos Cruz e Elisângela Barbosa comoveram o país. As duas mulheres morreram depois de fazer abortos clandestinos em clínicas do Rio de Janeiro. O corpo de Jandira dos Santos Cruz foi escondido de seus familiares e incinerado por funcionários da clínica.

COMÉRCIO DE ARMAS

O Brasil assinou o Tratado de Comércio de Armas em 4 de junho de 2013, primeiro dia em que o acordo foi aberto para assinaturas. No fim de 2014, o tratado ainda não havia sido ratificado. O governo brasileiro não divulgou os dados relativos às exportações de armas e rejeitou os pedidos feitos por jornalistas e pesquisadores, com base na Lei de Acesso à Informação, para obter detalhes do envolvimento do país com o comércio de armas. Há interesse em saber, por exemplo, se armas são exportadas para países onde estão ocorrendo violações de direitos humanos em grande escala.

-
1. Brasil: Protestos durante a Copa 2014: Balanço Final: Campanha: Brasil, chega de bola fora! (AMR 19/008/2014)
www.amnesty.org/en/library/asset/AMR19/008/2014/en/57508b5c-ba74-45e7-b02f-c4c287870e2a/amr190082014pt.pdf
 2. Brasil: Eles usam uma estratégia de medo: Proteção do direito ao protesto no Brasil (AMR 19/005/2014)
www.anistia.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Eles-usam-uma-estrat%C3%A9gia-de-medo-Prote%C3%A7%C3%A3o-do-direito-ao-protesto-no-Brasil.pdf
 3. Pelo menos nove mortos durante a noite no Norte do Brasil (AMR 19/013/2014)
www.amnesty.org/en/library/asset/AMR19/013/2014/en/3b259c54-506d-4875-ba9c-88c4329a8b67/amr190132014pt.pdf

4. Responsáveis pelo assassinato de líder quilombola no Maranhão precisam ser julgados
www.anistia.org.br/noticias/responsaveis-pelo-assassinato-de-lider-quilombola-maranhao-precisam-ser-julgados/

CANADÁ

Canadá

Chefe de Estado: **Rainha Elizabeth II, representada pelo governador-geral David Johnston**

Chefe de governo: **Stephen Harper**

Ocorreram violações sistemáticas dos direitos dos povos indígenas. Ataques contra dois soldados canadenses provocaram um debate sobre terrorismo e leis de segurança nacional.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em fevereiro, o governo rejeitou uma proposta de mineração no território tradicional do povo indígena Tsilhqot'in na província de Columbia Britânica, que um estudo ambiental concluiu poder causar danos irreversíveis e profundos à cultura e à sociedade Tsilhqot'in.¹ Entretanto, o governo federal priorizou a exploração de recursos naturais em detrimento dos direitos dos povos indígenas numa série de outros projetos de grande escala, como o Northern Gateway, de dutos para areias petrolíferas, aprovado em junho, e o megaprojeto da represa Site C, aprovado em outubro.

Em maio, o relator especial da ONU sobre os direitos dos povos indígenas informou que a situação dos povos indígenas no Canadá havia atingido “proporções de crise em muitos aspectos”, inclusive com relação a suas “condições socioeconômicas lamentáveis” e ao número desproporcionalmente alto de indígenas na prisão.

Em junho, a Suprema Corte reconheceu pela primeira vez a titularidade pré-colonial

da terra de uma nação indígena, confirmando o direito dos Tsilhqot'in à propriedade e à gestão de grande parte de seus territórios tradicionais.

Em setembro, o Canadá foi o único Estado a discordar parcialmente do documento final da Conferência Mundial da ONU sobre os Povos Indígenas.

Em outubro, o Tribunal de Direitos Humanos do Canadá examinou os argumentos conclusivos em um processo por suposta discriminação federal nos gastos públicos com a proteção de crianças das Primeiras Nações indígenas.

DIREITOS DAS MULHERES

Em maio, a Real Polícia Montada do Canadá informou que pelo menos 1.017 mulheres e meninas indígenas foram assassinadas entre 1980 e 2012, um número quatro vezes e meia maior que o da taxa de homicídio para todas as demais mulheres. Apesar das crescentes demandas, inclusive de governos provinciais e territoriais, o governo federal se recusou a lançar um plano nacional ou abrir uma investigação pública.

Em novembro, duas denúncias distintas de agressão e/ou assédio sexual contra uma radialista e duas deputadas provocaram um debate nacional sobre a violência contra as mulheres.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Em janeiro, foi revelado que uma agência de segurança nacional, a Communications Security Establishment Canada, havia monitorado milhares de dispositivos eletrônicos dos viajantes em um grande aeroporto, inclusive por vários dias depois de eles deixarem o local.

Em maio, a Suprema Corte decidiu que usar advogados especiais em audiências para o “certificado de segurança de imigração” propiciava um processo justo, mesmo que, geralmente, eles fossem impedidos de se comunicar com os indivíduos em questão depois de terem acesso a provas secretas.

Em junho, a Lei de Cidadania foi reformada, permitindo que pessoas com dupla nacionalidade condenadas por terrorismo e outros delitos fossem destituídas da cidadania canadense. Houve preocupações com relação à existência de dois níveis distintos de cidadania e à falta de imparcialidade nos procedimentos de revogação da cidadania.

Em julho, o Tribunal de Recursos de Alberta decidiu que Omar Khadr deveria ser tratado como adolescente em conflito com a lei. Ele foi capturado por forças estadunidenses no Afeganistão quando tinha 15 anos de idade, tendo passado 10 anos encarcerado no centro de detenção que os EUA mantêm em Guantánamo, Cuba, até ser transferido para o Canadá em 2012 para terminar de cumprir sua pena.

Em outubro, dois soldados canadenses foram mortos em atentados distintos; Patrice Vincent em St-Jean-Sur-Richelieu e Nathan Cirillo em Ottawa. O atirador que matou Nathan Cirillo e conseguiu entrar no parlamento canadense foi morto pelos seguranças. Posteriormente, o governo propôs reformar a legislação a fim de aumentar os poderes do Serviço Canadense de Inteligência de Segurança. O projeto de reforma não contemplava as preocupações sobre os problemas com a supervisão da segurança nacional.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Em julho, o Tribunal Federal decidiu que os cortes no Programa de Saúde Federal Interino para os refugiados eram inconstitucionais.

Em outubro, o governo propôs uma legislação que permitiria aos governos provinciais e territoriais negarem assistência social a pessoas que reivindicam asilo.

Também em outubro, uma investigação forense sobre a morte da cidadã mexicana Lucía Vega Jiménez por enforcamento em 2013, em uma cela do aeroporto de Vancouver, recomendou mudanças na detenção de imigrantes.

O baixo número de refugiados sírios que conseguiu reassentamento no Canadá foi motivo de preocupação.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em maio, a Comissão Especial para o exame dos eventos da Primavera de 2012 criticou a maneira como o governo provincial de Quebec lidou com os protestos estudantis de 2012, inclusive suas táticas de policiamento. O governo de Quebec rejeitou as recomendações da Comissão.

Muitas das organizações da sociedade civil que criticaram as políticas governamentais foram alvo de auditorias sobre sua condição de organização sem fins lucrativos e a legitimidade de seu trabalho de ativismo.

Houve revelações preocupantes sobre a vigilância policial de ativistas que trabalham com os direitos às terras indígenas, inclusive com o compartilhamento dessas informações com determinadas corporações.

SISTEMA DE JUSTIÇA

Em outubro, a Suprema Corte ratificou a Lei de Imunidade do Estado, impedindo a família de Zahra Kazemi, cidadão canadense-iraniano que foi torturado e morto sob custódia iraniana em 2003, de iniciar uma ação judicial contra o Irã no Canadá.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

Em maio, foi divulgado o terceiro relatório anual para avaliar o impacto sobre os direitos humanos do Acordo de Livre Comércio entre o Canadá e a Colômbia. O documento não levou em conta significativas preocupações com os direitos humanos dos povos indígenas na Colômbia.

Ações judiciais por abusos de direitos humanos foram abertas contra as empresas mineradoras canadenses Tahoe Resources, em junho, e Nevsun Resources, em novembro, com relação a suas operações na Colômbia e na Eritreia, respectivamente.

Em novembro, as mudanças no Gabinete do Conselheiro para a Responsabilidade Social Corporativa do Setor Extrativista

frustraram as demandas para que fosse instituído um Ouvidor com poderes para investigar as empresas e recomendar sanções e recursos jurídicos nos casos de descumprimento. A participação das empresas no processo avaliativo continuou sendo voluntária, embora corresse o risco da suspensão de certos serviços governamentais caso não respeitasse a estratégia de responsabilidade social corporativa do Canadá.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS OU INSTITUCIONAIS

Um projeto de lei que incluiria a identidade de gênero na Lei de Direitos Humanos e nas disposições sobre crimes de ódio do Código Penal canadense estava parado no Senado no fim do ano.

Apesar dos constantes apelos, o governo não ratificou o Tratado de Comércio de Armas nem o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura.

1. Canada: Submission to the United Nations Human Rights Committee, 112th Session (AMR 20/001/2014)

CHILE

República do Chile

Chefe de Estado e de governo: **Michelle Bachelet Jeria (sucedeu Sebastián Piñera Echenique em março)**

Casos de violência policial continuaram a ser levados a tribunais militares.

Prosseguiram as ações judiciais contra os responsáveis por violações de direitos humanos cometidas no passado.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em março, Michelle Bachelet Jeria assumiu a Presidência prometendo descriminalizar

o aborto em determinadas circunstâncias. Ela também se comprometeu a ajustar a legislação antiterrorista e o sistema de justiça militar às normas internacionais.

O Chile aceitou a maioria das recomendações que foram feitas na Revisão Periódica Universal da ONU. Dentre estas, pedidos para extinguir a vigência da Lei de Anistia de 1978 e para reformar a legislação que regula os direitos sexuais e reprodutivos. Em junho, o Comitê de Direitos Humanos da ONU fez recomendações semelhantes.¹

FORÇAS POLICIAIS E DE SEGURANÇA

Em agosto, a polícia divulgou os protocolos de segurança utilizados em manifestações. A divulgação aconteceu depois de repetidas reclamações sobre a falta de transparência com relação aos métodos utilizados pela polícia para lidar com protestos. Desde 2011, havia denúncias constantes de uso excessivo da força pela polícia durante manifestações.

SISTEMA DE JUSTIÇA MILITAR

Casos de violações de direitos humanos envolvendo membros das forças de segurança continuaram a ser julgados por tribunais militares.² Decisões da Suprema Corte e da Corte Constitucional, defendendo as obrigações internacionais de direitos humanos e o direito a um processo com as devidas garantias, transferiram alguns casos aos tribunais comuns.³

Em maio, um ex-policial (*carabinero*) foi sentenciado a três anos e 61 dias de prisão por ter matado a tiros o adolescente Manuel Gutierrez Reinoso, de 16 anos, e ter ferido Carlos Burgos Toledo durante uma manifestação em 2011. Porém, como a pena imposta era de menos de cinco anos de prisão, o policial foi posto em liberdade condicional. No fim do ano, um recurso interposto pela família aguardava decisão de uma Corte Marcial.⁴

Em 2013, perante um tribunal militar, um policial foi considerado responsável por infligir lesões graves ao jornalista Víctor Salas Arana, sendo sentenciado a 300 dias de

prisão, a serem cumpridos em liberdade condicional, e suspensão das funções. No entanto, Víctor Salas Araneda, que perdeu o olho direito enquanto cobria um protesto em 2008, não recebeu reparação.

MORTES SOB CUSTÓDIA

Em maio, Iván Vásquez Vásquez morreu sob custódia na localidade de Chile Chico, na região de Aysén. Os advogados da família afirmaram que ele foi espancado até a morte e que havia mais de um policial envolvido no crime. Uma primeira autópsia apontou que a causa da morte não foi suicídio, como indicado inicialmente pela polícia. Um policial havia sido formalmente acusado por um tribunal militar de usar violência desnecessária que resultou em morte. Entretanto, as acusações foram retiradas em outubro depois que uma segunda autópsia requisitada pela defesa afirmou que a causa da morte teria sido suicídio. Houve dúvidas quanto à imparcialidade dessa autópsia, cujo resultado completo ainda não estava disponível no fim do ano.

IMPUNIDADE

Alguns avanços foram feitos no sentido de levar à Justiça os responsáveis por violações de direitos humanos cometidas durante o regime do general Pinochet. Segundo o presidente da Suprema Corte, até março havia 1.022 processos ativos, dos quais 72 relativos a denúncias de tortura. Dados oficiais do Programa de Direitos Humanos do Ministério do Interior indicavam que, até outubro, 279 pessoas haviam sido condenadas em conexão com esses crimes, sendo que tais condenações não admitem recurso. No fim de 2014, 75 pessoas cumpriam pena de prisão por esses crimes.

Em maio, 75 ex-agentes da polícia secreta (a Direção de Inteligência Nacional, DINA) foram condenados por envolvimento no desaparecimento forçado de Jorge Grez Aburto em 1974⁵. Em outubro, a Suprema Corte condenou ex-integrantes da DINA, inclusive seu ex-chefe, Manuel Contreras

Sepúlveda, pelo desaparecimento forçado de Carlos Guerrero Gutiérrez e Claudio Guerrero Hernández, em 1974 e 1975 respectivamente.

Prosseguiram no fim do ano as investigações sobre a tortura de Leopoldo García Lucero. Em agosto de 2013, em sua primeira decisão sobre o caso de um sobrevivente de tortura chileno, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou os atrasos excessivos para o início das investigações sobre esse crime.⁶

Em junho, as autoridades anunciaram reformas jurídicas que, se implementadas, tipificarão a tortura como um crime específico no Código Penal.

Em setembro, o governo anunciou sua intenção de acelerar as discussões sobre um projeto de lei de 2006 que visa a revogar a Lei de Anistia de 1978. No fim do ano, o debate sobre a lei de anistia prosseguia no Congresso.⁷

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Surgiram novas denúncias de uso de força excessiva e detenções arbitrárias durante operações policiais contra comunidades indígenas Mapuche. As maiores preocupações eram sobre abusos cometidos contra menores no contexto do conflito.

Em maio, a Suprema Corte confirmou a sentença de 18 anos de prisão de Celestino Córdova, um *machi* (xamã) Mapuche, relacionada à morte de Werner Luchsinger e Vivianne Mackay em janeiro de 2013. O casal morreu após um incêndio criminoso em sua casa na comunidade de Vilcún, região de Araucanía. O Tribunal Oral Penal de Temuco, que decidiu na primeira instância, descartou a alegação da promotoria de que se tratava de um ataque terrorista. A defesa argumentou que o julgamento de Celestino Córdova teve motivações políticas e não cumpriu as normas internacionais para julgamentos justos, constituindo-se em mais um exemplo de como as autoridades lidam com a questão, criminalizando as reivindicações dos

Mapuche à terra, em vez de buscar resolver suas causas subjacentes.

Em outubro, José Mauricio Quintriqueo Huaquimil morreu depois de ser atropelado por um trator, quando ele e outros Mapuches entravam em uma fazenda na região de Araucanía. Segundo informações, eles tinham ido até a fazenda para tratar de uma proposta que estavam preparando para as autoridades sobre que partes da terra poderiam ser destinadas a eles. A comunidade estava ocupando uma parte da fazenda com a permissão do proprietário. Um homem suspeito de ser o responsável pela morte foi detido, e a investigação prosseguia no fim do ano.

Em abril, o relator especial da ONU sobre a promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais na luta contra o terrorismo publicou um relatório sobre sua visita ao Chile em 2013, salientando as discrepâncias entre a legislação nacional de combate ao terrorismo e o princípio da legalidade e da aplicação regular da lei no quadro dos procedimentos judiciais relativos aos Mapuche. Um projeto de lei para reformar a legislação antiterrorista estava sendo debatido no Congresso no fim do ano.

Em maio, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Chile por violações de direitos humanos relativas a sua aplicação da legislação antiterrorista contra oito índios Mapuche sentenciados em 2003. A Corte também ordenou que o Estado adotasse todas as medidas necessárias para garantir que as decisões judiciais tomadas nesses casos não fossem cumpridas. A Corte Interamericana argumentou que a estereotipificação dos acusados nesses casos violava os princípios de igualdade, não-discriminação e igual proteção da lei.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O aborto continuou sendo um delito penal em todas as circunstâncias. Um projeto de lei para descriminalizar o aborto em casos de estupro, incesto, ameaças à vida da mulher e malformação fetal foi anunciado pelo governo

mas ainda não havia sido apresentado ao Congresso.

DISCRIMINAÇÃO

Em outubro, o Senado aprovou uma lei sobre parcerias civis, inclusive para casais do mesmo sexo. No fim do ano, a lei estava sendo debatida na Câmara dos Deputados.

Um projeto de lei sobre o direito à identidade de gênero, que permitiria a mudança de nome e gênero em documentos oficiais, tramitava no Senado no fim do ano.

-
1. Chile: Submission to the United Nations Human Rights Committee: 111th session of the Human Rights Committee (7-25 de julho de 2014) (AMR 22/003/2014) www.amnesty.org/en/library/info/AMR22/003/2014/en
 2. Chile: Urge reformar la justicia militar (AMR 22/007/2014) www.amnesty.org/en/library/info/AMR22/007/2014/es
 3. Chile: Importante decisión del Tribunal Constitucional sobre la aplicación de la jurisdicción militar en un caso de tortura (AMR 22/005/2014) amnesty.org/en/library/info/AMR22/005/2014/es; Chile: Corte Suprema resuelve a favor de una aplicación restrictiva de la justicia militar (AMR 22/006/2014) www.amnesty.org/en/library/info/AMR22/006/2014/es
 4. Chile: "No sabía que existían dos tipos de justicia hasta que nos ocurrió esto", 22 de agosto de 2014 www.amnesty.org/es/news/chile-no-sab-que-exist-dos-tipos-de-justicia-hasta-que-nos-ocurri-esto-2014-08-22
 5. Chile: Important conviction against 75 former agents of Pinochet in a case of enforced disappearance (AMR 22/001/2014) www.amnesty.org/en/library/info/AMR22/001/2014/en
 6. Chile: 40 years on, Chile torture victim finally finds justice www.amnesty.org/en/news/40-years-chile-torture-victim-finally-finds-justice-2013-11-04
 7. Chile: Pinochet victims see justice within their grasp, 6 October 2014 www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/chile-pinochet-victims-see-justice-within-their-grasp-2014-10-03

CHINA

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Chefe de Estado: **Xi Jinping**

Chefe de governo: **Li Keqiang**

As autoridades continuaram a restringir severamente o direito à liberdade de expressão. Ativistas e defensores dos direitos humanos corriam risco de sofrer hostilidades e detenções arbitrárias. A tortura e outros maus-tratos continuaram sendo amplamente praticados, enquanto muitas pessoas não dispunham de acesso à Justiça. Minorias étnicas, como a tibetana, uigur e mongol, foram discriminadas e submetidas a repressão cada vez mais intensa por motivos de segurança. Um número recorde de trabalhadores entrou em greve para exigir melhores salários e condições de trabalho.

Em novembro de 2013, o Comitê Central do Partido Comunista Chinês, em sua III Sessão Plenária, apresentou um projeto para aprofundar as reformas econômicas e sociais, preparando assim o terreno para efetuar mudanças nas políticas de planejamento familiar e no sistema chinês de registro de famílias. A abolição do sistema de reeducação pelo trabalho também foi anunciada em 2013. A IV Sessão Plenária, em outubro de 2014, teve o Estado de direito como tema central.

INFORMAÇÕES GERAIS

No decorrer de 2014, o presidente Xi Jinping prosseguiu com uma campanha de combate à corrupção de grande repercussão, visando os funcionários de todos os níveis hierárquicos. Em julho, os meios de comunicação estatais anunciaram que Zhou Yongkang, ex-ministro de Segurança Pública e ex-integrante do Comitê Permanente do Politburo do Partido Comunista, vinha sendo investigado desde o final de 2013 por suposta prática de corrupção. Tratou-se do

funcionário de mais alto escalão a ter sido alvo da campanha, que, segundo fontes oficiais, havia investigado e punido até então mais de 100 mil servidores.

O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU e o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher da ONU revisaram, em maio e outubro respectivamente, a aplicação do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher ¹. Em dezembro de 2013, o Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou o documento final da segunda Revisão Periódica Universal da China.

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Em dezembro de 2013, o Congresso Nacional Popular aboliu oficialmente o famigerado sistema chinês de reeducação pelo trabalho. Depois de extinguir esse sistema, as autoridades recorreram extensamente a outras formas de detenção arbitrária, como os Centros de Educação Legal, diversas formas de detenção administrativa, “cadeias negras” e prisões domiciliares ilegais. Além disso, a polícia se valeu com frequência de acusações vagas tais como “procurar brigas e provocar problemas” e “perturbar a ordem em local público” a fim de manter ativistas detidos por até 37 dias. Membros do Partido Comunista Chinês suspeitos de corrupção foram detidos com base no obscuro sistema de *shuanggui* (ou “dupla-designação”), sem acesso a familiares ou assistência jurídica.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos continuaram sendo amplamente praticados. Em março, quatro advogados que estavam investigando um Centro de Educação Legal em Jiansanjiang, na província de Heilongjiang, foram detidos de modo arbitrário e torturados. Um deles, Tang Jitian, afirmou ter sido amarrado a uma cadeira de ferro, esmurrado no rosto, chutado e golpeado na cabeça

com uma garrafa plástica cheia de água com tanta força que perdeu a consciência. Ele contou que, depois disso, foi encapuzado e algemado com as mãos às costas, sendo suspenso pelos pulsos enquanto os policiais continuavam a espancá-lo.²

Em agosto, num caso raro, um tribunal de recursos de Harbin, na província de Heilongjiang, confirmou as condenações de quatro pessoas acusadas de tortura. Junto com outras três pessoas, elas foram condenadas por um tribunal de primeira instância por torturar vários supostos delinquentes em março de 2013, tendo sido sentenciadas a penas que variavam entre um e dois anos e meio de prisão. Das sete pessoas, somente três eram policiais; as outras quatro eram “informantes especiais” – cidadãos que supostamente “ajudam” a polícia a investigar crimes. Uma das vítimas do grupo morreu sob custódia depois de ser torturada com choques elétricos e espancada com um sapato.

COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS DE TORTURA E USO INDEVIDO DE EQUIPAMENTO POLICIAL

A China consolidou sua posição como um dos principais fabricantes e exportadores de uma variedade cada vez maior de equipamentos voltados à aplicação da lei, inclusive de alguns itens sem qualquer função policial legítima, como cassetetes de eletrochoque e algemas com pesos para as pernas. Ademais, equipamentos que poderiam ter uso legítimo para fazer cumprir a lei, mas que se prestavam facilmente a abusos, como gás lacrimogêneo e veículos antidistúrbio, foram exportados pela China sem os devidos controles mesmo quando havia risco concreto de que os órgãos de aplicação da lei que os receberam cometessem violação de direitos humanos.³

PENA DE MORTE

Em maio, em uma sentença histórica, a Suprema Corte do Povo anulou a condenação à morte de Li Yan, vítima de violência

doméstica, e ordenou um novo julgamento, que seguia pendente no fim do ano. O Tribunal Popular Intermediário da cidade de Zhiyang havia sentenciado Li Yan à morte em 2011 pelo homicídio de seu esposo, sem levar em conta as provas dos abusos constantes a que ela fora submetida.

Em um caso raro de absolvição, o Tribunal Superior da província de Fujian anulou em agosto a sentença de morte de Nian Bin, proprietário de uma banca de alimentação, por ele ter supostamente envenenado seus vizinhos com veneno para rato. Nian Bin havia sido condenado à morte em 2008, mesmo tendo afirmado que confessou mediante tortura.⁴ O Tribunal Superior alegou falta de provas, sem tratar das denúncias de tortura.

Caso similar foi o de Hugiiltu, um homem da Mongólia Interior que havia sido executado por estupro e homicídio em 1996. Em dezembro, o Tribunal Popular da Mongólia Interior declarou sua inocência e anulou o veredicto inicial. Sua família recebeu uma indenização de dois milhões de yuans.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Defensores dos direitos humanos continuaram sendo submetidos a hostilidades, detenções arbitrárias, encarceramento, tortura e outros maus-tratos por fazerem seu trabalho legítimo de direitos humanos. Em março, Cao Shunli faleceu em um hospital por falência de órgãos, depois de ter sido privada do tratamento que precisava para sua doença enquanto esteve detida.⁵ Ela havia sido presa em setembro de 2013 no aeroporto de Pequim quando viajaria à Suíça para participar de um encontro de formação em direitos humanos.

A repressão ao ativismo de direitos humanos se intensificou no decorrer do ano. Várias pessoas ligadas a uma rede informal de ativistas denominada Movimento Novos Cidadãos foram sentenciadas a penas de entre dois e seis anos e meio de prisão. O movimento demandava igualdade no direito à educação para filhos de trabalhadores

migrantes, a abolição do sistema de registro de famílias, maior transparência do governo e o fim da corrupção.⁶ Mais de 60 ativistas foram detidos de modo arbitrário ou submetidos a prisão domiciliar ilegal no período que antecedeu o 25º aniversário da violenta repressão das manifestações a favor da democracia que aconteceram na Praça da Paz Celestial (Tiananmen) e em seus arredores, em junho de 1989 em Pequim. Vários permaneciam detidos à espera de julgamento, dentre eles o conhecido advogado de direitos humanos Pu Zhiqiang.⁷ Entre o final de setembro e o começo de outubro, cerca de 100 ativistas de toda a China foram detidos por terem apoiado os protestos pró-democracia em Hong Kong. No fim do ano, 31 deles seguiam detidos.⁸

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As autoridades chinesas intensificaram seus esforços para restringir sistematicamente a liberdade de informação. No fim de 2013, o Partido Comunista criou um grupo para "coordenar a segurança na internet". No entanto, um membro descreveu a tarefa do grupo como uma batalha "contra a penetração ideológica" de "forças estrangeiras hostis".

Em junho, a Associação dos Advogados da China publicou a minuta de um regulamento que proibiria todos os advogados de falar sobre processos em andamento, escrever cartas abertas ou criticar o sistema de justiça, as políticas do governo ou o Partido Comunista. Também em junho, a Administração Estatal de Imprensa, Publicações, Rádio, Cinema e Televisão proibiu os jornalistas de informar sobre assuntos ou áreas fora do campo em que atuam e de publicar artigos críticos que não tenham sido aprovados por sua unidade de trabalho.

As autoridades continuaram a utilizar a legislação penal para reprimir a liberdade de expressão, detendo e encarcerando ativistas cujas postagens na internet são vistas mais

de 5 mil vezes ou repostadas em outras páginas mais de 500 vezes.

Diversos jornalistas foram alvo de ações penais. Gao Yu, uma conhecida jornalista, foi levada pelas autoridades em abril, sendo mais tarde detida por suspeita de "disseminar internacionalmente segredos de Estado". Xiang Nanfu, colaborador da Boxun, uma das maiores fontes de informação independentes no idioma chinês, foi detido em maio. Ambos apareceram na televisão "confessando" seus supostos crimes antes mesmo de seus julgamentos começarem.

Ilham Tohti, intelectual uigur e fundador do site Uigur Online, foi sentenciado à prisão perpétua em setembro depois de condenado por "separatismo". As principais provas mencionadas pelas autoridades foram os artigos em seu site. Ele não pôde ter acesso à assistência judiciária por cinco meses depois de detido, tendo sido torturado e privado de alimentos durante o período de detenção provisória.⁹

LIBERDADE DE RELIGIÃO

Praticantes de religiões proibidas ou não autorizadas pelo Estado arriscavam-se a ser hostilizados, detidos arbitrariamente, encarcerados, torturados ou submetidos a outros maus-tratos. Na Região Autônoma Uigur de Xinjiang, as autoridades intensificaram as pesadas restrições existentes contra o Islã, com o objetivo declarado de combater "o terrorismo violento e o extremismo religioso". Várias comarcas publicaram avisos em seus sites advertindo que não seria permitido que os estudantes observassem o Ramadã, e muitos professores distribuíram comidas e doces aos alunos para se certificar que eles não fariam jejum. A proibição de que funcionários públicos e quadros do Partido Comunista professassem uma religião foi reforçada, e vários servidores locais uigures foram punidos por baixarem materiais religiosos da internet e "praticarem abertamente a religião". Sinais exteriores que pudessem indicar adesão ao Islã, como barbas e véus, geralmente eram proibidos.

Na província de Zhejiang, uma campanha de grande escala contra as igrejas foi lançada com o pretexto de corrigir as estruturas que infringiam as normas de construção. As autoridades demoliram igrejas e retiraram cruzeiros e crucifixos. Em maio, um edifício da congregação da Beneficência de Xiaying em Ningbo teria sido demolido porque “chamava atenção”. Praticantes de religiões proscritas, como os que celebravam cultos cristãos em “igrejas domésticas” ou os seguidores de Falun Gong, continuaram sendo perseguidos.

DIREITOS REPRODUTIVOS

As mudanças nas políticas chinesas de planejamento familiar permitiram que os casais formados por pelo menos um cônjuge que seja filho único possam solicitar permissão para ter dois filhos. Em dezembro de 2013, o Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo da China aprovou formalmente as reformas, que as províncias começaram a aplicar em 2014. Muitas restrições aos direitos reprodutivos continuaram em vigor.

DIREITOS DOS TRABALHADORES MIGRANTES

As mudanças no sistema de registro de famílias conhecido como *hukou* permitiram que os moradores de áreas rurais pudessem se mudar com mais facilidade para cidades pequenas ou médias. O acesso a benefícios e serviços como educação, saúde e pensões permaneceu vinculado à condição de cada pessoa no sistema *hukou*, que continuou sendo motivo de discriminação. Esse sistema obrigou muitos migrantes internos a deixarem seus filhos nas zonas rurais.

REGIÃO AUTÔNOMA UIGUR DE XINJIANG

As autoridades atribuíram a uígures vários incidentes de violência ocorridos na Região Autônoma Uigur de Xinjiang e em outras regiões, tendo usado esses acontecimentos para justificar uma reação rigorosa. Foi lançada em maio uma campanha de “linha dura” contra o “terrorismo violento

e o extremismo religioso”, a qual suscitou temores de que os acusados não estivessem sendo julgados com as devidas garantias. Autoridades graduadas priorizaram a rapidez nas prisões e nos julgamentos, e pediram maior “colaboração” entre o ministério público e os tribunais. Até o dia 26 de maio, as autoridades regionais haviam anunciado a detenção de mais de 200 supostos membros de “grupos terroristas e extremistas” e a dissolução de 23 “grupos terroristas”. Em 29 de maio, num dos muitos “atos públicos de sentenciamento” realizados desde o lançamento da campanha, 55 pessoas, todas aparentemente uígures, foram sentenciadas por crimes diversos, como terrorismo, diante de quase 7.000 espectadores em um estádio.¹⁰

Em 28 de julho, os meios de comunicação estatais informaram que 37 civis foram mortos durante o ataque de uma “multidão armada com facas” às repartições do governo da comarca de Yarkand (Shache, em chinês), e que as forças de segurança haviam matado a tiros 59 invasores. Grupos uígures refutaram essa versão, afirmando que o número de mortes foi muito maior e que, diferente da narrativa oficial, a polícia disparou contra centenas de pessoas que protestavam pelas severas restrições impostas aos muçulmanos durante o Ramadã. Os uígures amargavam discriminação generalizada no emprego, na educação e na habitação, além de terem sua liberdade religiosa coibida e serem politicamente marginalizados.

REGIÃO AUTÔNOMA DO TIBETE E ÁREAS DE POPULAÇÃO TIBETANA EM OUTRAS PROVÍNCIAS

As pessoas de etnia tibetana continuaram a sofrer discriminação e restrições de seu direito à liberdade de religião, de expressão, de associação e de reunião. Vários líderes religiosos, escritores, manifestantes e ativistas tibetanos foram detidos.

Em agosto, na prefeitura autônoma de Kardze (Ganzi, em chinês), na província de Sichuan, segundo informações, a polícia e as

forças de segurança dispararam contra uma multidão que havia se reunido para protestar contra a prisão de um líder comunitário. Pelo menos quatro manifestantes morreram em consequência dos ferimentos e um deles se suicidou quando estava detido.

Em 2014, nas áreas de população tibetana, sete pessoas atearam fogo ao próprio corpo para protestar contra as políticas repressoras das autoridades; pelo menos quatro morreram. O número de autoimolações registradas desde março de 2011 subiu para 131. As autoridades perseguiram familiares e amigos das pessoas que se autoimolaram e os acusaram de haver “incitado” esses atos ou “contribuído” com eles.

Em algumas comarcas, familiares de pessoas que se autoimolaram, assim como aquelas que assistiram os ensinamentos do Dalai Lama, simpatizavam com seus seguidores ou tinham “contatos no estrangeiro”, foram proibidas de ocupar cargos graduados e de se candidatar às eleições locais.

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE HONG KONG

LIBERDADE DE REUNIÃO

Em 2014, Hong Kong foi palco de enormes protestos. Em 1º de julho, os organizadores calculavam que mais de 500 mil pessoas haviam participado de uma passeata pró-democracia, seguida de um protesto sentado no bairro financeiro da cidade. Na noite seguinte, mais de 500 manifestantes foram presos.¹¹ Alguns denunciaram que não lhes permitiram ter acesso a advogado e que passaram várias horas sem receber água ou comida, até serem liberados sem acusações. No fim de setembro, milhares de estudantes boicotaram as aulas durante uma semana, ação que culminou com um protesto sentado em frente à Praça Cívica, próximo à sede do governo de Hong Kong. Nessa mesma noite, alguns dos manifestantes entraram na parte cercada da praça. A polícia reagiu lançando gás de pimenta e detendo 70 manifestantes

na praça, 20 dos quais foram presos no dia seguinte.¹²

Essas ações motivaram uma mobilização por desobediência civil – conhecida como “Occupy Central” – que pretendia ocupar as ruas centrais de Hong Kong. Em 28 de setembro, a polícia usou gás lacrimogêneo e de pimenta para tentar dispersar os milhares de manifestantes pacíficos que haviam se reunido nas ruas próximas à sede do governo. Em 3 de outubro, os manifestantes foram atacados por contramanifestantes, que agrediram sexualmente, assediaram e intimidaram mulheres e meninas, por várias horas sem que a polícia interviesse.¹³ Os jornalistas que cobriam os protestos reclamaram que a polícia os impediu de realizar seu trabalho. Em 15 de outubro, seis policiais foram filmados agredindo um manifestante num canto escuro próximo ao local dos protestos na praça do Almirantado.¹⁴ Durante a remoção das pessoas que protestavam na zona de Mong Kok¹⁵ e diante do complexo governamental da praça do Almirantado, no fim de novembro, a polícia usou a força de modo arbitrário contra manifestantes, jornalistas e transeuntes. Os protestos, em grande parte pacíficos, terminaram em meados de dezembro. Segundo o chefe de polícia de Hong Kong, Andy Tsang, 955 pessoas foram presas em razão dos protestos do movimento “Occupy Central”, e mais prisões se seguiriam.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A demissão de Kevin Lau Chun-to, ex-redator-chefe do jornal *Ming Pao*, em janeiro, suscitou temores com relação à liberdade de imprensa. Sob sua direção, o diário *Ming Pao* fazia matérias sobre supostas violações de direitos humanos e sobre transgressões cometidas por autoridades dos altos escalões de Hong Kong e da China.

Em outubro, mais de 20 jornalistas da estação de televisão local Television Broadcasts Limited publicaram uma carta aberta na qual criticaram o que consideravam uma atitude de autocensura por parte da emissora ao informar sobre o espancamento

de Ken Tsang Kin-Chiu, manifestante do “Occupy Central”, pela polícia.

TRABALHADORES DOMÉSTICOS MIGRANTES

Milhares dos cerca de 300 mil migrantes que trabalham no setor doméstico em Hong Kong, quase todos mulheres, eram vítimas do tráfico de pessoas para fins de exploração e trabalhos forçados, além de estarem pesadamente endividados devido às taxas excessivas e ilegais cobradas pelos agenciadores. A chamada “regra das duas semanas”, a qual estipulava que, uma vez terminado o contrato de trabalho, as trabalhadoras domésticas deveriam encontrar um novo emprego ou deixar Hong Kong no prazo de duas semanas, assim como a exigência de que morassem com seus empregadores, aumentava o risco de que sofressem abusos de direitos humanos e trabalhistas. Os empregadores frequentemente as submetiam a agressões físicas ou verbais, restringiam sua liberdade de circulação, proibiam-nas de praticar sua religião, pagavam-lhes menos do que o salário mínimo estabelecido por lei, negavam-lhes períodos de repouso adequados e rescindiam seus contratos de forma arbitrária, muitas vezes em conluio com as agências de emprego. As autoridades de Hong Kong não supervisionaram de forma adequada as agências de emprego nem puniram quem violasse a lei.

Em dezembro, teve início no Tribunal Distrital um julgamento de grande repercussão envolvendo três trabalhadoras domésticas migrantes da Indonésia: Erwiana Sulistyaningsih, Nurhasanah e Tutik Lestari Ningsih. Sua ex-empregadora, Law Wantung, respondeu a 21 acusações, tais como causar lesões corporais graves de modo intencional, agressão, intimidação criminal e não pagamento de salários.¹⁶

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

Intelectuais favoráveis à democracia denunciaram terem sido alvo de perseguição por sua participação política e críticas ao

governo. Bill Chou Kwok-ping, professor da Universidade de Macau e vice-presidente do maior grupo pró-democrático de Macau, afirmou ter sido suspenso de suas funções por “impor convicções políticas” aos estudantes. Após uma investigação, a universidade não renovou seu contrato. Em julho, outro acadêmico, o professor Eric Sautede, da Universidade de São José, perdeu seu emprego. O reitor da universidade afirmou a um jornal local em língua portuguesa que o professor havia sido demitido por causa de um comentário político.

-
1. China: Hong Kong SAR: Submission to the United Nations Committee on the Elimination of Discrimination Against Women: 59th session, 20 October – 7 November 2014 (ASA 17/052/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA17/052/2014/en
 2. China: Amnesty International calls for an investigation in to the allegations of torture of four lawyers in China (ASA 17/020/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA17/020/2014/en
 3. China's trade in tools of torture and repression (ASA 17/042/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA17/042/2014/en
 4. China: Death row inmate freed after six years of trials and appeals (Press Release)
www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/china-death-row-inmate-freed-after-six-years-trials-and-appeals-2014-08-22
 5. China: Fear of cover-up as Cao Shunli's body goes missing (Press Release)
www.amnesty.org/en/news/china-fear-cover-cao-shunli-s-body-goes-missing-2014-03-26
 6. China: Xu Zhiyong four year jail sentence shameful (Press Release)
www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/china-xu-zhiyong-four-year-jail-sentence-shameful-2014-01-26-0 China: Three anti-corruption activists jailed on 'preposterous' charges (Press Release)
www.amnesty.org/en/news/china-three-anti-corruption-activists-jailed-preposterous-charges-2014-06-19
 7. Tiananmen crackdown: Repression intensifies on eve of 25 anniversary (Press Release)
www.amnesty.org/en/news/tiananmen-crackdown-repression-intensifies-eve-25th-anniversary-2014-06-03
 8. China: Release supporters of Hong Kong protests (Press Release)
www.amnesty.org/en/news/china-release-supporters-hong-kong-protests-2014-10-01

9. China: Deplorable life sentence for Uighur academic (Press Release)
www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/china-deplorable-life-sentence-uighur-academic-2014-09-23
10. China: Shameful stadium 'show trial' is not justice (Press Release)
www.amnesty.org/en/news/china-shameful-stadium-show-trial-not-justice-2014-05-29
11. Hong Kong: Mass arrests a disturbing sign for peaceful protest (Press Release)
www.amnesty.org/en/news/hong-kong-mass-arrests-disturbing-sign-peaceful-protest-2014-07-02
12. Hong Kong: Police response to student pro-democracy protest an alarming sign (Press Release) amnesty.org/en/news/hong-kong-police-response-student-pro-democracy-protest-alarming-sign-2014-09-27
13. Hong Kong: Women and girls attacked as police fail to protect peaceful protesters (Press Release)
www.amnesty.org/en/news/hong-kong-women-and-girls-attacked-police-fail-protect-peaceful-protesters-2014-10-04
14. Hong Kong: Police officers must face justice for attack on protester (Press Release)
www.amnesty.org/en/news/hong-kong-police-officers-must-face-justice-attack-protester-2014-10-15
15. Hong Kong: Heavy-handed policing will only inflame protests (Press Release)
www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/hong-kong-heavy-handed-policing-will-only-inflame-protests-2014-11-28
16. Hong Kong: The government has to put an end to the exploitation of migrant domestic workers (Press Release)
www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/hong-kong-government-has-put-end-exploitation-migrant-domestic-workers-2014

COLÔMBIA

REPÚBLICA DA COLÔMBIA

Chefe de Estado e de governo: Juan Manuel Santos Calderón

As negociações de paz entre o governo e o grupo guerrilheiro Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) continuaram progredindo, apesar de as negociações terem sido suspensas por três semanas próximo ao final do ano. As

duas partes obtiveram acordos parciais em diversas questões cruciais. O processo de paz se sobressaiu como um tema central nas eleições presidenciais de maio, que levaram novamente ao poder o presidente em exercício, Juan Manuel Santos, no segundo turno disputado em junho.¹ A campanha eleitoral foi marcada por um escândalo envolvendo a interceptação de conversas telefônicas entre negociadores do governo e das FARC por agentes das forças de segurança e dos serviços de inteligência, numa tentativa de frustrar o processo de paz.

Apesar do diálogo de paz em andamento, violações de direitos humanos e violações do direito internacional humanitário (DIH) continuaram sendo cometidas por ambos os lados, bem como por grupos paramilitares de modo autônomo ou com a conivência ou o consentimento de setores das forças de segurança. Povos indígenas, comunidades afrodescendentes e de camponeses agricultores, mulheres e meninas, defensores dos direitos humanos, ativistas comunitários e sindicalistas continuaram a sofrer as piores consequências em termos de direitos humanos do conflito armado que perdura há 50 anos. Trata-se de abusos como desalojamentos forçados, homicídios ilegais, sequestros e tomada de reféns, ameaças de morte, desaparecimentos forçados, tortura e violência sexual. O governo promoveu certas leis que ameaçavam exacerbar a impunidade e solapar os poucos progressos conquistados nos últimos anos para levar à Justiça alguns indivíduos suspeitos de crimes previstos no direito internacional e de outros abusos e violações dos direitos humanos.

CONFLITO ARMADO INTERNO

A população civil, principalmente os indígenas, os afrodescendentes e as comunidades de camponeses, bem como os defensores dos direitos humanos, continuou sendo a maior vítima do conflito armado. Segundo as mais recentes estatísticas da

ONG CODHES (Consultoria para os Direitos Humanos e os Desalojamentos), quase 220 mil pessoas foram desalojadas à força em 2013.

De acordo com a Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC), 10 índios foram mortos por motivos relacionados ao conflito e pelo menos 2.819 foram desalojados à força nos primeiros nove meses de 2014.² Em 2013, foram registradas 30 mortes e 3.185 vítimas de desalojamento forçado.

No dia 12 de setembro, dois líderes indígenas Embera Dovida foram assassinados no município de Alto Baudó, departamento de Chocó, supostamente pelo grupo guerrilheiro Exército de Libertação Nacional (ELN).

Comunidades afrodescendentes da cidade portuária de Buenaventura, no sudoeste do país, foram alvo de uma onda crescente de violência, que envolveu assassinatos e desaparecimentos forçados, cometidos principalmente pelos paramilitares e por grupos criminosos. Algumas vítimas foram espartilhadas. A violência se concentrou nas áreas mais carentes da cidade, destinadas a obras de infraestrutura portuária e a outros empreendimentos econômicos.³

A magnitude dos abusos de direitos humanos ficou ainda mais evidente com a publicação de um relatório do Centro Nacional de Memória Histórica, um órgão público, em 2013. O documento concluiu que, entre 1985 e 2012, quase 220 mil pessoas foram mortas, 80% das quais eram civis. Pelo menos 25 mil pessoas foram vítimas de desaparecimentos forçados, cometidos principalmente pelos paramilitares e pelas forças de segurança. Aproximadamente 27 mil pessoas foram sequestradas entre 1970 e 2010, a maioria por grupos guerrilheiros, e mais de 5 milhões de pessoas foram desalojadas à força entre 1985 e 2012. Até novembro, o governo havia registrado mais de 7 milhões de vítimas.

PROCESSO DE PAZ

As negociações de paz conduzidas em Havana, Cuba, entre o governo e as FARC continuaram a proporcionar a melhor oportunidade em mais de uma década para pôr fim às hostilidades. Entretanto, em 17 de novembro, o governo suspendeu as conversações em protesto pela captura de um general do exército pelas FARC no departamento de Chocó. Ele foi libertado em 30 de novembro e as negociações recomeçaram em 10 de dezembro. No dia 17 de dezembro, as FARC declararam um cessar-fogo unilateral que teve início em 20 de dezembro. No fim do ano, as duas partes chegaram a acordos parciais sobre três dos seis itens propostos na agenda de negociações. Um modelo de acordo sobre o quarto item, relativo aos direitos das vítimas, foi divulgado em junho.

Conseguir estabelecer essa base para um acordo é um avanço considerável, pois ambos os lados reconheceram sua responsabilidade pelos abusos de direitos humanos, admitindo que os direitos das vítimas são essenciais ao processo de paz e que tais direitos não são negociáveis. O modelo de acordo, contudo, não inclui um compromisso explícito para garantir justiça a todas as vítimas. Temia-se que essa lacuna pudesse minar a viabilidade de um eventual acordo de paz no longo prazo.⁴

PROTESTOS SOCIAIS

Funcionários graduados do Estado afirmaram que uma greve nacional de camponeses agricultores em abril havia sido infiltrada por grupos guerrilheiros. A declaração colocou os manifestantes em risco de sofrer ataques dos paramilitares. Em maio, paramilitares fizeram ameaças de morte a defensores dos direitos humanos, acusando-os de organizar a greve, que alegavam contar com o apoio dos grupos guerrilheiros.

Acusações semelhantes foram feitas pelas autoridades na ocasião dos protestos de comunidades indígenas em outubro de 2013, da greve nacional de camponeses

agricultores em agosto de 2013 e das manifestações camponesas de Catatumbo em junho de 2013. Houve denúncias de que as forças de segurança usaram a força de modo excessivo e desproporcional durante os protestos. O Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos afirmou que nove manifestantes, cinco transeuntes e um policial foram mortos por armas de fogo nos protestos de 2013.

FORÇAS DE SEGURANÇA

Execuções extrajudiciais cometidas pelas forças de segurança continuaram a ser registradas, apesar de em menor quantidade do que no governo do presidente Álvaro Uribe (2002-2010). No entanto, o Ministério Público não avançou em levar à Justiça a maioria dos responsáveis por esses crimes, principalmente os oficiais superiores. Muitos casos continuaram sendo remetidos a tribunais militares. Nem independentes nem imparciais, tais tribunais não fizeram justiça. Segundo o relatório sobre a situação dos direitos humanos na Colômbia, publicado pelo Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos em janeiro, 48 casos de execuções extrajudiciais atribuídos às forças de segurança foram transferidos ao sistema de justiça militar e “muitos outros casos foram transferidos diretamente por promotores civis” nos primeiros oito meses de 2013.

PARAMILITARES

A Lei de Justiça e Paz (Lei 975, de 2005), de acordo com a qual milhares de paramilitares que depuseram suas armas segundo o processo patrocinado pelo governo se beneficiariam com um máximo de oito anos de prisão em troca de confissões sobre violações de direitos humanos, não respeitou o direito das vítimas à verdade, à justiça e à reparação. O processo teve início em 2005, mas, até setembro de 2014, somente 63 paramilitares haviam sido condenados por violações de direitos humanos com base na Lei 975. A maior parte dos 30 mil

paramilitares que supostamente teriam deposto suas armas sequer se submeteu ao limitado exame requerido pela Lei 975.

Esses grupos, a que o governo se referia como “gângues criminosas” (*bandas criminales*, Bacrim), continuaram operantes e cometeram graves violações de direitos humanos, tanto de modo autônomo quanto com a conivência ou o consentimento de setores das forças de segurança. Os principais alvos desses grupos eram defensores dos direitos humanos, lideranças comunitárias e sindicalistas, bem como comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas.

Cerca de 160 paramilitares que se submeteram à Lei 975 foram qualificados para libertação em 2014. Alguns deles eram líderes graduados que foram presos provisoriamente e já haviam cumprido o período máximo de oito anos estipulado pela Lei 975. Esperava-se que muitos deles retornassem às suas zonas originais de atuação, causando preocupação com o impacto de seu retorno sobre a segurança das vítimas e dos defensores de direitos humanos que vivem nessas áreas.

GRUPOS GUERRILHEIROS

Os grupos guerrilheiros cometeram sérios abusos de direitos humanos e violações do direito internacional humanitário, especialmente contra comunidades das áreas rurais. Apesar do compromisso público por parte das FARC de acabar com os sequestros, vários casos continuaram sendo relatados. A ONG País Libre registrou 233 sequestros nos primeiros nove meses de 2014, comparados a 299 no mesmo período de 2013. A maioria dos sequestros foi atribuída a criminosos comuns, sendo os grupos guerrilheiros responsáveis por 21% e os paramilitares por 3% do total.

Minas terrestres, colocadas em sua maioria pelas FARC, continuaram a matar e mutilar civis e membros das forças de segurança. Os grupos guerrilheiros, assim como os paramilitares, continuaram a recrutar

crianças, principalmente nas áreas rurais, forçando muitas famílias a fugir de suas casas para proteger seus filhos. As FARC também efetuaram ataques indiscriminados que colocaram em risco a vida de civis.

IMPUNIDADE

A impunidade continuou sendo uma marca característica do conflito, em que muito poucos perpetradores de violações dos direitos humanos tiveram que prestar contas. O apoio do governo a uma legislação que ameaçava aumentar a impunidade pôs em dúvida seu compromisso com o direito das vítimas à verdade e à justiça.

Em outubro, o governo apresentou ao Congresso dois projetos de lei. O primeiro buscava expandir os crimes que poderiam ser considerados como atos de serviço que estariam sob competência do sistema de justiça militar. O segundo tratava de não deixar que violações de direitos humanos cometidas pelas forças de segurança fossem investigadas como atos criminosos, mas sim de modo a determinar se tais atos configuravam ou não violações do direito internacional humanitário. Isso poderia levar os responsáveis a se livrar de ações penais alegando que o crime fora uma ação proporcional tomada no curso de um conflito armado.

Em setembro, 12 peritos de direitos humanos da ONU alertaram que o projeto de lei Nº 85 do Senado, que à época estava sendo debatido no Congresso, seria um retrocesso para os direitos humanos: “Se adotado, o projeto de lei Nº 85 poderia prejudicar gravemente a independência e a imparcialidade do Judiciário [...] Sua adoção também [...] representaria um sério revés na prolongada luta que o Estado colombiano vem travando contra a impunidade para casos de violações do direito internacional humanitário e do direito internacional dos direitos humanos.” O projeto de lei relacionava uma série de crimes que seriam tratados exclusivamente pelo sistema de justiça militar, como homicídios e infrações

do direito internacional humanitário. Uma vez que execuções extrajudiciais não estão tipificadas como um crime específico no Código Penal, tais práticas poderiam ser d efinidas como homicídio e, assim, investigadas por promotores militares.

Em agosto de 2013, o Tribunal Constitucional havia afirmado a constitucionalidade do Marco Jurídico para a Paz, aprovado pelo Congresso em junho de 2012. O marco podia permitir que indivíduos suspeitos de cometer abusos de direitos humanos evadissem a Justiça, pois concedia ao Congresso poderes para limitar os procedimentos penais aos “máximos responsáveis” por abusos de direitos humanos, e poderes para suspender sentenças de prisão impostas a paramilitares, guerrilheiros e combatentes das forças de segurança condenados por tais crimes. Porém, o tribunal decidiu que as sentenças dos “máximos responsáveis” não poderiam ser suspensas caso eles fossem responsáveis por crimes contra a humanidade, genocídio e crimes de guerra. Entretanto, não havia nem uma definição clara nem critérios para determinar quem seriam os “máximos responsáveis”.

RESTITUIÇÃO DE TERRAS

A Lei de Vítimas e Restituição de Terras, que entrou em vigor em 2012, visava a proporcionar reparação integral, inclusive restituição de terras, a algumas das vítimas do conflito. Embora tenha sido um passo importante no sentido de reconhecer o direito de certas vítimas à reparação, a legislação continuou sendo problemática e sua implementação pouco avançou. Até agosto de 2014, haviam sido adjudicados somente cerca de 30 mil hectares de terra a camponeses e apenas um território de 50 mil hectares a comunidades indígenas. Os números oficiais indicavam que, no decorrer do conflito, cerca de 8 milhões de hectares de terras haviam sido abandonados ou expropriados.

Pessoas que reivindicam suas terras e quem as representa, inclusive defensores dos direitos humanos e funcionários públicos, foram ameaçadas ou mortas, a maioria por grupos paramilitares.⁵ Em agosto de 2014, o Ministério Público estava investigando as mortes de pelo menos 35 indivíduos que teriam alguma ligação com restituição de terras. No dia 8 de julho, Robinson Álvarez Quemba, um topógrafo do órgão governamental de restituição de terras, foi baleado por um agressor não identificado quando trabalhava no município de San Roque, departamento de Antioquia. Ele morreu três dias depois em consequência dos ferimentos.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Os defensores dos direitos humanos corriam grave perigo. O escritório colombiano do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos registrou 40 homicídios de defensores dos direitos humanos entre janeiro e setembro. Em 2013, segundo a ONG Somos Defensores, 70 defensores haviam sido mortos. Líderes indígenas e afrodescendentes, ativistas rurais e líderes comunitários estavam entre as vítimas. Segundo a ONG Escuela Nacional Sindical, 20 sindicalistas foram mortos até 11 de dezembro; em 2013, haviam sido pelo menos 27.

Esses ataques, assim como o roubo de informações confidenciais, as constantes ameaças de morte e o mau uso do sistema judicial para mover processos fraudulentos contra defensores dos direitos humanos, prejudicaram o trabalho das organizações de direitos humanos e fomentaram um clima de medo. No final de 2014, as ameaças de morte aumentaram. Em setembro e outubro, mais de 100 defensores de direitos humanos, líderes comunitários, ativistas pela paz, lideranças que pleiteavam a reivindicação de terras, políticos e jornalistas receberam uma extensa série de e-mails com ameaças de morte de vários grupos paramilitares.⁶ Apenas alguns poucos indivíduos responsáveis por

ameaçar e assassinar defensores de direitos humanos foram identificados; muito menos levados à Justiça.

Os programas de proteção governamentais, coordenados pela Unidade Nacional de Proteção (UNP), continuaram a prover segurança para milhares de indivíduos em perigo, inclusive defensores dos direitos humanos. Esses programas, porém, padeciam de deficiências graves, como atrasos preocupantes na aplicação de medidas de segurança.

Em setembro, a UNP foi abalada por um escândalo de corrupção, no qual funcionários graduados do órgão, inclusive seu diretor administrativo e seu secretário-geral, foram acusados de receber suborno das empresas privadas para as quais a UNP subcontrata a maior parte de seu trabalho de proteção. A UNP também admitiu em setembro que, devido a um déficit orçamentário, o órgão teria que suspender os esquemas de proteção de alguns beneficiários.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Todas as partes no conflito praticaram estupros e outras formas de violência sexual, sobretudo contra mulheres e meninas. As autoridades ainda não haviam posto em prática o Auto 092 de 2008 do Tribunal Constitucional, determinando que as autoridades pusessem fim a esses crimes e levassem os responsáveis à Justiça.

Em junho, o Presidente Santos promulgou uma lei sobre a violência sexual relativa ao conflito (Lei 1719).⁷ A legislação definia esse tipo de violência como crime de guerra e crime contra a humanidade. Além disso, tratava de diversas ações específicas que seguiam sendo praticadas no conflito, como a exploração e a escravidão sexual e a esterilização, a prostituição, o aborto, a gravidez e a nudez forçadas. De acordo com a lei, casos de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra são imprescritíveis.

ASSISTÊNCIA DOS EUA

A assistência dos Estados Unidos à Colômbia continuou diminuindo. Em 2014, os EUA alocaram cerca de 214,5 milhões de dólares para ajuda militar e aproximadamente 164,9 milhões de dólares para assistência não-militar à Colômbia, comparados aos cerca de 228,6 milhões e 195,9 milhões respectivamente alocados em 2013. Em setembro de 2014, 25% do total da assistência militar para o ano foram liberados depois que o secretário de Estado dos EUA determinou que o governo colombiano havia feito progressos no sentido de melhorar os direitos humanos.

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

Em seu relatório sobre a situação dos direitos humanos na Colômbia, publicado em janeiro, a Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos parabenizou o governo colombiano por “sua decidida busca de uma saída negociada para o conflito armado interno”, observando, porém, que todas as partes no conflito continuavam sendo responsáveis por abusos e violações dos direitos humanos. O relatório afirmou também que a indisposição das instituições estatais “para assumir a responsabilidade por violações de direitos humanos impede que se consigam novos avanços em matéria de direitos humanos”.

Em agosto, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) publicou seu relatório sobre a situação dos direitos humanos na Colômbia. O documento reconhecia progressos nas negociações de paz, mas observava que o conflito armado ainda causava grave impacto sobre os direitos humanos. O relatório alertava que a situação dos direitos humanos não poderia ser resolvida sem que se enfrentasse o problema da impunidade.

Em março, a CIDH requisitou que o governo colombiano adotasse medidas cautelares para o prefeito de Bogotá, Gustavo Petro, e que sua destituição do cargo, ordenada pelo Ministério Público em janeiro, fosse suspensa até que a CIDH tomasse uma

decisão sobre o caso. O governo inicialmente se recusou a acatar a requisição e somente reverteu sua decisão depois que o Tribunal Constitucional da Colômbia emitiu uma ordem para que a requisição fosse cumprida.

O Conselho de Direitos Humanos da ONU adotou o resultado da Revisão Periódica Universal da Colômbia de setembro de 2013. A Anistia Internacional saudou o apoio da Colômbia às recomendações de combate à impunidade, mas reiterou suas preocupações de que tanto a legislação que amplia o escopo da competência militar quanto o Marco Jurídico para a Paz possam prejudicar seriamente os esforços para combater a impunidade.

-
1. Colombia: Open letter to Presidential candidates. Putting human rights at the heart of the election campaign (AMR 23/014/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR23/014/2014/en
 2. Colombia: Two Indigenous leaders killed, third at risk (AMR/23/001/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR23/001/2014/en
 3. Colombia: Death threats received in “humanitarian zone” (AMR 23/016/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR23/016/2014/en
 4. Historic Colombia-FARC declaration fails to guarantee victims’ right to justice
www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/historic-colombia-farc-declaration-fails-guarantee-victims-right-justice-20
 5. Colombia: Land rights activists threatened in Colombia (AMR 23/019/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR23/019/2014/en
 6. Colombia: Mass death threats to human rights defenders (AMR 23/030/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR23/030/2014/en
 7. Colombia: new law aims to address impunity for conflict-related crimes of sexual violence (AMR 23/24/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR23/024/2014/en

COREIA DO NORTE

República Popular Democrática da Coreia

Chefe de Estado: **Kim Jong-un**

Chefe de governo: **Pak Pong-ju**

A ONU divulgou um relatório minucioso sobre a situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), apresentando detalhes sobre a violação sistemática de quase toda a gama de direitos humanos. Centenas de milhares de pessoas continuaram a ser detidas em campos de prisioneiros e outros centros de detenção, muitas delas sem serem acusadas ou julgadas por qualquer crime reconhecido internacionalmente. As liberdades de expressão, de religião e de circulação, dentro e fora do país, permaneceram severamente restringidas. O destino das pessoas que desapareceram à força ainda era desconhecido, apesar de o governo admitir o envolvimento de agentes do Estado no sequestro de alguns indivíduos.

INFORMAÇÕES GERAIS

O terceiro ano do governo de Kim Jong-un começou em dezembro de 2013 com o célebre julgamento e a execução de Jang Song-taek, vice-presidente da Comissão de Defesa Nacional e tio de Kim Jong-un. Acredita-se que isso seja o início de uma série de expurgos políticos, a fim de consolidar ainda mais o poder de Kim Jong-un, embora não tivessem ocorrido, até o final de 2014, outras execuções confirmadas de opositores políticos vinculados a Jang.

Uma economia privada, oficialmente ilegal, mas tolerada pelo governo, continuou a se expandir, inclusive com pontos privados para venda de comida e roupas. Observadores temem que a aparente abertura econômica possa criar maiores disparidades de renda. Tal abertura não foi acompanhada de melhora na situação geral dos direitos humanos.

O governo tentou obter moeda estrangeira, inclusive por meio do turismo. Apesar desses esforços, o Estado se manteve altamente sensível a quaisquer ações de visitantes estrangeiros que pudessem ser interpretadas como tentativa de disseminar ideias políticas ou religiosas não compatíveis com as promovidas pelo Estado. A liberdade de informação era limitada e a internet não era acessível ao público. Uma rede de "intranet" nacional foi criada em seu lugar.

Uma rara demonstração de prestação de contas por parte do governo ocorreu em maio, quando a mídia estatal informou rapidamente sobre o colapso de um prédio de apartamentos na capital, Pyongyang, que matou mais de 300 pessoas. A imprensa estrangeira em Pyongyang informou que os cidadãos expressaram sua raiva frente ao incidente, e que o governo emitiu um pedido de desculpas pelos métodos defeituosos de construção.

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

A Comissão de Inquérito da ONU sobre os Direitos Humanos na República Popular Democrática da Coreia divulgou seu relatório em fevereiro¹. O documento de 372 páginas apresentou um estudo abrangente de "violações sistemáticas, generalizadas e graves dos direitos humanos" e concluiu que muitas delas constituíam crimes contra a humanidade.

O relatório foi apresentado em março ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, que aprovou uma enérgica resolução em que manifestava aprovação ao relatório, a qual recebeu o apoio da maioria dos Estados membros do Conselho².

A Coreia do Norte se submeteu a um segundo processo de Revisão Periódica Universal (RPU) em maio. O governo estava mais empenhado do que durante a sua primeira RPU, em 2010, e desta vez deu respostas sobre quais recomendações aceitava, entre elas as medidas relacionadas ao funcionamento eficaz da ajuda humanitária. No entanto, o governo se

recusou a aceitar mais da metade das recomendações, principalmente as que pediam a cooperação com a Comissão de Inquérito e com o relator especial sobre a situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia. Também rejeitou as recomendações para fechar seus campos de prisioneiros políticos e para permitir que as vítimas estrangeiras de desaparecimento forçado possam regressar livremente aos seus países de origem³.

Em dezembro, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução enérgica recomendando o encaminhamento da situação dos direitos humanos na Coreia do Norte para o Tribunal Penal Internacional.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Centenas de milhares de pessoas permaneciam detidas em campos para presos políticos e outras instalações de detenção, onde foram submetidas a violações dos direitos humanos sistemáticas, generalizadas e graves, tais como execuções extrajudiciais, tortura e outros maus-tratos, como espancamentos, longos períodos de trabalho brutal forçado sem descanso e privação de alimentos.

Muitos dos detidos nos campos de presos políticos não haviam sido condenados por qualquer crime reconhecido internacionalmente, mas eram parentes de pessoas consideradas uma ameaça ao governo. Eles foram detidos sem um julgamento justo, exclusivamente por "culpa por associação".

O governo continuou a negar a existência de campos de presos políticos, ainda que imagens de satélite mostrem não só sua presença, mas também a expansão de alguns dos campos em curso desde o final de 2013.

Tanto os norte-coreanos quanto os cidadãos estrangeiros foram submetidos a detenções arbitrárias após julgamentos injustos. Kenneth Bae e Matthew Todd Miller, ambos cidadãos estadunidenses, foram condenados por "atos hostis" ao regime em 2013 e 2014, respectivamente.

Antes de serem libertados em novembro, eles haviam iniciado o cumprimento de uma pena de trabalhos forçados de 15 e 6 anos, respectivamente. Em entrevista à imprensa estrangeira, em agosto, Kenneth Bae falou sobre o julgamento injusto que recebeu, bem como sobre a deterioração de sua saúde enquanto estava no campo de trabalho forçado.

LIBERDADE DE RELIGIÃO

A prática de qualquer religião continuou a ser severamente restringida. Segundo informações, tanto cidadãos da Coreia do Norte quanto estrangeiros receberam pesadas punições pelo exercício da liberdade de religião, inclusive detenção em campos de prisioneiros.

John Short, um missionário australiano, foi preso por promover suas crenças religiosas, sendo deportado em março depois de pedir desculpas publicamente. Kim Jung-wook, um missionário da Coreia do Sul, foi detido por mais de seis meses sem acesso a um advogado, antes de ser condenado pela criação de uma igreja clandestina e por espionagem. Ele foi condenado à prisão perpétua com trabalhos forçados.

Jeffrey Fowle, um turista dos EUA, foi preso em maio por ter deixado uma bíblia em um clube de Chongjin. Ele ficou detido por mais de cinco meses sem julgamento, antes de ser libertado em outubro.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As autoridades continuaram a impor severas restrições ao exercício do direito à liberdade de expressão, de opinião e de reunião pacífica. Ao que parece, não existem quaisquer organizações da sociedade civil, jornais ou partidos políticos independentes. Os norte-coreanos são alvo de vigilância estrita por parte das autoridades para evitar a posse de materiais da imprensa estrangeira, e podem ser punidos por ouvir, ver ou ler tais materiais.

LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO

Os controles nas fronteiras continuaram fortes. O número de pessoas que conseguiram chegar à Coreia do Sul depois de fugir do norte, permaneceu baixo em 2012 e 2013, se comparado aos anos anteriores.

A dificuldade em atravessar a fronteira aumentou, de acordo com a imprensa da Coreia do Sul, por conta da utilização de tecnologia de vigilância reforçada, como a utilização de equipamentos concebidos para impedir os cidadãos de usar telefones celulares chineses ao longo da fronteira. O uso de celulares para os cidadãos permaneceu restrito a uma rede local fechada dentro da Coreia do Norte.

Um grupo de aproximadamente 29 pessoas, entre elas um bebê de um ano de idade, foi repatriado à força para a Coreia do Norte no início de agosto depois de ser detido na China. Embora não se saiba se as pessoas foram acusadas formalmente por cruzar a fronteira de modo ilegal, elas correm o risco de ser presas e de sofrer tortura ou outros maus-tratos, inclusive trabalhos forçados, se tais acusações forem feitas contra elas.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Em agosto, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários pediu à República Popular Democrática da Coreia uma confirmação sobre o destino de 47 pessoas que se sabe terem sido sequestradas em solo estrangeiro por agentes de segurança norte-coreanos, e que posteriormente desapareceram. Eram, na maioria, da Coreia do Sul.

Em maio, o governo esteve envolvido em reuniões com o Japão para abordar a questão dos sequestros, tendo criado uma comissão especial para investigar novamente os casos de cidadãos japoneses sequestrados nas décadas de 1970 e 1980. Porém, o relatório inicial do novo inquérito foi rejeitado pelo Japão, uma vez que não continha qualquer informação nova sobre os 12 cidadãos japoneses que, de acordo com o reconhecimento oficial da Coreia do Norte,

foram sequestrados no Japão por agentes de segurança norte-coreanos.

DIREITO À ALIMENTAÇÃO

O Programa Mundial de Alimentos informou em setembro que a situação alimentar da Coreia do Norte era "grave". Apesar das colheitas melhores nos dois anos anteriores, um período de seca em 2014 levou a uma redução das rações de alimentos, que, em agosto, passaram de 410 para apenas 250 gramas por pessoa. Essa medida foi percebida, de modo geral, como uma indicação de iminente escassez de alimentos. As últimas estatísticas revelaram que as taxas de desnutrição crônica permaneceram relativamente altas em 2013, afetando uma em cada quatro crianças menores de cinco anos.

Embora a Coreia do Norte tenha recebido assistência humanitária do Programa Mundial de Alimentos e de outras agências humanitárias, o governo não permitiu que essas agências pudessem ampliar a assistência a algumas das comunidades mais vulneráveis. Continuaram sendo impostas restrições a quem buscasse monitorar a entrega de ajuda alimentar a determinados grupos.

-
1. North Korea: UN Security Council must act on crimes against humanity (Press Release)
www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/north-korea-un-security-council-must-act-crimes-against-humanity-2014-02-17
 2. North Korea: UN vote a positive step to end crimes against humanity (Press Release)
www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/north-korea-un-vote-positive-step-end-crimes-against-humanity-2014-03-28
 3. Urgent need for accountability and cooperation with the international community by North Korea (ASA 24/006/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA24/006/2014/en

CUBA

REPÚBLICA DE CUBA

Chefe de Estado e de governo: **Raúl Castro Ruz**

As liberdades de expressão, de associação e de reunião continuaram sendo reprimidas. O número de detenções breves aumentou de forma acentuada e as ações penais por motivos políticos prosseguiram.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Emendas à Lei de Migração, que passou a vigorar em janeiro de 2013, facilitaram a todos os cubanos as viagens ao exterior. Embora os críticos do governo tenham obtido permissão para viajar ao exterior sem empecilhos, há relatos de que documentos e outros materiais foram confiscados quando eles retornaram ao país.

Até o fim do ano, Cuba ainda não havia ratificado o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos nem o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos assinados em fevereiro de 2008. O governo não respondeu os pedidos para visitar Cuba feitos pelo relator especial da ONU sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e à liberdade de associação, enviado em outubro de 2013, e do relator especial da ONU sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, enviado em março de 2014. Desde 1990 as autoridades cubanas não permitem que a Anistia Internacional visite o país.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, ASSOCIAÇÃO, REUNIÃO E CIRCULAÇÃO

As críticas ao governo continuaram sendo reprimidas e rotineiramente punidas de várias formas, inclusive por meio de detenções breves, “atos de repúdio” (manifestações lideradas por apoiadores do governo, com participação de agentes de segurança estatais), intimidações, hostilidades e ações

penais por motivos políticos. O sistema judicial permaneceu sob rigoroso controle político, comprometendo seriamente o direito a um julgamento em tribunal independente e imparcial.

Críticos do governo, jornalistas independentes e ativistas de direitos humanos com frequência foram detidos por exercerem seus direitos à liberdade de expressão, de associação, de reunião e de circulação. Ativistas foram detidos de modo preventivo para impedi-los de participar de manifestações públicas ou de eventos privados.

Aumentaram os relatos sobre críticos do governo que foram ameaçados e agredidos fisicamente por atores estatais ou indivíduos pagos por eles.

Em junho de 2014, Roberto de Jesús Guerra Pérez, diretor da agência de notícias independente Hablemos Press, recebeu ligações telefônicas ameaçadoras e foi agredido nas ruas da capital, Havana, por um homem não identificado, em circunstâncias que ele acredita serem tentativas das autoridades de dissuadi-lo de prosseguir com suas atividades jornalísticas.

O governo continuou a exercer controle sobre todos os meios de comunicação, e o acesso à informação por meio da internet permaneceu problemático devido a limitações técnicas e restrições de conteúdo. Jornalistas independentes foram sistematicamente submetidos a hostilidades, intimidações e detenções por divulgarem informações não sancionadas pelo aparato oficial.

Em maio, a blogueira Yoani Sánchez e seu marido lançaram um site de notícias na internet chamado “14 y medio”. Logo após o lançamento, o site foi invadido e, quando acessado a partir de Cuba, direcionava o usuário a uma página com propaganda contra Yoani Sánchez.

PRISONEIROS DE CONSCIÊNCIA

No fim do ano, cinco prisioneiros de consciência continuavam encarcerados somente por exercerem pacificamente seu

direito à liberdade de expressão. Três deles, os irmãos Alexeis, Vianco e Django Vargas Martín, ainda não haviam sido sentenciados, apesar de julgados em junho de 2014, acusados de “desordem pública de natureza contínua”. Eles estavam sujeitos a penas de três a cinco anos de prisão.¹

Os artigos 72-90 do Código Penal, que criminalizam a “periculosidade” e punem pessoas que se considere terem probabilidade de cometer um crime no futuro, foram cada vez mais utilizados como recurso para encarcerar críticos do governo. Os prisioneiros de consciência Emilio Planas Robert e Iván Fernández Depestre foram sentenciados, respectivamente, a três anos e meio e a três anos de prisão, em outubro de 2012 e agosto de 2013, por “periculosidade”. Emilio Planas Robert foi acusado de colar cartazes com frases “contra o governo” na cidade de Guantánamo.

Apesar da flexibilização das restrições às viagens, 12 ex-prisioneiros de consciência, que foram presos no contexto da grande repressão de 2003 e libertados em 2011, não tiveram permissão de viajar ao exterior, uma vez que cumpriam penas em regime aberto.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Detenções arbitrárias por períodos breves foram cada vez mais utilizadas como tática para silenciar as opiniões divergentes. A Comissão Cubana de Direitos Humanos e Reconciliação Nacional (CCDHRN) registrou 6.556 detenções breves por motivos políticos até o fim de julho, um aumento de 175% com relação ao mesmo período de 2013.

Integrantes da organização independente da sociedade civil Damas de Branco enfrentaram constantes hostilidades. Todos os domingos, dezenas de membros da entidade eram detidas por várias horas a fim de impedi-las de viajar para participar de missas e fazer passeatas pacíficas. A organização informou que 1.810 de seus membros foram detidos em 2013.

Dezenas de críticos do governo foram detidos de modo arbitrário ou sofreram

pressão para não viajarem a Havana durante a segunda cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, entre os dias 28 e 29 de janeiro. Em consequência das detenções e de uma onda de intimidações, vários encontros paralelos que estavam programados para os dias da cúpula tiveram que ser cancelados.²

Até o fim do ano, a integrante do Damas de Branco Sonia Garro Alfonso, seu marido Ramón Alejandro Muñoz González, e o dissidente Eugenio Hernández Hernández, haviam passado, individualmente, mais de dois anos e meio na prisão sem julgamento. Eles foram detidos em março de 2012 durante a visita do Papa Bento XVI, acusados de agressão, perturbação da ordem pública e tentativa de homicídio.

EMBARGO DOS ESTADOS UNIDOS A CUBA

Em setembro, os Estados Unidos renovaram a Lei de Comércio com o Inimigo, que impõe sanções econômicas e financeiras a Cuba e proíbe cidadãos estadunidenses de viajar ou se envolver em atividades econômicas com a ilha. Em outubro de 2014, a Assembleia Geral da ONU adotou, pelo 23º ano consecutivo, uma resolução requerendo que os EUA suspendam seu embargo unilateral.

1. Cuba: Sentencing of three brothers postponed (AMR 25/003/2014) www.amnesty.org/en/library/info/AMR25/003/2014/en

2. Cuba steps up repression on the eve of the CELAC summit (Press Release, 27 de janeiro de 2014) www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/cuba-steps-repression-eve-celac-summit-2014-01-27

EGITO

República Árabe do Egito

Chefe de Estado: Abdel Fattah al-Sisi (sucedeu Adly Mansour em junho)

Chefe de governo: Ibrahim Mahlab (sucedeu Hazem Beblawi em março)

O ano foi marcado por uma deterioração contínua e dramática na situação dos direitos humanos após o afastamento do presidente Mohamed Morsi em julho de 2013. O governo limitou severamente as liberdades de expressão, associação e reunião. Milhares foram presos e detidos como parte de uma ampla repressão aos dissidentes, com alguns detidos sendo submetidos a desaparecimentos forçados. A Irmandade Muçulmana continuou banida e seus líderes foram detidos e encarcerados. Tortura e outros maus-tratos de detentos continuaram sendo rotina e foram cometidos com impunidade. Centenas foram condenados à prisão ou à morte após julgamentos flagrantemente injustos. As forças de segurança usaram força excessiva contra manifestantes e cometeram assassinatos ilegais com impunidade. As mulheres enfrentaram discriminação e violência. Alguns refugiados foram repatriados à força. Continuaram as remoções forçadas. Dezenas de pessoas enfrentaram processos e prisão por sua orientação ou identidade sexual. Os tribunais impuseram centenas de penas de morte; as primeiras execuções desde 2011 foram realizadas em junho.

INFORMAÇÕES GERAIS

O ex-chefe do Exército Abdel Fattah al-Sisi foi eleito presidente em maio. Ele assumiu o poder em junho, e em setembro se comprometeu a defender a liberdade de expressão, a independência judicial e o Estado de direito, em um discurso à Assembleia Geral da ONU. Na prática, seu

governo reprimiu a expressão livre, ampliou a jurisdição de tribunais militares para que pudessem julgar civis e permitiu que as forças de segurança usassem tortura e força excessiva com impunidade.

Mais de 1.400 pessoas foram mortas nos protestos ocorridos entre julho de 2013, quando Mohamed Morsi foi afastado da Presidência, e o final de 2014. A grande maioria foi morta pelas forças de segurança que dispersaram os protestos pacíficos dos apoiadores de Morsi nas praças Rabaa al-Adawiya e Al Nahda na Grande Cairo, em 14 de agosto de 2013. A repressão também levou à prisão, detenção ou encarceramento de pelo menos 16.000 pessoas, de acordo com estimativas oficiais publicadas pela agência de notícias Associated Press. O grupo ativista Wikithawra calculou depois que mais de 40.000 pessoas haviam sido detidas, ou acusadas ou indiciadas. A maioria delas era de apoiadores da Irmandade Muçulmana, mas também foram detidos ativistas de esquerda e seculares, além de outros críticos do governo.

Um aumento dos ataques letais contra forças de segurança por grupos armados levou à morte de pelo menos 445 soldados e agentes de segurança, segundo as declarações oficiais. A maioria dos ataques ocorreu no Sinai, onde pelo menos 238 agentes das forças de segurança foram mortos. Depois de novos ataques em outubro, o governo declarou estado de emergência no norte do Sinai, impôs um toque de recolher, fechou a fronteira do Egito com Gaza e começou a construir ao longo dela uma zona de “segurança”. Reforços militares lançaram uma operação “pente fino” para identificar o que chamaram de “militantes” na população local, criando um risco de mais violações de direitos humanos.¹

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

Membros do Conselho de Direitos Humanos da ONU examinaram em novembro a situação dos direitos humanos do Egito conforme o mecanismo de Revisão Periódica

Universal (RPU) da ONU, recomendando que as autoridades combatessem a tortura e o uso excessivo de força pelas forças de segurança, e que abolissem as restrições à sociedade civil. Com a exceção da RPU, o Egito de modo geral evadiu o escrutínio internacional, apesar da deterioração da situação dos direitos humanos no país.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As autoridades perseguiram pessoas que criticaram o governo ou expressaram divergência. Os profissionais da imprensa que documentaram violações de direitos ou questionaram a narrativa política das autoridades, enfrentaram prisões e acusações. Jornalistas que relataram atividades do exército passaram por julgamentos injustos em tribunais militares.²

Em junho, um tribunal no Cairo condenou três membros da equipe da estação de televisão Al Jazeera English a penas de 7 a 10 anos de prisão após um julgamento totalmente injusto. O tribunal condenou Mohamed Fahmy, de dupla cidadania canadense-egípcia, Peter Greste, australiano, e Baher Mohamed, egípcio, sob acusações que incluíam auxiliar a Irmandade Muçulmana e relatar notícias “falsas”. A Promotoria não apresentou nenhuma prova material contra eles, ou contra quaisquer outros profissionais da imprensa que foram julgados *in absentia*.

Algumas pessoas enfrentaram processo e prisão por acusações de “fomentar conflitos sectários” e/ou “difamar a religião”. As autoridades também aumentaram o monitoramento das mídias sociais.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

As autoridades fecharam grupos ligados à banida Irmandade Muçulmana e a outros centros de oposição, e impuseram novas restrições onerosas às organizações de direitos humanos.

Em abril, o Movimento de Juventude 6 de Abril, um dos grupos ativistas que liderou as revoltas de 2011, foi banido por um tribunal

que julgou que alguns de seus membros tinham cometido delitos que iriam “perturbar a paz e a ordem pública”.

Em agosto, um tribunal dissolveu o Partido da Liberdade e da Justiça, que foi fundado pela Irmandade Muçulmana e havia conquistado o maior número de cadeiras nas eleições parlamentares de 2012 no Egito.

Organizações de direitos humanos enfrentaram ameaças de fechamento e processos criminais, forçando muitos ativistas a reduzir seu trabalho ou deixar o país. Em julho, o Ministério da Solidariedade Social deu às ONGs um prazo de 45 dias, depois estendido até novembro, para se registrar sob a repressiva Lei de Associações (Lei 84 de 2002), avisando que iria processar os grupos que não se registrassem. Após as críticas de outros Estados durante a Revisão Periódica Universal do Egito, o Ministério anunciou que lidaria com as ONGs caso a caso.

As autoridades interromperam as atividades pacíficas de ONGs, invadindo os escritórios em Alexandria do Centro Egípcio para os Direitos Econômicos e Sociais, em maio, quando promoviam uma conferência para apoiar ativistas de direitos humanos detidos.

Em setembro, o governo emendou o Código Penal para proibir o financiamento de atos prejudiciais ao interesse nacional do Egito, sua integridade territorial ou a paz pública. O governo também propôs uma nova Lei de Associações que, se promulgada, daria às autoridades poderes adicionais para negar às ONGs registro legal e restringir suas atividades e arrecadação de fundos.

Em novembro, o conselho de ministros aprovou um projeto de lei que, se aprovado, daria às autoridades amplos poderes para classificar organizações como entidades terroristas.

LIBERDADE DE REUNIÃO

Forças de segurança suprimiram implacavelmente os protestos e tribunais condenaram dezenas de pessoas por protestar sem autorização, entre elas

apoiadores de Mohamed Morsi, ativistas proeminentes da oposição e ativistas de esquerda e de direitos humanos.³ As autoridades continuaram a aplicar aos protestos a Lei 107 de 2013, que exige que manifestações obtenham autorização prévia; as forças de segurança usaram força excessiva contra manifestantes pacíficos.

As universitárias Abrar Al-Anany e Menatalla Moustafa, e uma professora, Youssa Elkhateeb, foram condenadas em maio a penas de 2 a 6 anos de prisão por protestar pacificamente na Universidade de Mansoura.

Em novembro, um tribunal de Alexandria condenou 78 menores a penas de 2 a 5 anos de prisão por terem participado de um protesto não autorizado em apoio a Mohamed Morsi.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Milhares de supostos ou reais oponentes do governo foram presos em protestos, em casa ou nas ruas. Muitos não foram informados do motivo da prisão e foram detidos arbitrariamente e mantidos em detenção provisória por períodos que às vezes excederam um ano, ou foram levados aos tribunais e condenados a penas longas após julgamentos injustos. Muitos também foram espancados ou maltratados no momento da prisão ou durante a detenção. Em alguns casos, se a pessoa procurada não estivesse presente, as forças de segurança levavam familiares ou amigos.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Alguns detentos foram submetidos a desaparecimentos forçados e mantidos em detenção secreta na Prisão Azouly, dentro do acampamento militar Al Galaa em Ismailia, 130 km a nordeste do Cairo. Os detidos foram mantidos em Al Galaa sem reconhecimento oficial, e lhes foi negado acesso a advogados e familiares. As pessoas detidas, que incluíam supostos líderes de protestos e indivíduos acusados de crimes relacionados ao terrorismo, foram mantidas no acampamento

por até 90 dias, sem controle judicial, e sofreram tortura e outros maus-tratos nas mãos dos serviços de inteligência militar e da Agência de Segurança Nacional (ASN) para extrair “confissões”. Promotores públicos disseram às famílias dos desaparecidos que eles não tinham competência sobre prisões militares.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos a suspeitos de crimes foram usados rotineiramente para extrair confissões e punir e humilhar os suspeitos, o que teria provocado a morte de vários detentos. Funcionários da ASN submetiam a abusos principalmente os membros e os supostos apoiadores da Irmandade Muçulmana, alguns dos quais detiveram e supostamente torturaram em locais de detenção não oficiais, como os próprios escritórios da ASN em todo o país.

Os métodos comumente relatados de tortura incluíam choques elétricos nos genitais e outras áreas sensíveis, espancamento, suspensão pelos braços algemados às costas, posições de estresse e estupro.

O universitário Omar Gamal El Shewiekh disse que os agentes de segurança o prenderam e torturaram depois que ele participou de um protesto no Cairo em março. Ele disse que os agentes da ASN o submeteram a choques elétricos e inseriram repetidamente objetos no seu ânus até ele “confessar” os supostos crimes em vídeo. Em maio, um tribunal o condenou a cinco anos de prisão com base em sua “confissão” forçada.

Mortes de detentos foram relatadas, algumas podendo aparentemente ser atribuídas à tortura ou outros maus-tratos, ou às más condições nas delegacias de polícia.⁴

Ezzat Abdel Fattah morreu em maio na delegacia de Mattareya, no Cairo. A autópsia conduzida pelas autoridades forenses descobriu que ele sofreu ferimentos que incluíam nove costelas quebradas, cortes e concussão cerebral.

As autoridades não conduziram investigações genuínas sobre denúncias de tortura. Quando os promotores investigavam, geralmente arquivavam os processos alegando falta de provas. Em alguns casos, as vítimas e suas famílias disseram que a polícia os ameaçou para que retirassem as queixas de tortura.

IMPUNIDADE

O sistema de justiça criminal não responsabilizou nenhum membro das forças de segurança por graves violações dos direitos humanos cometidas durante as revoltas de 2013, incluindo os assassinatos em massa de manifestantes pró-Morsi nas praças Rabaa al-Adawiya e Al Nahda, em 14 de agosto de 2013. Em 7 de junho, um tribunal de recursos anulou os veredictos contra quatro policiais considerados culpados de matar 37 detentos em agosto de 2013.

Um tribunal que submetia o ex-presidente Hosni Mubarak a novo julgamento, por acusações de matar manifestantes durante as revoltas de 2011, rejeitou o caso em novembro por uma técnica jurídica. O ministro do Interior de Mubarak e diversos agentes de segurança também foram absolvidos das mesmas acusações.

Um comitê de investigação nomeado pelo governo, estabelecido depois que as forças de segurança mataram centenas de manifestantes em 14 de agosto de 2013, anunciou suas descobertas em novembro. Ignorando as disparidades no número de mortes entre as forças de segurança e entre os manifestantes, concluiu que os manifestantes tinham começado a violência. O comitê minimizou as violações cometidas pelas forças de segurança, meramente recomendando que recebessem treinamento sobre o policiamento de manifestações.

JULGAMENTOS INJUSTOS

Tribunais de todo o país condenaram centenas de ativistas da Irmandade Muçulmana e outros ativistas da oposição a longas penas de prisão ou à morte depois

de julgamentos totalmente injustos, muitas vezes por acusações forjadas. Os tribunais também condenaram menores à morte, em contravenção ao direito internacional e à legislação egípcia.

O ex-presidente Mohamed Morsi enfrentou quatro julgamentos, inclusive por crimes sujeitos à pena capital. Outros membros graduados da Irmandade Muçulmana foram encarcerados e condenados à morte.

Os julgamentos em tribunais penais foram repletos de violações a o devido processo legal. Alguns julgamentos procederam na ausência dos réus e de seus advogados. Em outros, os juízes impediram os réus ou seus advogados de apresentar provas em defesa própria ou interrogar testemunhas da acusação. Em muitos casos, os tribunais condenaram os réus apesar da ausência de provas substanciais contra eles.

Muitos julgamentos foram conduzidos dentro do Instituto de Polícia de Tora, adjacente ao complexo penitenciário de Tora, e as famílias e os meios de comunicação independentes foram impedidos de assisti-los. Os réus também não puderam se comunicar com seus advogados durante as sessões do tribunal porque estavam confinados atrás de uma tela de vidro escura.

O Ministério Público deixou cada vez mais de determinar responsabilidade s penais individuais e, ao invés disso, formulou acusações idênticas contra grupos de réus, baseando-se fortemente em relatórios e testemunhos da polícia e das forças de segurança. A imparcialidade e a independência das investigações, portanto, tornaram-se objeto de questionamento.

Em outubro, o Presidente al-Sisi decretou que os tribunais militares podiam julgar civis por delitos contra “instalações públicas vitais”. Temia-se que a decisão levasse a um retorno dos injustos julgamentos coletivos de civis em tribunais militares, inclusive de manifestantes pacíficos e de estudantes universitários.

DIREITOS DAS MULHERES

As mulheres continuaram a sofrer discriminação na lei e na prática, sendo expostas a altos níveis de violência de gênero.

Em junho, o presidente Adly Mansour, pouco antes de terminar seu mandato, aprovou uma lei para combater o assédio sexual. Novas agressões sexuais cometidas por multidões de homens contra mulheres na Praça Tahrir, no centro do Cairo, durante a posse do presidente al-Sisi, levaram o novo governo a prometer que tomaria providências a esse respeito. As autoridades anunciaram medidas para combater a violência contra a mulher, como melhores práticas policiais e campanhas públicas de conscientização; entretanto, essas medidas não haviam se materializado até o fim do ano.

Direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais

Homens suspeitos de ter relações sexuais consensuais com outros homens, assim como transgêneros, enfrentaram prisão e processos por prostituição e acusações de imoralidade pública sob a Lei de Depravação (Lei 10 de 1961). As autoridades submeteram alguns deles a exames anais forçados, os quais violam a proibição de tortura e outros maus-tratos.

As forças de segurança prenderam mais de 30 homens durante uma batida a uma casa de banho no Cairo em novembro, e o julgamento de 26 deles por “depravação” começou em dezembro.

Em outro caso, oito homens foram condenados em novembro a três anos de prisão por terem assistido a um suposto casamento de pessoas do mesmo sexo a bordo de um barco no Nilo. Em dezembro, um tribunal de recursos reduziu essa pena para um ano.

DISCRIMINAÇÃO – MINORIAS RELIGIOSAS

As autoridades não combateram a discriminação contra minorias religiosas, como cristãos coptas, muçulmanos xiitas, e baha’-ís. Comunidades de cristãos coptas, em

particular, relataram novos ataques sectários e tiveram restrições para construir e manter seus locais de culto.

DIREITO À MORADIA – REMOÇÕES FORÇADAS

As forças de segurança removeram forçosamente milhares de pessoas de suas casas no Cairo e em Rafah, sem informá-las previamente nem oferecer habitações alternativas ou compensação adequada.⁵

DIREITOS DE REFUGIADOS E MIGRANTES

As autoridades não respeitaram os direitos de refugiados, solicitantes de asilo e migrantes. Em agosto, repatriaram à força 13 refugiados palestinos à Síria, além de 180 sírios à Síria, ao Líbano e à Turquia. Pelo menos seis foram enviados de volta a Gaza em dezembro. Outros refugiados da Síria foram presos de modo arbitrário e detidos ilegalmente.

As forças de segurança prenderam refugiados, requerentes de asilo e migrantes que tentavam entrar ou sair do Egito irregularmente, às vezes usando força excessiva. Grupos criminosos operando no Sinai supostamente também detiveram refugiados, requerentes de asilo e migrantes.

PENA DE MORTE

A pena de morte foi usada numa escala sem precedentes. Os tribunais impuseram penas capitais, muitas *in absentia*, após julgamentos totalmente injustos. A maior parte dos sentenciados foi condenada por ter participado de violência durante os distúrbios políticos em 2013. Dentre eles estavam muitos membros e apoiadores da Irmandade Muçulmana. As primeiras execuções desde 2011 foram realizadas em junho.

Um tribunal de El Minya, no Alto Egito, condenou à morte 37 réus em abril, incluindo pelo menos dois menores, e mais 183 em junho, após julgamentos flagrantemente injustos. Eles foram acusados de ataques contra delegacias de polícia em 2013⁶. O tribunal recomendou a pena de morte para

mais de 1.200 réus, mas reverteu a decisão após consultar o grande mufti, um processo que, segundo a legislação egípcia, deve ocorrer antes que um tribunal pronuncie formalmente a sentença.

1. Egypt: End wave of home demolitions, forced evictions in Sinai amid media blackout (News story)
www.amnesty.org/en/news/egypt-end-wave-home-demolitions-forced-evictions-sinai-amid-media-blackout-2014-11-27
2. Egypt: End military trial of journalists (News story)
www.amnesty.org/en/news/egypt-end-military-trial-journalists-2014-02-25
3. 'The walls of the cell were smeared with blood' – third anniversary of Egypt's uprising marred by police brutality (News story)
www.amnesty.org/en/news/walls-cell-were-smeared-blood-third-anniversary-egypt-s-uprising-marred-police-brutality-2014-0
4. Egypt: Rampant torture, arbitrary arrests and detentions signal catastrophic decline in human rights one year after ousting of Morsi (NWS 11/125/2014)
www.amnesty.org/en/news/egypt-anniversary-morsi-ousting-2014-07-02
5. Egypt: Further information: Evicted families attacked by security forces (MDE 12/011/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/MDE12/011/2014/en
6. Egypt sentences a further 183 people to death in new purge of political opposition (NWS 11/117/2014)
www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/egypt-sentences-further-183-people-death-new-purge-political-opposition-201

EL SALVADOR

REPÚBLICA DE EL SALVADOR

Chefe de Estado e de governo: **Salvador Sánchez Cerén** (sucedeu Carlos Mauricio Funes Cartagena em junho)

A proibição absoluta do aborto se manteve e a legislação para combater a violência contra as mulheres foi pouco aplicada. A impunidade pelas violações de direitos humanos cometidas durante o conflito de

1980-1992 persistiu, apesar de algumas medidas tomadas para combatê-la.

INFORMAÇÕES GERAIS

O presidente Sánchez Cerén, da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, tomou posse.

Houve um aumento acentuado dos crimes violentos. Fontes oficiais registraram 1.857 homicídios nos primeiros seis meses de 2014; o número referente ao mesmo período de 2013 foi 1.048. Acredita-se que o aumento se deva ao suposto rompimento de uma trégua entre gangues criminosas rivais.

Em junho, a Assembléia Legislativa ratificou emendas à Constituição reconhecendo formalmente os direitos dos povos indígenas e as obrigações do Estado de fazê-los valer.

A ratificação de acordos internacionais fundamentais, como a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura, a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados e a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas ainda não havia sido efetuada até o fim do ano.

Durante o exame da situação dos direitos humanos em El Salvador, em virtude da Revisão Periódica Universal da ONU, em outubro de 2014, os Estados fizeram um apelo para que o país ratificasse esses instrumentos internacionais. Diversos Estados também recomendaram que El Salvador descriminalize o aborto e disponibilize abortos seguros, sobretudo nos casos em que a vida ou a saúde da mulher esteja em risco ou quando a gravidez tenha resultado de incesto ou estupro. Dois Estados recomendaram ainda que as mulheres encarceradas por terem feito aborto ou por terem sofrido aborto espontâneo sejam libertadas. El Salvador respondeu que examinaria as recomendações e apresentaria uma resposta na próxima

sessão do Conselho de Direitos Humanos em 2015.

DIREITOS DAS MULHERES

Entre janeiro e setembro, a polícia registrou 216 homicídios de mulheres, enquanto durante todo o ano de 2013 foram registrados 215.¹ Esses números indicam que a violência contra as mulheres voltou a crescer depois de um período de diminuição contínua desde 2011. Apesar de alguns bem-vindos progressos na aplicação da Lei Especial Integral para uma Vida Livre de Violência para as Mulheres, de 2012, poucos casos de homicídio foram processados como crime de feminicídio motivado por gênero.

No fim de 2014, a base de dados unificada para registrar a violência contra mulheres, prescrita na Lei Especial de 2012, ainda não estava funcionando, e havia somente um abrigo público para mulheres que precisam escapar de parceiros violentos.

No relatório que apresentou às Nações Unidas em 2014 sobre os avanços alcançados com relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o governo reconheceu que a proibição absoluta do aborto estava prejudicando os esforços para reduzir a mortalidade materna. Mesmo assim, a proibição total do aborto ainda vigorava no fim de 2014. O governo também reconheceu que fatores “sócio culturais” e econômicos, a falta de acesso a anticoncepcionais e a prevalência da violência contra mulheres e meninas impediam que os objetivos fossem alcançados.

Em dezembro de 2013, organizações de direitos humanos apresentaram uma petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado pelas graves violações de direitos humanos sofridas por uma mulher de 22 anos conhecida como “Beatriz”. Beatriz, que sofre de lúpus, teve negado um pedido de aborto apesar do risco de vida iminente da gestação e do conhecimento de que o feto, que não tinha partes do cérebro e do crânio, não sobreviveria fora do útero. Dois meses depois

de requisitar o tratamento médico de que necessitava, e após 23 semanas de gravidez, Beatriz pôde fazer uma cesariana. O feto sobreviveu apenas algumas horas.

Em abril, depois de esgotar outras vias legais, a ONG *Agrupación Ciudadana por la Despenalización del Aborto Terapéutico, Ético y Eugenésico* apresentou uma petição requerendo o indulto do Estado para 17 mulheres que haviam sido encarceradas por motivos relacionados à gravidez. Elas cumpriam penas de até 40 anos de prisão por homicídio doloso, tendo sido inicialmente indiciadas por fazer aborto. Seus casos suscitaram sérias preocupações relativas ao direito à não-discriminação e aos direitos ao devido processo e a um julgamento justo, inclusive o direito a uma defesa judicial efetiva. No fim de 2014, os processos ainda não haviam sido concluídos; o Congresso aguardava as recomendações da Suprema Corte de Justiça antes de se pronunciar.

IMPUNIDADE

A Lei de Anistia de 1993, que por mais de duas décadas tem assegurado a impunidade dos responsáveis pelas violações de direitos humanos cometidas durante o conflito de 1980-1992, continuou em vigor.

Tutela Legal, a divisão de direitos humanos do Arcebispo Católico, foi fechada sem aviso em setembro de 2013. Temia-se que seu extenso arquivo de evidências relativas a casos de direitos humanos não resolvidos da época do conflito armado interno pudesse não ser preservado. Sobreviventes e familiares das vítimas apresentaram uma contestação por meio de habeas corpus para ter acesso aos arquivos; o caso ainda aguardava decisão da Suprema Corte no fim de 2014.

O escritório da organização de direitos humanos Pro-Búsqueda, que trabalha para encontrar crianças que foram vítimas de desaparecimento forçado durante os anos de conflito, foi invadido por três homens armados em novembro de 2013. Durante a invasão, três funcionários foram mantidos

reféns enquanto materiais com informações eram queimados e computadores com dados sensíveis sobre os casos eram roubados. Os computadores roubados continham informações sobre três casos de desaparecimentos forçados que tramitavam na Suprema Corte. Dias antes do ataque, militares acusados de envolvimento nos desaparecimentos não compareceram a uma audiência sobre um dos casos.²

No fim de 2013, o Ministério Público reabriu a investigação sobre o massacre de El Mozote, em 1981, no qual mais de 700 civis, inclusive crianças e idosos, foram torturados e mortos pelos militares no vilarejo de El Mozote e em povoados vizinhos num período de três dias. No fim de 2014, a investigação prosseguia.

Em outubro de 2013, as autoridades emitiram um decreto criando um programa de reparações para sobreviventes que sofreram violações de direitos humanos durante o conflito.

Em fevereiro de 2014, a Suprema Corte ordenou que fosse aberta uma investigação sobre o massacre de San Francisco Angulo, no qual 45 pessoas, a maioria mulheres e crianças, foram mortas, supostamente por membros do exército, em 1981. A investigação prosseguia no fim do ano.

Em agosto, 32 anos após os eventos, o Estado finalmente reconheceu o massacre de El Calabozo, em 1982, quando mais de 200 pessoas foram mortas pelo exército. No entanto, até o fim de 2014, ninguém havia sido levado à Justiça para responder pelo crime.

Em outubro, em sua sentença no caso *Rochac Hernandez et al. vs. El Salvador*, a Corte Interamericana de Direitos Humanos considerou o Estado responsável por não investigar o desaparecimento forçado de cinco crianças entre 1980 e 1982, no contexto das operações de contra-insurgência militar durante o conflito.

1. À beira da morte: violência contra as mulheres e a proibição do aborto em El Salvador (AMR 29/003/2014)
www.anistia.org.br/wp-content/uploads/2014/09/AMR-29_004_2014-El-Salvador-Exe-Summary-POR-WEB.pdf
2. El Salvador: Human rights organization's office attacked (AMR 29/011/2013)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR29/011/2013/en

EQUADOR

República do Equador

Chefe de Estado e de governo: **Rafael Vicente Correa Delgado**

Defensores dos direitos humanos e críticos do governo continuaram sendo atacados e desacreditados. O direito dos povos indígenas à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado não foi cumprido.

INFORMAÇÕES GERAIS

Grandes manifestações contrárias às políticas governamentais continuaram bastante comuns. Em julho, grupos indígenas realizaram uma marcha até a capital, Quito, para protestar contra a aprovação de uma nova lei que regulamenta os recursos hídricos, a qual os índios afirmam não atender integralmente suas preocupações.

Em novembro de 2013, a Corte Nacional manteve uma decisão contrária à companhia petrolífera estadunidense Chevron por danos ambientais. O tribunal determinou que a Chevron pagasse um valor superior a 9,5 bilhões de dólares às comunidades indígenas da Amazônia que foram afetadas pelo problema. Em março, após uma ação judicial proposta pela Chevron nos Estados Unidos, uma corte federal do país proibiu que tribunais estadunidenses fossem usados para coletar a quantia designada para compensar os danos ambientais, alegando que a decisão judicial do tribunal equatoriano fora obtida

por meio de corrupção. Em outubro, as vítimas dos danos ambientais causados pela Chevron processaram os diretores da empresa no Tribunal Penal Internacional.

Sessenta pessoas, inclusive seis policiais acusados de tentar assassinar o Presidente, foram condenadas por participar de protestos policiais contra cortes nos salários em 2010. O governo considerou que os protestos constituíam tentativa de golpe. Outras 36 pessoas foram absolvidas.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Defensoras e defensores dos direitos humanos continuaram a ser atacados e difamados.

A Fundação Pachamama, uma organização que defende direitos indígenas e ambientais, permaneceu fechada após ter sido interditada pelas autoridades em dezembro de 2013, por meio de um decreto executivo que conferiu às autoridades amplos poderes para monitorar e dissolver ONGs. Nos dias anteriores ao fechamento, integrantes da Fundação Pachamama haviam participado de uma manifestação em frente ao Ministério da Energia.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em outubro, o governo pediu desculpas aos índios Quíchua de Sarayaku, reconhecendo que o Estado havia posto em risco suas vidas e suas fontes de subsistência quando, em 2002 e 2003, permitiu que uma empresa petroleira realizasse explorações em seu território. Em 2012, o povo Quíchua de Sarayaku venceu uma batalha jurídica na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Entretanto, no fim de 2014, o Equador ainda não havia concluído a remoção de 1,4 tonelada de explosivos deixada no território indígena, nem havia regulamentado o direito à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado de todos os povos indígenas, como determinado pela Corte Interamericana em 2012.

Os planos governamentais para explorar petróleo no Parque Nacional Yasuni, onde

vivem os índios Tagaeri e Taromenane, continuaram motivando protestos públicos. Em maio, a Confederação Quíchua do Equador (Ecuarunari), uma das principais organizações indígenas do país, ajuizou uma ação no Tribunal Constitucional argumentando que o governo não estava cumprindo as medidas cautelares outorgadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2006 em favor das comunidades indígenas Tagaeri e Taromenane. No fim de 2014, o Tribunal Constitucional ainda não havia se pronunciado sobre a ação.

REPRESSÃO ÀS DIFERENÇAS DE OPINIÃO

As autoridades seguiram reprimindo manifestações contrárias ao governo, ao que parece, para tentar dissuadir a oposição.

Em setembro, mais de 100 manifestantes foram detidos por até 15 dias por participarem de protestos contra o governo. Houve registros de choques entre os manifestantes e a polícia. Dezenas de pessoas detidas se queixaram de maus-tratos no momento da prisão e durante a custódia policial. Segundo os laudos médicos, vários detidos apresentavam escoriações e outros ferimentos causados por instrumentos incisivos. Até o fim do ano, nenhuma investigação sobre essas denúncias havia sido iniciada, e o Presidente rejeitou publicamente as alegações.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em janeiro, o jornal *El Universo* e o caricaturista Javier Bonilla (conhecido como Bonil) foram multados e obrigados a se retratar do conteúdo de uma caricatura, com base na Lei de Comunicações de 2013. O desenho retratava policiais realizando uma diligência de surpresa na casa do jornalista Fernando Villavicencio, crítico contundente do governo. Fernando Villavicencio foi um dos três indivíduos condenados em 2013 por “injúria judicial” contra o Presidente, cujas penas variavam entre 18 meses e seis anos

de prisão, posteriormente reduzidas para períodos de seis a 12 meses de cárcere. No fim de 2014, Villavicencio e um dos outros condenados ainda não haviam se apresentado à Justiça.

IMPUNIDADE

Em dezembro de 2013, a Assembleia Nacional aprovou uma lei garantindo o direito de reparação para familiares e vítimas de violações de direitos humanos cometidas entre 1983 e 2008, documentadas pela Comissão da Verdade criada em 2007.

Em janeiro de 2014, o ex-chefe de polícia Edgar Vaca foi preso nos Estados Unidos e aguarda extradição. Edgar Vaca está entre os 10 policiais e militares acusados de tortura e desaparecimentos forçados durante o governo do presidente Febres Cordero (1984 a 1988). Trata-se do primeiro caso em que membros das forças de segurança são julgados por crimes contra a humanidade.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O Novo Código Penal, que passou a vigorar em janeiro, manteve a criminalização do aborto em casos de estupro, a menos que a vítima apresente deficiência mental. As tentativas de descriminalizar o aborto para todas as vítimas de estupro encontraram forte oposição do Presidente, que ameaçou renunciar caso essa proposta fosse debatida na Assembleia Nacional. A proposta foi suspensa e três congressistas do partido governista sofreram sanções.

ESPANHA

Reino da Espanha

Chefe de Estado: **Rei Felipe VI de Borbón (sucedeu o Rei Juan Carlos I de Borbón em junho)**

Primeiro Ministro: **Mariano Rajoy**

Milhares de manifestações de protesto contra as medidas de austeridade impostas pelo governo foram organizadas durante o ano. As denúncias de abusos da polícia contra os manifestantes prosseguiram.

Milhares de migrantes, inclusive requerentes de asilo e refugiados, alguns em fuga da Síria, tentaram entrar de modo irregular nos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla a partir do Marrocos. Persistiram os informes de deportações ilegais e uso excessivo da força por parte dos guardas de fronteira espanhóis.

INFORMAÇÕES GERAIS

A Espanha ratificou em abril o Tratado sobre o Comércio de Armas e, em agosto, tornou-se o primeiro país a reformar seus regulamentos sobre a transferência de armas para incluir a “regra de ouro” que proíbe transferências quando há um risco real de que essas armas possam contribuir para violações de direitos humanos.

O ensino de direitos humanos deixou de ser obrigatório nos níveis fundamental e médio após as emendas na Lei de Educação aprovadas em dezembro de 2013.

No dia 9 de novembro, o governo catalão realizou uma consulta informal sobre o futuro político da Catalunha, desafiando uma decisão do Tribunal Constitucional que determinava a suspensão da consulta. Entre os participantes, 80% declararam seu apoio à independência.

Em 2014, não foram relatados ataques violentos da organização basca Euskadi Ta Askatasuna (ETA) depois que o grupo anunciou o fim da luta armada em 2011.

LIBERDADE DE REUNIÃO

No decorrer do ano, centenas de pessoas foram detidas ou multadas por participar de manifestações espontâneas e em grande parte pacíficas com mais de 20 pessoas.

A lei que regula o direito à liberdade de reunião não reconhecia o direito de realizar manifestações espontâneas.

No fim do ano, ainda tramitavam no Parlamento projetos de lei que visavam a emendar tanto o Código Penal quanto a Lei de Proteção da Segurança Cidadã. Se aprovadas, as leis restringirão ainda mais o exercício das liberdades de reunião e de expressão. O anteprojeto da Lei de Proteção da Segurança Cidadã, se aprovado, estabelecerá 21 delitos novos, como a disseminação não autorizada de imagens que possam pôr em risco operações policiais. Também permitiria a imposição de multas aos organizadores de manifestações espontâneas pacíficas e a quem demonstrar falta de respeito com os agentes de aplicação da lei.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Os agentes de aplicação da lei recorreram com frequência ao uso de força excessiva para dispersar e deter manifestantes.

Em abril, o Parlamento da Catalunha proibiu o uso de balas de borracha pela polícia catalã. Em anos anteriores, vários manifestantes pacíficos foram feridos gravemente por tiros de balas de borracha disparados pela polícia para dispersar aglomerações.

Em junho, o Ministério Público solicitou o encerramento da investigação sobre denúncias de abusos policiais apresentadas por 26 participantes da manifestação “Cercar o Congresso” em setembro de 2012. No fim de 2014, uma decisão judicial sobre o arquivamento do caso ainda era aguardada. Durante a manifestação, policiais não identificados espancaram manifestantes pacíficos com cassetetes, atiraram com balas de borracha e ameaçaram os jornalistas que cobriam os acontecimentos.

Em setembro, o juiz de instrução do caso de Ester Quintana decidiu formalmente processar dois agentes de aplicação da lei pelas graves lesões corporais que infligiram nela. Ela perdeu o olho esquerdo ao ser atingida por uma bola de borracha lançada pelos policiais durante uma manifestação em Barcelona em novembro de 2012.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

A Espanha continuou se recusando a adotar as recomendações de organismos internacionais de direitos humanos para que abolisse o uso da detenção em regime de incomunicabilidade para pessoas suspeitas de delitos relacionados ao terrorismo.

Até janeiro, pelo menos 63 integrantes do ETA haviam sido libertados em virtude de uma decisão de 2013 do Tribunal Europeu de Direitos Humanos no caso *Del Rio Prada v. Espanha*, segundo a qual a “Doutrina Parot” do Supremo Tribunal espanhol sobre crimes graves violava o direito à liberdade e à não aplicação de pena sem lei. Em 2006, o Supremo Tribunal havia proferido uma sentença que revertia a jurisprudência anterior, ao excluir a possibilidade de soltura antecipada para pessoas condenadas a penas consecutivas de prisão por acusações múltiplas.

DISCRIMINAÇÃO

Os agentes de aplicação da lei continuaram a efetuar abordagens para verificação de identidade com base em características étnicas e raciais. O projeto da Lei de Proteção da Segurança Cidadã continha uma disposição requerendo que as verificações de identidade respeitassem o princípio de não discriminação.

O Ministério do Interior publicou pela primeira vez os dados referentes a crimes de ódio durante o ano. Segundo o Ministério, 1.172 crimes de ódio foram registrados em 2013, a maioria motivada pela orientação sexual e pela identidade e etnia das vítimas. Mesmo assim, não se adotou um protocolo

para a identificação e o registro de incidentes discriminatórios pelos agentes de aplicação da lei. Nem todas as forças de segurança regionais forneceram dados sobre crimes de ódio.

Embora o Supremo Tribunal tenha decidido em 2013 que a proibição do uso de véu encobrindo todo o rosto nos edifícios municipais de cidade de Lleida fosse ilegal, legislações semelhantes foram adotadas ou propostas em vários municípios em 2014. Em julho, o governo catalão anunciou sua intenção de proibir o uso desses véus em locais públicos, mas até o fim do ano a legislação para isso não havia sido adotada.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

De acordo com o Ministério da Saúde, Políticas Sociais e Igualdade, 45 mulheres foram mortas por seus parceiros ou ex-parceiros durante o ano.

Em agosto, o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher constatou que a Espanha havia violado as obrigações que contraiu segundo a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher ao não proteger da violência doméstica Angela González e sua filha Andrea. Andrea foi morta por seu pai em 2003. Apesar de mais de 30 denúncias e vários pedidos de proteção, os tribunais haviam autorizado que o ex-parceiro de Angela fizesse visitas não supervisionadas a Andrea.

Estatísticas publicadas durante o ano revelaram uma queda acentuada no número de processos por denúncias de incidentes de violência de gênero, desde a entrada em vigor da Lei Orgânica de Medidas de Proteção Integral contra a Violência de Gênero em 2005. Embora o número de processos arquivados por falta de provas pelo tribunal especializado em violência de gênero tenha aumentado 158% entre 2005 e 2013, os apelos para uma revisão tanto da eficácia da lei quanto do tribunal especial foram ignorados.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Durante todo o ano, foram recebidas denúncias de tratamento ilegal de migrantes, refugiados e requerentes de asilo – inclusive de deportação ilegal para o Marrocos – e de uso excessivo da força pelos agentes de aplicação da lei nos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla. Até o fim do ano, mais de 1.500 refugiados sírios aguardavam sua transferência dos enclaves para o território continental. Em outubro, o Grupo Parlamentar do Partido Popular apresentou uma emenda ao projeto de Lei Orgânica de Proteção da Segurança Cidadã que legalizaria as expulsões sumárias de Ceuta e Melilla para o Marrocos.

Em fevereiro, um grupo de aproximadamente 250 migrantes, refugiados e requerentes de asilo provenientes da África subsaariana tentou cruzar a nado a fronteira marítima entre o Marrocos e Ceuta. Para impedi-los de chegar, agentes da Guarda Civil empregaram equipamentos antidistúrbio, como balas de borracha, munição de festim e lançadores de fumaça. Quinze pessoas se afogaram. Uma investigação judicial estava em curso no fim do ano.

Centenas de milhares de migrantes irregulares continuaram tendo seu acesso aos serviços de saúde negado em consequência da aplicação do Decreto-Lei real 16/2012. Com algumas exceções, os migrantes sem os devidos documentos tiveram que pagar para receber assistência médica, inclusive cuidados básicos de saúde. Em novembro, o Comitê Europeu de Direitos Sociais do Conselho da Europa enfatizou que o Decreto-Lei Real 16/2012 infringia a Carta Social Europeia.

Até o fim do ano, as autoridades haviam concedido proteção internacional a 1.205 pessoas. Somente 255 tiveram reconhecida a condição de refugiados. Apesar de o governo ter anunciado em dezembro de 2013 que reassentaria 130 refugiados sírios, nenhum havia sido reassentado até o fim de 2014.

CRIMES CONTRA O DIREITO INTERNACIONAL

As definições de desaparecimento forçado e tortura na legislação espanhola continuavam em desacordo com as normas internacionais de direitos humanos.

As emendas à legislação que regulava a jurisdição universal na Espanha, em vigor desde 14 de março, limitaram os poderes das autoridades espanholas para investigar os crimes de direito internacional, como genocídio, desaparecimentos forçados, crimes contra a humanidade e tortura, cometidos fora da Espanha. As reformas foram criticadas pelo Grupo de Trabalho da ONU sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários e pelo relator especial da ONU sobre a promoção da verdade, da justiça, da reparação e das garantias de não repetição.

IMPUNIDADE

O direito à verdade, à justiça e à reparação para as vítimas dos crimes cometidos durante a Guerra Civil (1936 a 1939) e o regime de Francisco Franco (1939 a 1975) continuou sendo negado. As autoridades espanholas não prestaram assistência adequada ao poder judiciário argentino, que exercia a jurisdição universal para investigar crimes de direito internacional cometidos no período franquista.

Em julho, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários exortou as autoridades espanholas a intensificarem seus esforços para determinar o destino e o paradeiro das pessoas desaparecidas durante o regime de Franco.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em setembro, o governo retirou um anteprojeto de lei, aprovado em dezembro de 2013, que teria introduzido uma série de obstáculos para a realização de abortos seguros e legais, possivelmente fazendo aumentar o número de mulheres e meninas que recorrem a procedimentos abortivos perigosos e clandestinos. Porém, o governo

reafirmou sua intenção de reformar a legislação em vigor e exigir o consentimento dos pais para as adolescentes entre 16 e 18 anos que queiram fazer um aborto legal.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Estados Unidos da América

Chefe de Estado e de governo: **Barack Obama**

O Presidente Obama reconheceu que houve prática de tortura após os atentados de 11 de setembro de 2001, com base em um programa secreto de detenção autorizado por seu antecessor e executado pela Agência Central de Inteligência (CIA). No entanto, ainda não houve qualquer prestação de contas ou reparação pelos crimes contra o direito internacional cometidos ao abrigo do programa. Em dezembro, foi divulgado o resumo, antes sob sigilo, de um relatório do Senado sobre o programa. Dezenas de pessoas continuaram em detenção militar por tempo indeterminado na base naval que os EUA mantém na Baía de Guantánamo, em Cuba, enquanto prosseguiram os julgamentos de alguns dos casos por comissões militares. Continuou causando preocupação o uso do regime de isolamento prolongado nas penitenciárias estaduais e federais, assim como o uso de força excessiva pela polícia. Trinta e três homens e duas mulheres foram executados no decorrer do ano.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 2014, os Estados Unidos se apresentaram aos três órgãos da ONU que monitoram o cumprimento dos tratados. Em abril, o Comitê de Direitos Humanos criticou os EUA por uma série de questões – como a falta de prestação de contas por

abusos cometidos no contexto do combate ao terrorismo, o regime de isolamento nas penitenciárias, as desigualdades raciais no sistema de justiça criminal, os assassinatos seletivos a partir de aviões teleguiados, o uso de força excessiva pelos agentes de aplicação da lei, o tratamento dado aos migrantes e a pena de morte.¹ Em agosto, o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial também fez diversas recomendações aos EUA. Em novembro, o Comitê contra a Tortura abordou uma série de questões similares em suas observações finais.²

IMPUNIDADE

Em agosto, o Presidente Obama reconheceu que os EUA recorreram à tortura em resposta aos atentados de 11 de setembro. Ele afirmou que a tortura foi praticada conforme “algumas” das “técnicas de interrogatório intensificadas” utilizadas no programa, e não apenas na forma de “asfixia com água” (simulação de execução por afogamento interrompido). Todavia, o Presidente manteve silêncio com relação à prestação de contas e à reparação por esses atos, refletindo a permanente recusa dos EUA em cumprir suas obrigações internacionais nessas questões. O presidente tampouco fez qualquer referência a desaparecimentos forçados, um crime de direito internacional a que foram submetidos a maioria, se não todos, os indivíduos detidos pelo programa secreto, alguns deles por anos.³

Em abril, o Comitê de Inteligência do Senado aprovou a divulgação de um resumo classificado como sigiloso de seu relatório sobre o programa secreto de detenção e interrogatório executado pela CIA entre 2002 e 2008. O resumo, um documento de 500 páginas, foi divulgado no dia 9 de dezembro e continha algumas informações novas relativas ao programa e às torturas e outros maus-tratos cometidos em seu escopo. O relatório completo com 6.700 páginas – contendo “detalhes de cada um dos detentos em custódia da CIA, das condições em que

foram detidos e de como foram interrogados” – permaneceu classificado como ultrasecreto.

COMBATE AO TERRORISMO – DETENÇÕES

No fim de 2014, 127 homens eram mantidos em Guantánamo, a maioria sem acusação ou julgamento. Quase a metade deles teve sua transferência para fora da base aprovada, a maior parte desde janeiro de 2010 ou antes. No decorrer do ano, 28 detentos foram transferidos da base, depois dos 11 que já haviam sido transferidos em 2013.

A transferência para o Qatar, em maio, de cinco afegãos que ficaram detidos em Guantánamo por mais de uma década, em troca de um soldado estadunidense mantido sob custódia do Talibã por cinco anos, provocou a oposição dos congressistas ao objetivo declarado do Presidente Obama de fechar esse centro de detenção.⁴

Alguns detentos entraram em greve de fome durante o ano, mas não na mesma proporção que em 2013.⁵ A transparência oficial com relação às greves de fome continuou sendo questionada, depois de uma decisão política tomada no fim de 2013 de não mais divulgar o número de detentos que recorrem a esse tipo de protesto. Em maio de 2014, por força de um recurso judicial, o governo revelou que possuía gravações em vídeo, classificadas como secretas, da retirada à força da cela e da alimentação forçada de Abu Wa’el Dhiab, um homem sírio mantido na base apesar de sua transferência estar aprovada desde 2009. Em outubro, com a oposição do governo, o juiz de um Tribunal Distrital ordenou que as evidências gravadas em vídeo fossem acessadas e que determinadas informações fossem transcritas das fitas. O governo recorreu da decisão e, no fim do ano, o caso aguardava o pronunciamento da Corte de Apelações.

Em novembro, o governo dos EUA afirmou ao Comitê da ONU contra a Tortura que, ao contrário das posições tomadas anteriormente pelo governo estadunidense, os EUA agora haviam decidido que a Convenção contra

a Tortura se aplicava a Guantánamo e às embarcações e aeronaves registradas em nome do país.

Em fevereiro, Ahmed Mohammed al Darbi, um cidadão saudita preso por autoridades civis no Azerbaijão em junho de 2002 e transferido à custódia dos EUA dois meses depois, declarou-se culpado durante uma audiência com o juiz de uma comissão militar em Guantánamo e concordou em não processar os EUA por causa do tratamento que recebeu enquanto em custódia. Sua condenação elevou para oito o número de detidos condenados por comissões militares desde que as detenções tiveram início em Guantánamo em 2002. Desses oito, seis foram condenados com base em negociação de culpa durante sua detenção provisória.

Prosseguiram os procedimentos das comissões militares contra cinco indivíduos detidos provisoriamente em Guantánamo – Khalid Sheikh Mohammed, Walid bin Attash, Ramzi bin al-Shibh, Ali Abd al-Aziz e Mustafa al Hawsawi – acusados de participação nos atentados de 11 de setembro. Os cinco homens mais Abd al-Rahim al-Nashiri, denunciado em 2011 em processo com pena capital por participação no atentado contra o navio de guerra *USS Cole* no Iêmen em 2000, foram mantidos em regime de incomunicabilidade sob custódia secreta dos EUA por quase quatro anos antes de serem transferidos para Guantánamo em 2006. No fim de 2014, os julgamentos ainda não haviam iniciado.

O cidadão iraquiano Abd al Hadi al-Iraqi, que teria sido preso na Turquia em outubro de 2006, transferido à custódia dos EUA, detido secretamente pela CIA e transferido para Guantánamo em abril de 2007, foi processado em junho. Seu julgamento por acusações previstas na Lei de Comissões Militares ainda não havia começado no fim ano.

Em maio, o assessor jurídico do Departamento de Defesa dos EUA declarou que o governo continuava a usar a Autorização do Uso de Força Militar de

2001 para embasar suas operações no Afeganistão e em Guantánamo, bem como as “operações de captura ou eliminação” de pessoas em outros lugares. Ele citou o caso do cidadão líbio Nazih Abdul-Hamed al-Ruqai, também conhecido por Abu Anas al-Libi, como exemplo de uma operação baseada nessa autorização. Abu al-Libi foi sequestrado em Trípoli, na Líbia, por forças estadunidenses em 5 de outubro de 2013, e interrogado a bordo do navio *USS San Antonio* antes de ser levado aos EUA e acusado de participação nos atentados de 1998 contra duas embaixadas dos Estados Unidos no Quênia e na Tanzânia.

O advogado de Abu al-Libi declarou em juízo em 2014 que o sequestro havia sido efetuado “com o uso de força física extrema e brutal” e que depois de arrancar o suspeito de seu carro e usar nele “armas do tipo Taser”, as forças dos EUA vendaram seus olhos e o “subjugaram, amordaçaram e amarraram”. No navio, ele foi detido incomunicável e interrogado diariamente por uma semana por agentes da CIA e outros. Ele afirma ter sido efetivamente submetido a privação de sono, por meio de sessões de interrogatório consecutivas e prolongadas. Sua detenção em regime de incomunicabilidade e suas sessões de interrogatório foram interrompidas devido a uma enfermidade potencialmente fatal. No fim do ano, o julgamento ainda não havia terminado, mas, no dia 31 de dezembro, ele foi levado ao hospital, onde veio a falecer no dia 2 de janeiro de 2015.

As forças estadunidenses capturaram Ahmed Abu Khatallah próximo a Bengazi, no leste da Líbia, no dia 15 de junho. Em 17 de junho, o governo dos EUA comunicou o Conselho de Segurança da ONU que as operações estadunidenses para prender Ahmed Khatallah foram conduzidas com base no “direito inerente dos EUA de se defender”, tendo em vista que ele “continuava a planejar novos ataques armados contra pessoas estadunidenses”. A carta não fornecia qualquer informação sobre o suposto plano,

impossibilitando que se avaliasse a alegação de legítima defesa dos EUA. Em outubro, Ahmed Khatallah foi acusado de delitos puníveis com a pena de morte relativos a um atentado contra a missão diplomática dos EUA em Bengazi em 2012, na qual foram mortos quatro cidadãos estadunidenses. No fim do ano, ele estava detido provisoriamente em regime de incomunicabilidade no estado da Virginia.

No decorrer do ano, os detentos não afegãos que permaneciam sob detenção militar dos EUA na base aérea de Bagram, no Afeganistão, foram transferidos para a custódia de outros governos. Em agosto, dois cidadãos iemenitas mantidos em custódia dos EUA no Afeganistão por mais de uma década foram transferidos para o Iêmen.

Em novembro, um cidadão russo que havia estado sob custódia militar dos EUA em Bagram desde 2009 foi transferido para os EUA para ser processado por terrorismo em um tribunal federal. Ireq Ilgiz Hamidullin tornou-se o primeiro detento a ser transferido de Bagram diretamente para os EUA, quase 13 anos depois de começarem as detenções nessa base.

O cidadão tunisiano Redha al Najar foi transferido da custódia afegã em 10 de dezembro, um dia após a divulgação do resumo do relatório do Comitê de Inteligência do Senado, no qual seu caso constava como um dos que foram submetidos a tortura em um centro secreto da CIA no Afeganistão em 2002. No dia 11 de dezembro, o Departamento de Defesa declarou que o centro de detenção de Bagram havia sido fechado.

Em novembro, o Presidente Obama afirmou que o Congresso e o governo seguiam discutindo como “ajustar o escopo e atualizar” a Autorização do Uso de Força Militar a fim de fazê-la “servir à luta atual, e não a lutas anteriores”.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

Dezenas de milhares de presos continuaram em regime de isolamento nas penitenciárias

estaduais e federais dos EUA, confinados dentro de celas por 22 a 24 horas diárias, com total privação de contato social e ambiental.

Em fevereiro, o Subcomitê Judicial do Senado realizou uma segunda audiência sobre o regime de isolamento. O senador Durbin, que presidiu a audiência e pediu reformas urgentes dessa prática, durante o ano também pressionou pela criação de uma nova penitenciária federal que ampliaria o número de celas federais de isolamento. O relatório da Anistia Internacional sobre o uso de celas de isolamento no âmbito federal concluiu que as condições na única penitenciária de segurança máxima que funciona atualmente em Florence, estado de Colorado, violavam as normas sobre tratamento humanitário dos reclusos.⁶

Em outubro, chegou-se a um acordo com relação a uma ação coletiva em nome de mais de 33 mil presos das penitenciárias estaduais do Arizona. Conforme os termos do acordo, o Departamento Penitenciário do Arizona permitirá que os reclusos em regime de isolamento que apresentem distúrbios mentais graves possam ter mais tratamentos para a saúde mental e mais tempo fora das celas.

PENA DE MORTE

Trinta e três homens e duas mulheres foram executados em 2014. Incluindo a execução de 38 homens e uma mulher em 2013, um total de 1.394 pessoas foram executadas desde que a Suprema Corte dos EUA aprovou novas leis para a pena capital em 1976.

O número de execuções em 2014 foi o mais baixo desde 1994. Os constantes problemas enfrentados pelos estados para conseguir as drogas necessárias para aplicar injeções letais, assim como as preocupações com várias execuções “malsucedidas” contribuíram para a redução. As 79 sentenças de morte proferidas em 2013 e um número semelhante referente a 2014 representam uma queda de aproximadamente dois terços desde

meados da década de 1990. No fim do ano, pouco mais de três mil homens e cerca de 55 mulheres permaneciam no corredor da morte.

Essa onda contrária à pena de morte ganhou novo ímpeto em fevereiro quando o governador do estado de Washington anunciou que não permitiria que execuções fossem levadas a cabo no estado durante seu mandato. Antes disso, em 2013, Maryland já havia abolido a pena de morte, elevando para 18 o número de estados abolicionistas, com fortes indicações de que o Colorado também não realizaria nenhuma execução enquanto o atual governador estivesse no cargo.

Em 2014, execuções foram efetivadas em sete estados, dois a menos que em 2013. Quatro estados sozinhos – Florida, Missouri, Oklahoma e Texas – contabilizaram 89% do número de mortes por via judicial no país em 2014. Até o fim de 2014, o Texas havia sido responsável por 37% de todas as execuções levadas a cabo nos EUA desde 1976. O Texas executou um maior número de pessoas por crimes cometidos quando tinham 17, 18 ou 19 anos do que qualquer outro estado executou no total.⁷

No dia 27 de maio, a Suprema Corte dos EUA esclareceu as proteções oferecidas aos réus sujeitos à pena capital que apresentem deficiência intelectual (anteriormente referida nos EUA como “retardo mental”). A Corte decidiu que a legislação da Florida requerendo que um réu sujeito à pena capital demonstre um QI de valor 70 ou menor era inconstitucional, pois impedia a apresentação de outras provas além do QI que pudessem demonstrar que o réu possui faculdades mentais limitadas.⁸

Os advogados de Ramiro Hernandez Llanas, um cidadão mexicano no corredor da morte do Texas, haviam tentado suspender a execução até depois da decisão da Suprema Corte, a fim de que seu impacto sobre o caso de seu cliente pudesse ser avaliado. Porém, a suspensão não foi concedida e ele foi executado no dia 9 de abril, apesar da reivindicação contundente de que sua

deficiência intelectual tornava ilegal a execução. Em janeiro, o Texas executou outro cidadão mexicano, em violação a uma ordem do Tribunal Internacional de Justiça e apesar de a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ter concluído que ele fora privado de um julgamento justo. Após ser preso, Edgar Arias Tamayo teve seu direito de recorrer à assistência consular negado.

Em janeiro, a Florida executou Askari Abdullah Muhammad (anteriormente denominado Thomas Knight), que havia passado quatro décadas no corredor da morte e apresentava um longo histórico de distúrbios mentais graves. Em setembro, Earl Ringo, cidadão estadunidense afrodescendente, foi executado no estado de Missouri apesar das alegações de que o fator racial havia contaminado seu processo; ele foi condenado à morte por um júri composto inteiramente de pessoas brancas, num julgamento em que o advogado de defesa, o juiz e o promotor também eram brancos.

Durante o ano, sete reclusos que já haviam sido condenados foram libertados em razão de sua inocência, elevando para 150 o número de ocorrências desse tipo nos EUA desde 1973.

DIREITOS DAS CRIANÇAS – PRISÃO PERPÉTUA SEM DIREITO À CONDICIONAL

Réus que tinham menos de 18 à época do crime continuaram sendo submetidos à prisão perpétua sem a possibilidade de obter liberdade condicional (prisão perpétua sem condicional). Os estados reagiram de maneiras distintas à decisão de 2012 da Suprema Corte no caso *Miller v. Alabama*, que tornava ilegal a prisão perpétua sem condicional para essa faixa etária. Até outubro de 2014, oito cortes superiores estaduais haviam concluído que a decisão do caso *Miller* tinha efeito retroativo, enquanto outros quatro estados concluíram o contrário. Em dezembro, a Suprema Corte dos EUA concordou em rever o recurso de um preso sentenciado a prisão perpétua

sem condicional, com base no programa de sentenciamento compulsório da Louisiana, por um crime cometido quando ele tinha 17 anos, a fim de decidir sobre a retroatividade decorrente do caso *Miller*. No fim do ano, o caso ainda não havia sido decidido.

Em agosto, a Associação Correccional Americana adotou uma resolução contrária à aplicação da pena de prisão perpétua sem condicional a quem tivesse menos de 18 anos à época do crime e em apoio a “políticas de sentenciamento que cobrem responsabilidade dos jovens infratores de modo proporcional a sua idade, concentrando-se em sua recuperação e reinserção na sociedade”.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Pelo menos 35 pessoas em 18 estados morreram depois de atingidas por armas de eletrochoque usadas pela polícia, elevando para 602 o número dessas mortes desde 2001. Dispositivos de eletrochoque foram relacionados como causa ou fator contribuinte em mais de 60 mortes. A maioria das pessoas que morreram depois de atingidas por esses dispositivos não estavam armadas e não pareciam apresentar grave ameaça quando as armas de eletrochoque foram utilizadas.

Michael Brown, um jovem afrodescendente de 18 anos, foi alvejado de modo fatal pelo policial Darren Wilson em Ferguson, estado de Missouri, no dia 9 de agosto. O episódio desencadeou uma série de protestos durante vários meses tanto em Ferguson quanto em lugares próximos. O uso de pesadas indumentárias antidistúrbio e de armas e equipamentos de uso militar para o policiamento de manifestações visava a intimidar os manifestantes que exerciam seu direito de reunião pacífica, enquanto que o uso de balas de borracha, gás lacrimogêneo e outras táticas agressivas de dispersão não se justificava, tendo ferido jornalistas e manifestantes.

Vários outros incidentes demonstraram a necessidade de uma revisão das normas

relativas ao uso da força nos EUA. Dentre esses, as mortes de Kajieme Powell, um homem negro de 25 anos, que foi morto a tiros pela polícia municipal de St. Louis no dia 19 de agosto, em circunstâncias que, conforme as imagens gravadas do incidente, aparentavam contradizer a versão oficial dos eventos apresentada inicialmente; Ezell Ford, de 25 anos, homem negro que estava desarmado e possuía um histórico de doenças mentais, morto a tiros por policiais de Los Angeles no dia 11 de agosto; e Eric Garner, de 43 anos, também negro, que morreu asfixiado em 17 de julho ao ser dominado por uma chave-de-braço aplicada por policiais do Departamento de Polícia de Nova York, quando tentavam prendê-lo por venda ilegal de cigarros avulsos. Depois que um grande júri se recusou a retornar o indiciamento no caso Garner em 3 de dezembro, o ministro da Justiça dos EUA anunciou que seria aberta uma investigação por suposta violação de direitos civis relativa a sua morte.

DIREITOS DOS MIGRANTES – MENORES DESACOMPANHADOS

Em 2014, mais de 50 mil crianças migrantes desacompanhadas foram apreendidas ao cruzarem a fronteira Sul dos EUA, inclusive algumas de cinco anos de idade. A Patrulha de Fronteira dos Estados Unidos manteve menores desacompanhados detidos por dias ou semanas, em condições insalubres e sem acesso a assistência judiciária, tradutores ou atenção médica adequada.

-
1. Loud and clear: UN Human Rights Committee makes wide-ranging recommendations to USA (AMR 51/022/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR51/022/2014/en
 2. USA should 'put its money where its mouth is' and implement UN Committee against Torture findings (AMR 51/055/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR51/055/2014/en
 3. USA: 'We tortured some folks': The wait for truth, remedy and accountability continues as redaction issue delays release of senate report on CIA detentions (AMR 51/046/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR51/046/2014/en

4. USA: 'We have the ability to do things': President and Congress should apply human rights principles and close Guantánamo (AMR 51/036/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR51/036/2014/en
5. USA: "I have no reason to believe that I will ever leave this prison alive": Indefinite detention at Guantánamo continues; 100 detainees on hunger strike (AMR 51/022/2013)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR51/022/2013/en
6. Entombed: Isolation in the US federal prison system, AMR 51/040/2014
www.amnesty.org/en/library/info/AMR51/040/2014/en
7. USA: "He could have been a good kid": Texas set to execute third young offender in two months (AMR 51/027/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR51/027/2014/en
8. USA: "The Nation we aspire to be" (AMR 51/034/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR51/034/2014/en

FRANÇA

República Francesa

Chefe de Estado: **François Hollande**

Chefe de governo: **Manuel Valls (sucedeu Jean-Marc Ayrault em março)**

Migrantes de etnia romani (ciganos) continuaram a ser removidos à força de assentamentos informais; geralmente, indivíduos e comunidades não eram consultados nem recebiam oferta de acomodação alternativa adequada. Persistiram as preocupações com a imparcialidade e a eficácia das investigações sobre denúncias de maus-tratos por parte da polícia. Em 2013, após uma mudança na legislação, casais do mesmo sexo puderam contrair casamento civil.

DISCRIMINAÇÃO – CIGANOS

Oficialmente, mais de 19 mil pessoas viviam em 429 assentamentos informais no começo do ano. Na maioria, eram migrantes ciganos da Romênia, da Bulgária e da ex-Iugoslávia. No decorrer de todo o ano, as autoridades

francesas continuaram a removê-los à força. Segundo a Liga de Direitos Humanos e o Centro Europeu dos Direitos do Povo Cigano, mais de 11 mil pessoas foram removidas à força nos primeiros nove meses do ano.

Em 31 de janeiro, o ministro da Habitação anunciou um plano para prover soluções habitacionais de longo prazo para os moradores de assentamentos informais. Em 28 de fevereiro, foi assinado um acordo entre o governo e a Adoma, um provedor de moradia financiado com fundos públicos, possibilitando a oferta de habitações alternativas para algumas comunidades removidas de assentamentos informais.

Apesar desses acontecimentos, a maioria dos indivíduos e famílias removidas, segundo consta, não recebeu qualquer alternativa de moradia. No dia 18 de junho, por exemplo, cerca de 400 pessoas foram removidas à força de La Parette, o maior assentamento informal de Marselha. Somente 18 famílias (150 pessoas) receberam alguma oferta de moradia alternativa.

Em 21 de outubro, mais de 300 pessoas foram removidas à força do assentamento informal de Coquetiers, em Bobigny, um subúrbio de Paris, após uma ordem de despejo do município. Segundo as autoridades, soluções de realojamento foram oferecidas a 134 indivíduos. Mais de 100 pessoas teriam deixado o assentamento ainda antes da remoção, pois não lhes foi oferecida qualquer alternativa de alojamento. Aproximadamente 60 indivíduos foram removidos à força e depois receberam oferta de alojamento de curto prazo em Paris.¹

Apesar de as autoridades não coletarem dados oficiais sobre crimes de ódio contra ciganos, organizações da sociedade civil registraram vários ataques violentos contra pessoas dessa etnia. Continuou preocupante o fato de as autoridades geralmente não levarem em conta quaisquer motivos discriminatórios na investigação desses casos. A investigação criminal contra quatro policiais que feriram um homem cigano em novembro de 2011, quando executavam uma

remoção forçada em Marselha, prosseguia no fim do ano.²

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

No dia 18 de maio de 2013, o casamento civil passou a ser disponibilizado a todos os casais, independentemente de gênero. Os direitos de adoção foram estendidos a casais de mesmo sexo que contraem matrimônio.

Apesar de o governo ter se comprometido várias vezes a reformar práticas abusivas, pessoas transgênero continuaram sendo submetidas a diagnósticos psiquiátricos e a tratamentos médicos desnecessários, como cirurgias e esterilizações, para obterem o reconhecimento legal de seu gênero.³

DISCRIMINAÇÃO – MUÇULMANOS

Duas sentenças proferidas durante o ano desrespeitaram o direito das mulheres muçulmanas às liberdades de expressão, religião e crença, e não discriminação. Em 25 de junho, o Tribunal de Cassação concluiu que a administração de um jardim de infância não havia discriminado uma funcionária muçulmana quando, em 2008, ela foi demitida por usar o véu islâmico no local de trabalho. Em 1º de julho, no caso *S.A.S. vs. França*, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que uma lei de 2011 proibindo o encobrimento completo da face em público não constituía uma restrição desproporcional do direito à liberdade de religião.⁴

FORÇAS POLICIAIS E DE SEGURANÇA

Em 2013, o Defensor dos Direitos, um órgão público independente, tratou de quase 1.000 denúncias relativas a atos de violência praticados pela polícia. Entretanto, persistiram as preocupações com a imparcialidade e a eficácia das investigações dessas denúncias pelas autoridades judiciais.

Em fevereiro de 2014, o Tribunal de Cassação reabriu o processo de Ali Ziri, um homem argelino que morreu sob custódia

em 2009. O processo havia sido arquivado em 2012. Em 19 de novembro, o procurador geral do ministério público solicitou ao Tribunal de Recursos de Rennes uma investigação mais aprofundada do caso. Em 12 de dezembro, porém, a Câmara de Instrução do Tribunal de Recursos de Rennes confirmou a decisão de 2012 de arquivar o processo.

Em 23 de setembro, Raymond Gurême, um nômade francês de 89 anos, sofreu vários ferimentos que teriam sido causados pelo uso de força excessiva durante uma operação policial no local em que ele vivia. Uma investigação estava em curso no fim do ano.

Em 26 de outubro, Rémi Fraisse, de 21 anos, foi ferido fatalmente por uma granada antidistúrbio, lançada por agentes da Gendarmaria Nacional durante uma manifestação contra o projeto da barragem de Sivens na região de Tarn. Cerca de outras 20 denúncias de maus-tratos por parte da polícia teriam sido protocoladas pelas pessoas que protestaram contra o projeto. Em 2 de dezembro, uma investigação interna concluiu que os agentes da Gendarmaria Nacional agiram dentro da lei. Entretanto, a investigação suscitou preocupações sobre sua imparcialidade e eficácia.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em 24 de outubro, o Tribunal de Recursos de Lyon autorizou a extradição de Mukhtar Ablyazov, líder opositorista e banqueiro cazaque, para a Rússia, de onde ele poderia ser repatriado à força para o Cazaquistão. No fim do ano, um recurso ainda não havia sido julgado pelo Tribunal de Cassação. Caso extraditado, ele corria o risco de ser submetido a um julgamento injusto na Rússia e à tortura ou outros maus-tratos no Cazaquistão.⁵

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

No dia 16 de outubro de 2013, o Presidente Hollande anunciou que 500 refugiados sírios seriam reassentados na França no

decorrer de 2014. Entre 300 e 350 foram reassentados até o fim do ano. Em 27 de março, 85 cidadãos sírios teriam sido abordados pela polícia ao chegarem à estação de trem Gare de Lyon em Paris. Eles não tiveram a oportunidade de reivindicar asilo e receberam um mês de prazo para deixar a França.

Também em março, uma circular do ministro do Interior relativa a migrantes sem documentos instruiu as autoridades a deportar os cidadãos estrangeiros cujos pedidos de asilo tivessem sido rejeitados pela Agência Francesa para a Proteção de Refugiados e Apátridas (OFPRA) por meio do procedimento prioritário de concessão de asilo. Embora fosse possível recorrer dessas decisões perante o Tribunal Nacional do Direito de Asilo, o recurso não tinha o efeito de suspender a deportação. Um projeto de lei que visava a reformar os procedimentos de asilo foi aprovado pela Assembleia Nacional e tramitava no Senado.

No dia 10 de julho, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que a recusa das autoridades francesas em emitir vistos que possibilitassem a reunificação familiar dos filhos de dois refugiados e três migrantes com residência na França violava o direito dos demandantes à vida familiar.

Em outubro, mais de 2.500 migrantes e requerentes de asilo, sobretudo do Afeganistão, da Etiópia, da Eritreia e da Síria, estavam vivendo em condições extremamente precárias na região de Calais. A maioria tentava chegar ao Reino Unido. Em maio, as autoridades removeram à força 700 migrantes e requerentes de asilo de assentamentos informais nessa região, depois de um suposto surto de sarna.⁶ No fim do ano, estava sendo debatida a abertura de um novo centro de recepção.

JUSTIÇA INTERNACIONAL

Em 14 de março, o cidadão ruandês e ex-chefe do serviço de inteligência de Ruanda, Pascal Simbikangwa, foi sentenciado pela Corte de Assise em Paris a 25 anos

de prisão por genocídio e cumplicidade em crimes contra a humanidade perpetrados no contexto do genocídio de Ruanda em 1994. Foi o primeiro caso a ser julgado com base na competência extraterritorial desde a criação, em 2012, de uma unidade de investigação especializada incumbida de lidar com casos envolvendo genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. No fim do ano, a unidade estava investigando mais de 30 supostos crimes cometidos no exterior.

LIBERDADE DE REUNIÃO

Diversas manifestações relativas à situação de Gaza, inclusive duas manifestações programadas para acontecer em Paris nos dias 19 e 26 de julho, foram proibidas por motivos de segurança. Apesar da proibição, as manifestações foram realizadas. Embora alguns incidentes de violência tenham ocorrido, as preocupações se centraram na necessidade e proporcionalidade da decisão de proibi-las.

-
1. France: Bobigny forced eviction set to leave Roma families homeless (News story)
www.amnesty.org/en/news/france-bobigny-forced-eviction-set-leave-roma-families-homeless-2014-10-20
 2. "We ask for justice": Europe's failure to protect Roma from racist violence (EUR 01/007/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR01/007/2014/en
 3. The state decides who I am: Lack of legal gender recognition for transgender people in Europe (EUR 01/001/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR01/001/2014/en
 4. European Court ruling on full-face veils punishes women for expressing their beliefs (News story)
www.amnesty.org/en/news/european-court-ruling-full-face-veils-punishes-women-expressing-their-religion-2014-07-01
 5. France: Stop extradition of Kazakhstani opposition activist at risk of torture (News story)
www.amnesty.org/en/news/france-stop-extradition-kazakhstani-opposition-activist-risk-torture-2014-10-24
 6. France: Forced evictions add to climate of fear amid alleged hate crimes (EUR 21/003/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR21/003/2014/en

GRÉCIA

República Helênica

Chefe de Estado: **Karolos Papoulias**

Chefe de governo: **Antonis Samaras**

As denúncias de uso excessivo da força e de maus-tratos por parte de agentes da lei persistiram e continuaram sendo investigadas de modo inadequado. As condições de detenção permaneceram bastante precárias. O período máximo para a detenção administrativa de migrantes irregulares foi estendido para mais de 18 meses. Prosseguiu a prática ilegal da devolução imediata de migrantes na fronteira entre a Grécia e a Turquia. Novas leis sobre crimes de ódio foram adotadas em setembro, em meio a preocupações crescentes com os níveis de violência racista.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em outubro, o Ministério Público propôs o indiciamento de 67 membros e líderes do Aurora Dourada, um partido de extrema direita, por formarem, dirigirem e participarem de uma organização criminosa. Cinquenta e sete pessoas, inclusive seis deputados, foram acusadas de uma série de delitos adicionais, como o assassinato, em setembro de 2013, do cantor antifascista Pavlos Fyssas, a imposição de “lesões corporais injustificadas a migrantes” e posse ilegal de armas.

Em novembro, o anarquista Nikos Romanos, detido na prisão de Korydallos, próxima à capital, Atenas, começou uma greve de fome de longa duração em protesto pela recusa das autoridades em permitir que ele fizesse um curso universitário fora da prisão. Ele havia sido preso em outubro, depois de condenado com outros três homens por roubo à mão armada. Em fevereiro de 2013, Nikos Romanos e dois dos homens denunciaram terem sido torturados

em detenção, após serem presos na cidade nortista de Veroia. No dia 10 de dezembro, Nikos encerrou sua greve de fome depois de aprovada uma emenda legislativa permitindo que os presos pudessem frequentar aulas no campus usando dispositivos de monitoramento eletrônico.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

O reforço do controle fronteiriço e a maior cooperação com os guardas de fronteira da Turquia contribuíram para um declínio acentuado no número de migrantes irregulares e requerentes de asilo que entram na Grécia através de suas fronteiras terrestres. Em consequência, o número de pessoas que tentam chegar à Grécia por mar aumentou de forma marcante nos primeiros oito meses do ano. Até o fim do ano, mais de 103 migrantes e refugiados, entre eles muitas crianças, se afogaram ou desapareceram ao tentar a travessia.¹

Havia casos documentados da prática frequente e ilegal de devolver de modo imediato os migrantes que chegavam à fronteira entre a Grécia e a Turquia.

Em 20 de janeiro, três mulheres e oito crianças morreram quando um barco pesqueiro com 27 refugiados a bordo afundou próximo à ilha de Farmakonisi. Os sobreviventes contaram que o barco submergiu enquanto os guardas costeiros gregos rebocavam a embarcação para a Turquia durante uma operação de devolução imediata. Os sobreviventes relataram também que foram despidos e espancados ao chegarem em Farmakonisi. As autoridades negaram que tanto as devoluções quanto os maus-tratos tenham acontecido. Em agosto, os promotores do Tribunal Naval de Pireus arquivaram o caso após uma investigação preliminar.

ONGs nacionais continuaram a documentar condições de detenção extremamente precárias nas áreas em que migrantes e requerentes de asilo são mantidos para propósitos de imigração.

As pessoas detidas tinham que enfrentar grandes obstáculos para solicitar asilo. Em março, o ministro da Ordem Pública autorizou que migrantes irregulares que aguardam deportação permaneçam detidos por um período maior que os 18 meses permitidos sob o direito da UE.

Em setembro, a Comissão Nacional de Direitos Humanos criticou o Ministério da Ordem Pública e Proteção do Cidadão por comprometer a independência do Conselho de Apelações de Asilo ao não nomear nenhum dos candidatos propostos pela Comissão.

As condições de recepção dos refugiados continuaram muito preocupantes. No fim de novembro, entre 200 e 250 refugiados sírios, entre os quais muitas mulheres e crianças, iniciaram um protesto e depois uma greve de fome na Praça do Parlamento em Atenas, pedindo às autoridades que lhes providenciassem abrigos e documentos de viagem.

Em julho, um tribunal de Patras considerou dois capatazes culpados de causar lesões corporais graves por atirarem contra trabalhadores migrantes de Bangladesh em uma fazenda de produção de morangos em Nea Manolada, em abril de 2003, após uma controvérsia sobre pagamentos e condições de trabalho. O proprietário da fazenda e outro capataz foram absolvidos. No fim de outubro, o procurador da Suprema Corte recusou o pedido feito por duas ONGs, a Liga Helênica de Direitos Humanos e o Conselho Helênico para os Refugiados, de anular o veredicto devido a falhas procedimentais durante a investigação e o julgamento.

DISCRIMINAÇÃO

Crimes de ódio

Entre outubro de 2011 e janeiro de 2014, a Rede de Registro de Violência Racista compilou mais de 350 incidentes de violência de cunho racista. Em 2014, a Rede constatou a diminuição dos ataques racistas organizados contra migrantes e um aumento nos crimes de ódio contra lésbicas, gays,

bissexuais, transgêneros e intersexuais. Entre janeiro e junho, os serviços e departamentos policiais que lidam com a violência racista registraram 31 incidentes com motivos possivelmente racistas.

A resposta do sistema de justiça criminal aos crimes de ódio se manteve inadequada. Investigadores continuaram não investigando possíveis motivos de ódio, promotores não apresentaram essas provas nos tribunais e juízes não levaram em conta motivos racistas ou de outros ódios como circunstância agravante ao sentenciar culpados.

Em abril, n uma decisão unânime, um tribunal de Atenas sentenciou dois cidadãos gregos à prisão perpétua após condená-los por matarem a facadas S. Luqman, um cidadão paquistanês, em janeiro de 2013. Embora o promotor do julgamento tenha salientado as motivações racistas do crime , o tribunal não considerou em sua sentença tais motivos como agravantes.

Uma decisão ministerial conjunta, adotada em junho, determinou a suspensão de ordens de detenção administrativa e deportação emitidas contra vítimas e testemunhas de crimes de ódio. A decisão também concedeu permissões de residência especiais, que abrangem o período necessário ao processamento judicial e à condenação dos culpados.

Em setembro, foram introduzidas emendas à legislação sobre crimes de ódio, aumentando as penas para quem cometer ou incitar violência racista, criminalizando a negação do Holocausto e incluindo orientação sexual, identidade de gênero e deficiência entre os motivos proibidos de discriminação. Uma proposta que reconheceria as uniões civis de pessoas do mesmo sexo foi rejeitada.

Ciganos

As famílias ciganas continuaram sendo submetidas a remoções forçadas. Muitas crianças ciganas foram segregadas ou excluídas da educação. Diligências policiais discriminatórias continuaram sendo feitas nos assentamentos ciganos.

No fim do ano, 74 famílias ciganas que viviam num assentamento em Halandri, Atenas, permaneciam em risco de ser removidas à força. Os planos iniciais de remover as famílias em fevereiro foram adiados por força de uma injunção do Comitê de Direitos Humanos da ONU. Em setembro, apesar de a injunção ter sido renovada, as autoridades municipais de Halandri tentaram demolir 12 casas. Após protestos dos moradores ciganos, somente cinco casas, que à época estavam desocupadas, foram demolidas. A Administração Descentralizada de Attika se comprometeu a encontrar um local alternativo adequado para reassentar as famílias.

Em novembro, o tribunal da cidade de Messolonghi sentenciou três homens a oito meses de prisão com pena suspensa pela infligência de lesões corporais graves a Paraskevi Kokoni, uma mulher cigana, e seu sobrinho, em outubro de 2012. Não estava claro se o tribunal havia considerado em sua sentença o motivo de ódio.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em outubro, o Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura publicou um relatório sobre sua visita à Grécia em 2013. O documento destacava a elevada quantidade de denúncias de maus-tratos de pessoas detidas por agentes da lei em delegacias de polícia e da guarda de fronteiras, bem como o grande número de denúncias de agressões verbais, inclusive de natureza racista. O relatório fez críticas à superlotação, às condições anti-higiênicas e aos cuidados médicos inadequados nas prisões gregas.

Proseguiram as denúncias de tortura e outros maus-tratos contra presos, migrantes e refugiados. Em março, guardas da penitenciária de Nigrita, no norte da Grécia, teriam torturado até a morte Ilia Kareli, um interno de nacionalidade albanesa. Em outubro, 13 agentes penitenciários foram formalmente acusados de “tortura agravada que causou a morte”.

A polícia usou força excessiva e fez mau uso de agentes químicos irritantes contra manifestantes e jornalistas em diversas ocasiões no decorrer do ano. Grande parte dos abusos registrados ocorreu durante duas manifestações estudantis, uma contra o bloqueio de uma universidade, em 13 de novembro, e outra para marcar o aniversário de uma revolta de estudantes em 1973, no dia 17 de novembro. Condenações esporádicas de agentes da lei infratores não foram suficientes para reduzir a arraigada cultura de impunidade para abusos policiais.²

Apesar das mudanças legislativas introduzidas em março, ampliando o mandato do Gabinete para Incidentes de Condutas Arbitrárias a fim de abranger incidentes de racismo e permitir que o Ouvidor participe de audiências, mantiveram-se as preocupações com a eficácia e a independência do órgão.

OBJETORES DE CONSCIÊNCIA

Objetores de consciência continuaram sendo presos e condenados durante o ano. Pelo menos quatro objetores foram condenados por insubordinação e receberam sentenças com pena de prisão suspensa. Seis indivíduos que se recusaram a servir tanto o exército quanto o serviço civil alternativo imposto como punição também foram presos e detidos por períodos breves.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em janeiro, um tribunal de Atenas condenou um blogueiro por “ofensa religiosa”. Sua sentença de 10 meses de prisão foi suspensa por meio de recurso. O blogueiro criou uma página no Facebook em que satirizava um monge ortodoxo que havia falecido.

1. Greece: Frontier of hope and fear – migrants and refugees pushed back at Europe's border (EUR 25/004/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR25/004/2014/en

2. A law unto themselves: A culture of abuse and impunity in the Greek police (EUR 25/005/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR25/005/2014/en

HAITI

REPÚBLICA DO HAITI

Chefe de Estado: **Michel Joseph Martelly**

Chefe de governo: **Laurent Salvador Lamothe**
(renunciou em 14 de dezembro)

Mais de 80 mil pessoas que ficaram desabrigadas em consequência do terremoto de janeiro de 2010 continuaram desalojadas. As autoridades não estabeleceram medidas duradouras para evitar as remoções forçadas. A falta de independência generalizada do sistema de justiça continuou causando preocupação. Vários defensores dos direitos humanos foram ameaçados e atacados.

INFORMAÇÕES GERAIS

As tão esperadas eleições locais e legislativas para preencher um terço das cadeiras do Senado não foram realizadas até o fim de 2014. O pleito não aconteceu principalmente devido às divergências entre o governo e o parlamento com relação ao conselho eleitoral, motivo pelo qual seis senadores se recusaram a votar uma proposta de reforma da legislação eleitoral. Em 14 de dezembro, o primeiro ministro renunciou depois que um comitê consultivo designado pelo presidente recomendou que, entre outras medidas a serem tomadas para diminuir as tensões, ele deixasse o cargo. No fim do ano, ainda se temia pela estabilidade política do país, pois os mandatos de outro terço do Senado e de todos os membros da Câmara dos Deputados deveriam expirar em meados de janeiro de 2015.

Em outubro, o Conselho de Segurança da ONU renovou, pelo 11º ano, o mandato da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH), recomendando uma drástica redução de seus componentes militares.

A epidemia de cólera persistiu, apesar da diminuição significativa do número de casos registrada no primeiro semestre de 2014.

Entre outubro de 2010 e julho de 2014, pelo menos 8.573 pessoas morreram de cólera. No fim do ano, uma demanda judicial interposta em outubro de 2013 por grupos de direitos humanos do Haiti e dos EUA contra a ONU, por sua suposta responsabilidade pela introdução da doença no país em 2010, aguardava decisão de um tribunal estadunidense.

Após a criação de um comitê interministerial de direitos humanos, diversas convenções internacionais e regionais de direitos humanos foram assinadas ou ratificadas. Em outubro, o Comitê de Direitos Humanos da ONU examinou o relatório inicial apresentado pelo Haiti.¹

PESSOAS DESALOJADAS DENTRO DO PAÍS

No fim de setembro, mais de 80 mil pessoas desabrigadas pelo terremoto de janeiro de 2010 ainda viviam em 123 campos provisórios. A maioria dos desalojados deixou os campos ou de modo espontâneo ou depois de receber subsídios de um ano para pagamento de aluguel. Após sua visita ao Haiti em julho, o relator especial da ONU sobre os direitos humanos dos desalojados internos chamou atenção para o fato de que, embora tenha havido uma redução significativa no número de desalojados que vivem em campos desde julho de 2010, a maioria das pessoas que deixou os campos não se beneficiou de soluções duradouras.

DIREITO À MORADIA – REMOÇÕES FORÇADAS

Houve menos remoções forçadas de campos de desalojados e de outros assentamentos informais em 2014 do que em anos anteriores. No entanto, as autoridades não proporcionaram soluções às vítimas de remoção forçada² e não tomaram providências sustentáveis para evitar futuras remoções.³

No fim de maio, centenas de famílias ficaram desabrigadas depois que o governo ordenou a demolição de edifícios

no centro da capital, Porto Príncipe. A grande maioria das pessoas afetadas não foi notificada adequadamente sobre as demolições, e somente uma pequena minoria dos proprietários dos imóveis havia recebido indenização quando os prédios foram demolidos.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Segundo organizações que trabalham pelos direitos da mulher, a violência contra mulheres e meninas continuou endêmica. O governo não publicou estatísticas consolidadas sobre violência motivada por gênero. Um projeto de lei sobre prevenção, condução de processos judiciais e erradicação da violência contra a mulher, redigido em 2011 em colaboração com grupos de defesa dos direitos das mulheres, ainda não havia sido apresentado ao parlamento no fim de 2014. Organizações de direitos humanos haitianas informaram que, embora o número de julgamentos e condenações em casos de violência sexual tenha aumentado, eles representavam apenas uma minúscula fração dos casos denunciados.

IMPUNIDADE

Em fevereiro, o Tribunal de Recursos de Porto Príncipe reverteu uma decisão de 2012 de um juiz de instrução de que o ex-presidente Jean-Claude Duvalier não poderia ser processado por crimes contra a humanidade. O tribunal designou um de seus juízes em exercício para investigar as denúncias de crimes contra a humanidade envolvendo Jean-Claude Duvalier, entre outros. Entretanto, o fato de não terem sido fornecidos recursos complementares ao juiz, nem disponibilizados documentos oficiais que poderiam ser úteis ao processo, suscitaram preocupações relativas à capacidade do sistema de justiça haitiano de proporcionar recursos jurídicos efetivos às vítimas de violações de direitos humanos cometidas no passado. Após a morte de Jean-Claude

Duvalier em outubro, organizações de direitos humanos nacionais e internacionais apelaram às autoridades para que dessem seguimento aos procedimentos legais contra seus ex-colaboradores.⁴

SISTEMA DE JUSTIÇA

A falta de independência generalizada do sistema de justiça continuou sendo motivo de preocupação. O Conselho Superior do Judiciário, um órgão considerado crucial para a reforma do sistema de justiça, somente deu início ao processo de apuração de antecedentes dos juízes no fim do ano. O fato de muitas vagas no Judiciário não terem sido preenchidas exacerbou o problema das detenções provisórias prolongadas. No fim de junho, os detentos provisórios constituíam mais de 70% da população carcerária.

Em agosto, um juiz que investigava denúncias de corrupção contra o ex-presidente Jean-Bertrand Aristide emitiu um mandado de prisão contra ele, depois que o ex-mandatário não compareceu ao tribunal para responder uma intimação expedida no dia anterior. Em setembro, o mesmo juiz ordenou que Jean-Bertrand Aristide fosse colocado em prisão domiciliar. A Ordem dos Advogados de Porto Príncipe e diversas organizações de direitos humanos haitianas contestaram a legalidade dessas decisões, que foram amplamente consideradas como de natureza política.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Vários defensores dos direitos humanos foram atacados, ameaçados e hostilizados por causa de seu trabalho legítimo em defesa dos direitos humanos.⁵ Na grande maioria dos casos, as autoridades não investigaram os fatos de maneira pronta e cuidadosa, nem proporcionaram medidas de proteção efetivas.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Vários casos de agressões físicas e verbais contra pessoas LGBTI foram registrados durante o ano, a maioria dos quais não foi devidamente investigada. Segundo organizações de defesa dos direitos LGBTI, os policiais geralmente hesitavam em interferir nesses casos, e suas respostas às vítimas revelavam atitudes profundamente discriminatórias com relação a essas pessoas.

Ninguém foi levado à Justiça para responder pelos ataques contra pessoas LGBTI durante e depois das passeatas contrárias aos direitos LGBTI que aconteceram em todo o país em meados de 2013.

1. Haiti: Submission to the UN Human Rights Committee: 112th Session of the UN Human Rights Committee, 7-31 de outubro de 2014 (AMR 36/012/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR36/012/2014/en
2. Haiti: Families at imminent risk of forced eviction (AMR 36/007/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR36/007/2014/en
3. Haiti must take immediate action to prevent forced evictions and relocate internally-displaced persons: Amnesty International oral statement to the 25th Session of the UN Human Rights Council (AMR 36/008/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR36/008/2014/en
4. Haiti: The truth must not die with Jean-Claude Duvalier
www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/haiti-truth-must-not-die-jean-claude-duvalier-2014-10-07
5. Haiti: Activists fighting for justice threatened (AMR 36/011/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR36/011/2014/en Haiti: Women's human rights defenders threatened (AMR 36/010/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR36/010/2014/en Hai ti: Fear for safety of human rights defender: Pierre Espérance (AMR 36/009/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR36/009/2014/en

ÍNDIA

República da Índia

Chefe de Estado: **Pranab Mukherjee**

Chefe de governo: **Narendra Modi (sucedeu Manmohan Singh em maio)**

A impunidade para os abusos dos direitos humanos cometidos por atores estatais e não estatais era generalizada. Apesar de reformas legais e decisões judiciais progressistas, as autoridades do Estado geralmente não impediam, e às vezes cometiam, crimes contra os cidadãos indianos, inclusive contra crianças, mulheres, dalits e adivasis (aborígenes). Prisões e detenções arbitrárias, torturas e execuções extrajudiciais não costumavam ser punidas. Um sistema de justiça criminal sobrecarregado e sem recursos contribuiu para que a justiça fosse negada a quem sofreu abusos e para que o direito dos réus a um julgamento justo fosse violado. A violência dos grupos armados em Jammu e Caxemira, nos estados do Nordeste e nas áreas de atuação das forças maoístas continuou a pôr em risco a população civil.

INFORMAÇÕES GERAIS

Nas eleições nacionais de maio, um governo liderado pelo Partido do Povo Hindu (Bharatiya Janata Party, BJP) chegou ao poder com uma vitória esmagadora. O primeiro-ministro Narendra Modi, cuja campanha se centrou em promessas de boa governança e desenvolvimento para todos, comprometeu-se a melhorar o acesso aos serviços financeiros e ao saneamento para as pessoas que vivem em situação de pobreza. Porém, o governo tomou medidas para reduzir as exigências de consulta às comunidades afetadas por projetos capitaneados por corporações. As autoridades continuaram a violar os direitos das pessoas à privacidade e à liberdade de expressão. Houve aumento da violência intercomunitária

em Uttar Pradesh e alguns outros estados, enquanto a corrupção, a discriminação e a violência com base em castas permaneceram amplamente disseminadas.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Persistiram as prisões e detenções arbitrárias de manifestantes, jornalistas e defensores dos direitos humanos. Dados da Comissão Nacional de Direitos Humanos indicavam que 123 atos ilegais de prisão e 203 casos de detenção ilegal foram registrados de abril até julho. Leis que autorizam detenções administrativas foram usadas pelas autoridades para manter jornalistas e defensores dos direitos humanos detidos, com base em decretos do executivo, sem acusações nem julgamentos. Camponeses adivasi em áreas sob influência do maoísmo na região central da Índia também continuaram em risco de sofrer prisões e detenções arbitrárias.

Legislações “antiterroristas”, tais como a Lei de Prevenção às Atividades Ilegais, que não cumprem as normas internacionais de direitos humanos, também foram usadas. Em maio, a Suprema Corte absolveu seis homens condenados com base em leis antiterroristas por atacarem o templo de Akshardham, em Gujarat, em 2002, concluindo que não havia provas contra eles e que a investigação fora incompetente.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Abusos contra os direitos humanos cometidos por grupos armados foram registrados em várias regiões, inclusive em Jammu e Caxemira, nos estados do Nordeste e na região central da Índia. Grupos armados mataram e feriram civis, além de destruírem propriedades, em ataques indiscriminados e, às vezes, seletivos. Essas ações também provocaram o deslocamento de pessoas. Choques entre as forças de segurança e grupos maoistas armados causaram a morte de vários civis.

No período que precedeu as eleições nacionais de maio, grupos armados teriam assassinado autoridades locais e eleitorais nos estados de Jammu e Caxemira, Jharkhand e Chhattisgarh, a fim de intimidar os eleitores e tumultuar as eleições.

Em janeiro e maio, grupos armados foram acusados de matar dezenas de muçulmanos em Assam e, em dezembro, foram acusados de matar dezenas de adivasis. Em outros estados do Nordeste, grupos armados também foram acusados de investir contra os civis, instigando a violência e provocando grandes deslocamentos populacionais.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

Em agosto, o governo apresentou ao Parlamento um projeto de lei que pretendia alterar a legislação sobre justiça de menores, permitindo que adolescentes entre 16 e 18 anos fossem processados e punidos como adultos em casos de crimes graves. As instituições oficiais de direitos das crianças e de saúde mental da Índia se manifestaram contrárias à iniciativa.

Os protestos pelo estupro de uma menina de seis anos numa escola de Bangalore em julho chamaram atenção para a má aplicação das leis sobre abuso sexual de crianças.

Incidentes de castigos corporais foram relatados em vários estados, apesar da prática ser proibida por lei. A legislação requerendo que as escolas privadas reservem 25% das vagas nas séries iniciais para famílias carentes foi parcamente aplicada. Crianças dalit e adivasi continuaram a sofrer discriminação nas escolas.

Em junho, o Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU manifestou preocupação com a disparidade no acesso à educação, a serviços de saúde, à água potável e ao saneamento entre diferentes grupos de crianças. O trabalho infantil e o tráfico de crianças continuaram sendo problemas graves. Em outubro, Kailash Satyarthi, um ativista pelos direitos das crianças, que trabalha com essas questões, foi contemplado com o prêmio Nobel da Paz.

VIOLÊNCIA ENTRE COMUNIDADES

Em Uttar Pradesh, uma série de incidentes de natureza religiosa no período pré-eleitoral fez aumentarem as tensões entre as comunidades hindu e muçulmana. Em julho, três pessoas foram mortas em confrontos em Saharanpur, no estado de Uttar Pradesh. Políticos foram acusados de fazer discursos provocadores e, em alguns casos, foram denunciados criminalmente. Conflitos de cunho religioso aconteceram também em outros estados. Em dezembro, grupos hindus foram acusados de converter à força vários muçulmanos e cristãos ao hinduísmo.

Em janeiro, sobreviventes da eclosão de violência entre hindus e muçulmanos em Muzzafarnagar, Uttar Pradesh, no fim de 2013, foram expulsos à força de campos humanitários. As investigações sobre a violência foram incompletas. Milhares de pessoas, principalmente muçulmanos, permaneciam desalojadas no fim do ano.

O mês de novembro marcou o 30º aniversário de uma onda de violência ocorrida em Delhi em 1984, que levou ao massacre de milhares de sikhs. Centenas de processos penais arquivados pela polícia sob alegação de falta de provas não foram reabertos, mesmo diante das enormes manifestações públicas pedindo o fim da impunidade.

Pouco avançaram as investigações e os julgamentos dos casos relativos à violência de 2012 em Gujarat, que deixou mais de 2.000 mortos, a maioria muçulmanos. Em novembro, a Comissão Nanavati-Mehta, designada em 2002 para investigar os eventos, apresentou seu relatório final ao governo do estado de Gujarat. O relatório não foi divulgado ao público.

Em agosto, conflitos étnicos sobre a disputa fronteiriça Nagaland-Assam levaram à morte de 10 pessoas e deixaram mais de 10.000 desalojadas. Episódios de violência por motivos de casta também foram registrados em diversos estados, como Uttar Pradesh, Bihar, Karnataka e Tamil Nadu.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

Em setembro, a Suprema Corte cancelou mais de 200 licenças para mineração de carvão, que o tribunal afirmou terem sido concedidas de forma arbitrária. O Ministério do Meio Ambiente debilitou os mecanismos existentes para realizar consultas junto às comunidades afetadas por projetos industriais, sobretudo de mineração de carvão. O Ministério também suspendeu as moratórias para a instalação de novas indústrias em áreas com níveis críticos de poluição.

Em várias situações, nem as autoridades nem as empresas consultaram de modo significativo as comunidades locais. Em agosto, uma subsidiária da companhia britânica Vedanta Resources realizou uma audiência pública sobre a expansão de sua refinaria de alumina em Lanjigarh, estado de Odisha, sem tratar de seus atuais impactos e sem informar e consultar adequadamente as comunidades afetadas.

Em dezembro, o governo aprovou uma lei provisória que removia as exigências sobre pedir o consentimento das comunidades afetadas e sobre proceder a uma avaliação de impacto social quando as autoridades do estado adquirissem terras para determinados projetos.

Milhares de pessoas ainda corriam risco de serem removidas à força de suas casas e terras para dar lugar a grandes projetos de infraestrutura. As comunidades adivasi que viviam próximo aos locais de construção ou expansão de minas e barragens eram mais vulneráveis.

Em dezembro, completaram-se 30 anos do desastre causado pelo vazamento de gás de uma fábrica em Bhopal em 1984. Os sobreviventes continuaram a padecer de graves problemas de saúde relacionados ao vazamento e à poluição que persiste no local da fábrica. Em novembro, um tribunal de Bhopal solicitou que fosse novamente expedida uma citação penal contra a Companhia Dow Chemical, depois que a empresa não acatou uma intimação anterior.

No mesmo mês, o governo indiano concordou em utilizar dados médicos e científicos para aumentar a indenização de vários milhões de dólares demandada da Union Carbide. O governo indiano continuou sem descontaminar o local da fábrica.

PENA DE MORTE

Em janeiro, a Suprema Corte decidiu que dilações indevidas na execução de sentenças de morte configuravam tortura, e que a execução de pessoas que sofrem de transtornos mentais seria inconstitucional. A Corte também estabeleceu diretrizes para salvaguardar os direitos das pessoas condenadas à morte.

Em abril, três homens foram condenados à morte por um tribunal de Mumbai com base em uma nova lei promulgada em 2013, que introduz a pena capital para pessoas condenadas em vários casos de estupro. Em dezembro, o governo apresentou ao Parlamento um projeto de lei que previa a pena de morte para os crimes de sequestro que acabassem com a morte de reféns ou de agentes de segurança.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Ainda tramitavam na Suprema Corte os processos relativos às petições requerendo a investigação dos 1.500 “falsos enfrentamentos” – termo usado para se referir a execuções extrajudiciais encenadas – no estado de Manipur. Tribunais de Delhi, Bihar e Punjab condenaram agentes policiais por envolvimento nas mortes ocorridas em falsos enfrentamentos. A Comissão Nacional de Direitos Humanos determinou o pagamento de indenizações às famílias das pessoas mortas em vários desses confrontos forjados. O órgão também manifestou preocupação com as mortes resultantes de falsos enfrentamentos com a polícia estadual de Uttar Pradesh.

Em fevereiro, o principal órgão investigativo do país indiciou ex-agentes do serviço de inteligência interna da Índia por homicídio e sequestro, num inquérito sobre um caso

de falso enfrentamento em Gujarat em 2004. Os governos estaduais de Gujarat e Rajastão reincorporaram às funções os policiais que estavam sendo julgados por suposta participação em casos de falsos enfrentamentos, depois que eles foram postos em liberdade provisória mediante o pagamento de fiança.

Em setembro, a Suprema Corte estabeleceu novos requerimentos para as investigações sobre mortes em confrontos com a polícia, inclusive que as mortes sejam investigadas pela equipe de uma delegacia de polícia ou departamento investigativo diferentes.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Leis sobre subversão e difamação criminosa, que não satisfaziam as normas internacionais, foram usadas para hostilizar e processar jornalistas, defensores dos direitos humanos e outras pessoas por exercerem pacificamente seu direito à liberdade de expressão. O governo também se valeu de leis amplas e imprecisas para restringir a liberdade de expressão na internet. Na época das eleições gerais de maio, diversas pessoas foram presas por declarações que fizeram sobre o primeiro-ministro Narendra Modi, as quais a polícia alegou configurarem delitos penais.

As autoridades também aplicaram e expandiram estratégias de vigilância em grande escala das comunicações telefônicas e da internet, sem revelar os detalhes desses projetos nem as salvaguardas para evitar seu mau uso.

IMPUNIDADE – FORÇAS DE SEGURANÇA

Apesar de alguns sinais de progresso, persistiu a impunidade quase absoluta para as violações cometidas pelas forças de segurança indianas. Legislações que praticamente concediam imunidade processual, como a Lei sobre os Poderes Especiais das Forças Armadas e a Lei sobre Áreas em Conflito, ainda vigoravam em Jammu e Caxemira e em partes do Nordeste da Índia, apesar dos constantes protestos.

Em janeiro, o exército descartou, sem julgamento, as ações judiciais por homicídio e conspiração protocoladas pelo Escritório Central de Investigações contra cinco militares. Em 2012, a Suprema Corte havia decidido que o exército deveria julgar seus membros perante um tribunal militar pelas execuções extrajudiciais de cinco camponeses de Pathribal, em Jammu e Caxemira, em 2000. Em setembro, uma corte marcial condenou cinco soldados pela morte de três homens executados extrajudicialmente em Machil, no estado de Jammu e Caxemira, em 2010. Em novembro, após uma investigação, o exército acusou formalmente a nove soldados pela morte de dois adolescentes da Caxemira no distrito de Budgam. Os responsáveis por violações de direitos humanos cometidas no passado nos estados de Jammu e Caxemira, Nagaland, Manipur, Punjab e Assam continuaram evadindo a Justiça.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

A Suprema Corte concordou em examinar uma petição requerendo a revisão de sua decisão de dezembro de 2013, que, ao manter a seção 377 do Código Penal indiano, efetivamente recriminalizou as relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo. Às vésperas das eleições parlamentares de 2014, importantes partidos políticos se comprometeram a descriminalizar a homossexualidade.

Em abril, numa decisão histórica, a Suprema Corte conferiu reconhecimento legal às pessoas transgênero. A sentença instruiu as autoridades a reconhecer a autoidentificação das pessoas transgênero como sendo homem, mulher, ou 'terceiro gênero', e a pôr em prática políticas de bem-estar e de quotas na educação e no trabalho. Entretanto, casos de hostilidade e violência contra transgêneros continuaram sendo registrados.

DIREITOS DOS TRABALHADORES

A falta de regulamentação efetiva para intermediadores de vistos e recrutadores ardilosos continuou colocando os trabalhadores migrantes indianos que viajam aos países do Oriente Médio em risco de sofrer abusos de direitos humanos, como trabalho forçado e tráfico de pessoas.

Centenas de migrantes indianos, entre os quais 46 enfermeiras, ficaram retidos no Iraque quando os confrontos entre grupos armados e o governo iraquiano se intensificaram. Em junho, 39 migrantes indianos foram sequestrados no Iraque. No fim do ano, acreditava-se que ainda estivessem nas mãos de grupos armados.

A servidão por dívida continuou sendo amplamente praticada. Milhares de pessoas foram forçadas a trabalhar sob regime de servidão em indústrias como as de produção de tijolos, de seda e algodão, de mineração e de agricultura. Foram registrados muitos casos de trabalhadores domésticos, sobretudo mulheres, que sofreram abusos de seus empregadores.

PRISONEIROS DE CONSCIÊNCIA

Os ativistas adivasi e prisioneiros de consciência Soni Sori e Lingaram Kodopi foram libertados provisoriamente pela Suprema Corte em fevereiro. Soni Sori disputou as eleições parlamentares de maio.

A ativista Irom Sharmila, do estado de Manipur, prosseguiu com sua greve de fome de 14 anos, demandando a anulação da Lei sobre os Poderes Especiais das Forças Armadas. Ela foi detida sob acusação de tentativa de suicídio, sendo liberada em 20 de agosto por um tribunal que decidiu que as acusações eram infundadas. Porém, dois dias depois, ela foi presa novamente pelo mesmo suposto delito.

DETENÇÃO PROVISÓRIA PROLONGADA

As detenções provisórias prolongadas e a superlotação nas prisões persistiram. Em dezembro de 2013, mais de 278 mil presos – mais de dois terços da população carcerária

do país – estavam detidos provisoriamente. Dalits, adivasis e muçulmanos continuaram constituindo uma parcela desproporcionalmente alta dos presos em detenção provisória. Prisões indiscriminadas, investigações e processos lentos, sistemas de assistência judicial fracos e salvaguardas inadequadas contra períodos longos de detenção contribuíram com o problema.

Em setembro, a Suprema Corte instruiu os juizes distritais a identificar imediatamente e libertar todos os detidos provisórios que já tivessem passado na cadeia mais da metade do tempo que teriam que cumprir caso fossem condenados. Após uma ação de ativismo da Anistia Internacional Índia, o governo do estado de Karnataka orientou as autoridades estaduais a criar comitês de revisão para monitorar as detenções provisórias prolongadas.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

As autoridades fizeram uso da Lei sobre a Regulação de Contribuições Estrangeiras para assediar ONGs e organizações da sociedade civil que recebiam financiamento do exterior. Foram principalmente visados os grupos que criticavam grandes projetos de infraestrutura, mineração e energia nuclear. Eles foram submetidos a repetidos interrogatórios, ameaças de investigação e bloqueio de financiamento externo por parte do governo.

Em junho, a imprensa noticiou a existência de um documento sigiloso elaborado pelo serviço de inteligência interna da Índia, que descrevia diversas ONGs que recebiam financiamento externo como “afetando negativamente o desenvolvimento econômico”.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos continuaram sendo usados contra pessoas detidas em custódia do Estado, principalmente mulheres, dalits e adivasis. Um projeto de lei antitortura extremamente falho caducou em maio com o fim do mandato do governo central.

Em agosto, a Corte Superior de Mumbai prescreveu a instalação de câmaras de circuito interno de televisão em todas as delegacias de polícia de Maharashtra para coibir o uso de tortura.

DIREITOS DAS MULHERES

A violência contra as mulheres permaneceu generalizada. As autoridades não aplicaram de modo efetivo as novas leis sobre crimes contra as mulheres promulgadas em 2013, nem realizaram importantes reformas policiais e judiciais para garantir que tais leis fossem cumpridas. O estupro dentro do casamento ainda não era reconhecido como crime se a esposa fosse maior de 15 anos. Diversas autoridades públicas e líderes políticos fizeram declarações que pareciam justificar os crimes contra as mulheres, contribuindo com a cultura de impunidade.

Aumentaram as denúncias de crimes contra as mulheres, mas se acredita que o número de delitos que não são registrados continue bastante alto. Mulheres e meninas dalit continuaram a sofrer múltiplos níveis de violência e discriminação baseada em casta. Nos vilarejos, conselhos locais autoproclamados emitiram decretos ilegais ordenando punições contra mulheres por supostas transgressões sociais.

Em abril, a relatora especial da ONU sobre a violência contra a mulher chamou atenção para a incapacidade das autoridades em assegurar prestação de contas e reparações para sobreviventes de violência. Em julho, o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher recomendou que o governo alocasse recursos para a criação de tribunais especiais, procedimentos de queixas e serviços de apoio, com o fim de dar cumprimento às leis.

Em novembro, 16 mulheres morreram depois de participar de uma desastrosa campanha de esterilização em massa no estado de Chhattisgarh. A abordagem governamental ao planejamento familiar, que visava a atingir determinados objetivos, continuou apresentando falhas que

prejudicavam a qualidade da assistência à saúde e restringiam o direito das mulheres a escolher os métodos mais adequados de planejamento familiar.

IRÃ

República Islâmica do Irã

Chefe de Estado: **Aiatolá Sayed Ali Khamenei (Guia da República Islâmica do Irã)**

Chefe de governo: **Hassan Rouhani (Presidente)**

As autoridades restringiram as liberdades de expressão, associação e reunião, prendendo, detendo e processando em julgamentos injustos ativistas pelos direitos das minorias e das mulheres, jornalistas, defensores dos direitos humanos e outros que manifestassem opiniões divergentes. A tortura e outros maus-tratos continuaram prevalecendo e eram praticados com impunidade. Mulheres e minorias étnicas e religiosas sofreram discriminação generalizada na lei e na prática. Segundo informações, sentenças de açoitamento e amputação foram levadas a cabo, algumas em público. O índice de execuções permaneceu alto; adolescentes em conflito com a lei também foram mortos. Os juízes continuaram a impor sentenças de execução por apedrejamento, embora não se tenha conhecimento de que alguma foi cumprida.

INFORMAÇÕES GERAIS

A eleição de Hassan Rouhani para a Presidência, em junho de 2013, trouxe esperanças de que seu governo introduzisse as tão necessárias reformas de direitos humanos, mas pouco foi feito até o fim de 2014. As iniciativas governamentais para atenuar os controles oficiais sobre a liberdade acadêmica, por exemplo, provocaram uma reação contrária dos setores conservadores do Parlamento.

As negociações entre o Irã, os Estados Unidos e outros Estados prosseguiram, em meio à persistente tensão sobre o programa de desenvolvimento nuclear iraniano e o impacto para o país das sanções internacionais financeiras e de outra natureza. Em novembro de 2013, um acordo preliminar possibilitou algum alívio das sanções em troca de concessões relativas ao enriquecimento de urânio.

Uma Carta dos Direitos do Cidadão, proposta pela Presidência e aberta para consultas em 2013, continuou como minuta no decorrer de 2014. O documento não protegia de modo adequado os direitos humanos, principalmente o direito à vida, a não-discriminação e à proteção contra a tortura.

Em março, o Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU renovou o mandato do seu relator especial sobre a situação dos direitos humanos no Irã, mas as autoridades iranianas continuaram a impedir que tanto este relator quanto outros peritos do CDH visitassem o país.

Em outubro, o CDH avaliou a situação dos direitos humanos no Irã por meio do processo de Revisão Periódica Universal (RPU) da ONU. O Conselho observou que o estado dos direitos humanos no país era péssimo, e que as autoridades não tinham posto em prática as recomendações que aceitaram após a RPU de 2010. O Irã reteve seu posicionamento a respeito de todas as recomendações, até a próxima sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU em março de 2015.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

As autoridades mantiveram as restrições à liberdade de expressão e aos meios de comunicação, inclusive interferindo nas transmissões internacionais por satélite e fechando veículos de imprensa. Também conservaram o código de vestuário obrigatório para mulheres e a criminalização das infrações desse código conforme o

Código Penal Islâmico. Personalidades opositoristas, como Mir Hossein Mousavi, Mehdi Karoubi e Zahra Rahnavard, permaneceram sob prisão domiciliar, apesar das piores em seu estado de saúde.¹ Dezenas de prisioneiros de consciência estavam cumprindo penas de prisão por exercerem seus direitos humanos de modo pacífico. Dentre eles estavam críticos do governo, jornalistas, advogados, sindicalistas, ativistas estudantis e ativistas pelos direitos das mulheres e das minorias.

As autoridades continuaram a perseguir jornalistas, que enfrentaram prisões, detenções, encarceramentos e açoitamentos por fazerem reportagens que criticavam as autoridades.² Em agosto, dois fotógrafos que criticaram por escrito um livro de fotografias publicado por uma autoridade do governo na cidade de Qazvin, noroeste do Irã, foram sentenciados a açoitamentos.

Ciberativistas também foram processados. Em maio, o Tribunal Revolucionário de Teerã condenou oito pessoas por acusações como “ofender santidades religiosas” e “ofender as autoridades”, em razão de postagens feitas no Facebook, sentenciando-as a penas de sete a 20 anos de prisão.

Embora o Guia Supremo, o Presidente Rouhani e outros oficiais de alto escalão façam uso de redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram para se comunicar, as autoridades continuaram a censurar esses sites. Em setembro, uma alta autoridade judiciária instruiu o ministro das Comunicações e Tecnologia da Informação a tomar medidas no prazo de um mês para “bloquear e efetivamente controlar o conteúdo” das redes sociais após a circulação de piadas consideradas ofensivas ao ex-Guia Supremo, o aiatolá Khomeini. As autoridades informaram ter prendido 11 pessoas por causa das piadas.

Em outubro, autoridades das cidades de Teerã e Isfahan prenderam manifestantes que demandavam o fim da violência contra a mulher, depois que várias mulheres foram vítimas de uma série de ataques com ácido

em Isfahan. Das pessoas que foram presas, uma mulher permanecia detida no fim do ano. Pelo menos quatro jornalistas também foram presos por terem noticiado os ataques.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos, principalmente durante a detenção provisória, continuaram comuns e foram facilitados pela negação rotineira do acesso dos detidos a advogados, assim como pela virtual impunidade dos responsáveis por esses atos. Os métodos utilizados incluíam o regime de isolamento, o confinamento em espaços mínimos e desconfortáveis, os espancamentos brutais e as ameaças contra familiares dos detidos. De modo geral, as autoridades não investigaram denúncias de tortura nem processaram ou puniram os responsáveis.

As autoridades negaram sistematicamente às pessoas detidas e aos presos acesso adequado a cuidados médicos, inclusive para lesões resultantes de tortura ou problemas de saúde agravados pelas condições carcerárias.

A revisão do Código de Processo Penal aprovada em abril não tratou da inadequação das leis nacionais em proteger efetivamente os detidos contra a tortura e outros maus-tratos. O novo código negava o acesso das pessoas detidas a advogados por até uma semana depois da prisão em casos relativos à segurança nacional e outros delitos, além de não conter qualquer definição clara e detalhada de tortura, de acordo com o direito internacional.

Os órgãos estatais de inteligência e segurança administravam suas próprias unidades de detenção fora do controle da Organização Prisional do Estado, em violação ao direito internacional. A tortura e outros maus-tratos eram comuns nessas unidades. Em alguns casos, as autoridades submetiam os presos que estavam no corredor da morte a desaparecimentos forçados, transferindo-os para essas unidades antes de executá-los.

Sentenças de açoitamento e amputação continuaram a ser impostas para uma ampla variedade de delitos, como consumo de

álcool, alimentar-se em público durante o Ramadã e roubo. Cada vez mais, tais sentenças eram aplicadas em público.

Em abril, agentes de segurança agrediram os presos da seção 350 da Penitenciária de Evin, em Teerã, durante uma busca em suas celas, espancando e ferindo muitos deles. Ao que se sabe, as autoridades não investigaram o incidente nem processaram ou puniram os responsáveis.³ Em agosto, as autoridades teriam usado força excessiva contra os internos da Penitenciária de Ghezel Hesar, na cidade de Karaj, que protestavam contra a transferência de 14 presos do corredor da morte para o regime de isolamento em solitária antes de sua execução.

JULGAMENTOS INJUSTOS

O Judiciário continuou desprovido de independência e sujeito a interferência das autoridades da área de segurança. Os julgamentos, sobretudo aqueles realizados por Tribunais Revolucionários, foram em grande parte injustos.

O novo Código de Processo Penal melhorou o acesso das pessoas detidas a advogados, mas não garantiu esse acesso desde o momento da prisão, necessário para ajudar a proteger os detidos contra a tortura. O código permitia que promotores impedissem os advogados de ter acesso a alguns ou a todos os documentos do processo contra seus clientes caso considerassem que a revelação desses documentos pudesse frustrar a “descoberta da verdade” e nos casos envolvendo questões de segurança nacional ou externa, dificultando com isso o direito à preparação de uma defesa adequada. Em agosto, o Comitê Judicial e Legal do Parlamento apresentou um projeto de lei propondo que a data planejada para que o código entrasse em vigor, em outubro, fosse adiada devido à “existência de sérios problemas e obstáculos à [sua] implementação”. Além disso, o projeto de lei propunha emendas de natureza retrógrada a 19 artigos, as quais visavam sobretudo a reverter as melhoras realizadas

no novo Código, inclusive sobre o acesso a advogados.

Os tribunais continuaram a condenar réus na ausência de advogados de defesa ou com base em “confissões” ou outras provas obtidas por meio de torturas ou outros maus-tratos. Houve casos em que as autoridades transmitiram pela televisão as “confissões” de pessoas detidas, antes de seu julgamento, violando a presunção de inocência.

Em setembro, o conselho de ministros aprovou um projeto de Lei da Advocacia, formulado pelo Judiciário e submetido à aprovação do Parlamento. A lei era discriminatória contra os não muçulmanos e os desqualificava a participar do Conselho Diretor da Ordem dos Advogados iranianos, além de ameaçar a independência da Ordem.

DISCRIMINAÇÃO – MINORIAS ÉTNICAS E RELIGIOSAS

A nomeação pelo Presidente Rouhani de um conselheiro especial para minorias étnicas e religiosas não resultou na diminuição da discriminação generalizada contra as comunidades de minorias étnicas do Irã, como os árabes ahwazi, os azerbaijanos, os balúchis, os curdos e os turcomanos, tampouco contra as minorias religiosas, como os ahl-e haq, os bahá'ís, os cristãos convertidos, os sufis e os muçulmanos sunitas.

A discriminação contra as minorias étnicas prejudicou seu acesso a serviços básicos como moradia, água e saneamento, emprego e educação. As minorias étnicas foram proibidas de usar suas línguas minoritárias como meio de instrução na educação, além de serem privadas de oportunidades adequadas para aprender essas línguas.

Membros de grupos étnicos minoritários também corriam maiores riscos de ser processados por acusações vagas como “animosidade contra Deus” e “corrupção na Terra”, que são puníveis com a morte. As autoridades executaram em segredo pelo menos oito árabes ahwazi, depois que eles foram condenados em julgamentos

totalmente injustos por delitos que incluíam “animosidade contra Deus”. As autoridades se recusaram a entregar seus corpos aos familiares. Até outubro, pelo menos 33 homens sunitas, quase todos da minoria curda, eram mantidos encarcerados enquanto aguardavam sua execução por delitos como “reunir-se e conspirar contra a segurança nacional”, “divulgar propaganda contra o sistema”, “pertencimento a grupos salafistas”, “corrupção na Terra” e “animosidade contra Deus”. Muçulmanos convertidos do xiismo ao sunismo foram mais perseguidos.⁴

Em dezembro, as autoridades recorreram a ameaças de execução imediata e outras medidas punitivas contra 24 prisioneiros curdos que entraram em greve de fome para protestar contra as condições na Ala 12 da Penitenciária Central de Oroumieh, província de Azerbaijão Oriental, onde eram mantidos com outros presos políticos.⁵

As autoridades intensificaram a perseguição aos bahá'ís, fechando seus estabelecimentos comerciais e destruindo seus cemitérios. Dezenas de bahá'ís seguiam presos.

Em setembro, as autoridades prenderam mais de 800 dervixes gonabadis durante um protesto pacífico em Teerã em solidariedade a nove dervixes gonabadis encarcerados que estavam em greve de fome. Os grevistas demandavam que as autoridades respeitassem os direitos civis dos dervixes gonabadis e os tratassem como membros iguais da sociedade.⁶

Clérigos xiitas e outros dissidentes que manifestassem alternativas à interpretação oficial do islamismo xiita, assim como os ateus, continuavam em risco de sofrer perseguições, inclusive prisão, encarceramento e até execução.

DIREITOS DAS MULHERES

Mulheres continuaram a sofrer discriminação generalizada e sistemática na lei e na prática. Permaneceram em vigor as leis sobre condição pessoal, que conferem à mulher

uma posição de subordinação ao homem em questões de casamento, divórcio, custódia dos filhos, herança e outras.

Dois projetos de lei sobre população que tramitam no Parlamento ameaçavam reduzir o acesso das mulheres a serviços de saúde sexual e reprodutiva, consequentemente prejudicando seu direito à vida, à privacidade, à igualdade de gênero e à liberdade de decidir o número de filhos que querem ter e em que intervalo. Um projeto de lei pretendia impedir a realização de procedimentos cirúrgicos que impossibilitassem permanentemente a gravidez, impondo medidas disciplinares aos profissionais da saúde que fizessem os procedimentos. O outro projeto pretendia reduzir o número de divórcios e retirar as disputas familiares da alçada judicial, priorizando assim a preservação da família em detrimento da resolução da violência doméstica. No fim do ano, nenhuma das leis havia sido promulgada. A proposta de uma lei para oferecer às mulheres proteção contra a violência não avançou, e as autoridades não tomaram qualquer providência para combater a violência contra mulheres e meninas, inclusive os casamentos forçados, o estupro marital e a violência doméstica.

As mulheres também tiveram que enfrentar restrições no trabalho. Estatísticas oficiais de setembro apontaram que o número de mulheres com emprego diminuiu em 100 mil postos anuais nos oito anos anteriores. Em agosto, o chefe do Departamento de Edifícios Públicos da polícia afirmou que as mulheres não deveriam trabalhar em cafés ou em restaurantes iranianos tradicionais, exceto em suas cozinhas, escondidas do público. Em julho, o município de Teerã teria proibido seus gerentes de contratar mulheres como secretárias ou para outros cargos administrativos. Intensificaram-se os esforços para a criação de ambientes de trabalho segregados por gênero.

Até o fim do ano, as autoridades também haviam proibido musicistas mulheres de aparecer nos palcos de 13 das 31 províncias

do Irã. Em junho, autoridades da área de segurança prenderam mulheres que participaram de uma manifestação pacífica diante do Estádio Azadi, uma arena esportiva de Teerã, para demandar o acesso igualitário das mulheres aos locais públicos de prática esportiva.⁷

DIREITO À PRIVACIDADE

Toda conduta de natureza sexual entre pessoas não casadas permaneceu criminalizada.

As autoridades continuaram a processar as pessoas em razão de sua real ou suposta orientação sexual e identidade de gênero. O Código Penal Islâmico revisado manteve as disposições que criminalizam qualquer conduta sexual consentida entre adultos do mesmo sexo. As punições previstas no Código para essas condutas variavam de 100 chibatadas à pena de morte.

As autoridades iranianas impediram e proibiram a publicação de qualquer material que trate de homossexualidade ou de condutas sexuais fora de casamentos heterossexuais, recorrendo às disposições da Lei de Crimes Cibernéticos referentes a “crimes contra a castidade” e “perversão sexual”.

Pessoas que não se enquadravam nas normas estereotípicas de feminilidade e masculinidade continuaram a sofrer discriminação e violência. Pessoas transgênero tiveram o reconhecimento legal de seu gênero negado, assim como seus direitos, inclusive à educação e ao emprego, a menos que se submetessem a cirurgias de reatribuição de gênero. Em fevereiro, a Federação de Futebol oficial do Irã impediu sete jogadoras de competir por causa de sua “ambiguidade de gênero”.

DIREITO À EDUCAÇÃO

As autoridades continuaram a restringir o direito à educação, mantendo centenas de estudantes excluídos das universidades iranianas por terem exercido pacificamente seu direito à liberdade de expressão ou outros

direitos humanos, além de sistematicamente negar o acesso dos bahá'ís à educação. Outras dezenas de estudantes e acadêmicos, inclusive alguns ligados ao Instituto Bahá'í de Educação Superior, extinto pelo governo em 2011, permaneceram na prisão. As iniciativas do Ministério da Ciência, Pesquisa e Tecnologia para permitir que alguns estudantes e docentes retornassem às universidades não resultou em medidas concretas para acabar com as exclusões arbitrárias de estudantes do ensino superior.⁸ Tais iniciativas foram rechaçadas pelos setores conservadores do parlamento.

O sistema de quotas de gênero usado pelas autoridades para reverter a tendência de crescimento da participação feminina na educação superior continuou em vigor, apesar de relativamente amenizado no período acadêmico 2013-2014. Prosseguiram as políticas oficiais voltadas a manter as mulheres em casa cumprindo os papéis “tradicionais” de esposas e mães.

PENA DE MORTE

O Irã reteve a pena de morte para uma ampla gama de delitos, inclusive crimes com definições vagas tais como “animosidade contra Deus”. Em 2014, os índices de execução permaneceram altos. Algumas execuções foram realizadas em público.

Com base no Código Penal Islâmico revisado, os tribunais continuaram a impor sentenças de morte para infrações que não atingiam o patamar de “crimes de maior gravidade” segundo o direito internacional, além de outras como “ofender o Profeta do Islã”, que sequer deveriam ser consideradas crimes.⁹

Em muitos casos, os tribunais impuseram sentenças de morte após procedimentos que não respeitaram as normas internacionais para julgamentos justos, inclusive aceitando como prova “confissões” obtidas mediante tortura outros maus-tratos. Os detidos geralmente eram privados de acesso a advogados durante a fase de instrução do processo.¹⁰

Dezenas de adolescentes em conflito com a lei, inclusive alguns sentenciados em anos anteriores por crimes cometidos quando tinham menos de 18 anos, permaneceram no corredor da morte, alguns tendo sido executados. Os tribunais sentenciaram mais menores infratores à morte.¹¹ O Código Penal Islâmico revisado permitia a execução de menores infratores por *qesas* (castigo equivalente ao delito cometido) e *hodoud* (delitos com penas fixas previstas no direito islâmico), a menos que se considere que o infrator não entendesse a natureza do crime ou suas consequências, ou que a capacidade mental do infrator seja questionável. O direito internacional proíbe que se aplique a pena capital a menores de 18 anos.

O Código Penal Islâmico também manteve a pena de lapidação (morte por apedrejamento) para o delito de “adultério dentro do matrimônio”. Segundo informações, pelo menos uma sentença de lapidação foi imposta em Ghaemshahr, província de Mazandaran. Não se tem conhecimento de execuções por esse método.

1. Iran: Release opposition leaders under house arrest three years on (MDE 13/009/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/MDE13/009/2014/en
2. Jailed for being a journalist (MDE 13/044/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/MDE13/044/2014/en Iran: Iranian-American detained for journalism (MDE 13/065/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/MDE13/065/2014/en
3. Justice is an alien word: Ill-treatment of political prisoners in Evin Prison (MDE 13/023/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/MDE13/023/2014/en
4. Iran: No progress on human rights: Amnesty International Submission to the UN Universal Periodic Review, October-November 2014 (MDE 13/034/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/MDE13/034/2014/en
5. Iran: Alleged juvenile offender among 10 hunger strikers threatened with immediate execution (News story)
www.amnesty.org/en/news/iran-alleged-juvenile-offender-among-10-hunger-strikers-threatened-immediate-execution-2014-12
6. Iran: Hunger striking Dervishes critically ill (MDE 13/051/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/MDE13/051/2014/en

7. Iran: Jailed for women's right to watch sports (MDE 13/048/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/MDE13/048/2014/en
8. Silenced, expelled, imprisoned: Repression of students and academics in Iran (015/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/MDE13/015/2014/en
9. Iran: Facing death for “insulting the Prophet”: Rouhollah Tavana (MDE 13/012/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/MDE13/012/2014/en Iran: Death sentence for “insulting the Prophet”: Soheil Arabi (MDE 13/064/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/MDE13/064/2014/en
10. Execution of young woman a bloody stain on Iran's human rights record
www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/execution-young-woman-bloody-stain-iran-s-human-rights-record-2014-10-25
11. Iran: Juvenile offender at risk of execution in Iran: Rasoul Holoumi (MDE 13/040/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/MDE13/040/2014/en Iran: Juvenile offender nearing execution (MDE 13/0037/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/MDE13/037/2014/en Iran: Kurdish juvenile offender facing execution: Saman Naseem (MDE 13/049/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/MDE13/049/2014/en

IRAQUE

República do Iraque

Chefe de Estado: **Fuad Masum** (sucedeu Jalal Talabani em julho)

Chefe de Governo: **Haider al-Abadi** (sucedeu Nuri al-Maliki em setembro)

Houve uma deterioração acentuada na situação dos direitos humanos à medida que se intensificou o conflito armado entre as forças de segurança do governo e os combatentes do grupo armado Estado Islâmico (anteriormente ISIS), que ganhou controle de vastas partes do centro e do norte do Iraque. Combatentes do Estado Islâmico cometeram uma série de crimes de guerra, inclusive limpeza étnica de minorias étnicas e religiosas, através de uma campanha de assassinatos em massa de homens e de sequestros e abusos,

sexuais e outros, de mulheres e meninas. Forças do governo realizaram bombardeios indiscriminados em áreas controladas pelo Estado Islâmico, e milícias xiitas apoiadas pelo governo sequestraram e executaram dezenas de homens sunitas em áreas sob controle governamental. O conflito causou a morte de cerca de 10 mil civis entre janeiro e outubro; forçou o deslocamento de quase 2 milhões de pessoas e criou uma crise humanitária. A situação foi exacerbada pelo influxo continuado de milhares de refugiados da Síria, principalmente para a região semiautônoma do Curdistão. O governo continuou a manter milhares de pessoas detidas sem acusação nem julgamento, muitas delas em detenção secreta e sem acesso ao mundo exterior. Tortura e outros maus-tratos durante a detenção continuaram frequentes, e muitos julgamentos foram injustos. Os tribunais condenaram muitos à morte, a maioria por acusações de terrorismo; mais de mil prisioneiros estavam no corredor da morte, e as execuções prosseguiram numa taxa elevada.

INFORMAÇÕES GERAIS

Conflitos armados eclodiram em janeiro entre forças de segurança do governo e o grupo armado ISIS, um mês depois que as autoridades desmantelaram à força um acampamento de protesto montado há um ano por membros da comunidade sunita em Ramadi, província de Anbar. Forças do governo realizaram bombardeios indiscriminados para recuperar o controle de Falujah e partes de Ramadi controladas pelo grupo armado, matando civis e causando danos à infraestrutura civil. A província de Anbar permaneceu em conflito ao longo do ano, com denúncias de que o primeiro-ministro Nuri al-Maliki havia solapado os esforços de líderes tribais para negociar uma solução.

O fracasso do governo em resolver a crise, entre outros fatores, impossibilitou que Anbar impedisse o rápido avanço militar do ISIS,

cujos combatentes tomaram o controle de Mosul, a segunda maior cidade do Iraque, em junho, e, em seguida, de grande parte das províncias de Anbar, Diyala, Kirkuk, Ninevah e Salah al-Din. Isso provocou uma ressurgência dramática das tensões sectárias e enormes deslocamentos das comunidades em perigo de sofrer ataques armados do grupo armado ou ataques aéreos do governo. Minorias étnicas e religiosas foram particularmente visadas pelo ISIS, que expulsou todos os habitantes não sunitas e não muçulmanos das áreas sob seu controle.

Em 30 de junho, o ISIS declarou um “califado”, se autodenominou Estado Islâmico sob a liderança do iraquiano Abu Bakr al-Baghdadi, e convocou os muçulmanos de todo o mundo a declarar lealdade a ele.

Em agosto, combatentes do Estado Islâmico tomaram controle da região de Sinjar, matando e sequestrando grande número de habitantes yazidis que não conseguiram fugir. Após os avanços do Estado Islâmico e a decapitação pública de cidadãos do Reino Unido e dos Estados Unidos capturados pelo grupo, uma coalizão de 40 países liderada pelos EUA começou a realizar ataques aéreos contra o Estado Islâmico em agosto, e aumentou o apoio militar e o treinamento para as forças do governo iraquiano e as forças armadas curdas (*peshmerga*) que combatiam o grupo.

Eleições parlamentares foram realizadas em abril, num contexto de violência que levou à morte de dois membros da Alta Comissão Eleitoral Independente e de pelo menos três candidatos, em meio a ataques de pistoleiros contra os locais de votação em Anbar, Diyala e outras áreas predominantemente sunitas. A coalizão Estado de Direito de Nuri al-Maliki, majoritariamente xiita, ganhou o maior bloco de cadeiras, mas isso não garantiu um terceiro mandato como primeiro-ministro ao seu líder, que foi substituído em setembro após demandas nacionais e internacionais por um governo mais inclusivo.

A proposta da Lei Jafari, que pretendia regular a condição pessoal das comunidades

xiitas no Iraque, foi retirada após críticas disseminadas de que poderia minar os direitos de mulheres e meninas, inclusive legalizando o casamento de meninas de até 9 anos.

As tensões entre as autoridades de Bagdá e o governo semiautônomo regional do Curdistão, no norte do país, foram atenuadas em novembro após um acordo interino sobre as receitas do petróleo e as contribuições da região semiautônoma ao orçamento nacional.

CONFLITO ARMADO INTERNO

Forças do governo e milícias xiitas armadas e patrocinadas pelo governo cometeram crimes de guerra e violações de direitos humanos, visando predominantemente as comunidades sunitas. Em Anbar, Mosul e outras áreas sob controle do Estado Islâmico, forças do governo realizaram ataques aéreos indiscriminados contra áreas civis, inclusive com bombas de barril, que mataram e feriram civis. Em setembro, o primeiro-ministro Al Abadi exortou as forças de segurança a cessar o bombardeio de áreas civis, mas os ataques aéreos nas áreas controladas pelo Estado Islâmico continuaram, com mais mortes de civis.

Forças de segurança e milícias xiitas sequestraram ou detiveram sunitas e realizaram dezenas de execuções extrajudiciais com impunidade. Nas áreas onde o controle foi retomado do Estado Islâmico, também destruíram casas e negócios dos moradores sunitas, em represália ao suposto apoio de membros dessas comunidades ao grupo armado. Forças do Governo Regional do Curdistão também destruíram casas de árabes sunitas em represália, nas áreas que retomaram do Estado Islâmico.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Grupos armados realizaram atentados suicidas indiscriminados com carros-bomba em todo o Iraque, matando e ferindo milhares de civis. À medida que ganhavam controle

de grande parte do noroeste do Iraque, combatentes do Estado Islâmico embarcaram numa campanha sistemática de limpeza étnica, na qual cometeram crimes de guerra, inclusive execução sumária e sequestros em massa de minorias religiosas e étnicas, como cristãos, yazidis, turcomanos xiitas e shabak xiitas.

Centenas de detentos, a maioria xiitas, foram mortos por combatentes do Estado Islâmico que, em junho, tomaram a Penitenciária Central de Badush, a oeste de Mosul. Em julho, combatentes do grupo armado expulsaram milhares de cristãos de suas casas e comunidades, ameaçando-os de morte a não ser que se convertessem ao Islã, e, em agosto, realizaram ataques letais em massa contra a minoria yazidi. Os combatentes do Estado Islâmico que atacaram a região de Sinjar sequestraram milhares de civis yazidis, matando sumariamente centenas de homens e meninos de até 12 anos em Qiniyeh, Kocho e outros vilarejos. Centenas, provavelmente milhares, incluindo famílias inteiras, continuam desaparecidos. Centenas de mulheres e meninas sofreram abuso sexual.

Combatentes do Estado Islâmico também mataram membros da comunidade sunita suspeitos de se oporem a eles ou de trabalhar para o governo, para suas forças de segurança ou, anteriormente, para as forças dos EUA no Iraque. Em outubro, o Estado Islâmico matou mais de 320 membros da tribo sunita Albu Nimr, em Anbar, quando o governo procurou mobilizar e armar tribos sunitas para lutar contra o grupo.

Combatentes do Estado Islâmico executaram sumariamente centenas de pessoas que capturaram, inclusive soldados do governo. Em junho, executaram sumariamente mais de mil soldados e voluntários do exército feitos prisioneiros enquanto fugiam desarmados do acampamento Speicher, uma grande base militar em Tikrit. O grupo postou vídeos de alguns dos assassinatos na internet.

Forças do Estado Islâmico destruíram ou profanaram sítios históricos e locais de culto de todas as comunidades étnicas e religiosas, estabeleceram tribunais islâmicos nas áreas que controlavam e exigiram que aqueles que haviam trabalhado para o governo ou para forças dos EUA se arrependessem. Emitiram ordem severas quanto ao comportamento individual, exigindo que mulheres e meninas usassem véus sobre o rosto e fossem acompanhadas de um parente masculino sempre que saíssem de casa, segregando homens e mulheres nas escolas e no ambiente de trabalho, e banindo cigarros e atividades e estilos de vida “ocidentais”.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Mulheres e meninas, principalmente da comunidade yazidi, foram raptadas por combatentes do Estado Islâmico e submetidas a casamento forçado, estupro e outros abusos sexuais. Também foram supostamente vendidas como escravas e exploradas sexualmente, tanto dentro do Iraque como em áreas controladas pelo Estado Islâmico na vizinha Síria. Em novembro, mais de 200 mulheres e crianças, algumas de poucos meses de idade, conseguiram escapar do cativeiro do Estado Islâmico. Entre elas, estava uma mulher de 19 anos que foi sequestrada com outros parentes quando combatentes do grupo invadiram a região de Sinjar em agosto e a forçaram a “se casar” com um membro do Estado Islâmico que repetidamente a estuprou e espancou depois que ela tentou fugir. Ela escapou junto com uma adolescente de 15 anos que também fora raptada e dada como “esposa” a um combatente do grupo. Outras mulheres foram vítimas de execuções ilegais por criticar o Estado Islâmico ou desobedecer suas ordens. Em outubro, o grupo armado matou uma ex-parlamentar, Iman Muhammad Younes, depois de mantê-la várias semanas em cativeiro.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

As autoridades detiveram milhares de pessoas sem acusação nem julgamento, com base na lei antiterrorismo. Em fevereiro, o chefe do Comitê de Direitos Humanos do Parlamento afirmou que cerca de 40 mil detentos permaneciam na prisão aguardando investigações. Muitos foram mantidos em penitenciárias e centros de detenção administrados por diversos ministérios do governo.

Em uma carta enviada pelo Tribunal Central de Investigação ao presidente do Conselho Superior da Magistratura em 2013, e publicada em abril de 2014, denunciava-se que as autoridades continuaram a realizar prisões ilegais usando uma lista com nomes parciais de milhares de suspeitos que o Diretório Geral Antiterrorismo havia enviado a delegacias de polícia e que se referia à violência sectária de 2006 e 2007. Acredita-se que isso tenha levado à detenção de pessoas erradas, cujos nomes correspondiam em parte aos da lista.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos permaneceram comuns e disseminados em penitenciárias e centros de detenção, principalmente naqueles controlados pelos ministérios do Interior e da Defesa, e foram cometidos com impunidade. A inspeção desses centros pela Alta Comissão Independente para os Direitos Humanos foi proibida. Os interrogadores torturaram os detentos para extrair informações e “confissões” que seriam usadas contra eles em julgamento. Às vezes, os detentos foram torturados até a morte. Representantes do governo, presentes à revisão periódica anual do Iraque no Conselho de Direitos Humanos da ONU, disseram que as autoridades haviam investigado 516 casos de tortura entre 2008 e 2014, com muitos resultando em processos, mas não forneceram detalhes e não identificaram as agências de segurança responsáveis.

Uday Taha Kurdi, advogado e pai de dois filhos, morreu em junho depois de 15 dias de detenção pelos agentes do Diretório Geral Antiterrorismo em Bagdá. Numa carta à União de Advogados Iraquianos em julho, o Ministério do Interior disse que Uday Taha Kurdi havia sofrido um “problema cardíaco” durante a detenção, sendo levado ao hospital, onde morreu. O Ministério afirmou também que um juiz concluíra que Uday Taha Kurdi, cujo irmão havia sido detido por acusações de terrorismo, era “da liderança do Estado Islâmico” e pertencia a “uma família terrorista”, tendo dito ao juiz, quando perguntado, que não fora torturado. O Conselho Supremo da Magistratura afirmou que sua morte resultou de falência renal, não de tortura, como alegado. Entretanto, fotos do corpo de Uday Taha Kurdi, tiradas no necrotério e obtidas pela Anistia Internacional, mostram que, antes de morrer, ele sofreu contusões, feridas abertas e queimaduras condizentes com as denúncias de tortura.

JULGAMENTOS INJUSTOS

O sistema de justiça criminal continuou profundamente falho. O Judiciário não tinha independência. Juizes e advogados envolvidos em julgamentos de membros de grupos armados continuaram a ser alvo de assassinatos, sequestros e ataques de grupos armados. Os julgamentos, especialmente de réus acusados de terrorismo, eram frequentemente injustos; os tribunais declaravam os réus culpados com base em “confissões” obtidas mediante tortura, que eram frequentemente transmitidas no canal de TV Al Iraqiya, controlado pelo governo. Outras condenações foram baseadas em provas obtidas de informantes secretos e não identificados, inclusive em casos que resultaram em penas de morte.

Em novembro, um tribunal de Bagdá condenou o ex-líder parlamentar sunita Ahmed al-Alwani à morte por acusações relacionadas ao terrorismo, após um julgamento totalmente injusto. As forças de

segurança o haviam prendido em dezembro de 2013, depois de dispersarem à força um protesto em Anbar que já durava um ano.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Jornalistas trabalharam em condições extremamente perigosas e sofreram ameaças, tanto de agentes do Estado quanto não estatais. Alguns foram vítimas de homicídios planejados ou tentativas de assassinato; outros foram agredidos fisicamente.

Em março, Mohammad Bdaiwi al-Shammari, professor universitário e chefe do escritório da Rádio Free Iraq em Bagdá, foi morto a tiros num posto de controle em Bagdá por um soldado da Guarda Presidencial durante uma discussão sobre o acesso ao complexo presidencial. Em agosto, um tribunal condenou o soldado à prisão perpétua.

Em junho, a Comissão de Comunicações e Mídia, controlada pelo governo, emitiu orientações “obrigatórias” para regular as atividades dos meios de comunicação “durante a guerra ao terror”, proibindo-os de divulgar informações sobre forças insurgentes e de criticar as forças do governo, informando sobre suas atividades somente em termos favoráveis.

Jornalistas foram sequestrados e executados pelo Estado Islâmico nas áreas sob seu controle. Em outubro, Raad Mohammed Al Azawi, cinegrafista do canal de TV Sama Salah al-Din, foi decapitado em Samarra, depois de um mês de prisão, supostamente por se recusar a cooperar com o Estado Islâmico.

DESALOJADOS INTERNOS

Quase dois milhões de pessoas foram desalojadas de suas casas devido aos conflitos nas províncias de Anbar, Diyala, Kirkuk, Ninevah e Salah al-Din. Metade delas fugiu para a região do Curdistão iraquiano, que, em novembro, também abrigava cerca de 225 mil refugiados da Síria. Milhares de refugiados iraquianos retornaram ao Iraque, vindos da Síria e de outros lugares, mas não

puderam voltar para casa, aumentando o número de desalojados internos.

A escala sem precedentes da crise humanitária no Iraque levou a ONU a categorizá-la no nível mais alto de emergência e aconselhar os governos a assegurar proteção internacional aos requerentes de asilo iraquianos e defendê-los de repatriamento forçado.

REGIÃO DO CURDISTÃO IRAQUIANO

Embora as forças armadas curdas (*peshmergas*) tenham lutado contra o Estado Islâmico em várias áreas do norte do Iraque, as três províncias que compõem a região semiautônoma do Curdistão permaneceram relativamente imunes à violência que assolava grande parte do país. Essa situação mudou em novembro, quando um carro-bomba explodiu próximo a um prédio em Erbil, matando pelo menos 4 pessoas e ferindo outras 22.

As autoridades do Governo Regional do Curdistão continuaram a perseguir quem criticasse abertamente a corrupção oficial ou manifestasse opiniões divergentes. As autoridades executivas continuaram a interferir no Judiciário, influenciando os julgamentos. Incidentes de tortura e outros maus-tratos continuaram a ser relatados. Pessoas presas sob acusações de terrorismo foram mantidas em regime de incomunicabilidade, sem acesso à família ou advogados, por períodos prolongados.

Autoridades do Governo Regional do Curdistão continuaram a deter o jornalista Niaz Aziz Saleh, preso desde janeiro de 2012 por supostamente revelar detalhes de fraude eleitoral, sem acusações ou julgamento. A Direção Geral de Segurança (Asayish Gishti) de Erbil teria se recusado repetidamente a levá-lo aos tribunais para que fosse julgado.

PENA DE MORTE

Os tribunais continuaram a impor penas de morte para uma série de crimes. A maioria dos réus foi condenada por acusações relacionadas ao terrorismo, muitas vezes

depois de julgamentos injustos. Em abril, o Ministério da Justiça afirmou que 600 presos estavam no corredor da morte só na Penitenciária Al Nassiriya, onde novas instalações para execuções foram implantadas. Em agosto, o Ministério da Justiça declarou que 1.724 prisioneiros aguardavam execução, inclusive alguns cujas sentenças ainda não haviam sido confirmadas.

As autoridades continuaram realizando grande número de execuções, inclusive múltiplas. Em 21 de janeiro, foram executados 26 prisioneiros, menos de uma semana depois que o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, apelou às autoridades iraquianas para impor uma moratória nas execuções. Rejeitando o apelo feito durante uma coletiva de imprensa conjunta com Ban Ki-moon, o primeiro-ministro Nuri al-Maliki disse que seu governo “não acredita que os direitos de alguém que mata pessoas devam ser respeitados”.

ISRAEL E TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS

Estado de Israel

Chefe de Estado: **Reuven Rivlin** (sucedeu Shimon Peres em julho)

Chefe de governo: **Benjamin Netanyahu**

As forças israelenses cometeram crimes de guerra e violações de direitos humanos durante a ofensiva militar de 50 dias na Faixa de Gaza, que matou mais de 1.500 civis, inclusive 539 crianças, feriu milhares de outros civis e levou ao desalojamento em massa de civis e

à destruição de bens e serviços vitais. Israel manteve o seu bloqueio a Gaza por ar, mar e terra, impondo uma punição coletiva aos seus aproximadamente 1,8 milhão de habitantes e agravando a crise humanitária. Na Cisjordânia, as forças israelenses perpetraram homicídios ilegais de manifestantes palestinos, inclusive crianças, e mantiveram uma série de restrições despóticas sobre a liberdade de circulação dos palestinos, continuaram a promover assentamentos ilegais e a permitir que os colonos israelenses ataquem os palestinos e destruam suas propriedades com praticamente total impunidade. As forças israelenses detiveram milhares de palestinos, alguns dos quais disseram ter sido torturados, e mantiveram cerca de 500 pessoas detidas administrativamente sem julgamento. Dentro de Israel, as autoridades continuaram a demolir casas de beduínos palestinos em "aldeias não reconhecidas" na região de Negev/Naqab e a efetuar remoções forçadas. Também detiveram e expulsaram sumariamente milhares de migrantes estrangeiros, inclusive requerentes de asilo e presos israelenses objetores de consciência.

INFORMAÇÕES GERAIS

As tensões entre israelenses e palestinos aumentaram rapidamente em meio ao colapso das negociações patrocinadas pelos EUA em abril, a um acordo de reconciliação Fatah-Hamas, à continuação da expansão dos assentamentos ilegais de Israel na Cisjordânia e ao bloqueio de Gaza. As tensões deflagraram um novo conflito armado em julho, após o assassinato de pelo menos 15 palestinos por forças israelenses desde o início do ano, o sequestro e assassinato de três adolescentes israelenses na Cisjordânia por homens palestinos filiados ao Hamas, o assassinato, em represália, de um jovem palestino por israelenses e o lançamento de foguetes de Gaza contra Israel. Os militares israelenses lançaram uma ofensiva contra a Faixa de Gaza, a Operação Margem Protetora,

em 8 de julho, enquanto o Hamas e outros grupos armados palestinos incrementaram o lançamento de foguetes contra o sul de Israel. Após 10 dias de ataques aéreos, Israel lançou uma invasão terrestre em Gaza, retirando-se pouco antes de um cessar-fogo, mediado pelos EUA e pelo Egito, entrar em vigor após 50 dias de hostilidades.

O cessar-fogo pôs fim a um conflito aberto, mas a tensão permaneceu alta, particularmente na Cisjordânia. As relações entre as comunidades se deterioraram por conta de uma série de ataques de palestinos contra civis israelenses, inclusive um ataque contra fiéis em uma sinagoga; novos assassinatos de palestinos, inclusive manifestantes, por forças israelenses; o anúncio do governo de novas expropriações de terras e planos para construir unidades habitacionais adicionais para colonos em Jerusalém Oriental; e a decisão das autoridades israelenses, em novembro, de fechar temporariamente o acesso ao Monte do Templo em Jerusalém, impedindo que os fiéis cheguem à mesquita de Al Aqsa, um dos locais mais sagrados do Islã. O crescente reconhecimento internacional da Palestina como um Estado também contribuiu para as tensões.

Em dezembro, o P primeiro-ministro Netanyahu demitiu dois ministros por motivos que incluem divergências sobre uma proposta de " Projeto de Lei Estado-Nação ", definindo Israel como um E stado para o povo judeu. O Knesset votou pela dissolução do Parlamento e pel a realização de novas eleições em março de 2015, por iniciativa do P primeiro-ministro.

CONFLITO ARMADO

A ofensiva militar Margem Protetora, que Israel afirmou ter sido lançada em resposta a um surto de foguetes disparados contra Israel por grupos armados palestinos em Gaza, matou mais de 2.000 habitantes de Gaza, inclusive mais de 1.500 civis, entre eles cerca de 539 crianças. Ataques aéreos e terrestres israelenses danificaram

ou destruíram milhares de casas de civis, e deslocaram internamente em torno de 110.000 palestinos, assim como cortaram o fornecimento e a geração de energia e de água, além de atingirem outras instalações civis. Em Israel, foguetes e outras armas disparadas indiscriminadamente por grupos armados palestinos da Faixa de Gaza, violando as leis da guerra, mataram seis civis, inclusive uma criança, feriram dezenas e danificaram bens civis.

Durante os 50 dias de conflito, antes de o cessar-fogo entrar em vigor em 26 de agosto, as forças israelenses cometeram crimes de guerra, inclusive ataques desproporcionais e indiscriminados contra áreas civis densamente povoadas de Gaza, bem como ataques direcionados a escolas que abrigam civis e outros edifícios civis que as forças israelenses declararam que eram usados pelo Hamas como centros de comando ou para armazenar ou lançar foguetes. Na noite de 30 de julho, fogo de artilharia israelense atingiu a escola primária Jabaliya, onde mais de 3.000 civis tinham se refugiado, matando pelo menos 20 pessoas e ferindo outras. Foi a sexta vez que uma escola que estava sendo usada pela ONU para abrigar civis foi atacada desde que o conflito começou três semanas antes.

As forças israelenses também atacaram hospitais e trabalhadores da área de saúde, inclusive o pessoal das ambulâncias, encarregado de atender os feridos ou resgatar os corpos dos mortos. Dezenas de casas foram destruídas ou danificadas por mísseis ou bombas aéreas com famílias ainda dentro. Por exemplo, em oito casos documentados pela Anistia Internacional, os ataques israelenses a casas habitadas mataram pelo menos 104 civis, inclusive 62 crianças. Muitas vezes, o exército israelense não deu nenhuma justificativa para os ataques seletivos.

Nos dias que antecederam o cessar-fogo, as forças israelenses lançaram ataques que destruíram três edifícios residenciais de vários andares na Cidade de Gaza e um

moderno centro comercial em Rafah, em meio a afirmações vagas de que os edifícios residenciais abrigavam um centro de comando do Hamas e que eram "instalações ligadas a militantes palestinos", mas sem fornecer qualquer prova convincente ou uma explicação de por que, se houvesse razões militares legítimas para justificar os ataques, outros meios menos destrutivos não foram empregados.

As autoridades israelenses tentaram publicamente transferir a culpa pela grande perda de vidas e pela destruição em massa causada pela ofensiva israelense na Faixa de Gaza para o Hamas e para os grupos armados palestinos, alegando que eles dispararam foguetes e outras armas de dentro ou próximo de áreas residenciais civis, e que teriam escondido munições em edifícios civis.

LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO – O BLOQUEIO DE GAZA É AS RESTRIÇÕES NA CISJORDÂNIA

As forças israelenses mantiveram ao longo do ano seu bloqueio por terra, mar e ar a Gaza, impondo efetivamente uma punição coletiva para os cerca de 1,8 milhão de habitantes do território, predominantemente civis, com todas as importações e exportações, e qualquer movimento de pessoas dentro ou fora de Gaza sujeitos à aprovação de Israel; o fechamento da fronteira do Egito com Rafah foi mantido, deixando Gaza efetivamente isolada. As graves consequências humanitárias do bloqueio, que vigora continuamente desde junho de 2007, ficaram mais evidentes diante da proporção considerável da população de Gaza que depende da ajuda humanitária internacional para sobreviver, tendo sido ainda mais agravadas pela devastação e pelo desalojamento de pessoas provocados pela Operação Margem Protetora de Israel.

As forças israelenses controlaram o bloqueio usando armamentos letais contra os palestinos que entraram ou se aproximaram de uma zona de segurança de 500 metros de largura que impuseram dentro da fronteira

terrestre de Gaza com Israel, e contra pescadores que entraram ou se aproximaram da "zona de exclusão" que Israel mantém ao longo de toda a costa de Gaza. Forças israelenses mataram sete civis palestinos que estavam perto ou dentro da zona de segurança antes da Operação Margem Protetora, e outro após o cessar-fogo, quando a zona de segurança seria reduzida e a área de pesca permitida estendida. Tiroteios continuaram frequentes; alguns pescadores também foram baleados e feridos pelas forças navais israelenses.

Na Cisjordânia, Israel continuou a construção do muro/ cerca com torres de vigilância, principalmente em terras palestinas, voltado à proteção dos assentamentos ilegais, ao mesmo tempo impedindo o acesso de moradores palestinos a suas terras. Agricultores palestinos foram obrigados a obter licenças especiais para chegar a suas terras entre o muro e a Linha Verde que demarca a fronteira da Cisjordânia com Israel. Em toda a Cisjordânia, as forças israelenses mantêm outras restrições à livre circulação dos palestinos, utilizando os postos militares e restringindo o acesso a determinadas áreas, bem como impedindo os palestinos de usarem estradas secundárias construídas para o uso de colonos israelenses. Essas restrições dificultam o acesso dos palestinos a hospitais, escolas e locais de trabalho. Além disso, Israel transferiu palestinos à força de Jerusalém Oriental ocupada para outras áreas na Cisjordânia.

As restrições foram reforçadas ainda mais durante a Operação Guardião do Irmão: medidas repressivas tomadas pelas autoridades israelenses após o sequestro de três adolescentes israelenses que estavam pedindo carona na Cisjordânia em junho. A Operação Guardião do Irmão levou a um aumento significativo da presença militar israelense em cidades e aldeias palestinas, à morte de pelo menos cinco palestinos, a prisões em massa e a detenções, à imposição de restrições arbitrárias de viagem e a invasões de casas palestinas.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Soldados israelenses e guardas de fronteira mataram ilegalmente pelo menos 50 civis palestinos na Cisjordânia e continuaram a usar força excessiva, inclusive armamento letal, durante protestos contra a ininterrupta ocupação militar de Israel, quando prenderam ativistas políticos, e durante os 50 dias de ofensiva militar de Israel contra Gaza. Algumas mortes podem estar relacionadas a execuções extrajudiciais. Em setembro, o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários informou que o número de palestinos feridos pelas forças israelenses na Cisjordânia – mais de 4.200 desde o início de 2014 – já ultrapassou o total de 2013, e que muitos dos feridos, inclusive crianças, foram atingidos por balas de metal revestidas de borracha disparadas pelas forças israelenses. Como em anos anteriores, os soldados e guardas de fronteira usaram armamento letal contra os manifestantes, inclusive contra aqueles que jogaram pedras e outros projéteis que não constituíam uma ameaça grave a suas vidas.

IMPUNIDADE

As autoridades não conduziram investigações independentes sobre os supostos crimes de guerra e violações de direitos humanos cometidos pelas forças israelenses durante a Operação Margem Protetora e se recusaram a cooperar com uma investigação internacional designada pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. No entanto, as autoridades aparentemente têm cooperado com o Conselho de Inquérito do Secretário-Geral das Nações Unidas, criado para investigar os incidentes que atingiram edifícios da ONU em Gaza.

Em agosto, o chefe-geral do Estado-Maior das forças armadas ordenou a instauração de um inquérito para investigar mais de 90 "incidentes excepcionais" durante a Operação Margem Protetora, nos quais havia "motivos razoáveis para se suspeitar de uma violação da lei". Em setembro, foi anunciado que o advogado-geral militar concluiu os inquéritos

em nove casos e ordenou investigações criminais em outros 10.

As autoridades também não realizaram investigações adequadas sobre os tiros desferidos contra palestinos durante os protestos na Cisjordânia, apesar de evidências convincentes de que as forças israelenses repetidamente usaram força excessiva e recorreram a armamento letal em circunstâncias em que o uso de tais meios mortíferos eram injustificados.

DETENÇÃO SEM JULGAMENTO

Centenas de palestinos dos Territórios Palestinos Ocupados foram detidos sem acusação nem julgamento, por meio de ordens de detenção administrativa emitidas contra eles com base em informações secretas, às quais nem eles nem seus advogados tinham acesso e tampouco podiam contestar de forma efetiva. Após as medidas repressivas das forças de segurança contra os palestinos aplicadas depois do sequestro e do assassinato de três adolescentes israelenses em junho, o número de detentos administrativos mais do que duplicou, passando de cerca de 200 em maio para 468 em setembro.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Detentos palestinos continuaram a ser torturados e maltratados por agentes de segurança israelenses, particularmente funcionários da Agência de Segurança Interna, que frequentemente mantêm os detidos incomunicáveis durante o interrogatório, por dias e até semanas. Os métodos utilizados incluíram agressões físicas, como tapas e estrangulamento, posições algemadas e de estresse prolongado, privação de sono e ameaças contra o detento e sua família. As denúncias de tortura aumentaram em meio à onda de detenções que se seguiu ao sequestro dos adolescentes israelenses em junho.

As autoridades não tomaram medidas adequadas para prevenir a tortura ou para conduzir investigações independentes

quando os detidos denunciaram tortura, alimentando assim um clima de impunidade.

DIREITO À MORADIA – REMOÇÕES FORÇADAS E DEMOLIÇÕES

Na Cisjordânia, forças israelenses continuaram a demolir casas palestinas e outras construções, removendo à força centenas de pessoas de suas residências, muitas vezes sem aviso ou consulta prévia. As famílias de palestinos que realizaram ataques contra israelenses também tiveram as casas demolidas como medida punitiva.

Os beduínos palestinos cidadãos de Israel que vivem em aldeias "não reconhecidas" ou reconhecidas recentemente também tiveram suas casas e construções destruídas, segundo as autoridades porque foram construídas sem permissão. As autoridades israelenses proibiram qualquer construção sem autorização oficial, a qual era negada aos habitantes árabes das aldeias, que também eram privados de acesso a serviços básicos, como energia elétrica e abastecimento de água canalizada. De acordo com o Plano Praver, de 2011, as autoridades propuseram demolir 35 vilarejos "não reconhecidos" e remover à força até 70.000 habitantes beduínos de suas terras e casas atuais, acomodando-os em locais designados oficialmente. A implementação do plano, aprovado sem consulta às comunidades beduínas afetadas, ficou suspensa após a demissão, em dezembro de 2013, do ministro de governo encarregado de supervisioná-lo. Declarações oficiais anunciaram seu cancelamento, mas o exército continuou a demolir casas e outras edificações.

OBJETORES DE CONSCIÊNCIA

Os tribunais militares continuaram a impor sentenças de prisão contra cidadãos israelenses que se recusaram a realizar o serviço militar obrigatório por razões de consciência. Pelo menos seis objetores de consciência foram presos durante o ano. Omar Saad foi libertado em junho depois de cumprir 150 dias em prisão militar;

em seguida, foi declarado in adequado e dispensado do serviço militar.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Os requerentes de asilo que necessitam de proteção internacional não tiveram acesso a um processo de decisão justo. As autoridades detiveram mais de 2.000 africanos solicitantes de asilo por tempo indefinido em uma instalação no deserto de Negev/Naqab.

Mais de 2.200 solicitantes de asilo eritreus e sudaneses se encontram detidos em Holot , uma unidade de detenção no deserto inaugurada depois que o governo apressou a aprovação da Emenda 4 da Lei de Prevenção da Infiltração , em 2013. Em setembro, o Tribunal Superior de Justiça derrubou a Emenda 4 , sob o argumento de que as autoridades tinham se atribuído poderes para deter automaticamente por um ano todos os requerentes de asilo recém-chegados, violando o direito à dignidade humana. O Tribunal ordenou a o governo fechar as instalações em Holot ou estabelecer um dispositivo legislativo alternativo no prazo de 90 dias. Em dezembro, o Knesset aprovou novas alterações à lei , que permitiria a m às autoridades continuar detendo automaticamente os requerentes de asilo.

Os eritreus e sudaneses, que representavam mais de 90% de um total estimado em 47.000 requerentes de asilo africanos em Israel, continuaram sendo efetivamente privados de acesso a procedimentos justos de decisão de refúgio. Até o fim do ano, as autoridades israelenses haviam estendido a condição de refugiado a apenas dois eritreus e sudaneses, recusando muitos outros pedidos sem a devida consideração. Os requerentes de asilo eram proibidos por lei de aceitar trabalho remunerado e tinham pouco ou nenhum acesso a cuidados de saúde e serviços de bem-estar. Enquanto isso, as autoridades pressionaram muitos deles a deixar Israel "voluntariamente", com base num sistema em que se pagava para que eles retirassem seus pedidos de asilo e voltassem para seus países

de origem ou viajassem para outros países. Segundo informações, mais de 5.000 eritreus e sudaneses teriam aceitado o "regresso voluntário" nos primeiros 10 meses do ano, alguns deles deixando o país após enfrentar um risco iminente de detenção, apesar dos temores de que sofressem perseguição ou tortura nos países de onde haviam fugido. Há relatos de que alguns deles, quando voltaram para o Sudão, foram detidos e acusados de espionar para Israel.

Israel supostamente mantém acordos secretos com certos países africanos, permitindo que requerentes de asilo sejam transferidos sem poder ter acesso a um processo justo para a determinação da condição de refugiado em Israel e sem qualquer proteção contra possíveis transferências posteriores para seus países de origem, inclusive nos casos em que esse retorno constitui devolução (*refoulement*).

ITÁLIA

República Italiana

Chefe de Estado: **Giorgio Napolitano**

Chefe de governo: **Matteo Renzi**

Mais de 170 mil refugiados e migrantes que tentavam chegar à Itália vindos do Norte da África em embarcações impróprias para navegação marítima foram resgatados no mar pelas autoridades italianas. A decisão do governo de suspender no fim de outubro uma operação de resgate de pessoas em alto mar, a Mare Nostrum, suscitou preocupações de que o número de vítimas pudesse aumentar significativamente. As autoridades não asseguraram condições de recepção adequadas para o elevado número de refugiados e migrantes que chegam pelo mar. Prosseguiu a discriminação aos ciganos, com milhares sendo segregados em campos. A Itália não tipificou o crime

de tortura no direito interno nem criou uma instituição nacional de direitos humanos independente.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Mais de 170 mil refugiados e migrantes chegaram à Itália por mar, inclusive mais de 10 mil menores desacompanhados, a grande maioria tendo partido da Líbia. Até o fim de outubro, 156.362 mil foram resgatados por meio da Operação Mare Nostrum (OMN). Outras 13.668 pessoas foram resgatadas pelas autoridades italianas em novembro e dezembro. Apesar desses esforços unilaterais, acreditava-se que mais de 3.400 refugiados e migrantes tivessem se afogado na tentativa de cruzar o Mediterrâneo. Em 31 de outubro, o governo anunciou o fim da OMN, que coincidiu com o início, em 1º de novembro, de uma operação menor e focada no controle de fronteiras, denominada Operação Triton, a cargo da Frontex, o órgão da UE encarregado da gestão de fronteiras. As ONGs manifestaram preocupação de que a mudança pudesse colocar em risco a vida de muitas pessoas.¹

As autoridades se empenharam em assegurar condições de recepção adequadas para dezenas de milhares de refugiados e migrantes que desembarcaram na Sicília e em outros portos sulistas, inclusive sobreviventes de naufrágio que estavam traumatizados, bem como em proteger adequadamente milhares de menores desacompanhados.

Não houve avanços na investigação das circunstâncias em que aproximadamente 200 pessoas morreram afogadas quando um barco pesqueiro com mais de 400 refugiados e migrantes, na maioria sírios, afundou em 11 de outubro de 2013. Temia-se que falhas das autoridades maltesas e italianas pudessem ter atrasado o resgate.

Em outubro, no caso *Sharifi e Outros v. Itália e Grécia*, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que a Itália havia violado a proibição de expulsões coletivas e

exposto quatro cidadãos afegãos, que haviam chegado de forma irregular, ao risco de maus-tratos e outras violações ao devolvê-los à Grécia, bem como ao risco adicional de tortura e morte no caso de deportação para o Afeganistão.

Refugiados e requerentes de asilo, inclusive crianças, continuaram em risco de sofrer privações.

Em abril, o parlamento aprovou uma legislação requerendo que o governo abolisse no prazo de 18 meses o crime de “entrada e estadia irregulares”. Mantiveram-se as sanções penais aos migrantes irregulares que reentram no país depois de expulsos. No fim do ano, porém, “entrada e estadia irregulares” continuavam sendo crimes.

Em setembro, o Ministério do Interior autorizou a polícia a usar a força para garantir a coleta de impressões digitais durante a identificação de refugiados e migrantes. A ação foi imediatamente seguida de denúncias de uso excessivo da força no curso dos procedimentos de identificação.

Em outubro, foi adotada uma legislação reduzindo de 18 meses para 90 dias o período máximo de detenção para migrantes irregulares à espera de deportação. As condições dos centros de detenção para migrantes irregulares permaneceram inadequadas.

Trabalhadores migrantes continuaram sendo explorados e vulneráveis a abusos, geralmente sem acesso à Justiça.

DISCRIMINAÇÃO – CIGANOS

Milhares de famílias ciganas continuaram a viver em condições precárias em campos e centros segregados – mais de 4.000 famílias somente em Roma. O governo não implementou a Estratégia Nacional para a Inclusão dos Ciganos, sobretudo no que diz respeito a moradias adequadas. Diversas remoções forçadas de ciganos foram registradas em todo o país.

Prosseguia um inquérito da Comissão Europeia sobre possíveis infrações por parte da Itália da Diretiva sobre Igualdade Racial da

EU, no que se refere ao acesso dos ciganos à moradia adequada.

Famílias ciganas transferidas do campo autorizado de Cesarina, em Roma, em dezembro de 2013, a fim de permitir uma reforma no local, continuaram vivendo em condições inadequadas em uma unidade de recepção exclusiva para ciganos. As autoridades municipais de Roma declararam que as famílias retornariam ao campo assim que as obras fossem concluídas. Não foram disponibilizadas quaisquer alternativas adequadas de moradia.

Os ciganos continuaram privados de acesso às moradias de interesse social. As autoridades habitacionais de Roma não suspenderam uma circular de janeiro de 2013 que discriminava famílias ciganas que viviam em campos autorizados no que se refere à destinação de moradias sociais. Em junho, porém, no contexto de um inquérito relativo à Diretiva sobre Igualdade Racial da UE, as autoridades afirmaram que iriam aplicar a circular de modo não discriminatório.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

O Tribunal Constitucional da Itália decidiu em fevereiro que o governo tinha absoluto direito de invocar a doutrina de “segredos de Estado” em casos relativos à segurança nacional. O Tribunal de Cassação, a mais alta corte da Itália, confirmou a decisão do Tribunal Constitucional e anulou as condenações de agentes graduados do serviço de informações italiano condenados pelo sequestro de Usama Mostafa Hassan Nasr (conhecido como Abu Omar) em uma rua de Milão em 2003. Depois de sequestrado, Abu Omar foi entregue à Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) e extraditado extrajudicialmente para o Egito, onde foi torturado.

Em março, o Tribunal de Cassação manteve as condenações de três agentes da CIA, inclusive do ex-chefe da CIA em Roma, Jeff Castelli, e do ex-chefe da CIA em

Milão, Robert Seldon Lady, pelo sequestro de Abu Omar. O Tribunal decidiu que os espões da CIA não estavam protegidos por imunidade diplomática. No total, 26 cidadãos estadunidenses foram condenados à revelia no caso Abu Omar.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

As tentativas de incorporar o crime de tortura ao direito nacional fracassaram mais uma vez. Trata-se de uma infração de 15 anos das obrigações da Itália sob a Convenção da ONU contra a Tortura.

Em novembro, o Tribunal de Cassação anulou a condenação por perjúrio de Francesco Colucci, que era chefe de polícia em Genova quando dezenas de manifestantes foram torturados ou submetidos a maus-tratos durante a Cúpula do G8 em 2001. Francesco Colucci havia sido condenado por perjúrio por ter tentado evitar que o então chefe nacional da polícia, Gianni De Gennaro, e um oficial graduado da unidade de operações especiais da polícia de Genova prestassem contas. O delito prescreveu em dezembro, tornando impossível um novo julgamento.

Superlotação e condições precárias continuaram comuns em todo o sistema prisional. Para atenuar o problema da superlotação, em agosto de 2013 e fevereiro de 2014 foram adotadas legislações para reduzir a duração das penas de prisão para certos delitos e aumentar o uso de penas não privativas de liberdade. Também foi criada uma ouvidoria nacional para os direitos dos detentos. As medidas foram introduzidas após uma decisão de 2013 do Tribunal Europeu, determinando que a Itália violara a proibição da tortura e de tratamentos desumanos ou degradantes ao submeter os detentos a condições extremamente severas devido à superlotação das celas e à insuficiência de espaço vital.

MORTES SOB CUSTÓDIA

Apesar dos progressos em alguns casos, perduraram as preocupações com a

falta de prestação de contas para mortes ocorridas sob custódia, em consequência de investigações problemáticas e deficiências nos procedimentos judiciais.

Em abril, o Tribunal de Recursos de Perugia manteve a condenação de um policial por falsificação de documentos e omissão de socorro a Aldo Bianzino, que morreu na penitenciária de Perugia em 2007, dois dias depois de ser preso. A decisão confirmou ter havido falhas na investigação inicial.

Em julho, no caso de Giuseppe Uva, que morreu num hospital de Varese pouco depois de ter sido abordado pela polícia em 2008, teve início o julgamento de sete policiais por homicídio culposo, prisão ilegal e abuso de autoridade. Em outubro de 2013, um juiz negou o pedido da promotoria para encerrar o caso e ordenou uma nova investigação. Exames periciais realizados em dezembro de 2013 revelaram que Giuseppe Uva pode ter sido estuprado e submetido a outros maus-tratos.

Em outubro, o Tribunal de Recursos de Roma absolveu os médicos, enfermeiras e policiais acusados de homicídio culposo no caso de Stefano Cucchi, que morreu uma semana depois de ser preso, na ala carcerária de um hospital romano em 2009. As provas periciais foram inconclusivas. A família de Stefano temia que sinais de maus-tratos tivessem sido minimizados.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS OU INSTITUCIONAIS

Mais uma vez a Itália deixou de criar uma instituição nacional de direitos humanos, de acordo com os Princípios relativos ao Estatuto das Instituições Nacionais de Direitos Humanos (Princípios de Paris), conforme repetidamente prometeu fazer.

JAPÃO

JAPÃO

Chefe de governo: **Shinzo Abe**

O Japão continuou a se desviar das normas internacionais de direitos humanos. O governo não tratou de modo efetivo do problema da discriminação contra cidadãos estrangeiros e seus descendentes que vivem no país, como é o caso das pessoas de etnia coreana. Tampouco refutou e combateu as tentativas de negação do sistema militar de escravidão sexual do Japão durante a Segunda Guerra Mundial. O número de refugiados reconhecidos no país permaneceu muito baixo. Temia-se que a Lei sobre a Proteção de Segredos Considerados Especiais, que entrou em vigor em dezembro, pudesse prejudicar a transparência.

DISCRIMINAÇÃO

O governo não se pronunciou contra a retórica discriminadora nem coibiu o uso de termos racialmente pejorativos e de hostilidades contra pessoas de etnia coreana e seus descendentes, que costumam ser chamados de *zainichi* (literalmente, "residindo no Japão"). Ocorreram manifestações públicas nas cidades com alta proporção de residentes coreanos. Em dezembro, o Supremo Tribunal decidiu proibir que um grupo bastante conhecido, denominado "Zainichi Tokken wo Yurusana Shimin no Kai" (cidadãos contra os privilégios especiais dos zainichi), utilizasse linguagem discriminatória e intimidadora ao realizar suas manifestações próximo a uma escola de ensino fundamental para crianças coreanas em Kyoto. Com a decisão, pela primeira vez essa questão foi considerada como de discriminação racial, com base na definição contida na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, em vez de ser

1. Lives adrift: Refugees and migrants in peril in the central Mediterranean (EUR 05/006/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR05/006/2014/en

enquadrada em outros tipos de delito penal, tais como difamação ou danos à propriedade. Entretanto, até o fim do ano, o governo ainda não havia aprovado uma legislação que proibisse a apologia ao ódio que configure incitamento à discriminação, à hostilidade ou à violência, conforme as normas internacionais.¹

SISTEMA DE JUSTIÇA

O sistema *daiyo kangoku*, que permite à polícia deter suspeitos por até 23 dias antes de uma acusação formal, continuou a facilitar a tortura e outros maus-tratos com o fim de extrair confissões durante interrogatórios. Apesar das recomendações de órgãos internacionais, nenhuma medida foi tomada para abolir ou reformar esse sistema com base nas normas internacionais.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

O governo tentou recuar do pedido histórico de desculpas – conhecido como Declaração de Kono – feito duas décadas atrás às sobreviventes do sistema militar de escravidão sexual pelo qual o país assumiu responsabilidade e se desculpou perante as vítimas. Em junho, foram divulgados os resultados de um estudo encomendado pelo governo para reexaminar o processo de elaboração da Declaração de Kono. Embora discussões e decisões anteriores tenham sido respeitadas, a revisão, por si só, aumentou as tensões com países vizinhos como a República da Coreia, uma vez que foi considerada uma tentativa de negar a responsabilidade governamental. Diversas figuras públicas de relevo fizeram declarações em que negavam ou justificavam o sistema. O governo continuou se recusando a usar oficialmente o termo “escravidão sexual” e a negar reparação plena e efetiva às sobreviventes.

PENA DE MORTE

Execuções continuaram sendo consumadas. Em março, um tribunal distrital determinou

a reabertura do processo e a imediata libertação de Hakamada Iwao. Ele havia sido condenado à morte em 1968 após um julgamento injusto baseado em uma confissão forçada. Hakamada era o preso que passou mais tempo no corredor da morte em todo o mundo. Por ter ficado mais de quatro décadas encarcerado, na maior parte do tempo em regime de isolamento, passou a sofrer transtornos mentais. Um recurso da promotoria contra a reabertura do processo estava sendo examinado pelo Tribunal Superior de Tóquio.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Cerca de 4.500 indivíduos pediram asilo no Japão; porém, o número de refugiados que tiveram sua condição reconhecida de acordo com a Convenção da ONU sobre o Estatuto dos Refugiados permaneceu muito baixo. Desde 2006, o número de pedidos vem aumentando de modo constante. Enquanto o número de requerentes de Mianmar diminuiu, o de requerentes de países como Gana e Camarões aumentou.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Uma Lei sobre a Proteção de Segredos Considerados Especiais entrou em vigor em dezembro de 2014. A legislação permite que o governo classifique informações como “Segredos Considerados Especiais” quando sua “revelação possa implicar grave obstáculo à segurança nacional” nas categorias de defesa e diplomacia, bem como nas chamadas “atividades prejudiciais” e “terrorismo”. A lei poderá restringir a transparência ao limitar o acesso às informações guardadas por autoridades públicas, uma vez que a definição do que seriam tais segredos especiais é vaga e o órgão responsável pelo monitoramento da classificação carece de poderes vinculantes.

1. Japão Submission to the UN Human Rights Committee: 111th session of the Human Rights Committee (7-25 de julho de 2014) www.amnesty.org/en/library/info/ASA22/002/2014/en

LÍBANO

República Libanesa

Chefe de Estado: cargo vago desde maio, quando terminou o mandato de Michel Suleiman

Chefe de governo: Tammam Salam

Persistiram as pressões geradas pelo conflito armado na vizinha Síria. Houve novos relatos de tortura e maus-tratos de detentos. O Líbano recebeu mais de 1,2 milhão de refugiados da Síria, mas tomou medidas para restringir a entrada de refugiados desse país, inclusive de palestinos. Refugiados palestinos há muito tempo residentes no Líbano continuaram sofrendo discriminação. As mulheres permaneceram sujeitas a discriminação na lei e na prática, e não foram adequadamente protegidas contra a violência sexual e de outros tipos. Trabalhadores migrantes estrangeiros, especialmente as trabalhadoras domésticas, sofreram exploração e outros abusos. Mais de duas dezenas de homens foram processados criminalmente por supostas relações sexuais consensuais com pessoas do mesmo sexo. Houve certo progresso na solução de casos de desaparecimentos forçados de décadas atrás. A pena da morte continuou em vigor; não houve execuções. O julgamento *in absentia* de cinco pessoas em conexão com o assassinato do ex-primeiro-ministro Rafic Hariri foi aberto no Tribunal Especial para o Líbano. Forças governamentais sírias e grupos armados baseados na Síria realizaram ataques indiscriminados ao longo da fronteira.

INFORMAÇÕES GERAIS

Conflitos políticos internos impediram um consenso quanto a um novo presidente para substituir Michel Suleiman, cujo mandato terminou em maio. Em fevereiro, no entanto, as alianças rivais concordaram em formar um governo de unidade nacional com Tammam Salam como primeiro-ministro.

O Líbano evitou ser arrastado inteiramente para o conflito armado com a Síria, apesar de divisões políticas, religiosas e sociais, do influxo contínuo de refugiados da Síria e da participação de alguns libaneses, notavelmente membros do Hezbollah, no conflito sírio. Entretanto, o conflito permaneceu uma ameaça sempre presente.

A tensão política permaneceu alta ao longo do ano, exacerbada pelo conflito sírio. Ao final do ano, o Líbano havia recebido mais de 1,15 milhão de refugiados sírios e cerca de 50 mil refugiados palestinos da Síria, aumentando a população em um quarto e minando os recursos do país. As tensões relacionadas ao conflito levaram a diversos atentados violentos, especialmente em Trípoli, causando dezenas de mortes. O exército sírio periodicamente bombardeou o Vale do Bekaa e outras áreas dentro da fronteira do Líbano, e grupos armados lançaram foguetes da Síria para a região da fronteira leste do Líbano, onde também ocorreram muitos sequestros. Em agosto, membros do grupo armado Estado Islâmico postaram vídeos na internet em que decapitavam dois soldados libaneses que tinham tomado como reféns durante um conflito na vizinhança de Arsal, uma cidade na fronteira libanesa brevemente tomada pelo Estado Islâmico e outros grupos armados, inclusive a Frente Al Nusra, que supostamente executou dois outros reféns em setembro e dezembro, respectivamente. Vários bombardeios em Beirute e outros locais também pareciam estar relacionados ao conflito sírio.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Houve relatos de tortura e outros maus-tratos de suspeitos detidos. Um suspeito mantido pela Segurança Geral em maio relatou depois de sua libertação que os interrogadores haviam golpeado suas mãos e pernas com cabos elétricos, pisado nele e o insultado. As autoridades não iniciaram investigações críveis sobre as denúncias de tortura, como aquelas feitas por um rapaz de 15 anos e outras pessoas detidas após os conflitos entre

o exército libanês e grupos armados em junho de 2013 na área de Sidon.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Os refugiados sofreram restrições a seu direito de requerer asilo e outros direitos. O Líbano não assinou a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados da ONU nem o Protocolo de 1967.

No fim do ano, de acordo com o ACNUR, o órgão da ONU para os refugiados, e a UNWRA, Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina, o Líbano abrigava mais de 1,2 milhão de refugiados da Síria. Em maio, o governo efetivamente fechou a fronteira para a maioria dos palestinos que entravam pela Síria, e anunciou em junho que só permitiria a entrada de refugiados sírios de áreas na fronteira do Líbano. Em outubro, as autoridades impuseram mais restrições e pediram ao ACNUR que parasse de registrar refugiados, exceto em casos humanitários. Novas regulamentações anunciadas em 31 de dezembro exigiram que os sírios se inscrevessem para receber um de seis tipos de visto para entrar o Líbano. Foram registrados casos de refugiados sírios e palestinos da Síria sendo enviados de volta à Síria, em contravenção ao direito internacional.

O alto custo de renovar a permissão anual de residência, combinado com políticas vagas para a renovação de permissão para refugiados da Síria, levaram muitos refugiados a se tornarem ilegais, colocando-os em risco de prisão, detenção e deportação. Algumas municipalidades submeteram refugiados a toques de recolher que limitaram sua liberdade de circulação, os impediram de estabelecer assentamentos informais com tendas, ou impuseram impostos adicionais sobre os proprietários locais que alugavam propriedades a eles. O exército libanês e as forças de segurança internas também desmontaram alguns assentamentos informais, supostamente por motivos de segurança.

A presença de tantos refugiados colocou a saúde, a educação e outros recursos do Líbano sob enorme pressão. Essa situação foi exacerbada pela insuficiência de financiamento internacional, deixando muitos refugiados sem acesso à assistência médica adequada, abrigo, educação e outros serviços.

Milhares de refugiados palestinos que há muito viviam no Líbano continuaram a morar em acampamentos e assentamentos informais, muitas vezes em condições precárias. Eles enfrentaram leis e regulamentos discriminatórios, como os que lhes negaram o direito de herdar propriedades, o direito de trabalhar em cerca de 20 profissões e outros direitos básicos.

DIREITOS DAS MULHERES

As mulheres sofreram discriminação na lei e na prática. Leis sobre a condição pessoal, que regulam assuntos como casamento, impediram mulheres libanesas com maridos estrangeiros de passar aos filhos sua nacionalidade. Em abril, uma nova lei criminalizou a violência doméstica de forma específica pela primeira vez. Entre outras deficiências dessa legislação, estava a não criminalização do estupro marital. Por outro lado, a lei previa a criação de abrigos temporários e medidas para aumentar a eficácia da polícia e dos promotores públicos ao lidar com a violência doméstica.

DIREITOS DOS TRABALHADORES MIGRANTES

Trabalhadores migrantes sofreram exploração e abuso, particularmente as trabalhadoras domésticas, cujos direitos trabalhistas – como dias de folga fixos, períodos de repouso, salários e condições humanas – não eram protegidos por lei, deixando-as vulneráveis a abusos físicos, sexuais e outros pelos empregadores. Os trabalhadores domésticos eram contratados de modo a permanecerem vinculados aos seus empregadores, que agiam como “patrocinadores”, condições que facilitavam o abuso.

Com frequência, os empregadores retinham os passaportes dos trabalhadores para impedi-los de abandonar o trabalho em condições abusivas. Em junho, pela primeira vez, um juiz ordenou que um empregador devolvesse o passaporte de uma trabalhadora doméstica, determinando que sua retenção pelo empregador violava a liberdade de circulação da empregada.

Direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais

O artigo 534 do Código Penal, que proíbe relações sexuais “contrárias à ordem da natureza”, foi usado para processar várias atividades sexuais consensuais, incluindo o sexo entre homens. Em janeiro, um juiz determinou que o artigo 534 não era aplicável no caso de uma mulher transgênero mantendo relações sexuais com homens. Em agosto, as autoridades prenderam 27 homens numa casa de banho em Beirute e os acusaram de crimes previstos no artigo 534 e em disposições relacionadas à “decência pública” e à prostituição.

Em janeiro, cinco homens presos sob suspeita de terem relações sexuais com pessoas do mesmo sexo foram supostamente submetidos a exames anais por um médico, apesar de a Ordem dos Médicos Libanesa ter declarado em 2012 que era inadmissível que médicos realizassem esses exames, que violam a proibição internacional de tortura e outros maus-tratos, e de uma circular do Ministro da Justiça, no mesmo ano, pedindo que os promotores públicos pusessem fim a essa prática.

JUSTIÇA INTERNACIONAL

Tribunal Especial para o Líbano

O julgamento de quatro réus acusados de envolvimento no assassinato do ex-primeiro-ministro libanês Rafic Hariri em 2005 ocorreu em janeiro no Tribunal Especial para o Líbano na Holanda. Os quatro réus, e um quinto cujo julgamento foi vinculado ao deles pelo Tribunal em fevereiro, continuavam todos em liberdade e foram julgados *in absentia*. Em abril, o Tribunal Especial acusou dois

jornalistas libaneses e seus respectivos veículos de imprensa de desacato, por divulgarem informações confidenciais sobre as testemunhas do julgamento dos cinco acusados.

IMPUNIDADE – DESAPARECIMENTOS FORÇADOS E SEQUESTROS

O destino de milhares de pessoas que foram submetidas a desaparecimentos forçados, sequestros ou privação ilegal de liberdade durante e depois da guerra civil do Líbano (1975-1990) em grande parte ainda não foi revelado. Em março, no entanto, o Conselho Shura determinou que o relatório completo, ainda não publicado, da Comissão de Inquérito Oficial para Investigar o Destino de Pessoas Sequestradas e Desaparecidas no Líbano, de 2000, fosse disponibilizado às famílias dos desaparecidos. Depois que os recursos contra essa decisão foram rejeitados, o relatório completo foi entregue em setembro a um advogado que representava as famílias.

O Líbano assinou a Declaração sobre Desaparecimentos Forçados em 2007, mas ainda não a ratificou.

PENA DE MORTE

Os tribunais continuaram a impor sentenças de morte por assassinato e crimes relacionados ao terrorismo, algumas inclusive *in absentia*. Nenhuma execução foi realizada desde 2004.

LÍBIA

Estado da Líbia

Chefe de Estado: Em disputa (Agila Saleh

Essa Gweider, presidente da Câmara dos Representantes, sucedeu Nuri Abu Sahmain, presidente do Congresso Nacional Geral, em agosto).

Chefe de governo: Em disputa (Abdallah al-Thinni sucedeu Ali Zeidan, em março; Ahmad Matiq sucedeu brevemente Abdallah al-Thinni, em maio, em uma votação contestada julgada inconstitucional; Abdallah al-Thinni sucedeu Ahmad Matiq, em junho).

Milícias e outras forças armadas cometeram possíveis crimes de guerra, outras violações graves do direito internacional humanitário e abusos dos direitos humanos. Elas mataram ou feriram centenas de civis e destruíram e danificaram infraestruturas e bens civis, em bombardeios indiscriminados de áreas civis em Benghazi, Trípoli, Warshafana, Zawiya, nas Montanhas de Nafusa e outros locais. Forças do Amanhecer da Líbia, das Brigadas de Zintan e das milícias de Warshafana sequestraram civis com base em sua origem ou filiação política, torturaram e maltrataram detidos e, em alguns casos, executaram sumariamente combatentes capturados. Forças islâmicas ligadas ao Conselho da Shura de Revolucionários de Benghazi também sequestraram civis e executaram sumariamente dezenas de soldados capturados. Forças da Operação Dignidade, que ganhou o apoio do governo interino baseado em Tobruk, realizaram ataques aéreos em áreas residenciais, causando danos a bens e provocando a morte de civis; torturaram ou maltrataram alguns civis e combatentes detidos e foram responsáveis por diversas execuções sumárias. Os assassinatos políticos foram comuns e realizados com impunidade; centenas de agentes de segurança, funcionários do Estado, líderes religiosos,

ativistas, juízes, jornalistas e ativistas de direitos foram assassinados. O julgamento de 37 autoridades do governo de Muammar al-Gaddafi teve início em meio a sérias preocupações com o devido processo legal; a tortura permaneceu extensamente praticada; jornalistas foram alvo por suas reportagens e os abusos contra estrangeiros aumentaram. A impunidade, inclusive pelas violações e abusos dos direitos humanos cometidos no passado, continuou arraigada.

INFORMAÇÕES GERAIS

Após meses de aprofundamento da polarização política e da crise sobre a legitimidade e o mandato do Congresso Nacional Geral (CNG), o primeiro Parlamento eleito da Líbia, o país mergulhou no caos à medida que Benghazi, Derna, Trípoli, Warshafana, as Montanhas de Nafusa e outras áreas foram tomadas por conflitos armados motivados por questões políticas, ideológicas, regionais e tribais.

A tensão aumentou na época das eleições de fevereiro para uma Assembleia Constituinte, encarregada de elaborar uma nova Constituição. As eleições para a assembleia foram marcadas pela violência, pelo boicote de algumas minorias étnicas e pela baixa atribuição de cadeiras para mulheres. Até o fim do ano, a assembleia havia publicado suas recomendações preliminares e as colocou para consulta pública.

Em maio, o general reformado do Exército Khalifa Haftar lançou a Operação Dignidade, uma ofensiva militar com o objetivo declarado de combater o terrorismo em Benghazi contra uma coalizão formada pelo Ansar al-Sharia e outros grupos armados islâmicos (mais tarde chamada de Conselho da Shura de Revolucionários de Benghazi). Inicialmente denunciada pelas autoridades, a Operação Dignidade, que depois se estendeu para Derna, ganhou o apoio do novo governo que tomou posse após as eleições de junho para a Câmara dos Representantes (CR). A CR foi o órgão que substituiu o CNG. Essas eleições,

também marcadas pela violência e pelo baixo comparecimento às urnas, resultaram na derrota dos partidos islâmicos.

Em julho, uma coalizão de milícias baseadas predominantemente em Misratah, Zawiya e Trípoli lançou uma ofensiva militar, o Amanhecer da Líbia, em nome da proteção da “Revolução de 17 de fevereiro” contra milícias rivais de Zintan e Warshafana, filiadas aos partidos liberais e federalistas na liderança da CR, que elas acusavam de realizar uma contrarrevolução junto com a Operação Dignidade. Em agosto, a CR foi realocada em razão da insegurança em Trípoli, estabelecendo sua base em Tobruk, em meio ao boicote de 30 de seus membros. A câmara reconheceu a Operação Dignidade como uma operação militar legítima liderada pelo Exército líbio, declarou as forças do Amanhecer da Líbia e o Ansar al-Sharia como grupos terroristas, e pediu a intervenção estrangeira para proteger os civis e as instituições estatais. Aviões dos Emirados Árabes Unidos que voavam de bases aéreas egípcias supostamente realizaram ataques aéreos contra as forças do Amanhecer da Líbia enquanto estas lutavam para ganhar o controle do Aeroporto Internacional de Trípoli, o que conseguiram em 23 de agosto; forçaram as Brigadas de Zintan a deixar a capital e ganharam o controle das instituições estatais locais. O conflito e a insegurança resultante, motivada por ataques a diplomatas estrangeiros e funcionários de organizações internacionais, levaram a Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia (UNSMIL), cujo mandato o Conselho de Segurança da ONU renovou em março, embaixadas estrangeiras e organizações internacionais a suspender suas operações em Trípoli e evacuar suas equipes. Ao longo do ano, bombardeios e outros ataques tiveram como alvo prédios governamentais e lugares públicos.

Após a captura de Trípoli, as forças do Amanhecer da Líbia reuniram novamente o CNG, que nomeou um novo primeiro-ministro e um Governo de Salvação Nacional (GSN). O GSN alegou que havia tomado o controle da

maioria das instituições estatais no oeste, em oposição ao governo da CR em Tobruk.

Em 6 de novembro, a Suprema Corte emitiu uma decisão que invalidou as eleições para a CR. O governo baseado em Tobruk, reconhecido pela ONU e apoiado pela maioria da comunidade internacional, rejeitou a decisão, alegando que os juízes haviam sido ameaçados pelo Amanhecer da Líbia. Confrontos armados entre tribos rivais continuaram em Sabha e Obari, no sudoeste da Líbia, levando a um agravamento da situação humanitária. Derna, uma cidade no leste, foi controlada por grupos armados islâmicos que impuseram uma interpretação rígida da sharia (a lei islâmica) e cometeram graves abusos dos direitos humanos. Em outubro, um grupo armado baseado em Derna, o Conselho da Shura da Juventude Islâmica, declarou lealdade ao grupo armado Estado Islâmico que lutava na Síria e no Iraque.

CONFLITO ARMADO INTERNO

As partes em conflito no leste e oeste da Líbia realizaram ataques indiscriminados que resultaram em centenas de mortes de civis e danos a prédios e infraestruturas civis, como hospitais, casas, mesquitas, empresas, fazendas, usinas de energia, aeroportos, estradas e um grande espaço de armazenamento de combustível. Artilharia, morteiros, foguetes Grad e armas antiaéreas foram disparadas a partir de áreas residenciais e contra essas áreas. Forças da Operação Dignidade realizaram ataques aéreos em Benghazi, Derna, Trípoli, Zuara, Bir al-Ghanem e Misratah, às vezes em áreas residenciais, supostamente matando e ferindo civis e danificando prédios civis. As Brigadas de Zintan supostamente utilizaram minas antipessoais nos arredores do Aeroporto Internacional de Trípoli.

O ataque do Amanhecer da Líbia às Brigadas de Zintan, que protegiam o Aeroporto Internacional de Trípoli, danificou diversos prédios e aeronaves, segundo as autoridades. Em dezembro, um foguete

atingiu um grande reservatório de óleo no porto de Al-Sider, resultando num incêndio e na destruição de até 1,8 milhão de barris de petróleo bruto.

Com algumas exceções, milícias, unidades do Exército e grupos armados mostraram negligência com as vidas, os bens e as infraestruturas civis, e não tomaram as precauções necessárias para evitar ou minimizar as mortes e danos civis. Confrontos intensos em áreas residenciais prejudicaram a assistência à saúde, principalmente em Warshafana e Benghazi, onde os pacientes tiveram de ser evacuados de hospitais. Falta de combustível, de eletricidade, de alimentos e de medicamentos foram relatadas em toda a Líbia.

Em Warshafana e Trípoli, forças do Amanhecer da Líbia saquearam e incendiaram casas e outros bens de civis com base na origem ou afiliação política dos proprietários. Grupos armados negaram acesso à ajuda humanitária em Obari e obstruíram a evacuação dos feridos em Kikla.

O ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, estimou que quase 395 mil pessoas foram deslocadas dentro do país pelo conflito entre meados de maio e meados de novembro. A comunidade de Tauarga, desalojada desde 2011, sofreu novo deslocamento e ataques de milícias; muitos buscaram abrigo em parques municipais e estacionamentos de automóveis.

Forças armadas de todos os lados realizaram sequestros como represália, retendo civis apenas em razão de sua origem ou suposta filiação política, muitas vezes como reféns para garantir a troca de prisioneiros. Tanto as forças do Amanhecer da Líbia quanto grupos armados filiados à coalizão Zintan-Warshafana torturaram e maltrataram combatentes capturados e civis que eles sequestraram, utilizando choques elétricos, posições estressantes e privação de alimentos, água e instalações sanitárias adequadas. Combatentes capturados foram submetidos a execuções sumárias por todas as partes no conflito. Em

Benghazi, forças associadas ao Conselho da Shura de Revolucionários de Benghazi sequestraram civis e realizaram execuções sumárias, inclusive decapitações de soldados capturados e de supostos apoiadores da Operação Dignidade. Grupos alinhados às forças da Operação Dignidade incendiaram e destruíram dezenas de casas e outros bens de supostos islâmicos; detiveram civis em razão de sua filiação política; e realizaram diversos atos de tortura e outros maus-tratos, além de várias execuções sumárias.

HOMICÍDIOS ILEGAIS

Centenas de pessoas, como agentes de segurança, funcionários do Estado, líderes religiosos, ativistas, jornalistas, juizes e procuradores, foram mortas em assassinatos motivados politicamente em Benghazi, Derna e Sirte, supostamente por grupos armados islâmicos. Nenhum dos responsáveis teve de prestar contas. Em maio, homens armados mataram a tiros um delegado da Cruz Vermelha Internacional, em Sirte.

Em junho, a advogada de direitos humanos e ativista Salwa Bughaighis foi morta a tiros em sua casa depois de dar uma entrevista à imprensa na qual acusou grupos armados de minar as eleições parlamentares. Em julho, agressores não identificados mataram Fariha Barkawi, ex-membro do CNG, em Derna. Em 19 de setembro, dia conhecido como Sexta-feira Negra, pelo menos 10 pessoas, inclusive dois jovens ativistas, foram mortas por agressores não identificados.

Duas mortes públicas em estilo de execução, além de açoitamentos públicos, foram realizadas pelo Conselho da Shura da Juventude Islâmica, um grupo armado que controla Derna e que lá estabeleceu um Tribunal Islâmico. Em agosto, um homem egípcio acusado de roubo e assassinato foi morto a tiros em um estádio em Derna. Em novembro, três ativistas foram decapitados em Derna, depois de sequestrados supostamente por um grupo armado islâmico. Em dezembro, o Tribunal Islâmico emitiu uma mensagem de advertência aos funcionários

atuais e antigos dos ministérios do Interior, da Justiça e da Defesa.

LIBERDADES DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

O CNG tornou mais rígidas as restrições às liberdades de expressão, de associação e de reunião. O Decreto 5/2014, aprovado pelo CNG em janeiro, proibiu as estações de televisão por satélite de transmitir visões consideradas “hostis à Revolução de 17 de Fevereiro”, enquanto o decreto 13/2014 deu poder às autoridades para suspender as bolsas de estudos de estudantes e os salários de funcionários públicos no exterior que se engajassem em “atividades hostis à Revolução de 17 de Fevereiro”. A Lei 5/2014 alterou o Artigo 195 do Código Penal para criminalizar insultos às autoridades, ao emblema e à bandeira do Estado, bem como qualquer ato percebido como “um ataque contra a Revolução de 17 de Fevereiro”.

Em janeiro, um tribunal condenou um engenheiro a três anos de prisão por ele ter participado de um protesto em junho de 2011, em Londres, no Reino Unido, contra o envolvimento da OTAN no conflito líbio, e por ele ter supostamente publicado informações falsas sobre a Líbia.

Em novembro, o editor do jornal Amara al-Khattabi foi condenado a cinco anos de prisão por insultar autoridades públicas, sendo proibido de praticar o jornalismo, despojado de seus direitos civis pela duração da sentença e condenado a pagar multas pesadas¹.

As milícias intensificaram seus ataques à imprensa, sequestrando dezenas de jornalistas e submetendo outros a agressões físicas ou maus-tratos, detenções arbitrárias, ameaças e tentativas de assassinato. Pelo menos quatro jornalistas foram mortos ilegalmente, incluindo Muftah Abu Zeid, editor de jornal que foi morto a tiros em maio, por homens armados não identificados em Benghazi. Em agosto, forças do Amanhecer da Líbia em Trípoli destruíram e incendiaram

as instalações de duas estações de TV, a Al-Assema e a Lybia International.

Dezenas de jornalistas, defensores dos direitos humanos e ativistas deixaram o país em razão das ameaças feitas por milícias. Em setembro, forças do Amanhecer da Líbia teriam invadido os escritórios da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e levado seu arquivo de queixas individuais, motivando temores de que as vítimas de abusos pudessem sofrer represálias.

Em novembro, o Conselho Nacional para os Direitos Humanos e as Liberdades Cívicas foi fechado, supostamente pelas forças do Amanhecer da Líbia, com intimidações contra seus membros.

SISTEMA DE JUSTIÇA

O sistema de justiça permaneceu paralisado pela violência e pela ilegalidade, dificultando as investigações de abusos. Em março, os tribunais suspenderam seu trabalho em Derna, Benghazi e Sirte, em meio a ameaças e ataques contra juizes e procuradores. O Ministério da Justiça exerceu controle apenas nominal dos muitos centros de detenção que abrigavam supostos apoiadores de Muammar Gaddafi.

O prazo de 2 de abril estabelecido pela Lei de Justiça Transicional e prorrogado pelo CNG para acusar ou libertar todos os detidos em relação ao conflito de 2011 não foi cumprido. Até março, apenas 10% dos 6.200 detidos em prisões administradas pelo Ministério da Justiça haviam sido julgados, enquanto centenas continuavam detidos sem acusação em condições precárias. Ordens de soltura não foram cumpridas devido à pressão da milícia.

Os atrasos nos processos de supostos apoiadores de Gaddafi detidos desde 2011 foram exacerbados pelos novos conflitos, pois os bombardeios impediram o traslado dos detidos para julgamento. Visitas familiares às prisões foram suspensas em diversas cidades, motivando preocupação com a segurança dos reclusos.

O julgamento de 37 ex-autoridades do governo de Muammar Gaddafi começou em março, em meio a sérias preocupações sobre o devido processo legal. Os advogados de defesa foram impedidos de ter acesso a algumas provas, tiveram tempo insuficiente para se preparar e foram intimidados. Saif al-Islam Gaddafi, um dos filhos de Muammar Gaddafi e o principal réu, apareceu no tribunal apenas por meio de um link de vídeo, uma vez que permanecia sob custódia da milícia em Zintan, lançando dúvidas a respeito da autoridade do tribunal sobre ele. As autoridades responsáveis pelo complexo prisional Al Hadba, que abriga o tribunal, negaram o acesso de alguns observadores independentes ao julgamento, inclusive da Anistia Internacional.

Um vídeo com as “confissões” de outro filho de Muammar Gaddafi, Saadi Gaddafi, foi transmitido na televisão líbia após ele ser extraditado do Níger e preso em Al Hadba. As autoridades penitenciárias o interrogaram sem acesso a um advogado e impediram a UNSMIL, a Anistia Internacional e outros de ter acesso a ele, apesar de a promotoria ter autorizado tais visitas.

Em Zawiya, a oeste de Trípoli, dezenas de apoiadores de Gaddafi ficaram detidos por até 18 meses além da data em que deveriam ter sido libertados, pois as condenações não consideraram seu período de detenção arbitrária pelas milícias. A tortura e outros maus-tratos permaneceram generalizados tanto nos presídios públicos quanto nos das milícias, e mortes em custódia causadas por tortura continuaram sendo relatadas.

IMPUNIDADE

As autoridades não realizaram investigações significativas dos supostos crimes de guerra e dos graves abusos dos direitos humanos cometidos durante o conflito armado de 2011, nem abordaram o legado de violações cometidas no passado sob o governo de Muammar Gaddafi, inclusive o assassinato em massa de mais de 1.200 detentos na prisão de Abu Salim em 1996.

As autoridades não entregaram Saif al-Islam Gaddafi ao Tribunal Penal Internacional (TPI) para enfrentar um processo por acusações de crimes contra a humanidade. Em maio, a Câmara de Apelações do TPI confirmou a obrigação legal da Líbia de transferi-lo para a custódia do TPI.

Em julho, a Câmara de Apelações do TPI confirmou a decisão de que Abdallah al-Senussi, ex-chefe da inteligência militar acusado de crimes contra a humanidade, poderia ser julgado em seu país. Sérias preocupações permaneceram, no entanto, sobre violações do seu direito ao devido processo legal, incluindo o acesso restrito a um advogado de sua escolha.

O procurador do TPI deu início a um segundo caso e começou a compilar provas contra suspeitos residentes no exterior, em conformidade com um acordo de 2013 com o governo líbio sobre processos contra autoridades da era Gaddafi. Apesar de expressar preocupação em novembro de que “crimes estivessem sendo cometidos dentro da jurisdição do TPI”, o procurador do TPI não iniciou as investigações dos crimes cometidos pelas milícias.

Em agosto, a Resolução 2174 do Conselho de Segurança da ONU estendeu o escopo das sanções internacionais para incluir os responsáveis por “planejar, dirigir ou cometer” violações do direito internacional dos direitos humanos ou do direito internacional humanitário ou abusos dos direitos humanos na Líbia.

DIREITOS DAS MULHERES

As mulheres continuaram a enfrentar discriminação na lei e na prática, e não foram protegidas de maneira adequada contra a violência baseada em gênero. As denúncias de assédio sexual aumentaram. Um decreto que prevê indenizações às vítimas de violência sexual por parte de agentes do Estado durante o governo Gaddafi e o conflito de 2011 foi adotado, mas permaneceu não aplicado em grande parte.

Mulheres que se candidataram à Assembleia Constituinte enfrentaram dificuldades para realizar campanhas e registrar-se para votar.

Ativistas dos direitos das mulheres enfrentaram intimidação e, em alguns casos, agressão pelas milícias. Mulheres sem véu foram cada vez mais abordadas, assediadas e ameaçadas em postos de controle. Diversas mulheres teriam sido mortas por familiares do sexo masculino nos chamados crimes “em nome da honra”, na área de Sabha.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Milhares de migrantes, solicitantes de asilo e refugiados sem documentos foram detidos indefinidamente por infrações relacionadas à migração, após serem interceptados no mar ou parados para verificação de identidade. Eles foram submetidos a tortura e outros maus-tratos nos centros de detenção administrados pelo Ministério do Interior e pelas milícias, inclusive em razão de sua religião, e obrigados a fazer trabalhos forçados. Mulheres enfrentaram revistas corporais intrusivas por guardas do sexo masculino.

Cidadãos estrangeiros, em particular os cristãos coptas egípcios, foram sequestrados, agredidos e mortos ilegalmente em razão de suas crenças religiosas. Em fevereiro, sete trabalhadores migrantes egípcios cristãos coptas foram sequestrados e mortos a tiros em Benghazi, supostamente por membros do Ansar al-Sharia.

As autoridades continuaram a submeter cidadãos estrangeiros a exames médicos obrigatórios como pré-requisito para emitir permissões de residência e trabalho, e detinham todos os que eram diagnosticados com infecções como hepatite B ou C e HIV, até que fossem deportados.

Cidadãos estrangeiros foram alvo de sequestros e agressões em troca de resgate. Ao entrar na Líbia de forma irregular, muitos eram vítimas de tráfico de pessoas nas mãos de traficantes.

A escalada da violência levou cerca de 130 mil refugiados e migrantes, inclusive da Síria, a viajar para a Itália em barcos de pesca superlotados e sem condições de navegar. Antes de partirem, muitos passaram semanas trancados em casas pelos traficantes, e foram explorados, coagidos e agredidos. Traficantes forçaram africanos subsaarianos a viajar abaixo do deque em casas de máquinas superaquecidas, sem água nem ventilação. Alguns morreram por asfixia ou intoxicação por fumaça.

O ACNUR informou em meados de novembro que 14 mil refugiados e solicitantes de asilo registrados ficaram presos em zonas de conflito na Líbia.

DISCRIMINAÇÃO – MINORIAS RELIGIOSAS E ÉTNICAS

Os ataques a locais de prática religiosa sufi continuaram, enquanto as autoridades não proviam proteção adequada nem conduziam investigações. Túmulos sufis foram destruídos em Trípoli, Brak al-Shatti, Derna e Awjila. Em julho, agressores não identificados sequestraram em Trípoli o imã sufi Tarek Abbas; ele foi libertado em dezembro.

Ateus e agnósticos líbios sofreram ameaças e intimidação de milícias devido ao que escreveram nas redes sociais.

As minorias étnicas tabu e tuaregue continuaram a enfrentar obstáculos para adquirir as cartilhas de identidade familiar, dificultando seu acesso a atendimento médico, educação e participação política.

PENA DE MORTE

A pena de morte permaneceu em vigor para uma ampla variedade de crimes. Nenhuma execução judicial foi relatada.

1. Libya: Jail sentence of Libyan editor a blow to free expression (MDE 19/010/2014)

www.amnesty.org/en/library/asset/MDE19/010/2014/en/fceae73d-bc0e-49e5-8b19-b08f74d4057b/mde190102014en.pdf

MÉXICO

Estados Unidos Mexicanos

Chefe de Estado e de governo: **Enrique Peña Nieto**

Surgiram novas denúncias de desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais e torturas, dentro de um quadro de crime organizado e falta de prestação de contas, tanto na polícia quanto nas forças armadas. A impunidade por violações de direitos humanos e por crimes comuns continuou sendo a regra. Segundo estatísticas oficiais, mais de 22 mil pessoas permaneciam sequestradas, submetidas a desaparecimentos forçados ou simplesmente sumidas, inclusive 43 estudantes do estado de Guerrero. Os esforços de busca das pessoas desaparecidas geralmente foram ineficazes. As denúncias de tortura e outros maus-tratos continuaram extensas, assim como o fracasso de promotores federais e estaduais em investigar adequadamente essas denúncias. A Suprema Corte reforçou as obrigações legais para a exclusão de provas obtidas mediante tortura. Muitas violações de direitos humanos continuaram sendo atribuídas a soldados do exército e da marinha, que seguiram sendo mobilizados em grande quantidade para operações de aplicação da lei, inclusive no combate ao crime organizado. A competência militar sobre violações de direitos humanos cometidas por militares contra civis foi abolida após décadas de campanhas por parte de vítimas e de organizações da sociedade civil. Defensores dos direitos humanos e jornalistas foram hostilizados, ameaçados ou assassinados. Alguns enfrentaram processos penais com motivações políticas. Migrantes irregulares em trânsito sofreram ameaças de morte, sequestro, extorsão, violência sexual e tráfico de pessoas; os perpetradores raramente foram levados à Justiça. Apesar da legislação de combate à violência contra

a mulher, a violência baseada em gênero era prática rotineira em muitos estados. Projetos de infraestrutura e de exploração de recursos, que afetaram comunidades indígenas em diferentes regiões do país, geraram protestos e demandas por consulta adequada e consentimento.

INFORMAÇÕES GERAIS

O governo prosseguiu com seu programa de reformas legislativas nos setores de energia, educação, telecomunicações e organização política. Apesar da publicação de um Programa Nacional de Direitos Humanos, houve poucas indicações de medidas substanciais para tratar da situação de direitos humanos.

Vários estados, como Puebla, Quintana Roo, Chiapas e o Distrito Federal adotaram ou pretendiam adotar legislações sobre o uso da força por agentes de aplicação lei durante manifestações. Tais alterações eram incompatíveis com as normas internacionais de direitos humanos e ameaçavam as liberdades de expressão e de associação. No estado de Puebla, que recentemente aprovou uma dessas leis, policiais estavam sendo investigados no fim do ano pela morte de um menino de 13 anos que perdeu a vida no contexto de uma manifestação, possivelmente em consequência do uso de força excessiva. Após o incidente, as mudanças feitas na lei foram submetidas a uma revisão.

Em novembro, o Senado designou o novo presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) para o período 2014-2019. Organizações de direitos humanos pediram total transparência e respeito ao processo de consulta, em cumprimento às normas internacionais. Todavia, os senadores permitiram a realização de um único encontro com a sociedade civil, no qual um número limitado de organizações teve que apresentar brevemente seus pontos de vista, sem qualquer debate posterior. Defensores dos direitos humanos reiteraram suas preocupações com a ineficácia da (CNDH) em lidar com a grave situação dos direitos

humanos, e pediram que o órgão cumprisse o papel crucial que lhe cabe na proteção dos direitos humanos e na luta contra a impunidade.

Em resposta às extensas manifestações realizadas para exigir justiça no caso dos 43 estudantes desaparecidos, o Presidente Peña Nieto anunciou, no dia 27 de novembro, uma série de medidas políticas e legislativas, tais como uma mudança constitucional que daria ao Estado controle sobre as polícias locais. As medidas seriam implementadas em diferentes estágios, começando pelos estados de Guerrero, Jalisco, Michoacán e Tamaulipas. O presidente também propôs a criação de uma linha nacional de emergência, o número 911, bem como de zonas econômicas especiais nas áreas mais pobres ao Sul do país.

FORÇAS POLICIAIS E DE SEGURANÇA

Apesar das afirmativas oficiais de que os episódios de violência relacionados ao crime organizado diminuíram, a situação continuou grave. O número total de homicídios nos primeiros nove meses do ano foi de 24.746, sendo que nos primeiros nove meses de 2013 havia sido de 26.001. Em setembro, um estudo oficial de abrangência nacional estimou que o número de sequestros em 2013 chegou a 131.946, enquanto que em 2012 havia sido de 105.682. Soldados do exército e da marinha continuaram a desempenhar funções de aplicação da lei em muitos estados, geralmente agindo sem qualquer prestação efetiva de contas, o que resultou em denúncias de detenções arbitrárias, execuções extrajudiciais, tortura e outros maus-tratos.

Para reagir à alta incidência de violência por parte do crime organizado, geralmente com a convivência de autoridades locais, diversos grupos de autodefesa civil surgiram no estado de Michoacán. Em consequência, o governo federal enviou para o estado um grande contingente de militares e policiais federais, com um novo diretor federal, para cuidar da política de segurança no estado. As

negociações estabelecidas com vários grupos de autodefesa resultou em sua incorporação às forças de segurança pública oficiais na condição de polícia rural.

As comunidades indígenas do estado de Guerrero denunciaram que alguns de seus membros e líderes foram presos e processados. Anteriormente, essas comunidades já haviam estabelecido acordos com o governo relativos às suas próprias atividades de aplicação da lei nas áreas indígenas, frente à situação de prolongada negligência e crescentes índices de criminalidade. Os processos contra as lideranças aparentavam motivações políticas.

Em julho, soldados mataram 22 pessoas que supostamente pertenciam a uma gangue armada de Tlatlaya, estado de México, em circunstâncias que as autoridades alegaram se tratar de uma troca de tiros com pistoleiros. O ministério público federal não efetuou investigações adicionais, apesar das evidências de que algumas das vítimas foram mortas à queima-roupa. Em setembro, a imprensa revelou depoimentos de testemunhas indicando que, após uma curta troca de tiros, muitos dos mortos foram executados extrajudicialmente depois de se renderem. No dia 8 de novembro, sete militares foram acusados e estavam sendo investigados pelas execuções, mas não ficou claro se os oficiais que tentaram acobertar o incidente também seriam processados pelo sistema de justiça civil.

Depois de alguns atrasos, a nova gendarmaria começou a operar em agosto com 5.000 agentes que integram uma divisão da Polícia Federal. A Gendarmaria resultou em uma força menor do que originalmente proposto. Suas funções e práticas operacionais ainda eram incertas. O governo não atendeu as recomendações de assegurar mecanismos de prestação de contas mais robustos, bem como protocolos de operação e supervisão efetiva para prevenir violações de direitos humanos. Nos estados de Guerrero e México, a força foi

temporariamente destacada para assumir funções policiais.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Sequestros e desaparecimentos forçados continuaram a acontecer em grandes proporções. O paradeiro da maioria das vítimas permanecia desconhecido. Durante o ano, autoridades federais deram uma série de declarações contraditórias sobre o número de pessoas registradas como desaparecidas ou sumidas, e cujos paradesiros permaneciam não revelados. Em agosto, o governo admitiu haver cerca de 22.611 pessoas desaparecidas, das quais 9.790 desapareceram durante o atual governo e 12.821 durante o governo do presidente Felipe Calderón (2006-2012). O governo, porém, não divulgou como chegou a esses números. A impunidade continuou sendo a regra para casos de desaparecimentos forçados. Em abril, o governo afirmou que, em nível federal, só aconteceram no México sete condenações pelo crime de desaparecimento forçado, todas elas entre 2005 e 2010.

Em setembro, a polícia municipal de Iguala, em conluio com o crime organizado, foi responsável pelo desaparecimento forçado de 43 estudantes de uma escola rural de magistério em Ayotzinapa, estado de Guerrero. As investigações descobriram várias covas coletivas e um depósito de lixo onde foram encontrados restos humanos. Em novembro, o procurador-geral da República anunciou que a principal linha de investigação, baseada nos depoimentos de três membros de uma gangue aparentemente envolvidos no caso, indicava que os estudantes haviam sido mortos, incinerados e atirados em um rio. Em sua declaração, o procurador-geral não tratou da situação generalizada de impunidade e corrupção, nem dos casos de desaparecimento que ainda não foram resolvidos no México. Mais de 70 agentes públicos locais e membros de gangues foram presos e acusados formalmente de participação no caso dos

estudantes. Não havia qualquer informação sobre a possível responsabilidade, omissão ou competência de agentes públicos em nível estadual ou federal. No dia 7 de dezembro, o procurador-geral da República anunciou que os restos mortais de um dos estudantes havia sido identificado por peritos criminais independentes. No fim do ano, o paradeiro dos outros 42 estudantes permanecia desconhecido.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Detenções arbitrárias, torturas e outros maus-tratos por membros das forças armadas, bem como por forças policiais federais, estaduais e municipais continuaram sendo amplamente praticadas em todo o país. Essas violações com frequência visavam a extrair “confissões” e outras informações que embasassem investigações penais, ou serviam a outros propósitos tais como extorsão. Apesar das dezenas de denúncias nos âmbitos federal e estadual, houve poucos processos e quase nenhuma condenação dos agentes públicos responsáveis pelas violações.

Assim como em anos anteriores, o procedimento especial para exames médicos estabelecido pela Procuradoria Geral da República para casos de denúncias de tortura não foi aplicado na maioria dos casos. Nos poucos casos em que foi aplicado, seus resultados geralmente foram desfavoráveis ao denunciante. De modo geral, as autoridades não aplicavam o procedimento em conformidade com os princípios do Protocolo de Istambul, que incluem a rapidez em fornecer às vítimas os resultados completos. Em dois casos excepcionais, a Procuradoria Geral da República retirou as acusações contra as vítimas de tortura depois de finalmente aceitar as provas de que elas haviam sido torturadas para falsamente incriminarem a si mesmas. As vítimas já haviam ficado em detenção provisória por três e cinco anos. Exames médicos independentes, conduzidos em conformidade com o Protocolo de Istambul, foram

cruciais para demonstrar que elas haviam sido torturadas.

Em maio, a Suprema Corte de Justiça publicou sua sentença de 2013 no caso de Israel Arzate, que foi preso de modo arbitrário e torturado pelos militares que pretendiam acusá-lo de envolvimento no massacre de Villas de Salvárcia em 2010. A sentença estabeleceu critérios importantes relativos à inadmissibilidade de provas decorrentes de detenções arbitrárias e à obrigação de investigar denúncias de tortura. Entretanto, a sentença não instituiu precedente vinculante para outros tribunais.

SISTEMA DE JUSTIÇA

Autoridades das áreas de segurança pública e justiça penal frequentemente ignoraram violações de direitos humanos e continuaram ineficazes para investigar e processar crimes comuns e violações de direitos humanos, aumentando a impunidade e a falta de confiança no sistema legal. Em março, como parte de uma reforma gradual, um novo Código de Processo Penal passou a vigorar para todas as 33 jurisdições federais e estaduais de justiça penal. O governo argumentou que a aplicação do Código melhoraria a proteção aos direitos humanos, tornando inadmissíveis as provas obtidas mediante violações desses direitos, como detenções ilegais e tortura. No entanto, o código ainda precisaria ser aplicado e os critérios para exclusão de provas elaborados detalhadamente.

Em janeiro, o Comitê Executivo de Atenção às Vítimas foi criado com base na Lei Nacional sobre Vítimas, com o objetivo de proporcionar às vítimas de crimes, inclusive de violações de direitos humanos, melhor acesso à Justiça e a reparações. Criado para substituir a Promotoria Social para vítimas de crimes, não estava claro se o novo órgão teria recursos e poderes suficientes para suprir as necessidades das vítimas. O código regulatório da Lei Nacional sobre Vítimas não foi aprovado, limitando a aplicação da lei.

Em junho, entraram em vigor as reformas do Código de Justiça Militar. Resultado de anos de mobilização por parte de vítimas e organizações de direitos humanos, as reformas excluíram do sistema de justiça militar os crimes cometidos por membros das forças armadas contra civis. Todavia, não excluíram da competência militar as violações de direitos humanos cometidas contra membros das forças armadas. Ainda assim, as reformas foram um avanço importante para acabar com a impunidade pelos abusos cometidos por militares. No fim do ano, quatro militares permaneciam detidos pelo sistema de justiça civil por participação no estupro de duas mulheres indígenas em 2002, Inés Fernández Ortega e Valentina Rosendo Cantú.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS E JORNALISTAS

Muitos defensores dos direitos humanos e jornalistas foram ameaçados, atacados ou assassinados em retaliação ao seu trabalho legítimo. Ao que se sabe, nenhum perpetrador foi identificado ou levado à Justiça. Essas falhas se deveram principalmente à precariedade das investigação, geralmente em consequência do desinteresse oficial, sobretudo das autoridades estaduais. A impunidade generalizada aumentou o clima de insegurança para o trabalho de jornalistas e defensores.

O Mecanismo de Proteção para Defensores dos Direitos Humanos e Jornalistas, um organismo federal, anunciou em novembro ter recebido 72 casos nos primeiros nove meses do ano. De modo geral, o mecanismo continuou incapaz de proporcionar proteção efetiva e em tempo. As medidas de proteção acordadas dependiam frequentemente do apoio das autoridades locais, mesmo naqueles casos em que essas mesmas autoridades eram suspeitas de participação nos ataques. Vários beneficiários de medidas de proteção foram forçados a abandonar temporariamente suas comunidades por

motivos de segurança. Outros defensores e jornalistas continuaram esperando que o mecanismo reavaliasse seus casos.

Diversos defensores dos direitos humanos e ativistas comunitários sofreram processos penais que aparentavam ser politicamente motivados, em represália a suas atividades legítimas, como a participação em protestos. Para provar sua inocência, muitos tiveram que enfrentar longas batalhas nos tribunais, com procedimentos judiciais injustos.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

A violência contra mulheres e meninas continuou endêmica em todo o país, inclusive com estupros, sequestros e assassinatos. Muitas autoridades continuaram não aplicando medidas legais e administrativas para melhorar a prevenção, a proteção e a investigação da violência motivada por gênero. O Sistema Nacional para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra as Mulheres se recusou a aplicar o mecanismo de “Alerta de Gênero”, planejado para mobilizar as autoridades no combate a essa violência tão prevalente e produzir uma reação oficial e efetiva nesses casos.

Em janeiro, a Suprema Corte de Justiça ordenou a libertação de Adriana Manzanares Cayetano, uma mulher indígena que havia cumprido seis dos 22 anos de sua pena de reclusão, imposta quando ela foi condenada por matar seu bebê recém nascido. As provas de que a criança havia nascido morta foram ignoradas e as violações de seu direito a uma defesa efetiva e à presunção de inocência resultaram numa condenação duvidosa.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

A insegurança e as privações sociais em seus países de origem levaram um número cada vez maior de migrantes centro-americanos, principalmente menores desacompanhados, a cruzar o México para chegar aos EUA. Os migrantes continuaram sendo mortos, sequestrados e extorquidos por grupos

criminosos que geralmente atuam em conluio com agentes públicos. Mulheres e crianças eram especialmente vulneráveis à violência sexual e ao tráfico de pessoas. Surgiram constantes denúncias de maus-tratos cometidos pela polícia e de prisões efetuadas por funcionários da imigração. Migrantes irregulares continuaram sendo mantidos em detenção administrativa até serem deportados.

Defensores dos direitos dos migrantes que oferecem refúgios seguros para essas pessoas e que denunciam os abusos sofridos pelos migrantes continuaram sendo alvo de ameaças e intimidação. Embora vários tenham recebido medidas de proteção, essas medidas em alguns casos não foram aplicadas de modo eficaz e não impediram novas ameaças. Os responsáveis pelas ameaças não foram levados à Justiça.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

As comunidades indígenas continuaram a sofrer discriminação no sistema de justiça criminal e a ter acesso limitado a serviços básicos como água, moradia e assistência à saúde. O fato de as comunidades indígenas não terem sido consultadas para dar seu consentimento livre, prévio e informado sobre os projetos de grandes obras e empreendimentos que afetam suas terras e seus modos de vida tradicionais resultaram em protestos e disputas. Esses, por sua vez, resultaram em ameaças e ataques contra líderes comunitários, assim como em ações penais contra ativistas, aparentemente com base em acusações politicamente motivadas.

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

Em março, o México aceitou 166 das 176 recomendações da Revisão Periódica Universal conduzida pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. Em maio, o relator especial da ONU sobre a tortura visitou o México e emitiu conclusões preliminares de que a tortura e outros maus-tratos continuavam amplamente disseminados. Em junho, o relator especial da ONU sobre

execuções extrajudiciais publicou o relatório de sua missão no México no início de 2013, destacando os altos índices de execuções e de impunidade. Em agosto, o relator especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre os direitos dos migrantes publicou o relatório de sua visita ao México. O documento detalhava a violência generalizada contra os migrantes, a negação do direito a um processo justo e às proteções jurídicas, além de outros abusos de direitos humanos.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Um projeto de lei sobre telecomunicações ameaçava criar poderes executivos potencialmente arbitrários sobre a internet, bem como controles judiciais insuficientes sobre a interceptação de comunicações eletrônicas.

MIANMAR

República da União de Mianmar

Chefe de estado e governo: **Thein Sein**

Apesar de as reformas políticas, jurídicas e econômicas estarem avançando, não houve progresso em matéria de direitos humanos, verificando-se alguns retrocessos em áreas-chave. A situação da comunidade rohingya se deteriorou, com a discriminação legalizada agravando na prática uma situação humanitária dramática. A violência contra os muçulmanos persistiu, com as autoridades se mostrando incapazes de levar à Justiça os suspeitos dos crimes. Prosseguiram as denúncias de abusos dos direitos humanos e do direito internacional humanitário nas zonas de conflito armado. As liberdades de expressão e de reunião pacífica permaneceram severamente restringidas, com dezenas de defensores dos direitos humanos, jornalistas e ativistas políticos detidos e presos. A impunidade

referente aos crimes ocorridos no passado persistiu.

INFORMAÇÕES GERAIS

Mianmar assumiu a presidência da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em janeiro. Em março, o governo anunciou eleições parlamentares parciais para o final do ano, canceladas posteriormente, e eleições gerais em 2015. Apesar de uma campanha nacional para alterar a Constituição de 2008, liderada pela Liga Nacional para a Democracia (LND), de oposição, sua líder Aung San Suu Kyi até o fim do ano ainda estava constitucionalmente impedida de concorrer à Presidência, e os militares ainda detinham o poder de veto em todas as futuras mudanças constitucionais.

DISCRIMINAÇÃO

A situação dos rohingya se agravou durante o ano. Pessoas dessa etnia sofrem persistente discriminação nas leis e nas políticas públicas. Além disso, essa situação foi agravada pelo aprofundamento da crise humanitária e pelas constantes eclosões de violência religiosa e antimuçulmana, assim como pela incapacidade do governo de investigar os atentados contra os rohingya e outros muçulmanos. As autoridades também não conseguem pôr um fim ao incitamento à violência baseado no ódio nacional, racial e religioso.

Em janeiro, surgiram relatos de confrontos entre forças de segurança, rakhines budistas e rohingyas muçulmanos na aldeia Du Chee Yar Tan, no estado de Rakhine. Duas investigações – uma feita pelo governo e outra realizada pela Comissão Nacional de Direitos Humanos de Mianmar (CNDHM) – afirmaram não ter encontrado qualquer evidência para fundamentar as denúncias de que houve algum tipo de violência. Em julho, duas pessoas foram mortas e dezenas ficaram feridas quando a violência religiosa eclodiu em Mandalay, a segunda maior cidade do país. Também nesse caso, não se base de qualquer investigação independente.

Estima-se que 139 mil pessoas – em sua maioria rohingyas – continuam desalojadas no estado de Rakhine, após três anos dos violentos confrontos que eclodiram entre rakhines budistas e rohingyas e outros muçulmanos em 2012. A terrível situação humanitária piorou após a expulsão de algumas organizações humanitárias e a retirada de outras em fevereiro e março, depois de terem sido atacadas por rakhines. A população desalojada ficou sem acesso à assistência emergencial e de apoio à sobrevivência. Até o final do ano, apesar do retorno da maioria das organizações humanitárias, a ajuda não voltou aos níveis anteriores.

A violência entre as comunidades religiosas e a restrição do acesso humanitário persistiram, dentro de um contexto mais amplo de leis e políticas discriminatórias contra os rohingya, que, segundo a Lei de Cidadania de 1982, permanecem privados da nacionalidade. Como resultado, eles continuaram enfrentando restrições à sua liberdade de circulação, o que afetava seu acesso a fontes de subsistência e meios de vida. Em 30 de março, um dia antes do início do primeiro censo nacional em Mianmar desde 1983, o Ministério da Informação anunciou que os rohingya teriam que se registrar como "bengalis" – um termo usado para negar reconhecimento aos rohingya e dar a entender que são todos migrantes de Bangladesh. Em outubro, o governo anunciou um novo Plano de Ação no estado de Rakhine, que, se posto em prática, consolidará ainda mais a discriminação e a segregação dos rohingya. O anúncio do plano parece ter desencadeado uma nova onda de fuga de pessoas, que escapam do país em barcos, somando-se aos mais de 87 mil que, segundo o ACNUR, a agência da ONU para refugiados, já tinham fugido pelo mar desde que a violência começou em 2012.

CONFLITO ARMADO INTERNO

O governo e os grupos armados de minorias étnicas não chegaram a um acordo para

um cessar-fogo em todo o país, apesar da assinatura em 2012 de acordos preliminares nesse sentido. O conflito armado nos estados de Kachin e Shan-Norte está em seu quarto ano, com relatos de ambos os lados de violações do direito internacional humanitário e dos direitos humanos, como homicídios ilegais, tortura e outros maus-tratos, inclusive estupro e outros crimes de violência sexual¹. O conflito começou em junho de 2011, depois de o Exército de Mianmar romper seu cessar-fogo com o Exército da Independência de Kachin (EIK), levando ao deslocamento generalizado e contínuo das populações civis. Cerca de 98.000 pessoas continuavam desalojadas no fim do ano. O governo continuou a negar o acesso pleno e permanente dos membros das organizações humanitárias às comunidades desalojadas no estado de Kachin, especialmente aos que estão desalojados em áreas controladas pelo EIK.

Em setembro, o conflito teve início nos estados de Karen e Mon, entre o Exército de Mianmar e grupos armados de oposição, provocando a fuga dos civis.

Segundo relatos, o Exército de Mianmar exonerou 376 crianças e jovens de suas forças, como parte dos esforços para acabar com o uso de crianças soldados e com o recrutamento militar de menores de idade.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO PACÍFICA

As liberdades de expressão e de reunião pacífica continuaram drasticamente restringidas, com dezenas de defensores dos direitos humanos, jornalistas, ativistas políticos e agricultores detidos ou presos unicamente pelo exercício pacífico de seus direitos.

Ko Htin Kyaw, líder do Movimento para a Democracia Força Atual (MDFA), uma organização de base comunitária, foi condenado por 11 diferentes tipos de violações do Parágrafo 505 (b) do Código Penal e por três violações separadas do artigo 18 da Lei de Reunião e Manifestação

Pacíficas. Ele foi condenado a um total de 13 anos e quatro meses de prisão por proferir discursos, distribuir panfletos e organizar protestos reivindicando a renúncia do governo e contra as expulsões de pessoas da terra. Três outros membros do MDFA também foram presos por exercerem atividades políticas pacíficas².

Em junho, o presidente assinou emendas que alteraram a Lei de Reunião e Manifestação Pacíficas, comumente usada pelas autoridades para prender manifestantes pacíficos desde a sua aprovação em 2011. No entanto, apesar das revisões da lei, ela ainda mantém severas restrições ao direito à liberdade de reunião pacífica³.

As reformas relativas aos meios de comunicação foram minadas pela prisão de jornalistas e de outros profissionais da imprensa. Em julho, cinco profissionais a serviço do jornal *Unity* foram condenados a 10 anos de prisão, com base na Lei de Segredos Oficiais, pela publicação de um artigo sobre uma suposta fábrica secreta de armas químicas. Em outubro, por meio de um recurso, sua sentença foi reduzida a sete anos de prisão⁴. Pelo menos 10 profissionais da imprensa continuavam detidos até o final do ano.

PRISONEIROS DE CONSCIÊNCIA

O Presidente não conseguiu manter sua promessa de libertar todos os prisioneiros de consciência até o final de 2013, apesar de um perdão presidencial bastante abrangente anunciado em 30 de dezembro de 2013. O líder muçulmano Tun Aung estava entre os que não foram libertados com o indulto. Uma anistia de prisioneiros foi anunciada em 2014, poucas semanas antes de ocorrerem importantes reuniões internacionais no país. Acredita-se que apenas um prisioneiro de consciência estivesse entre os libertados.

O Comitê para Examinar os Prisioneiros de Consciência Remanescentes, estabelecido pelo governo em fevereiro de 2013, não funcionou de forma eficaz e não estava claro se continuaria operando depois de 2014.

DISPUTAS POR TERRAS

Ocorreram protestos generalizados contra o confisco de terras e as remoções forçadas. A comissão parlamentar criada em 2012 para investigar as disputas por terras teria recebido mais de 6.000 denúncias sobre o confisco de terras. No entanto, sua incapacidade para resolver os conflitos ou se mostrar sensível a essas questões levou os agricultores e outras pessoas afetadas a recorrer cada vez mais aos chamados "protestos de arado", em que os agricultores aravam as terras disputadas. Alguns protestos foram respondidos com o uso desnecessário ou excessivo da força pelas forças de segurança. Muitos agricultores e defensores dos direitos humanos que os apoiaram foram presos e acusados formalmente, muitas vezes com base em disposições do Código Penal relativas a danos e invasão de propriedades.

Em março, os membros da comunidade de Michaungkan retomaram uma manifestação pacífica de protesto perto da prefeitura de Yangon, depois de as autoridades não terem conseguido resolver seu caso de disputa de terras. Eles pediam a restituição das terras que, segundo alegaram, foi confiscada pelos militares na década de 1990, assim como indenização por suas perdas. O líder comunitário U Sein Than foi posteriormente preso por protestar sem permissão e por obstrução, sendo condenado a dois anos de prisão⁵.

Em dezembro, a polícia abriu fogo contra manifestantes que protestavam contra a perda de suas terras, que foram tomadas e destinadas à mina de cobre Letpadaung na região de Sagaing. Uma pessoa morreu e várias ficaram feridas, o que provocou uma série de protestos pacíficos em grandes cidades de todo o país. Pelo menos sete ativistas pacíficos foram posteriormente acusados de protestar sem permissão e por delitos tipificados no Código Penal. Preocupações ambientais e de direitos humanos relacionadas ao projeto de mineração não tinham sido abordadas até o fim do ano.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura ainda não foi criminalizada como um delito específico, e Mianmar não ratificou a Convenção da ONU contra a Tortura, como prometido em janeiro pelo vice-ministro de Relações Exteriores. Policiais e militares são constantemente acusados de tortura e outros maus-tratos, tanto relacionadas aos conflitos quanto contra supostos criminosos. Investigações sobre as queixas são raras e os suspeitos de praticarem tortura raramente foram responsabilizados. As vítimas e suas famílias não tiveram acesso a reparações efetivas⁶.

Em outubro, foi informado que o jornalista autônomo Aung Kyaw Naing, também conhecido como Par Gyi, foi morto sob custódia do Exército de Mianmar. Ele havia sido detido no dia 30 de setembro no estado de Mon, quando trabalhava em reportagens sobre a retomada dos combates entre o Exército de Mianmar e os grupos armados na região. O Exército de Mianmar alegou que ele seria "chefe de comunicações" de um grupo armado de oposição e que fora atingido por tiros ao tentar escapar da custódia militar. Após pressão nacional e internacional, a polícia e a CNDHM iniciaram uma investigação em novembro. Até o final do ano, não se tinha notícia de que alguém tivesse sido responsabilizado por sua morte⁷.

Em agosto, soldados do Exército de Mianmar detiveram e agrediram sete agricultores na aldeia de Kone Pyin, estado de Chin, a quem acusaram de ter contato com o Exército Nacional Chin, um grupo armado de oposição. Os sete foram maltratados – alguns deles torturados – durante um período de quatro a nove dias. Até o fim do ano, não havia informações sobre uma investigação independente do caso, ou sobre suspeitos diretos ou seus superiores terem sido levados à Justiça⁸.

IMPUNIDADE

A imunidade processual das forças de segurança e de outros funcionários do governo por violações passadas permaneceu

codificada no artigo 445 da Constituição de 2008. Às vítimas de violações de direitos humanos cometidas no passado, bem como às suas famílias, continuam a ser negadas a verdade, a justiça, compensação e qualquer outra forma de reparação.

Mais de três anos depois de Sumlut Roi Ja ter sido detida pelos militares seu destino e paradeiro permanecia desconhecido. Ela desapareceu em outubro de 2011 no estado de Kachin, depois de ser presa por soldados do Exército de Mianmar junto com seu marido e seu sogro, que conseguiram escapar. O marido levou o caso à Suprema Corte em janeiro de 2012. O caso foi arquivado em março de 2012 pela Corte de Justiça, que alegou falta de provas.

A CNDHM continuou se mostrando extremamente ineficaz para responder às queixas de violações de direitos humanos. Em março, a lei que institui a CNDHM foi aprovada pelo Parlamento nacional, e uma nova Comissão foi formada em setembro. A maioria dos membros era ligada ao governo, e o processo de seleção e nomeação se caracterizou pela falta de transparência, lançando mais dúvidas sobre a independência e a eficácia da Comissão.

PENA DE MORTE

No dia 2 de janeiro, o presidente comutou todas as penas de morte por penas de prisão. No entanto, as disposições que permitem a imposição da pena capital continuaram a fazer parte do marco jurídico, e pelo menos uma nova sentença de morte foi imposta durante o ano.

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL

A nova relatora especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos em Mianmar visitou o país em julho. Em outubro, ela apresentou seu relatório à Assembleia Geral, advertindo sobre um potencial recuo em matéria de direitos humanos. As autoridades se recusaram a assinar um acordo para a criação de um Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

e a ratificar tratados internacionais de direitos humanos. Em novembro, Mianmar esteve em maior evidência quando os líderes mundiais se reuniram na capital, Nay Pyi Taw, para as Cúpulas da ASEAN e da Ásia Oriental. O presidente dos EUA, Barack Obama, visitou o país pela segunda vez.

1. Myanmar: Three years on, conflicts continues in Kachin State (ASA16/010/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA16/010/2014/en
2. Myanmar: Further Information: Activist organization targeted again (ASA 16/029/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA16/029/2014/en
3. Myanmar: Stop using repressive law against peaceful protesters (ASA 16/025/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA16/025/2014/en
4. Myanmar: Further Information: Myanmar media workers imprisoned in Myanmar (ASA 16/013/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA16/023/2014/en
5. Myanmar: Further sentences for protester in Myanmar: U Sein Than (ASA 16/021/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA16/021/2014/en
6. Myanmar: Take immediate steps to safeguard against torture (ASA 16/011/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA16/011/2014/en
7. Myanmar: Ensure independent and impartial investigation into the death of journalist (ASA 16/028/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA16/028/2014/en
8. Myanmar: Farmers at risk after beating by soldiers (ASA 16/002/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA16/002/2014/en

MOÇAMBIQUE

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Chefe de Estado e de governo: **Filipe Jacinto Nyussi**
(sucedeu Armando Guebuza em outubro)

A polícia usou a força e armas de fogo de modo ilegal, com resultados letais. Críticas ao Presidente Guebuza no Facebook resultaram em ação penal contra uma pessoa. Projetos de lei que afetam os

direitos de mulheres e meninas foram aprovados pelo parlamento, mas ainda precisam ser convertidos em lei.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 23 de maio, Afonso Dhlakama, líder da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), declarou que concorreria à Presidência. Em setembro, ele retornou à capital, Maputo, e firmou publicamente um acordo de paz com o presidente Armando Guebuza. Afonso Dhlakama permanecia escondido desde outubro de 2013, quando as forças armadas de Moçambique invadiram sua base de operações em Satunjira, na província de Sofala. O acordo de paz firmado em setembro pôs fim a dois anos de conflitos entre combatentes da Renamo e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), bem como aos ataques de militantes da Renamo contra ônibus e automóveis na principal rodovia do país. Os confrontos causaram a morte de dezenas de pessoas, inclusive civis.

No dia 15 de outubro, Moçambique realizou sua quinta eleição presidencial desde a independência em 1975. O partido governista, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), manteve-se no poder e o ex-ministro da Defesa, Filipe Jacinto Nyussi, tornou-se o terceiro presidente de Moçambique eleito democraticamente.

A situação dos direitos humanos em Moçambique foi avaliada na 55ª Sessão Ordinária da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos, organizada por Angola e celebrada em Luanda de 28 de abril a 12 de maio.¹

HOMICÍDIOS ILEGAIS

Segundo informações, a polícia usou armas de fogo de modo ilegal nas províncias de Maputo, Gaza e Nampula, matando pelo menos quatro pessoas. Ao que parece, não foi realizada qualquer investigação desses casos a fim de determinar a legalidade do uso das armas de fogo pela polícia.

Em janeiro, policiais mataram a tiros Ribeiro João Nhassengo, de 26 anos, e outra pessoa. Um porta-voz da polícia afirmou que os policiais responderam a uma denúncia anônima sobre automóveis que estavam em frente a uma loja no bairro de Triunfo, em Maputo, na madrugada de 29 de janeiro, e que, ao chegarem, encontraram indivíduos em dois carros com uma suposta vítima de sequestro. O porta-voz disse que os suspeitos liberaram a vítima, mas uma troca de tiros se seguiu. Ribeiro João Nhassengo e outro indivíduo não identificado teriam sido mortos no tiroteio. No entanto, imagens gravadas do incidente mostram que Ribeiro João Nhassengo foi morto a tiros quando se encontrava dentro de um carro com as janelas fechadas. Não foi realizada qualquer investigação sobre as circunstâncias das mortes, a fim de determinar se a polícia fez uso legal das armas de fogo.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Houve denúncias sobre o uso de força excessiva pela polícia contra supostos criminosos, contra pessoas suspeitas de serem combatentes da Renamo e contra civis desarmados.

Em 21 de junho, na área central de Maputo, um policial armado atirou contra um veículo após uma discussão sobre uma manobra de trânsito ilegal. O agente da Polícia da República de Moçambique (PRM) teria parado o motorista do carro, por volta das 8 horas da manhã, questionando-o sobre a manobra ilegal. Quando o motorista pediu que fosse chamado um agente de trânsito para aplicar a multa, o policial teria ameaçado matá-lo. Depois disso, houve uma discussão e o policial teria disparado três tiros contra o carro.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em agosto, o Parlamento aprovou provisoriamente o projeto da Lei de Acesso à Informação, que estava sendo debatido desde 2005. No fim do ano, a lei ainda precisava de aprovação em outras instâncias

parlamentares para depois ser sancionada pelo presidente. Apesar desse passo à frente, o direito à liberdade de expressão foi reprimido.

Em maio, o economista Carlos Nuno Castelo-Branco foi intimado a comparecer perante o Ministério Público em Maputo para ser questionado sobre acusações de difamação contra o chefe de Estado, as quais constituem crime contra a segurança do Estado. As acusações foram motivadas por uma carta aberta que o economista havia postado em sua página no Facebook em novembro de 2013, questionando a governança do país pelo Presidente Guebuza. Posteriormente, a carta foi publicada por alguns jornais nacionais. Até o fim do ano, não havia informações de novos procedimentos.

DIREITOS DE MULHERES E MENINAS

Em julho, o Parlamento aprovou o projeto do Código Penal, sem um artigo controverso que permitiria aos estupradores livrarem-se de processo caso casassem com a vítima. Ativistas de direitos humanos se mobilizaram contra esse artigo.²

Além disso, o projeto aprovado pelo parlamento não requeria que uma denúncia oficial fosse feita pelas partes concernentes em casos de delitos sexuais contra menores de 16 anos para que um procedimento penal fosse instaurado. Porém, qualquer outra vítima de crime sexual teria que fazer uma denúncia formal para que um processo fosse aberto. Foi mantido um artigo referente ao estupro de menores que considerava menor quem tivesse menos de 12 anos de idade. No fim do ano, o projeto de lei ainda aguardava sanção presidencial antes de entrar em vigor.

1. Statement on prison conditions to the African Commission on Human and Peoples' Rights (AFR 01/008/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AFR01/008/2014/en e Mozambique: Submission to the African Commission on Human and Peoples' Rights: 54th Ordinary Session of the African Commission on Human and Peoples' Rights (AFR 41/007/2013)
www.amnesty.org/en/library/info/AFR41/007/2013/en
2. Mozambique: New Criminal Code puts women's rights at risk (AFR 41/001/2014)
www.amnesty.org/en/library/asset/AFR41/001/2014/pt/f5d3b8a2-45e5-460d-bab0-e1d4582158aa/af410012014en.html

NIGÉRIA

República Federal da Nigéria

Chefe de Estado e de governo: **Goodluck Ebele Jonathan**

Crimes de direito internacional e graves violações e abusos de direitos humanos foram cometidas pelos dois lados do conflito entre o exército nigeriano e o grupo armado Boko Haram, que se intensificou durante o ano. Tortura e outros maus-tratos continuaram sendo extensamente praticados pela polícia e pelas forças de segurança. Entrou em vigor uma lei que criminalizava o casamento ou a união civil e demonstrações públicas de afeto entre pessoas do mesmo sexo. A liberdade de expressão foi restringida. A pena de morte continuou sendo aplicada.

INFORMAÇÕES GERAIS

Os preparativos para as eleições gerais de fevereiro de 2015, uma conferência nacional de cinco meses de duração com a participação de personalidades governamentais, políticas e públicas, e o conflito entre o governo e o Boko Haram dominaram os acontecimentos no decorrer do ano. O Partido Democrático Popular, atualmente no governo, e o Congresso de

Todos os Progressistas, formado em fevereiro de 2013 com a união de vários partidos de oposição, eram os principais partidos na disputa eleitoral de 2015. No estado de Rivers, houve confrontos em janeiro e julho entre apoiadores e adversários do governador Rotimi Amaechi, que se filiou ao Congresso de Todos os Progressistas no fim de 2013. Ao lidar com os protestos, a polícia foi criticada por sua suposta parcialidade a favor do Partido Democrático Popular. Organizações da sociedade civil denunciaram que os políticos haviam começado a armar seus apoiadores.

Entre março e agosto, quase 500 figuras públicas de destaque se reuniram para debater a situação da Nigéria. O processo, descrito como uma “conferência nacional”, recomendou mais de 600 reformas constitucionais, jurídicas e de políticas, como a criação de novos estados e o aumento da proporção das receitas públicas destinadas aos governos estaduais. Criou-se um comitê presidencial de sete integrantes que estava examinando o relatório da conferência e iria assessorar o governo sobre como implementar as recomendações.

O Boko Haram intensificou os ataques contra as cidades do Nordeste do país, tendo tomado o controle de cidades importantes em três estados. O estado de emergência declarado em Adamawa, Borno e Yobe, os estados mais afetados pela violência, foi prorrogado em maio, mas não foi renovado em novembro.

CONFLITO ARMADO

Boko Haram

Intensificaram-se os ataques violentos do grupo armado Boko Haram contra alvos governamentais e civis. Desde julho, o Boko Haram capturou e ocupou mais de 20 cidades nos estados de Adamawa, Borno e Yobe, atacando e matando milhares de civis em cidades de todo o Nordeste, nas áreas controladas pelo grupo e em atentados a bomba por todo o país. Nos ataques contra as cidades, o Boko Haram costuma

sequestrar mulheres jovens e meninas, como as 276 estudantes da cidade de Chibok em abril. O Boko Haram obrigou as mulheres e meninas sequestradas a se casarem, recrutou os homens à força e torturou as pessoas que, vivendo sob seu controle, infringiam suas regras. O grupo saqueou mercados, comércios e residências, tendo atacado deliberadamente escolas e outras instalações civis. Algumas dessas ações configuraram crimes de guerra e crimes contra a humanidade. As autoridades não investigaram de forma adequada os homicídios e sequestros, não levaram os supostos perpetradores à Justiça nem impediram novos ataques.

No dia 25 de fevereiro, pelo menos 43 pessoas foram mortas a tiros por homens armados do Boko Haram, em um ataque contra uma escola em Buni Yadi, no estado de Yobe. Entre as vítimas fatais estavam muitas das crianças da escola.

Nos dias 14 de abril e 1º de maio, o Boko Haram efetuou atentados com carros-bomba em Nyanya, um subúrbio da capital, Abuja, matando mais de 70 pessoas no primeiro ataque e 19 no segundo, deixando mais de 60 feridos.

Em 14 de abril, o Boko Haram sequestrou 276 meninas da Escola Pública Secundária para Meninas em Chibok, no estado de Borno. As forças de segurança nigerianas foram alertadas sobre o ataque em Chibok com mais de quatro horas de antecedência, mas não tomaram qualquer providência.

No dia 5 de maio, o Boko Haram matou pelo menos 393 pessoas num ataque a Gamborou Ngala, no estado de Borno. A grande maioria das vítimas eram civis. O Boko Haram queimou bancas de comércio, veículos, casas e lojas nas proximidades.

Em 6 de agosto, o Boko Haram capturou a cidade de Gwoza e matou ao menos 600 civis, embora várias fontes indiquem que esse número foi maior.

Em 1º de setembro, o Boko Haram atacou e capturou a cidade de Bama, matando mais de 50 civis. Segundo testemunhas

oculares, o grupo aprisionou e depois matou aproximadamente 300 homens, tendo obrigado 30 mulheres a se casarem com seus integrantes.

No dia 28 de novembro, três bombas explodiram no exterior de uma mesquita na cidade de Kano, e homens armados que se acreditava serem combatentes do Boko Haram atiraram contra a multidão. Pelo menos 81 pessoas foram mortas no ataque.

O Boko Haram matou 24 pessoas e sequestrou mais de 110 crianças, rapazes e moças em dois ataques ao vilarejo de Gumsuri, nos dias 12 e 14 de dezembro.

FORÇAS DE SEGURANÇA

Em sua resposta ao Boko Haram, as forças de segurança nigerianas cometeram graves violações de direitos humanos a atos que constituem crimes de direito internacional.

As forças armadas continuaram praticando detenções arbitrárias no Nordeste da Nigéria. Sabe-se que os militares entravam nas comunidades e obrigavam os homens a sentarem-se na rua diante de um informante, para identificar supostos membros do Boko Haram. Os assim identificados eram detidos pelos militares. Em novembro, as forças armadas nigerianas libertaram pelo menos 167 detidos, uma pequena parcela dos que foram presos.

As pessoas detidas eram privadas de acesso ao mundo exterior, inclusive a advogados, tribunais e familiares, sendo mantidas à margem da proteção da lei. Os detidos geralmente não eram informados dos motivos de sua prisão, e suas famílias não eram informadas sobre seu destino ou paradeiro. No fim do ano, poucos, se é que algum, dos indivíduos detidos em custódia dos militares compareceu perante um tribunal ou teve a possibilidade de contestar a legalidade de sua detenção.

Muitos dos detidos pareciam ter sido submetidos a tortura ou outros maus-tratos, como parte dos interrogatórios ou como castigo. Um grande número de mortes continuou acontecendo nas unidades de

detenção militar, ou em consequência de tortura e das condições brutais de reclusão.

O governo não investigou as mortes ocorridas sob custódia e negou o acesso da Comissão Nacional de Direitos Humanos às instalações de detenção militar.

Em 14 de março, homens armados do Boko Haram atacaram o quartel militar de Giwa, na cidade de Maiduguri, libertando centenas de detentos. Testemunhas afirmaram que quando os militares retomaram o controle do quartel, mais de 640 pessoas, na maioria detentos desarmados que haviam sido recapturados, foram executadas extrajudicialmente em vários locais de Maiduguri e arredores. As imagens gravadas em vídeo de uma das execuções mostram pessoas que pareciam ser membros das forças armadas nigerianas e da Força Especial Conjunta Civil degolando cinco detidos com facas e atirando seus corpos em uma vala comum aberta. Nove pessoas foram mortas dessa maneira e, segundo testemunhos, outros detidos que apareciam nas imagens foram mortos a tiros.

O governo anunciou investigações sobre os acontecimentos de 14 de março. No entanto, no fim do ano não haviam sido divulgados o mandato, a composição e o cronograma das comissões de inquérito.

As forças de segurança nigerianas efetuaram repetidas execuções extrajudiciais, com frequência depois de “selecionar” os suspeitos. Em 23 de julho de 2013, por exemplo, as forças armadas nigerianas e a Força Especial Conjunta Civil adentraram o mercado central de Bama e ordenaram que todos os homens adultos que estavam nas imediações se reunissem em um local se despissem. Os homens foram então separados em dois grupos: um grupo de aproximadamente 35 homens foi considerado, de forma aparentemente aleatória, como de membros do Boko Haram, os do outro grupo, cerca de 300, foram considerados inocentes. Imagens gravadas em vídeo mostravam os supostos integrantes do Boko Haram deitados um ao lado do

outro no chão, sendo espancados com paus e facões pelos militares e pelos membros da Força Especial Conjunta Civil. Testemunhas oculares confirmaram que os 35 detidos foram colocados pelos soldados num único veículo militar e levados ao quartel militar local de Bama. Na tarde de 29 de julho, os militares tiraram os homens do quartel e os levaram de volta a suas respectivas comunidades, onde os mataram a tiros, vários de cada vez, e depois abandonaram os corpos. Os 35 detidos foram mortos.

REFUGIADOS E PESSOAS DESALOJADAS DENTRO DO PAÍS

A situação humanitária no Nordeste se deteriorou em consequência da violência. Desde maio de 2013, pelo menos 1,5 milhão de pessoas, em sua maioria mulheres, crianças e idosos, foram forçadas a fugir para outras regiões da Nigéria ou buscar refúgio nos países vizinhos. Famílias foram separadas, crianças não podiam frequentar a escola e muitas pessoas foram privadas de suas fontes de subsistência. As comunidades de acolhimento, as autoridades governamentais e as organizações internacionais se esforçaram para satisfazer as necessidades humanitárias das pessoas desalojadas. Duas cidades, Maiduguri e Biu, vivenciaram surtos de cólera nos campos para desalojados internos, que resultaram em mais de 100 mortes.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

O uso da tortura pelas forças policiais e militares da Nigéria continuou sendo generalizado e rotineiro. Inúmeras pessoas foram submetidas a tortura física e psicológica e a outros maus-tratos. Pessoas detidas em custódia policial ou militar em todo o país foram submetidas a tortura como punição ou para obter “confissões”, principalmente em casos que envolviam roubo a mão armada e homicídio, ou que se relacionavam ao Boko Haram.

Em diferentes estados, muitos departamentos policiais, entre eles a Unidade Especial Antiroubos e a Divisão

de Investigação Criminal, dispunham de “câmaras de tortura” onde faziam o interrogatório de suspeitos. Prisões e detenções arbitrárias, assim como detenção em regime de incomunicabilidade, eram práticas rotineiras. As mulheres detidas por delitos comuns, as familiares de supostos criminosos, as trabalhadoras do sexo ou as que eram consideradas como tal costumavam ser estupradas ou submetidas a outras formas de violência sexual pelos policiais. Menores de 18 anos também eram detidos e torturados ou maltratados nas delegacias de polícia.

DIREITO À MORADIA

Em março, perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU, a Nigéria reafirmou o compromisso com suas obrigações internacionais em matéria de direitos humanos relativas ao direito à moradia adequada e a recursos jurídicos efetivos. Apesar disso, o governo estadual de Lagos violou o direito a um recurso jurídico efetivo de aproximadamente 9.000 pessoas afetadas por um desalojamento forçado em Badia East, nesse estado, em fevereiro de 2013.¹ Após intensas pressões e mais de um ano depois de deixar milhares de pessoas sem teto, o governo do estado de Lagos providenciou a algumas das pessoas atingidas uma ajuda econômica limitada em vez de uma compensação adequada por suas perdas. Ademais, como condição para obterem a ajuda econômica, o governo exigiu que as pessoas assinassem documentos que de fato as impediam de demandar recursos adicionais.

Em junho, o Tribunal de Justiça da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) concedeu quase 70 mil dólares de indenização por danos aos membros da comunidade de Bundu com relação a um incidente ocorrido em outubro de 2009: forças de segurança armadas abriram fogo contra manifestantes desarmados em um assentamento informal de Port Harcourt,

matando uma pessoa e ferindo gravemente outras 12. Os manifestantes protestavam contra os planos de demolição de suas casas. O Tribunal sustentou que não havia qualquer justificativa para os disparos e que o governo descumprira sua obrigação de proteger e respeitar o direito de associação e reunião pacífica.

SISTEMA DE JUSTIÇA

O sistema de justiça criminal continuou carente de recursos, assolado pela corrupção e inspirando desconfiança generalizada. As forças de segurança recorreram com frequência a detenções em massa em vez de deter as pessoas individualmente com base em suspeitas razoáveis. Os detidos costumavam ser submetidos a tratamento desumano e degradante sob custódia.

Na última década, foram criados pelo menos cinco grupos de trabalho e comitês presidenciais para tratar da reforma do sistema de justiça criminal. No entanto, a maioria das recomendações, inclusive para combater a tortura, não haviam sido aplicadas até o fim do ano.

Em 10 de dezembro, a Força de Polícia da Nigéria publicou um Manual de Práticas sobre Direitos Humanos que apresentava as normas de atuação que se esperava dos policiais e orientações sobre como cumprir essas normas.

PENA DE MORTE

A Nigéria seguiu impondo sentenças de morte, mas nenhuma execução foi efetuada. Em março, durante a adoção dos resultados da Revisão Periódica Universal da Nigéria no Conselho de Direitos Humanos da ONU, o país afirmou que daria continuidade ao diálogo nacional sobre a abolição da pena de morte.

Em junho de 2014, o Tribunal de Justiça da CEDEAO ordenou que a Nigéria retirasse do corredor da morte Thankgod Ebhos, que não havia esgotado seu direito a recurso, e Maimuna Abdulmumini, que tinha menos de 18 anos à época do suposto delito. Em

outubro de 2014, depois de passar 19 anos no corredor da morte e de ter escapado por pouco da execução em junho de 2013, Thankgod Ebhos foi libertado por força de uma ordem do governador do estado de Kaduna. Outros quatro homens foram executados em junho de 2013, as primeiras execuções de que se teve conhecimento no país desde 2006.

Em setembro e dezembro, várias cortes marciais condenaram um total de 70 soldados por rebelião e os sentenciaram à morte.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As forças de segurança restringiram a liberdade de expressão durante o ano.

Durante três dias em junho, os militares e os agentes do Departamento de Segurança do Estado confiscaram e destruíram vários jornais e revistaram os veículos que distribuíam os periódicos. O Quartel General da Defesa declarou que a ação havia sido executada no interesse da segurança nacional.

Em agosto, soldados detiveram brevemente dois diretores no escritório de Maiduguri do jornal *Daily Trust*, supostamente depois que o diário publicou uma matéria afirmando que alguns soldados haviam se negado a cumprir ordens de combater o Boko Haram.

Em outubro, a polícia prendeu Amaechi Anakwe, jornalista da Africa Independent Television, depois que ele classificou como “controverso” um inspetor geral adjunto da polícia na televisão. Um tribunal o soltou no dia seguinte.

VIOLÊNCIA ENTRE COMUNIDADES

Episódios de violência intercomunitária ocorreram em muitas partes do país, principalmente na região de Middle Belt. A ONG International Crisis Group (ICG) calculou que, entre janeiro e julho, mais de 900 pessoas haviam sido mortas devido à violência entre comunidades nos estados de Kaduna, Katsina, Plateau, Zamfara, Taraba, Nasarawa e Benue.

Nos dias 14 e 15 de março, homens armados, que se acreditava serem pastores de gado de etnia fulani, mataram cerca de 200 pessoas em três povoados do estado de Kaduna. Aproximadamente outras 200 pessoas também foram mortas em confrontos entre homens armados e grupos parapoliciais locais em Unguwar Galadima, no estado de Zamfara, no período de dois dias em abril. Em agosto, pelo menos 60 pessoas foram mortas no estado de Nasarawa nos combates entre pastores fulani e agricultores da etnia eggon. Em outro incidente ocorrido em novembro na mesma região, pelo menos 40 pessoas morreram vítimas dos enfrentamentos entre os grupos étnicos eggon e gwadara por disputas de terras. Em abril, 25 pessoas morreram em Andoyaku, no estado de Taraba, quando invasores atearam fogo a todo o povoado.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Em janeiro, o Presidente Jonathan promulgou a Lei sobre Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo (Proibição) de 2013. A lei criminaliza o casamento e a união civil de casais do mesmo sexo; as cerimônias de casamento entre pessoas do mesmo sexo em locais de culto; a demonstração pública de afeto entre pessoas do mesmo sexo; e o registro e apoio a clubes e sociedades gays na Nigéria. A lei previa penas de 10 a 14 anos de prisão.

Dias depois de a lei entrar em vigor, ativistas e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais (LGBTI) foram vítimas de hostilidades, chantagens e ameaças de morte. Em Ibadan, no estado de Oyo, a polícia prendeu cinco homens por sua suposta orientação sexual. Os cinco foram soltos mediante o pagamento de fiança. Em Awka, no estado de Anambra, seis pessoas teriam sido presas e detidas pela polícia com base na nova lei. Um inspetor adjunto da polícia em Bauchi afirmou que a polícia possuía uma lista de pessoas suspeitas de

serem LGBTI que estavam “sob vigilância” como parte de sua “detecção de criminosos”.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

A poluição provocada pelas atividades da indústria do petróleo continuou a causar devastação ambiental e a destruir as fontes de subsistência na região do Delta do Níger. Em 2013 e 2014, ocorreram centenas de vazamentos de petróleo, causados por falhas nos equipamentos das empresas petroleiras e por sabotagem e roubo de petróleo. As petroleiras continuaram culpando a sabotagem e o roubo pela maioria dos vazamentos, mesmo diante das evidências cada vez mais claras de que os oleodutos estavam velhos e sem manutenção, bem como das falhas graves que caracterizaram o processo de investigação dos vazamentos conduzido pelas empresas.

Houve frequentes demoras na contenção e na limpeza dos vazamentos de petróleo. Os processos de despoluição das áreas afetadas continuaram inadequados.

As ONGs continuaram a manifestar preocupação diante da não aplicação por parte do governo e da empresa petroleira Shell das recomendações feitas em 2011 por um estudo científico do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) sobre a contaminação em Ogoniland, na região do Delta do Níger. Embora o governo tenha prosseguido com o fornecimento de água potável às pessoas cujas fontes hídricas foram contaminadas pelos vazamentos de petróleo, a quantidade e a qualidade da água, de acordo com diversos pareceres, eram inadequadas. Em setembro de 2014, o Ministério do Petróleo deu início a um processo multisetorial relativo ao relatório do PNUMA e criou quatro grupos de trabalho incumbidos de aplicar diferentes aspectos das recomendações.

Uma ação judicial contra a companhia petroleira Shell, interposta no Reino Unido por moradores da comunidade de Bodo, onde dois enormes vazamentos de petróleo de um oleoduto antigo e comprometido

por fissuras devastaram a região em 2008 e 2009, foi concluída em dezembro com um acordo extrajudicial. A Shell pagou 55 milhões de libras esterlinas (cerca de 83 milhões de dólares) à comunidade. No fim do ano, contudo, a contaminação causada pelos dois grandes vazamentos de petróleo ainda não havia sido devidamente tratada.

Documentos judiciais mostraram que a Shell havia feito reiteradas declarações falsas sobre a dimensão e o impacto dos dois vazamentos na comunidade de Bodo, numa tentativa de reduzir ao mínimo a indenização que teria de pagar. Os documentos também mostraram que a Shell sabia há muitos anos que seus oleodutos estavam velhos e defeituosos. Com base nos mesmos documentos, a ONG Amigos da Terra Países Baixos afirmou que a Shell também havia mentido a um tribunal holandês em outra ação judicial relacionada à contaminação do Delta do Níger por petróleo.

Na região de Ikarama e em outras partes do estado de Bayelsa, ocorreram vários vazamentos de petróleo, provocados tanto pelas atividades da Shell quanto da ENI/Agip. Um grupo da sociedade civil que trabalha com as comunidades locais, a Aliança das Partes Interessadas para a Prestação de Contas Corporativa (SACA, em inglês) manifestou preocupação com as falhas nos processos de descontaminação e indenização nessa área, e com o fato de as petroleiras não terem protegido adequadamente suas instalações contra atos de sabotagem..

Em novembro, o Comitê de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados recomendou que a Shell Nigerian Exploration and Production Company pagasse a quantia de 3,6 bilhões de dólares pelos prejuízos causados às comunidades costeiras do estado de Bayelsa durante um vazamento de petróleo em 2011 em Bonga, que teria afetado 350 comunidades e cidades satélites.

1. Nigeria: At the mercy of the government: Violation of the right to an effective remedy in Badia East, Lagos State, Nigeria (AFR 44/017/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AFR44/017/2014/en

PALESTINA

Estado da Palestina

Chefe de Estado: **Mahmoud Abbas**

Chefe de governo: **Rami Hamdallah**

Na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, as autoridades limitaram as liberdades de expressão e reunião pacífica, realizaram prisões e detenções arbitrárias, torturaram e praticaram outros maus-tratos contra detentos com impunidade. Mulheres e meninas sofreram discriminação na lei e na prática e não foram devidamente protegidas contra a violência de gênero. A pena de morte continuou em vigor; não houve execuções na Cisjordânia, mas as autoridades do Hamas na Faixa de Gaza realizaram pelo menos 22 execuções extrajudiciais de pessoas que acusaram de “colaborar” com Israel. A ofensiva militar “Margem Protetora” de Israel matou mais de 1.500 civis em Gaza, feriu outros milhares e causou enorme devastação, exacerbando as dificuldades sentidas pelo 1,8 milhão de habitantes da Faixa de Gaza devido ao bloqueio militar contínuo de Israel no território. Durante o conflito de 50 dias, o Hamas e grupos armados palestinos lançaram indiscriminadamente milhares de foguetes e morteiros sobre áreas civis de Israel, matando 6 civis, inclusive uma criança.

INFORMAÇÕES GERAIS

Negociações convocadas pelos EUA, que começaram em 2013 e pretendiam resolver o conflito de décadas entre Israel e Palestina,

terminaram no final de abril sem atingir nenhum acordo.

No mesmo mês, o Fatah, o partido no governo da Autoridade Palestina, que administra a Cisjordânia, e o Hamas, que governa *de facto* Gaza desde 2007, anunciaram um acordo de unidade. Em junho, o Fatah, o Hamas e outras facções palestinas concordaram em formar um governo de reconciliação nacional, formado por tecnocratas independentes para administrar os assuntos civis em ambas as áreas até que eleições parlamentares e presidenciais fossem realizadas. Até o fim do ano, não havia sido escolhida uma data para o pleito.

Houve um crescente reconhecimento internacional da condição da Palestina como um Estado, apesar da oposição de Israel e dos EUA. Em outubro, a Suécia se tornou o primeiro membro da União Europeia a reconhecer o Estado da Palestina (embora três outros Estados europeus o tivessem feito antes de se unir à UE) e a Câmara dos Comuns do Reino Unido e a Assembleia Nacional da França ambos realizaram votações não vinculantes a favor do reconhecimento. Em dezembro, a Jordânia apresentou uma resolução ao Conselho de Segurança da ONU que propunha estabelecer um cronograma para um acordo negociado que exigiria que Israel cessasse a ocupação de territórios palestinos até o fim de 2017.

Em abril, a Palestina ratificou as quatro Convenções de Genebra e uma série de tratados internacionais sobre direitos humanos e outros, inclusive o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a Convenção sobre os Direitos da Criança e seu Protocolo Facultativo relacionado ao envolvimento de crianças em conflitos armados, assim como a Convenção da ONU contra a Tortura. Em 31 de dezembro, o presidente Mahmud Abbas

assinou 16 outros tratados internacionais, assim como o Estatuto de Roma, reconhecendo a competência do Tribunal Penal Internacional nos Territórios Palestinos Ocupados, inclusive Jerusalém Oriental, a partir de 13 de junho de 2014.

As tensões aumentaram com o assassinato por parte de Israel de pelo menos 15 palestinos até o fim de junho, com o sequestro e assassinato de 3 adolescentes israelenses por palestinos perto de Hebron e com a morte por vingança de um jovem palestino por israelenses. As tensões resultaram em um novo conflito armado em julho, quando Israel lançou sua ofensiva militar “Margem Protetora”, com ataques aéreos e a invasão terrestre da Faixa de Gaza. A ofensiva durou 50 dias antes que os dois lados concordassem com um cessar-fogo, mediado pelos governos dos EUA e do Egito. A ofensiva causou a morte de mais de 1.500 civis na Faixa de Gaza, dos quais mais de 500 eram crianças, e deixou milhares de feridos. Além disso, resultou em enorme devastação, danificando e destruindo escolas, hospitais, casas e outras infraestruturas civis. A Faixa de Gaza permaneceu sob bloqueio militar israelense por todo o ano.

CONFLITO ARMADO

O Hamas e grupos armados palestinos na Faixa de Gaza lançaram foguetes e morteiros de modo indiscriminado e reiterado sobre Israel. Os ataques se intensificaram marcadamente no período anterior à ofensiva militar “Margem Protetora” de Israel contra Gaza e no decorrer da operação. Em agosto, quando se chegou ao cessar-fogo que pôs fim ao conflito, ataques indiscriminados lançados da Faixa de Gaza por grupos armados palestinos haviam matado 6 civis em Israel, inclusive uma criança de 4 anos, além de ferir outros civis e danificar uma série de residências civis. Esses ataques também causaram a mortes de civis em Gaza, pois alguns foguetes explodiram prematuramente: em 28 de julho, morreram 10 civis palestinos, 9 deles crianças, no

acampamento de refugiados de Shati, ao que parece, porque um foguete explodiu antes de atingir o alvo. Os grupos armados palestinos também expuseram os civis em Gaza a ataques letais dos israelenses ao esconder e disparar foguetes e outros projéteis em áreas residenciais civis e próximo a estas. Os ataques pararam quase completamente após o cessar-fogo.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Tanto na Cisjordânia quanto em Gaza, as forças de segurança prenderam e detiveram arbitrariamente seus críticos e os apoiadores das organizações políticas rivais.

Tortura e outros maus-tratos

As pessoas detidas foram torturadas e maltratadas com impunidade. A Comissão Independente para os Direitos Humanos (ICHR, na sigla em inglês), um órgão nacional estabelecido para monitorar os direitos humanos e receber reclamações, afirmou ter recebido durante o ano mais de 120 denúncias de tortura e outros maus-tratos contra detidos na Cisjordânia e mais de 440 denúncias da Faixa de Gaza. Os métodos de tortura incluíam espancar os detentos e forçá-los a ficar em pé ou sentar em posições de estresse por longos períodos. Na Cisjordânia, os detidos denunciaram que foram torturados ou maltratados pela polícia, pela força de segurança preventiva e pelos serviços de inteligência geral e militar. Na faixa de Gaza, pelo menos três homens morreram em custódia, supostamente devido à tortura dos agentes da Segurança Interna. Em ambos os territórios, as autoridades não conseguiram proteger as pessoas detidas da tortura e dos maus-tratos, tampouco investigar denúncias ou responsabilizar os perpetradores.

Julgamentos injustos

Autoridades políticas e judiciárias não garantiram que os detentos recebessem julgamentos imediatos e justos. As autoridades na Cisjordânia detiveram as pessoas por períodos indefinidos, sem acusações ou julgamento. Na Faixa de Gaza, as autoridades do Hamas continuaram a

submeter os civis a julgamentos injustos em tribunais militares.

LIBERDADES DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

As autoridades limitaram as liberdades de expressão, de associação e de reunião na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. As forças de segurança dispersaram protestos organizados por ativistas da oposição, frequentemente usando força excessiva. Em muitas ocasiões, os jornalistas que cobriam os protestos reclamaram que as forças de segurança os atacaram ou danificaram seu equipamento. Agentes das forças de segurança também assediaram e procuraram intimidar jornalistas e ativistas das redes sociais, inclusive intimando-os repetidamente para interrogatório e às vezes detendo-os por seus escritos.

Em março, a polícia da cidade de Khan Yunis, na Faixa de Gaza, usou a força para interromper um evento comemorativo organizado por apoiadores do Fatah, supostamente atirando para o ar para dispersar o grupo e prendendo e detendo brevemente muitos participantes.

Na Cisjordânia, as forças de segurança atacaram jornalistas da emissora palestina Wattan TV, que estavam ali para reportar sobre as manifestações. Em um incidente em outubro, as forças de segurança atacaram uma equipe da Wattan TV que cobria uma manifestação em Hebron e confiscaram seu equipamento.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Durante a ofensiva israelense “Margem Protetora”, membros das brigadas Izz Al Din Al Qassam, o braço militar do Hamas, e das forças de Segurança Interna executaram de modo sumário e extrajudicial pelo menos 22 pessoas que acusaram de “colaboração” com Israel. Entre as vítimas estavam vários prisioneiros que haviam recorrido contra sentenças de morte ou de prisão proferidas por tribunais militares em Gaza; outros eram detidos que não haviam sido acusados

nem tiveram julgamento. Em 5 de agosto, o Ministério do Interior *de facto* removeu cinco detentos da Penitenciária Katiba, que foram executados extrajudicialmente fora da prisão. Em 22 de agosto, forças do Hamas removeram 11 prisioneiros da Penitenciária Katiba, cujos julgamentos ou recursos estavam pendentes, e os executaram extrajudicialmente na delegacia de polícia de Al Jawazat. Mais tarde, naquela mesma manhã, 6 homens que haviam sido presos durante a operação “Margem Protetora” foram mortos a tiros em público após as preces de sexta-feira. Segundo informações, durante a operação “Margem Protetora”, as Brigadas Izz Al Din Al Qassam atiraram contra outros supostos “colaboradores” na rua.

IMPUNIDADE

As autoridades palestinas não tomaram nenhuma medida para investigar supostos crimes de guerra e possíveis crimes contra a humanidade cometidos pelo braço armado do Hamas e por outros grupos armados palestinos antes e durante o conflito de julho e agosto, ou durante conflitos anteriores com Israel, nos quais grupos armados palestinos lançaram foguetes e morteiros indiscriminadamente contra Israel. Tampouco responsabilizaram agentes que cometeram violações de direitos humanos, como o uso excessivo da força contra manifestantes pacíficos e a tortura de detentos.

Violência contra mulheres e meninas

Mulheres e meninas continuaram sofrendo discriminação na lei e na prática, sem proteção adequada contra a violência de gênero cometida por parentes masculinos, teoricamente por motivos de “honra” familiar. Pelo menos 11 mulheres e meninas foram assassinadas por parentes masculinos nos chamados “ assassinatos de honra ” durante o ano, de acordo com relatórios da Comissão Independente de Direitos Humanos . Entre elas estava Islam Mohammad Al Shami , de 18 anos, que morreu depois de ser esfaqueada no pescoço em 20 de outubro

, enquanto rezava dentro de casa em Bani Suheila, no governadorado de Khan Yunis.

PENA DE MORTE

A pena de morte continuou vigente para assassinato e outros crimes. Não foram registradas execuções na Cisjordânia, mas, em Gaza, os tribunais militares e de primeira instância do Hamas condenaram pelo menos 8 pessoas à morte por acusações de assassinato. Em maio, autoridades de Gaza executaram dois homens, ambos condenados à morte por acusações de traição e assassinato.

PAQUISTÃO

República Islâmica do Paquistão

Chefe de Estado: **Mamnoon Hussain**

Chefe de governo: **Muhammad Nawaz Sharif**

Em dezembro, um atentado do Talibã paquistanês contra a Escola Pública do Exército em Peshawar matou 149 pessoas, entre elas 132 crianças, fazendo deste o pior atentado terrorista da história do Paquistão. O governo respondeu com a suspensão da moratória da pena de morte, e sem demora executou sete homens condenados anteriormente por outros delitos de terrorismo. O primeiro-ministro anunciou medidas que estavam previstas no Plano Nacional de Ação contra o Terrorismo, as quais permitiriam julgar pessoas suspeitas de terrorismo em tribunais militares, fazendo aumentar as preocupações com a imparcialidade dos julgamentos. Em outubro, a ativista pelo direito à educação Malala Yousafzai dividiu o prêmio Nobel da Paz com o ativista indiano pelos direitos das crianças Kailash Satyarthi. A Assembleia Nacional aprovou a Lei de Proteção do Paquistão em julho, e outras leis de segurança no decorrer do

ano, consagrando extensos poderes às forças de segurança e de aplicação da lei, ampliando o escopo das prisões arbitrárias, das detenções por tempo indeterminado, do uso de força letal e dos procedimentos judiciais secretos que em muito excedem as normas internacionais sobre o cumprimento da lei e os julgamentos justos. Os meios de comunicação paquistaneses enfrentaram constantes hostilidades e outros abusos, e o Conselho Nacional Regulador dos Meios de Comunicação Eletrônicos do Paquistão ordenou o breve fechamento das duas maiores redes de telerádiodifusão privadas do país devido a conteúdos com críticas às autoridades. As minorias religiosas continuaram a sofrer discriminação e perseguição, especialmente por causa de leis sobre blasfêmia.

INFORMAÇÕES GERAIS

As audiências do julgamento por traição do ex-governante militar do país, general Pervez Musharraf, continuaram sendo postergadas, criando tensões entre o governo do primeiro-ministro Nawaz Sharif, eleito democraticamente, e os poderosos militares. O governo e os partidos políticos de oposição não conseguiram chegar a um acordo de paz com o Talibã paquistanês, o que resultou num atentado do grupo contra o Aeroporto Internacional de Karachi, que deixou pelo menos 34 mortos, a maioria entre as forças de segurança e os combatentes talibãs. O ataque e a constante pressão dos EUA levaram o Exército do Paquistão a lançar uma grande operação militar contra santuários do Talibã e da Al Qaeda na agência tribal do Waziristão do Norte em junho, e que prosseguia no fim de 2014.

Depois de denunciar que as eleições gerais de 2013 teriam sido fraudadas e de discordar dos inquéritos independentes sobre essas denúncias, os manifestantes liderados pelo político opositor Imran Khan e pelo clérigo Tahir ul Qadri realizaram protestos por todo o país pedindo a renúncia do governo de Nawaz Sharif e novas eleições.

Após a polícia ter matado 12 militantes políticos no bairro de Model Town, em Lahore, no dia 17 de junho, os manifestantes se tornaram cada vez mais confrontadores, principalmente em agosto e setembro. Eles invadiram brevemente a Assembleia Nacional e ameaçaram ocupar a residência oficial do primeiro-ministro, provocando uma crise que quase forçou o colapso do governo, até que os militares intervieram publicamente em apoio ao premiê.

Pelo quarto ano consecutivo, as enchentes em todo o país desalojaram centenas de milhares de pessoas, provocando uma grave crise humanitária.

As tentativas do governo de melhorar as relações com a Índia, no começo do ano, foram suspensas quando as forças armadas dos dois países se envolveram em confrontos regulares na Linha de Controle em torno da fronteira do estado indiano de Jammu e Caxemira.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Grupos armados estavam implicados em abusos dos direitos humanos por todo o país. Em 16 de dezembro, vários homens que o Talibã do Paquistão afirmou serem seus integrantes, atacaram com armas de fogo e bombas suicidas a Escola Pública do Exército em Peshawar, no nordeste do país, matando 149 pessoas – entre elas, 132 menores – e deixando dezenas feridas. Os talibãs paquistaneses disseram que o atentado havia sido uma resposta às recentes operações do exército do Paquistão no vizinho Warizistão do Norte, em que morreram centenas de combatentes talibãs.

Várias facções do Talibã do Paquistão continuaram a cometer atentados, inclusive contra ativistas e jornalistas que promoviam a educação e outros direitos, ou que criticavam o grupo. Ahrar ul Hind, um grupo dissidente do Talibã paquistanês, reivindicou responsabilidade por um atentado suicida com armas e explosivos, no dia 3 de março, contra um tribunal de Islamabad, que deixou

11 mortos e vários feridos, supostamente em resposta à decisão do Talibã paquistanês de iniciar conversações de paz com o governo. O Jamat ul Ahrar, outro grupo dissidente do Talibã paquistanês, reivindicou a autoria de um atentado suicida com explosivos cometido em 2 de novembro no posto fronteira de Wagah, entre o Paquistão e a Índia, após a cerimônia diária de arreamento da bandeira, o qual deixou 61 pessoas mortas e mais de 100 feridas.

Trabalhadores da saúde que participaram de campanhas de vacinação contra a poliomielite e outras enfermidades foram assassinados em diversas partes do país. As mortes foram mais frequentes em áreas do Noroeste e na cidade de Karachi, locais com presença ativa do Talibã e grupos afins, que se opõem às vacinações. Grupos étnicos balúchis armados que demandam a separação do Baluquistão como um Estado independente, estavam implicados na morte e sequestro de membros das forças de segurança e outros indivíduos, por suas vinculações étnicas ou políticas, além de efetuarem ataques contra infraestruturas. O grupo armado antixiita Lashkar-e-Jhangvi reivindicou a responsabilidade por uma série de assassinatos e outros ataques contra a população muçulmana xiita, principalmente na província do Baluquistão e nas cidades de Karachi e Lahore. Grupos armados rivais travaram frequentes confrontos, que deixaram dezenas de mortos.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Apesar de decisões inequívocas da Suprema Corte em 2013, demandando que o governo resgate as vítimas de desaparecimento forçado, as autoridades pouco fizeram para cumprir suas obrigações, conforme o direito internacional e a Constituição, de impedir essas violações. As práticas das forças de segurança do Estado, inclusive as ações empreendidas dentro do escopo de certas leis, como a Lei de Proteção do Paquistão, resultaram no desaparecimento forçado de homens e meninos em todo o país,

sobretudo nas províncias do Baluquistão, Khyber Pakhtunkhwa e Sind. Muitas das vítimas foram posteriormente encontradas mortas, com marcas do que aparentavam ser ferimentos de bala e sinais de tortura. O governo não aplicou as ordens da Suprema Corte requerendo que as forças de segurança responsáveis por desaparecimentos forçados fossem levadas à Justiça.

Zahid Baloch, presidente da organização estudantil balúchi Azad, foi sequestrado em Quetta, no Baluquistão, no dia 18 de março. Testemunhas afirmaram que ele foi rendido sob a mira de armas no bairro de Satellite Town, nessa cidade, por agentes do Corpo de Fronteiras, uma força de segurança federal. As autoridades negaram ter conhecimento de sua prisão, e não investigaram adequadamente sua sorte ou paradeiro, nem o sequestro. Até o fim do ano, não havia novas informações sobre o caso.¹

Os corpos de homens e meninos detidos arbitrariamente pelas forças armadas do Paquistão na província de Khyber Pakhtunkhwa e nas Áreas Tribais sob Administração Federal continuaram sendo encontrados meses ou anos depois da detenção. As autoridades, por sua vez, raramente acataram as ordens da Corte Superior de Peshawar de liberar os indivíduos suspeitos de terrorismo ou indiciá-los sem demora e levá-los a julgamento. Os detidos continuaram tendo acesso limitado a familiares e advogados. Houve casos raros de ativistas submetidos a desaparecimentos forçados que retornaram com vida. No dia 5 de fevereiro, Kareem Khan, um ativista que se opõe aos ataques com veículos aéreos não tripulados, ou VANTs (conhecidos como *drones*, em inglês), foi sequestrado por cerca de 20 homens armados, alguns com uniformes da polícia, em sua casa na guarnição de Rawalpindi, poucos dias antes de uma viagem que ele faria à Europa para prestar testemunho perante o Parlamento Europeu sobre os impactos dos ataques com aviões teleguiados nas áreas tribais do Paquistão. Ele foi libertado nove dias após

o sequestro, em consequência da pressão de grupos locais e internacionais de direitos humanos e de governos estrangeiros.

Kareem Khan afirma ter sido submetido a tortura e interrogado várias vezes sobre seu ativismo e sua investigação dos ataques com VANTs. As autoridades não investigaram adequadamente o incidente nem levaram os responsáveis à Justiça.

Grupos de direitos humanos criticaram um inquérito judicial sobre as covas coletivas descobertas em Tutak, no Baluquistão, em 25 de janeiro, por não investigar adequadamente as forças de segurança do Estado. Ativistas balúchis afirmaram que as covas continham os corpos de ativistas de etnia balúchi que haviam sido vítimas de desaparecimento forçado.

CONFLITO ARMADO INTERNO

Partes das Áreas Tribais sob Administração Federal, no Noroeste do Paquistão, continuaram sendo afetadas pelo conflito armado interno, sofrendo ataques regulares do Talibã e de outros grupos armados, das forças armadas paquistanesas e das aeronaves teleguiadas dos EUA que mataram centenas de pessoas. Em junho, o exército paquistanês lançou uma grande operação militar na agência tribal do Waziristão do Norte, e realizou operações esporádicas na agência tribal de Khyber e outras áreas tribais sob administração federal. As comunidades atingidas seguidamente se queixaram do uso desproporcional da força e dos ataques indiscriminados praticados por todas as partes no conflito, principalmente pelas forças armadas do Paquistão. Os combates desalojaram mais de um milhão de moradores, a maioria dos quais foi obrigada a fugir para o distrito de Bannu, na província vizinha de Khyber Pakhtunkhwa, no período mais quente do ano. Os ataques com VANTs dos EUA prosseguiram de modo esporádico a partir de 11 de junho, após um intervalo de aproximadamente seis meses, fazendo ressurgirem as preocupações com a prática de homicídios ilegais. No dia 5 de junho,

a Corte Superior de Islamabad ordenou a prisão de um ex-chefe do escritório da CIA no Paquistão, por sua suposta responsabilidade em homicídios ilegais praticados nas áreas tribais a partir de veículos aéreos não tripulados. Em 12 de setembro, as forças de segurança anunciaram a prisão, no Waziristão do Norte, de 10 homens suspeitos de envolvimento no atentado contra Malala Yousafzai, ativista pelos direitos à educação, em 2012. Havia dúvidas quanto às circunstâncias de sua prisão, ao tratamento que receberam em custódia e à justiça do julgamento que teriam.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO – JORNALISTAS

Pelo menos oito jornalistas foram mortos durante o ano no Paquistão, em represália direta pelo seu trabalho, deixando o país marcado como um dos mais perigosos do mundo para os profissionais da imprensa.² O famoso apresentador de televisão Hamid Mir afirmou que o Diretório para os Inter-Serviços de Inteligência (ISI), o mais poderoso serviço secreto do Paquistão, foi responsável por um atentado contra sua vida, em Karachi, no dia 19 de abril, do qual ele conseguiu por pouco escapar. Depois da denúncia do jornalista, transmitida em rede nacional pela estação Geo TV, em que Hamid Mir trabalha, a emissora foi formalmente suspensa por 15 dias, no dia 6 de junho. Diversos jornalistas ligados à Geo TV receberam ameaças e sofreram hostilidades diárias, por telefone e em pessoa, da parte de indivíduos não identificados. Muitos se recusaram a entrar em seus escritórios ou a se identificar como pertencendo à emissora ou aos meios de comunicação associados, com medo de sofrer atentados.

No dia 20 de outubro, a principal concorrente da Geo TV, a ARY News, também foi suspensa depois que a Corte Superior de Lahore decidiu que a emissora e alguns de seus jornalistas haviam desacatado a Justiça ao divulgar a opinião de uma pessoa que estava sendo julgada pela corte.

Em março, o primeiro-ministro prometeu nomear promotores públicos especiais para investigar ataques contra jornalistas, sendo que ele próprio visitou Hamid Mir no hospital após o atentado contra o apresentador. Até o fim do ano, ninguém havia sido levado à Justiça para responder pelo atentado contra sua vida ou por outros ataques contra jornalistas.³

DISCRIMINAÇÃO – MINORIAS RELIGIOSAS

As minorias religiosas continuaram a enfrentar leis e práticas que resultaram em discriminação e perseguição contra elas. Dezenas de pessoas da etnia hazara foram mortas em atentados em Quetta e outras áreas do Baluquistão; o grupo armado Lashkar-e-Jhangvi reivindicou responsabilidade por muitos dos ataques, que alegou se justificarem por serem os hazaras muçulmanos xiitas. Membros da comunidade religiosa xiita realizaram vários protestos durante o ano contra os homicídios, os sequestros e os ataques a seus locais de culto em diferentes partes do país. Eles reclamaram que as autoridades invariavelmente falhavam em prover proteção adequada contra esses ataques ou em levar os responsáveis à Justiça.

As leis de blasfêmia continuaram em vigor, infringindo os direitos à liberdade de pensamento, consciência e religião e à liberdade de opinião e de expressão. Abusos relacionados às leis de blasfêmia ocorreram com regularidade durante todo o ano, como demonstrado em vários casos de grande repercussão. O eminente advogado de direitos humanos Rashid Rehman foi morto a tiros diante de seus colegas em seu escritório na cidade de Multan, província de Punjab, no dia 7 de maio. Antes de ser assassinado, Rashid Rehman recebera constantes ameaças de morte por estar representando legalmente um professor universitário, Junaid Hafeez, que havia sido preso acusado de blasfêmia. No dia 18 de setembro, o professor Muhammad Shakil Auj, um célebre

acadêmico religioso e diretor da faculdade de Estudos Islâmicos da Universidade de Karachi, foi morto a tiros por agressores não identificados quando se dirigia a um evento. Nos meses antes de ser assassinado, ele vinha recebendo ameaças de morte e enfrentava acusações de blasfêmia por parte de acadêmicos religiosos rivais.

Na noite de 27 de julho, uma multidão incendiou as casas de uma pequena comunidade ahmadi na província de Punjab, depois que um dos residentes foi acusado de blasfêmia – duas crianças e sua avó morreram sufocadas pela fumaça e várias pessoas ficaram gravemente feridas. No dia 16 de outubro, a seção de apelação da Corte Superior de Lahore rejeitou o recurso de uma mulher cristã, Asia Bibi, para ter revogada sua sentença de morte imposta em 2010.⁴ Em março, um varredor de ruas cristão, Savan Masih, foi condenado à morte por blasfêmia depois que um amigo o acusou de fazer comentários blasfemos durante uma discussão. A acusação provocou uma onda de dois dias de distúrbios no bairro de Lahore em que o varredor vivia, conhecido como Colônia José, quando uma multidão de 3.000 pessoas incendiou cerca de 200 casas de famílias cristãs. A polícia foi alertada sobre o ataque iminente, mas não tomou providências adequadas para proteger a comunidade.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Diversos casos de crimes ditos "em nome da honra" ganharam visibilidade e chamaram atenção para os riscos que as mulheres correm dentro da própria família ao tentarem se casar com parceiros de sua escolha. No dia 27 de maio, Farzana Parveen foi baleada e espancada até a morte com um tijolo por membros de sua família, inclusive seu pai e seu ex-marido, na entrada da Corte Superior de Lahore, depois que ela fugiu de casa e se casou com o parceiro que havia escolhido. Vários de seus parentes homens foram presos pelo homicídio, assim como seu ex-marido,

Mohammad Iqbal, depois que ele admitiu ter matado sua primeira esposa para se casar com Farzana Parveen.

As mulheres também se arriscavam a sofrer agressões ao tentar exercer seus direitos. Por exemplo, em setembro, uma *jirga* (conselho decisório tradicional) formada por chefes tribais uthmanzai da agência tribal de Waziristão do Norte, ameaçou as mulheres com violência por elas buscarem ajuda humanitária nos campos para pessoas desalojadas do distrito de Bannu, na província de Khyber Pakhtunkhwa, onde se encontrava a grande maioria das pessoas que fugiram do conflito na agência tribal.

PENA DE MORTE

O atentado de 16 de dezembro contra a Escola Pública do Exército em Peshawar levou o primeiro-ministro Nawaz Sharif a retomar as execuções depois de uma suspensão de seis anos, anunciando a execução de 500 pessoas condenadas por outros delitos de terrorismo. Sete homens condenados anteriormente foram enforcados de modo apressado em dezembro, depois que o Presidente Hussain rejeitou sumariamente seus recursos de apelação. O governo também anunciou medidas previstas no Plano Nacional de Ação contra o Terrorismo que permitiriam julgar pessoas suspeitas de terrorismo em tribunais militares a partir do início de 2015.

Sentenças de morte continuaram a ser pronunciadas. Shoaib Sarwar, um preso condenado por homicídio em 1998 e que aguarda no corredor da morte, recebeu ordem de execução em setembro, depois de esgotar todas as possibilidades de recurso. No entanto, a execução foi adiada várias vezes pelas autoridades devido à pressão de ativistas do país e do exterior contrários à pena de morte.

1. Pakistan: Abducted political activist at risk of death (ASA 33/008/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA33/008/2014/en

2. "A bullet has been chosen for you": Attacks on journalists in Pakistan (ASA 33/005/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA33/005/2014/en
3. Pakistan: Open letter to the Prime Minister Nawaz Sharif: Joint statement of shared concerns about attacks on journalists in Pakistan (ASA 33/010/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA33/010/2014/en
4. Pakistan: Woman sentenced to death for blasphemy - Asia Bibi (ASA 33/015/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA33/015/2014/en

PARAGUAI

República do Paraguai

Chefe de Estado e de governo: **Horacio Manuel Cartes Jara**

Apesar de alguns avanços, os povos indígenas continuaram sendo privados do acesso a suas terras tradicionais. A impunidade por violações de direitos humanos persistiu. O aborto continuou criminalizado na maioria dos casos.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Enquanto algumas comunidades indígenas conseguiram avançar na resolução de suas reivindicações de terras, outras permaneceram privadas de suas terras tradicionais.

Em junho, foi aprovada uma lei de desapropriação para devolver aos índios Sawhoymaxa sua terra tradicional. A comunidade viveu por mais de 20 anos em condições deploráveis à beira de uma movimentada rodovia.¹ Em setembro, uma ação constitucional para anular a lei de desapropriação foi indeferida pela Suprema Corte.

No fim do ano, a comunidade Yakye Axa ainda não havia conseguido se restabelecer em sua terra – apesar de um acordo firmado entre as autoridades e o proprietário, concluído em janeiro de 2012 – porque

a estrada que daria acesso à terra não estava pronta.

Em maio, após uma ordem judicial de despejo, policiais invadiram o local onde estava a comunidade Guarani Y'apo Ava, no departamento de Canindeyú. Os indígenas escaparam antes da chegada da polícia. Segundo relatos, casas e locais de culto sagrados foram destruídos. Em junho, a comunidade informou que seguranças privados tentaram novamente expulsá-la à força; muitos membros da comunidade ficaram feridos e um dos indivíduos que tentava expulsá-los morreu. As investigações sobre o caso prosseguiram no fim do ano. A comunidade afirma que a área era parte de suas terras ancestrais. Em 2001, uma decisão judicial havia confirmado a posse da terra pela comunidade; porém, em abril de 2014, uma empresa ajuizou uma ação reivindicando sua propriedade. No fim do ano, uma decisão judicial ainda era aguardada.

IMPUNIDADE

Prosseguiram no fim do ano as ações judiciais contra 12 *campesinos* (agricultores) por seu suposto envolvimento nas mortes de seis policiais e em outros crimes relativos a uma disputa por terras no distrito de Curuguaty em 2012. No mesmo conflito, 11 agricultores também foram mortos, mas ninguém foi acusado formalmente pelas mortes, o que levantou dúvidas quanto à imparcialidade da investigação.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

O recém-criado Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura publicou seu primeiro relatório anual em abril. O documento constatou que a falta de sanções e investigações sobre denúncias de torturas e outros maus-tratos era um dos principais motivos da prevalência da tortura no país. O Mecanismo também manifestou sérias preocupações com a precariedade das condições prisionais, inclusive com a superlotação.

As investigações sobre as denúncias de tortura de *campesinos* durante os conflitos de 2012 no distrito de Curuguaty prosseguiram no fim do ano.

Quatro agentes penitenciários estavam sendo investigados pelas mortes de dois adolescentes e por lesões casadas em pelo menos outros três jovens durante os distúrbios ocorridos em abril e agosto no Centro Educacional Itauguá de detenção juvenil.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

Uma lei apresentada ao Congresso em 2012 para prevenir, punir e erradicar a violência sexual e de gênero ainda não havia sido votada.

Em agosto, o Senado aprovou uma legislação com o fim de reformar um artigo do Código Penal que pune a violência doméstica somente nos casos em que a agressão acontece com regularidade. A reforma propõe que o crime seja punido mesmo que cometido uma única vez. Além disso, aumenta as penalidades previstas nesse artigo. No fim do ano, a mudança ainda aguardava a aprovação final da Câmara dos Deputados.

Em agosto, Lucía Sandoval foi absolvida da morte de seu marido em 2011, ocorrida em um contexto de violência doméstica. Ela passou três anos detida enquanto aguardava julgamento. O tribunal concluiu que não havia provas suficientes de seu envolvimento na morte e decidiu libertá-la. O caso suscitou preocupações com a falta de medidas apropriadas para proteger mulheres sobreviventes de violência doméstica no Paraguai. Um recurso contra a decisão ainda não havia sido julgando no fim do ano.

O aborto continuou criminalizado na maioria dos casos, inclusive quando a gravidez resulta de estupro ou incesto, ou quando o feto não tem condições de sobreviver fora do útero. O aborto só era permitido quando a vida da mulher ou da menina corresse perigo.

DISCRIMINAÇÃO

Em novembro, o Senado rejeitou uma legislação que visava a prevenir e combater todas as formas de discriminação.

COMÉRCIO DE ARMAS

A legislação para ratificar o Tratado de Comércio de Armas foi aprovada.

-
1. Paraguay: Celebrations as law will return ancestral land to Indigenous community after two decades of destitution (NWS 11/109/2014)
www.amnesty.org/en/news/paraguay-celebrations-law-will-return-ancestral-land-indigenous-community-after-two-decades-des

PERU

República do Peru

Chefe de Estado e de governo: **Ollanta Moisés Humala Tasso**

Ativistas e críticos do governo foram atacados. Houve denúncias de uso excessivo da força pelas forças de segurança. O direito dos povos indígenas à consulta adequada e ao consentimento livre, prévio e informado não foi cumprido. Os direitos sexuais e reprodutivos não foram assegurados. A impunidade continuou sendo motivo de preocupação.

INFORMAÇÕES GERAIS

Os conflitos sociais e os protestos nas comunidades afetadas pelas indústrias extrativas ocorreram de forma extensa. Algumas manifestações resultaram em confronto com as forças de segurança.

Pelo menos quatro membros das forças de segurança foram mortos e sete ficaram feridos em combates com remanescentes do grupo armado de oposição Sendero Luminoso.

Um mecanismo nacional para prevenção da tortura e outros maus-tratos foi aprovado

pelo Congresso em junho. No fim do ano, o mecanismo ainda não havia sido posto em prática porque o presidente não o sancionou.

Foram motivo de sérias preocupações as condições em que 100 presos eram mantidos na Penitenciária de Challapalca, localizada a mais de 4.600 metros de altitude na região de Tacna. O fato de a prisão ser inacessível a familiares, médicos e advogados restringe o direito dos presos a visitas e constitui tratamento cruel, desumano e degradante.

Em julho, o segundo Plano Nacional de Direitos Humanos, com escopo bienal, foi aprovado pelo Congresso, suscitando preocupações com o fato de os direitos LGBTI terem sido explicitamente excluídos e de o Plano não sido plenamente dotado dos recursos necessários a sua aplicação.

Uma lei que concede direitos iguais a casais do mesmo sexo não havia sido debatida pelo Congresso no fim do ano.

REPRESSÃO ÀS DIFERENÇAS DE OPINIÃO

Ativistas e críticos do governo, inclusive defensores dos direitos humanos, continuaram sendo atacados, principalmente os que defendem os direitos das comunidades atingidas pela indústria de extração de minérios.

As forças de segurança e os seguranças privados da empresa mineradora de ouro Yanacocha intimidaram e atacaram Máxima Chaupe, sua família e outras pessoas de comunidades indígenas e de agricultores nas províncias de Cajamarca, Celendín e Hualgayoc-Bambamarca, na região de Cajamarca. Eles se opunham à extração de minérios em suas terras argumentando que não foram consultados a respeito e que seus direitos à água e a meios de subsistência estava sob ataque. Em maio, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos requereu medidas cautelares em seu favor. Até o fim do ano, eles não haviam recebido qualquer tipo de proteção.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em setembro, os líderes indígenas Edwin Chota Valera, Jorge Ríos Pérez, Leoncio Quinticima Meléndez e Francisco Pinedo da comunidade indígena Asháninka de Alto Tamaya-Saweto, na região de Ucayali, foram mortos por indivíduos que se acredita serem madeireiros ilegais, em retaliação por seu ativismo contra a exploração ilegal de madeira em suas terras ancestrais. Antes do ataque, a comunidade havia manifestado temores com sua segurança e as autoridades falharam em protegê-la. Nenhuma investigação foi aberta até o fim do ano. No entanto, a segurança das famílias dos índios assassinados continua em perigo.

Apesar de alguns esforços no sentido de aplicar a lei de 2011 que assegura o direito dos povos indígenas ao consentimento livre, prévio e informado, causava preocupação o fato de não haver uma metodologia clara nem consistência na aplicação da lei antes de outorgar concessões à indústria extrativa. Em janeiro, as autoridades consentiram com a expansão do projeto de extração do gás de Camisea na região de Cusco, mesmo frente às graves preocupações com o fato de nenhuma das comunidades indígenas que podem ser afetadas ter dado seu consentimento e de que quase um quarto do território possa estar sendo ocupado por povos indígenas que vivem em isolamento voluntário.

Teve início em maio o julgamento de 53 pessoas, entre as quais vários indígenas e suas lideranças. Elas foram acusadas da morte de 12 policiais durante uma operação conjunta da polícia e dos militares para desfazer o bloqueio de uma estrada organizado pelos índios em Bagua, na região Amazônica, em 2009. Ao todo, 33 pessoas foram mortas, 23 delas policiais, e mais de 200 ficaram feridas. Nenhum policial ou militar foi responsabilizado pelas violações de direitos humanos cometidas contra os civis.

IMPUNIDADE

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Pelo menos nove pessoas foram mortas e dezenas ficaram feridas no decorrer dos protestos que aconteceram durante todo o ano, quando foram levantadas preocupações de que as forças de segurança fizeram uso excessivo da força. No fim do ano, não se tinha conhecimento do início de qualquer investigação sobre as mortes.

Temia-se que uma nova lei aprovada em janeiro pudesse perpetuar a impunidade. A lei exime as forças de segurança de responsabilidade penal quando algum de seus membros matar ou ferir uma pessoa enquanto em serviço. Em fevereiro, quatro policiais que estavam sendo julgados por sua responsabilidade na morte de três manifestantes em Huancavelica em 2011, foram absolvidos quando o juiz aplicou a lei retroativamente. Houve denúncias de uso excessivo da força quando dezenas de manifestantes foram feridos durante as manifestações.

CONFLITO ARMADO INTERNO

Onze anos após a publicação do relatório da Comissão de Verdade e Reconciliação, os avanços para assegurar a verdade, a justiça e reparações a todas as vítimas continuaram lentos. Causou preocupação que as forças armadas insistissem em não cooperar com o Judiciário e que alguns processos tenham sido arquivados porque os juízes decidiram que os crimes haviam prescrito.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em janeiro o Ministério Público na capital, Lima, encerrou os processos de mais de 2.000 mulheres indígenas e *campesinas* que teriam sido esterilizadas à força na década de 1990. Após uma investigação que começou em 2004 e durou quase 10 anos, o promotor propôs ações somente contra alguns profissionais da saúde por sua suposta responsabilidade em um dos casos. Nenhuma ação foi proposta contra qualquer autoridade governamental responsável pela

aplicação do programa de planejamento familiar que resultou nas esterilizações.

Em junho, o Ministério da Saúde adotou diretrizes técnicas para a realização de abortos terapêuticos. Temia-se que a interpretação restritiva do aborto terapêutico no protocolo pudesse fazer que as mulheres acabassem buscando abortos inseguros e ilegais, pois duas das exigências para o procedimento - a presença e a assinatura de uma testemunha e a aprovação de um conselho - foram consideradas obstrutivas.

O aborto permaneceu criminalizado nos casos em que a gravidez resulta de estupro ou incesto, e a livre distribuição de anticoncepcionais, inclusive nos casos de abuso sexual, continuou proibida. No fim do ano, um projeto de lei que visa a legalizar o aborto para vítimas de estupro, apoiado por 60 mil assinaturas, aguardava entrar na pauta de debates do Congresso.

PORTUGAL

REPÚBLICA PORTUGUESA

Chefe de Estado: **Aníbal António Cavaco Silva**

Chefe de governo: **Pedro Manuel Mamede Passos Coelho**

Prosseguiram as denúncias sobre uso excessivo da força pela polícia e sobre condições carcerárias inadequadas. Os ciganos continuaram a enfrentar discriminação. Medidas de austeridade prejudicaram o acesso a direitos econômicos e sociais, sendo consideradas inconstitucionais em alguns casos.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em maio, o relatório do Grupo de Trabalho sobre a Revisão Periódica Universal da ONU referente a Portugal enfatizou a necessidade de que o país proteja os direitos humanos dos grupos vulneráveis contra os efeitos das

medidas de austeridade adotadas em 2013. Também em maio, o Tribunal Constitucional declarou diversas medidas de austeridade inconstitucionais devido ao seu impacto sobre os direitos econômicos e sociais. As medidas adotadas em 2013 atingiam os salários, pensões, auxílio-doença e seguro-desemprego dos servidores públicos. Com relação aos salários, não houve reparações retroativas para os efeitos negativos já causados pelas medidas. No fim do ano, o governo estava planejando a adoção de medidas similares no novo orçamento.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em julho de 2014, dois agentes penitenciários receberam pena condicional de oito meses imposta pelo tribunal de Paços de Ferreira por terem empregado força excessiva contra uma pessoa detida no presídio de Paços de Ferreira em 2010. Os dois agentes entraram na cela em que o preso estava para forçá-lo a limpá-la ou sair dela para que fosse limpa. Apesar de o preso ter obedecido a ordem de ficar em pé, virar de costas para a porta e de frente para a janela, os agentes usaram uma arma de eletrochoque para imobilizá-lo. O tribunal considerou que o uso do dispositivo foi desproporcional, sobretudo porque o homem não manifestou qualquer violência contra os agentes.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

Em dezembro de 2013, o Comitê da ONU contra a Tortura chamou atenção para as denúncias de maus-tratos e de uso excessivo da força, bem como para a superlotação das cadeias e as péssimas condições carcerárias no país, principalmente na Prisão de Santa Cruz do Bispo e na Penitenciária Central de Lisboa.

DISCRIMINAÇÃO – CIGANOS

Prosseguiram as denúncias sobre a remoção forçada de famílias ciganas.

Em junho, as casas de 67 integrantes da comunidade cigana de Vidigueira, onde viviam 35 crianças e três mulheres grávidas, foram demolidas pelo município quando os

moradores não estavam presentes. Segundo informações, a remoção foi executada sem aviso prévio e as famílias não tiveram a oportunidade de recolher seus pertences antes das casas serem demolidas. Depois da remoção, as famílias ficaram desabrigadas. Em setembro, foi criada em uma escola de Tomar uma classe composta exclusivamente de crianças ciganas entre 7 e 14 anos. As autoridades responsáveis não tomaram qualquer providência para lidar com a segregação imposta às crianças ciganas.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Em março, um projeto de lei que propunha emendar a legislação vigente para assegurar o direito de adoção a casais do mesmo sexo foi rejeitado.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

A nova legislação sobre asilo adotada em janeiro ampliou os critérios para a detenção de pessoas em busca proteção internacional. O centro de recepção do Conselho Português para os Refugiados em Lisboa, que acomodava os requerentes de asilo à espera de uma decisão sobre o reconhecimento de sua condição, continuou superlotado.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Segundo dados fornecidos pela ONG UMAR, União de Mulheres Alternativa e Resposta, até 30 de novembro 40 mulheres haviam sido mortas por seus parceiros, ex-parceiros ou parentes próximos, sendo que outras 46 sofreram tentativa de homicídio. Houve um aumento desses crimes com relação a 2013, quando foram registrados 37 homicídios em todo o ano.

QATAR

Estado do Qatar

Chefe de Estado: **Xeique Tamim bin Hamad bin Khalifa Al Thani**

Chefe de governo: **Xeique Abdullah bin Nasser bin Khalifa Al Thani**

Os trabalhadores migrantes continuaram pouco protegidos pelas leis e foram explorados e abusados. Mulheres sofreram discriminação e violência. As autoridades restringiram a liberdade de expressão e os tribunais não respeitaram as normas para julgamentos justos. Pelo menos duas pessoas foram condenadas à morte; nenhuma execução foi relatada.

INFORMAÇÕES GERAIS

Não houve eleições para o Conselho Consultivo, ou Shura, previstas originalmente para 2013. O mandato do Conselho Shura tinha sido estendido até 2016 pelo emir anterior, antes de sua abdicação como chefe de Estado em 2013.

Uma divergência entre o Qatar e outros Estados do Conselho de Cooperação do Golfo, supostamente relacionada ao apoio do Qatar à Irmandade Muçulmana, entre outras coisas, fez com que a Arábia Saudita, o Bahrein e os Emirados Árabes Unidos retirassem seus embaixadores do Qatar em março. Em novembro, foi anunciado que eles seriam restituídos aos postos. Em setembro, o Qatar pediu que sete destacados membros egípcios da Irmandade Muçulmana deixassem o país.

O governo enfrentou crescente pressão internacional para tomar medidas sobre os abusos aos direitos dos trabalhadores migrantes. A FIFA, entidade que supervisiona o futebol mundial, discutiu a questão dos abusos aos trabalhadores migrantes na reunião de seu Comitê Executivo em março, aumentando a pressão sobre as autoridades para que enfrentem essa questão antes da Copa do Mundo de 2022 no Qatar.

Em maio, durante a Revisão Periódica Universal do Qatar, o Conselho de Direitos Humanos da ONU expressou preocupação com os abusos a os direitos dos migrantes, com a discriminação e a violência contra as mulheres e com as restrições à liberdade de expressão e de reunião no país.

DIREITOS DOS TRABALHADORES MIGRANTES

Empregadores continuaram a abusar e a explorar os trabalhadores migrantes, que constituíam mais de 90% da mão de obra do Qatar. As autoridades não fizeram cumprir adequadamente a legislação trabalhista de 2004 e decretos relacionados, que continham algumas disposições protetoras.

As condições de vida dos trabalhadores com frequência eram bastante inadequadas, e muitos deles afirmaram terem sido obrigados a trabalhar várias horas além do máximo legal ou serem pagos bem menos do que havia sido combinado quando de sua contratação. Alguns empregadores não pagaram os salários aos trabalhadores, e outros não emitiram a permissão de residência aos empregados, deixando-os sem documentação e vulneráveis a prisão e detenção. Poucos trabalhadores possuíam seus próprios passaportes e alguns empregadores lhes negaram as permissões de saída exigidas para deixar o Qatar. Os trabalhadores de construção estavam expostos a condições perigosas. A legislação trabalhista proibia que trabalhadores migrantes formassem sindicatos ou se afiliassem a eles.

O governo anunciou que havia aumentado o número de inspetores de trabalho; que estava submetendo mais empresas a sanções punitivas; e que tinha planejado medidas para melhorar as condições dos trabalhadores migrantes, incluindo novos padrões de acomodação e um sistema eletrônico para assegurar pagamentos. Entretanto, essas medidas não foram transformadas em lei até o fim do ano.

Trabalhadores migrantes domésticos, principalmente mulheres, assim como outros trabalhadores foram especificamente excluídos da legislação trabalhista, ficando expostos a mais exploração e abusos no local de trabalho, inclusive abuso sexual.¹ O governo reiteradamente declarou seu compromisso de promulgar leis para resolver esse problema, mas nada fez até o fim do ano. As trabalhadoras domésticas estavam sujeitas a acusações e prisão por “relações ilícitas” se relatassem abuso sexual da parte dos empregadores.

A Lei do Patrocínio de 2009, que requer que trabalhadores estrangeiros obtenham permissão de um patrocinador para sair do Qatar ou mudar de empregador, continuou sendo explorada pelos empregadores para impedir os trabalhadores de reclamar com as autoridades ou de trocar de emprego em caso de abuso. O sistema de patrocínio aumentou a probabilidade de trabalhadores serem submetidos a trabalho forçado e tráfico de pessoas. Em maio, o governo anunciou propostas de reformas no sistema de patrocínio para alterar o procedimento de saída dos trabalhadores do Qatar e permitir que mudem de empregador após o término de seu contrato ou depois de cinco anos com o mesmo empregador. No fim do ano, nenhuma legislação havia sido aprovada e nenhum projeto de lei havia sido publicado.² Em abril, o relator especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos dos migrantes exortou o governo a abolir o sistema de patrocínio.

Um escritório de advocacia internacional, incumbido pelo governo de revisar a situação do trabalho migrante no Qatar, entregou seu relatório em abril. As autoridades não publicaram o documento, embora uma versão contendo mais de 60 recomendações tenha vazado na internet. O governo não comentou se seguiria as recomendações.

DIREITOS DAS MULHERES

As mulheres continuaram sem poder exercer plenamente seus direitos humanos devido

a obstáculos legais, políticos e práticos. A ausência de uma lei que tipifique a violência doméstica como crime expôs as mulheres a abusos dentro da família, enquanto as leis de condição pessoal discriminavam as mulheres em questões de casamento, divórcio, nacionalidade e liberdade de circulação.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A liberdade de expressão continuou estritamente controlada, e a imprensa rotineiramente exerceu a autocensura.

O poeta Mohammed al-Ajami, também conhecido como Mohammed Ibn al-Dheeb, continuou preso em regime de isolamento depois que o Supremo Tribunal do Qatar manteve sua pena de 15 anos, em 20 de outubro de 2013. Ele fora condenado à prisão perpétua em novembro de 2012 por escrever e recitar poemas considerados ofensivos ao Estado e ao emir, mas sua sentença foi reduzida após um apelo. Ele foi mantido incomunicável por três meses após sua prisão e julgado em segredo. Permaneceu em regime de isolamento na maior parte de sua reclusão.

Uma nova lei de crimes cibernéticos foi promulgada em setembro. A lei criminaliza a disseminação de notícias “falsas” e a publicação na internet de conteúdo considerado prejudicial aos “valores sociais” ou aos interesses nacionais do Qatar. As disposições vagas da lei aumentaram o risco de autocensura entre os jornalistas e reprimiram ainda mais as críticas às autoridades na internet.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Em 31 de agosto, os serviços de segurança de Doha detiveram dois ativistas de direitos humanos de nacionalidade britânica, Krishna Prasad Upadhyaya e Ghimire Gundev. Eles foram submetidos a desaparecimento forçado por uma semana, antes que as autoridades admitissem sua detenção e permitissem seu acesso a funcionários consulares do Reino Unido. Eles foram mantidos incomunicáveis e libertados sem acusação no dia 9 de

setembro. Não conseguiram deixar o Qatar até 19 de setembro.³

SISTEMA DE JUSTIÇA

Após sua visita ao Qatar em janeiro, o relator especial da ONU sobre a independência de juízes e advogados, manifestou preocupação, entre outras coisas, com a “interferência” do governo em processos judiciais, principalmente nos casos envolvendo indivíduos ou empresas de alta visibilidade, bem como com as violações do devido processo legal e com o fato de o Judiciário não obedecer às normas internacionais para julgamentos justo.

Em 30 de abril, o Tribunal Penal de Doha condenou três cidadãos filipinos por espionagem: um foi condenado à morte e os outros dois à prisão perpétua. As sentenças se basearam em grande parte em confissões supostamente extraídas mediante tortura. Todos os três entraram com recursos.

PENA DE MORTE

Pelo menos duas pessoas foram condenadas à morte. Nenhuma execução foi registrada.

1. 'My sleep is my break': Exploitation of migrant domestic workers in Qatar (MDE 22/004/2014)

www.amnesty.org/en/library/info/MDE22/004/2014/en

2. No extra time. How Qatar is still failing on workers' rights ahead of the World Cup (MDE 22/010/2014)

www.amnesty.org/en/library/info/MDE22/010/2014/en

3. Qatar: Further information – UK nationals released (MDE 22/008/2014)

www.amnesty.org/en/library/info/MDE22/008/2014/en

REINO UNIDO

REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

Chefe de Estado: **Rainha Elizabeth II**

Chefe de governo: **David Cameron**

O primeiro ministro confirmou que o Partido Conservador revogaria a Lei de Direitos Humanos caso fosse eleito em 2015. As denúncias de tortura relativas às operações de combate ao terrorismo no exterior não foram resolvidas. O governo aprovou uma legislação ampliando seus poderes de interceptar dados de comunicação. Os mecanismos para a prestação de contas pelos históricos abusos e violações de direitos humanos cometidos na Irlanda do Norte continuaram inadequados. O acesso ao aborto permaneceu extremamente limitado na Irlanda do Norte.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS OU INSTITUCIONAIS

Em um referendo realizado na Escócia em fevereiro, os eleitores se pronunciaram contrários à independência.

Organizações beneficentes e da sociedade civil manifestaram preocupação com a Lei de Transparência na Captação de Apoios, nas Atividades de Campanha fora dos Partidos Políticos e na Administração dos Sindicatos, de 2014, em vigor desde setembro. A lei poderia restringir de modo significativo o trabalho público de campanha dessas organizações durante um “período regulado” anterior às eleições nacionais.

O acesso à Justiça continuou sendo restringido em consequência dos cortes à assistência jurídica gratuita, feitos em 2012 e 2013 com base na Lei sobre Sentenças, Penas e Assistência Jurídica aos Infratores, entre outras. Uma legislação adotada para limitar a revisão judicial suscitou preocupações similares.

Em outubro, o primeiro ministro, David Cameron, confirmou que, se eleito, o Partido Conservador revogaria a Lei de Direitos Humanos e a substituiria por uma Declaração Britânica de Direitos Fundamentais, com vistas a limitar a influência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. As minutas das propostas ameaçavam com sérias restrições de direitos.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Investigações sobre pessoas detidas

Em dezembro de 2013, foi publicado um relatório sobre o trabalho preparatório do Inquérito sobre Pessoas Detidas, 23 meses depois de o ministro da Justiça ter arquivado uma investigação sobre denúncias de envolvimento do Reino Unido em tortura e outras violações de direitos humanos contra pessoas detidas no estrangeiro em operações de combate ao terrorismo. O relatório estabelecia as linhas de investigação para futuros inquéritos. O governo anunciou que as questões levantadas no relatório do Inquérito sobre Pessoas Detidas seriam tratadas pelo Comitê de Inteligência e Segurança, e não em uma investigação pública e independente.¹ O governo adiou por tempo indeterminado a possibilidade de outra investigação independente conduzida por uma autoridade judicial.

Extradições extrajudiciais de cidadãos líbios

No dia 30 de outubro, a Corte de Apelações concluiu que havia razões contundentes para que a corte exercesse sua competência com relação a uma ação civil proposta pelo casal Abdul Hakim Belhaj e Fatima Boudchar, denunciando que haviam sido vítimas de extradição extrajudicial, tortura e outros maus-tratos em 2004 nas mãos dos governos da Líbia e dos EUA, com o conhecimento e a cooperação de funcionários britânicos.² O governo recorreu da decisão.

Garantias diplomáticas

O governo continuou a confiar em garantias diplomáticas duvidosas e de cumprimento não obrigatório para tentar deportar indivíduos que supostamente ameaçassem

a segurança nacional para países nos quais corriam risco de sofrer violações graves de direitos humanos, como tortura.

Em julho de 2013, as autoridades britânicas deportaram Abu Qatada para a Jordânia, onde o Tribunal de Segurança do Estado não descartou “confissões” supostamente obtidas mediante tortura em dois processos penais contra ele. Em julho de 2014, a Corte de Apelações julgou um recurso apresentado por oito cidadãos argelinos contra uma decisão de janeiro de 2013 da Comissão Especial de Apelações sobre Imigração que permitia sua deportação com garantias.

Forças armadas no Iraque

Em maio de 2013, a Corte Superior concluiu que a Equipe de Investigação Histórica de Denúncias para o Iraque, uma unidade criada pelo Ministério da Defesa para investigar denúncias de abusos cometidos contra civis iraquianos pelas forças armadas britânicas entre março de 2003 e julho de 2009, não estava cumprindo com sua obrigação de respeitar o direito à vida. O juiz constatou haver a necessidade de pequenos inquéritos baseados no modelo de interrogatório dos pesquisadores, mas rejeitou o argumento dos denunciantes de que a Equipe carecia de independência e deveria ser substituída por uma única investigação pública.

Em maio de 2014, o procurador do Tribunal Penal Internacional reabriu uma investigação preliminar sobre as denúncias de que as forças armadas britânicas haviam cometido crimes de guerra envolvendo abusos sistemáticos de pessoas detidas no Iraque.

Em novembro, um juiz da Corte Superior decidiu que dois homens paquistaneses capturados pelas forças britânicas no Iraque em 2004, e depois transferidos à custódia dos EUA no Afeganistão, tinham o direito de processar por danos o governo do Reino Unido em tribunais britânicos.

Em dezembro, foram publicadas as conclusões do Inquérito Al Sweady, estabelecido em 2009 para examinar

denúncias de que soldados britânicos torturaram ou submeteram a maus-tratos nove detentos iraquianos após uma batalha próxima à cidade de Majar Al Kabir, ao sul do Iraque, em 2004. O relatório constatou que as denúncias mais graves eram “totalmente infundadas”, mas reconheceu que o tratamento dos detentos havia sido “menos que satisfatório” e “determinado de improviso”, situação agravada pela falta de orientação aos soldados.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Em outubro de 2013, no caso *R v. Gul*, a Suprema Corte manifestou preocupação com a definição excessivamente ampla de terrorismo na legislação, referindo-se aos relatórios do examinador independente da legislação sobre terrorismo. Em fevereiro de 2014, porém, a Corte Superior sustentou que a decisão de abordar, interrogar e deter David Miranda, cônjuge do jornalista Glenn Greenwald, em agosto de 2013, com base no anexo 7 da Lei sobre o Terrorismo de 2000, havia sido legal e proporcional. A decisão foi objeto de recurso. Durante o ano, o examinador independente reiterou seu apelo para que as definições de “terrorismo” e “atividade relacionada ao terrorismo” fossem melhor delimitadas.

Em outubro, malogrou o processamento judicial do cidadão britânico Moazzam Begg. Ele estava sendo julgado por sete delitos relacionados ao terrorismo concernentes à Síria. Depois de receber novas informações, supostamente do serviço secreto britânico, o MI5, a acusação não apresentou provas no julgamento. O juiz que presidia o caso proferiu sentenças absolutórias para os sete delitos.³

Em novembro, o governo apresentou, por meio de processo acelerado de tramitação, o projeto de Lei sobre Segurança e Combate ao Terrorismo. Entre os poderes propostos estavam o de restringir as viagens de pessoas suspeitas de envolvimento com atividades relacionadas ao terrorismo, inclusive com a

exclusão de certos residentes do Reino Unido que se recusassem a aceitar as condições impostas pelo governo ao retornarem ao país. Além disso, com base nas Medidas de Investigação e Prevenção do Terrorismo em vigor, acrescentava poderes para restringir a liberdade, a circulação e as atividades de pessoas consideradas uma ameaça à segurança nacional.

IRLANDA DO NORTE

Os mecanismos e instituições incumbidos de lidar com o “legado” de violações de direitos humanos (históricas ou relativas ao conflito) de décadas anteriores funcionaram de maneira fragmentada e gradual.

A Equipe de Investigações Históricas, encarregada desde 2006 de reexaminar todas as mortes atribuídas ao conflito na Irlanda do Norte, foi extinta depois de receber críticas generalizadas. Em julho de 2013, a Inspetoria de Polícia de Sua Majestade havia constatado que a Equipe examinara os casos envolvendo o Estado com menos rigor que os demais. A transferência de uma parte do trabalho da Equipe para um departamento de investigação de casos históricos subordinado ao Serviço de Polícia da Irlanda do Norte, anunciada em dezembro, motivou preocupações com a independência de futuras revisões de casos.

Em 2013 e 2014, prosseguiu a introdução de reformas positivas na Ouvidoria de Polícia da Irlanda do Norte. Um relatório publicado em 30 de setembro pelo Serviço de Inspeção da Justiça Penal da Irlanda do Norte constatou que a confiança nas investigações de casos históricos conduzidas pela Ouvidoria havia sido “plenamente restaurada”. No mesmo dia, porém, cortes no orçamento da Ouvidoria provocaram uma redução de 25% no número de funcionários que trabalhavam com os casos históricos, suscitando temores sobre a capacidade da ouvidoria de concluir o trabalho sobre esses casos.

A carência de recursos e os atrasos continuaram sendo um problema endêmico ao sistema de inquéritos judiciais da Irlanda

do Norte. Em uma sentença proferida em novembro, o presidente do Judiciário da Irlanda do Norte observou que a falta de medidas legislativas para sanar as deficiências do sistema de inquéritos impedia os investigadores de exercer sua função de modo rápido e satisfatório.

O governo continuou mostrando pouca disposição em abrir investigações públicas sobre casos históricos. Em setembro de 2013, a ministra para a Irlanda do Norte se recusou a abrir um inquérito sobre o atentado a bomba perpetrado pelo grupo armado IRA Autêntico em Omagh, em agosto de 1998. O governo continuou se negando a abrir uma investigação independente sobre o homicídio do advogado Patrick Finucane, de Belfast, em 1989.⁴

Em setembro de 2013, começaram as negociações, presididas pelo ex-diplomata estadunidense Richard Haass, entre as partes em conflito na Irlanda do Norte, com a intenção de se chegar a um acordo sobre desfiles e protestos, sobre o uso de bandeiras, símbolos e emblemas e sobre como lidar com “o passado”. No dia 31 de dezembro, as conversas foram encerradas sem acordo. O projeto de Haass continha propostas detalhadas sobre dois mecanismos: uma Unidade de Investigação Histórica e uma Comissão Independente de Recuperação de Informação.⁵ Em conversações adicionais, concluídas em dezembro de 2014, concordou-se em princípio em implementar os mecanismos propostos por Haass, embora os detalhes sobre financiamento, recursos, cronograma e legislação não tivessem sido totalmente resolvidos até o fim do ano.

Em junho, o canal de televisão irlandês RTÉ divulgou materiais de arquivo recém-descobertos que indicavam que o Reino Unido teria enganado o Tribunal Europeu de Direitos Humanos no caso *Irlanda v. Reino Unido*, com relação a cinco técnicas de tortura empregadas pelas forças de segurança britânicas na Irlanda do Norte em 1971-72. Em dezembro, o governo irlandês tentou que o caso fosse reaberto no

Tribunal Europeu. Os advogados das vítimas também demandaram que as novas provas fossem investigadas no Reino Unido de modo independente e observante dos direitos humanos.⁶

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O acesso ao aborto na Irlanda do Norte continuou limitado a casos excepcionais em que a vida ou a saúde da mulher ou da menina estejam em risco. A Lei do Aborto de 1967 não tinha aplicação na Irlanda do Norte. Em outubro, o Ministério da Justiça abriu uma consulta sobre a regulação do acesso ao aborto em casos de estupro, incesto e malformação fatal do feto.

VIGILÂNCIA

Em julho, a Lei sobre Retenção de Dados e Poderes Investigativos entrou em vigor, ampliando os poderes de interceptação das autoridades ao conferir efeitos extraterritoriais potencialmente abrangentes às ordens britânicas de interceptação. Não existiam salvaguardas suficientes para garantir que essa vigilância fosse autorizada e conduzida de modo a respeitar o direito à privacidade e à liberdade de expressão.

Em dezembro, o Tribunal de Poderes de Investigação tornou pública sua sentença aberta referente à primeira parte de uma denúncia apresentada pela Anistia Internacional e por outras ONGs contra as autoridades britânicas por suas práticas de vigilância das comunicações. A conclusão do Tribunal foi de que as práticas de vigilância estavam de acordo com a lei. Partes consideráveis dos procedimentos judiciais foram conduzidas em segredo.⁷

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Em janeiro, o governo anunciou que propiciaria o reassentamento de 500 refugiados sírios em situação de vulnerabilidade. O Plano de Reassentamento de Pessoas Vulneráveis considera prioritária a assistência aos sobreviventes de tortura e de

violência, às mulheres e crianças em situação de risco e a quem necessita de cuidados médicos, conforme identificado pelo ACNUR, o órgão da ONU para os refugiados.

Em julho de 2013, um grande júri pronunciou o veredicto de homicídio ilegal referente à morte de Jimmy Mubenga, cidadão angolano que faleceu em 2010 depois de ser contido por seguranças particulares a bordo do avião que o deportava para Angola. Em dezembro, os três guardas envolvidos em seu traslado foram absolvidos de homicídio culposos.

Em julho, a Corte Superior concluiu que a detenção prolongada de uma mulher guineana por motivos de imigração configurou tratamento desumano e degradante. Foi a sexta vez que um tribunal chegou à mesma conclusão desde 2011.

Em dezembro, a Corte de Apelações concluiu que a política que embasa o procedimento acelerado de concessão de asilo por parte das autoridades britânicas era ilegal, tendo confirmado uma decisão de julho da Corte Superior que considerava o processo ilegal devido à falta de acesso adequado a assistência jurídica.

TRÁFICO DE PESSOAS

Em junho, o governo publicou um anteprojeto de lei que visava a enfrentar a escravidão e o tráfico de pessoas na Inglaterra e no País de Gales. O projeto de Lei sobre a Escravidão Moderna foi emendado de modo a incluir disposições aplicáveis a todo o território britânico, entre elas a criação de uma inspetoria antiescravidão.

Também em junho, uma legislação para combater o tráfico de pessoas foi apresentada à Assembleia da Irlanda do Norte. Legislação semelhante foi apresentada ao Parlamento escocês em dezembro.

1. United Kingdom: Joint NGO letter (EUR 45/005/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR45/005/2014/en

2. UK: Court of Appeal allows lawsuit to proceed in case of illegal rendition to torture in Libya (EUR 45/010/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR45/010/2014/en
3. UK: Collapsed prosecution of Moazzam Begg (EUR 45/009/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR45/009/2014/en
4. United Kingdom/Northern Ireland: Still no public inquiry twenty-five years after the killing of Patrick Finucane (EUR 45/003/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR45/003/2014/en;
5. United Kingdom/Northern Ireland: Haass proposals on dealing with the past (EUR 45/001/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR45/001/2014/en
6. UK/Ireland: Landmark 'hooded men' torture case should be re-opened (News story)
www.amnesty.org/en/news/ukireland-landmark-hooded-men-torture-case-should-be-re-opened-2014-11-24
7. UK court decision on government mass surveillance: 'Trust us' isn't enough (Press release)
www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/uk-court-decision-government-mass-surveillance-trust-us-isnt-enough-2014-12

REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

República Centro-Africana

Chefe de Estado: **Catherine Samba-Panza**

Chefe de governo: **Mahamat Kamoun**

Crimes contra o direito internacional, como crimes de guerra e crimes contra a humanidade, foram cometidos regularmente, inclusive assassinatos, mutilação de corpos, sequestros, recrutamento e uso de crianças soldados e deslocamento forçado de populações. Em dezembro de 2013, uma coalizão de grupos armados, composta principalmente de cristãos e animistas antibalaka, atacou a capital, Bangui. As forças Séléka, compostas principalmente por muçulmanos, retaliaram matando dezenas de civis. A Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana (MINUERCA) – que substituiu em setembro

de 2014 a Missão de Apoio Internacional para a República Centro-Africana (Mairca), liderada pela África – não conseguiu fazer cessar nem impedir os abusos na região. Muitos dos suspeitos de responsabilidade criminal, inclusive comandantes da Séléka, dos grupos antibalaka e seus aliados, não foram investigados ou presos, e não foi tomada nenhuma providência para levá-los à Justiça.

INFORMAÇÕES GERAIS

A violência continuou na República Centro-Africana (RCA), apesar da entrada em ação da MINUERCA, em setembro de 2014, e da presença de forças francesas (conhecidas como Sangaris) e das forças da União Europeia (FORUE). Prosseguiram os ataques fatais contra civis, inclusive em locais destinados a desalojados internos (DI), praticados pelas milícias antibalaka, Séléka e combatentes armados peul (membros do grupo étnico peul). Segundo a ONU, em meados de novembro, 7.451 militares e 1.083 efetivos da polícia haviam sido mobilizados pela MINUERCA.

Em 10 de janeiro, o líder da Séléka e presidente da RCA, Michel Djotodia, demitiu-se após pressões da comunidade internacional e de organizações da sociedade civil da RCA. Catherine Samba-Panza foi empossada como a nova Presidente de Transição em 23 de janeiro.

Em 7 de fevereiro de 2014, o procurador do Tribunal Penal Internacional (TPI) anunciou uma nova análise preliminar sobre os crimes que teriam sido cometidos na RCA desde setembro de 2012. Em setembro, a Procuradoria anunciou sua conclusão de que não havia uma base razoável para a investigação de crimes definidos segundo o Estatuto de Roma e cometidos na RCA desde setembro de 2012.

Em 11 de julho, um congresso Séléka indicou o ex-presidente Djotodia e o ex-comandante e ministro Nourredine Adam como presidente e vice-presidente do grupo, respectivamente. Os dois estão sob sanções

da ONU e dos EUA por suposto envolvimento em violações e abusos dos direitos humanos.

O primeiro-ministro André Nzapayéké e todo o seu gabinete se demitiram logo após o acordo de cessar-fogo assinado em julho de 2014, em Brazzaville, República do Congo, por representantes de grupos armados, partidos políticos, igrejas e organizações da sociedade civil. Em 22 de agosto, a Presidente de Transição, Samba-Panza, nomeou Mahamat Kamoun como novo primeiro-ministro.

Em 7 de agosto, foi assinado um memorando de entendimento entre a MINUERCA e o governo para "estabelecer uma jurisdição especial criada pela legislação nacional, na qual as funções judiciais e de promotoria executivas internacionais seriam ligadas a um órgão jurisdicional nacional." No entanto, a legislação para o "Tribunal Especial Criminal" ainda precisa ser aprovada e não foi estipulado nenhum financiamento.

Uma nova onda de violência eclodiu na capital Bangui em meados de outubro. Uma série de incidentes violentos ocorreu na cidade, com as forças da MINUERCA enfrentando protestos e ataques. Pelo menos uma dezena de pessoas foram mortas e milhares foram obrigadas a fugir e viver em acampamentos para desalojados internos. Houve uma escalada da violência por parte do Séléka, dos combatentes peul armados e dos grupos antibalaka na região central, especialmente em torno da cidade de Bambari. Em 9 de outubro de 2014, um comboio da MINUERCA foi atacado, deixando um dos membros da força de paz morto e outros oito feridos, um deles com gravidade. Continuaram os confrontos esporádicos entre os combatentes antibalaka e as forças internacionais, inclusive a FORUE. Segundo o ACNUR, a violência de outubro desalojou cerca de 6.500 pessoas em Bangui, mas esse número pode ser maior. Desde outubro de 2014, o número de desalojados internos chegou a 410 mil, e cerca de 420 mil pessoas fugiram para países vizinhos.

Em 29 de outubro, o Painel de Peritos da ONU sobre a RCA divulgou seu relatório final, que destacou a existência de provas confiáveis da ocorrência de crimes de direito internacional cometidos por grupos armados. Também mencionou a exploração de recursos naturais por parte dos grupos armados; a transferência ilícita de armas e munições; a proliferação de armas; e violações do direito internacional humanitário, inclusive ataques a escolas e hospitais, violência sexual e uso de crianças soldados.

No final de 2014, a falta de coordenação entre os grupos antibalaka e Séléka levou à criação de vários outros grupos entre eles. As forças Séléka, compostas principalmente por muçulmanos, entraram em confronto com a milícia antibalaka, formada principalmente por cristãos e animistas. Todos os lados atacaram sistematicamente os civis que acreditassem estar fornecendo apoio aos outros grupos.

Em 10 de dezembro, a MINUERCA anunciou que havia prendido Abdel Kader "Baba Ladde", líder do grupo armado chadiano Frente Popular para a Recuperação, perto de Kabo, na fronteira com o Chade. Baba Ladde e membros de seu grupo armado tinham sido acusados de atacar civis no norte da RCA e de recrutar crianças soldados.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Abusos cometidos pelo Séléka

As forças Séléka foram supostamente responsáveis por graves violações dos direitos humanos, inclusive assassinatos, incêndios de casas e aldeias pertencentes em sua maioria a cristãos, remoção forçada das populações e desaparecimentos forçados. As comunidades cristãs frequentemente atribuem a responsabilidade pelos abusos do Séléka à minoria muçulmana do país; atos de retaliação foram notificados e as graves divisões sectárias se aprofundaram. Nenhuma investigação eficaz foi conduzida na maioria dos incidentes.

Em 22 de janeiro, mais de 100 civis, inclusive crianças cristãs, foram mortos em Baoro por combatentes Séléka e civis muçulmanos armados. Em 17 de abril, o padre Wilibona teria sido morto pelo Séléka e pelos combatentes armados peul depois de ser emboscado na aldeia Tale. Em 26 de abril, 16 pessoas, inclusive 13 líderes locais e três trabalhadores humanitários dos Médicos Sem Fronteiras (MSF), foram mortas por um grupo Séléka, levando os MSF a reduzir suas atividades na RCA. Em 7 de julho, 26 pessoas foram mortas e 35 ficaram gravemente feridas durante um ataque a uma igreja e local de refúgio de desalojados internos em Bambari. Mais de 10.000 pessoas fugiram. Em 1º de outubro, os combatentes Séléka atacaram um campo de desalojados internos junto à base da MINUERCA em Bambari (que acolhia cristãos e animistas desalojados internos). Várias pessoas foram mortas. Em 10 de outubro, os combatentes Séléka atacaram um local de refúgio dos desalojados internos no complexo da Igreja Católica em Dekoa. Nove civis, inclusive uma mulher grávida, foram mortos e vários ficaram feridos.

Sequestros realizados pelo Séléka

Em abril, o Séléka sequestrou um bispo e três sacerdotes em Batangafo. Eles foram libertados mais tarde, depois de negociações entre as autoridades, a Igreja Católica e os comandantes Séléka. Os supostos responsáveis pelo sequestro eram identificáveis, mas nenhuma investigação foi conduzida.

Abusos cometidos pelos grupos antibalaka

Membros de grupos armados antibalaka foram responsáveis por crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Eles foram os principais autores de abusos cometidos contra os muçulmanos em Bangui e na região oeste da RCA, especialmente após a renúncia do ex-presidente, em janeiro de 2014, e a retirada da maioria das forças Séléka para a região nordeste.

Desde 8 de janeiro de 2014, uma série de ataques fatais contra muçulmanos foi

realizada na região oeste da RCA. Alguns atentados foram supostamente realizados em vingança pela morte de cristãos por forças Séléka e muçulmanos armados ocorridas no passado. Em 16 de janeiro, 20 civis foram mortos e dezenas ficaram feridos nos arredores da cidade de Bouar, quando seus veículos foram atacados por milícias antibalaka. Algumas vítimas foram mortas com facões, outras foram fuziladas. Entre as vítimas estava uma menina de 11 anos de idade. Em 14 de janeiro, depois de parar um caminhão em Boyali e exigir que os muçulmanos descessem, os combatentes antibalaka mataram seis membros de uma família: três mulheres e três crianças pequenas, com idades entre três e cinco anos. Em 18 de janeiro, pelo menos 100 muçulmanos foram mortos na cidade de Bossemptele. Dois dias depois, os combatentes antibalaka mataram quatro mulheres muçulmanas que tinham se escondido na casa de uma família cristã. Em 29 de setembro, Abdou Salam Zaiko, um muçulmano de Bambari, foi morto quando o veículo em que viajava foi atacado. De acordo com testemunhas, os antibalaka permitiram que o condutor e os passageiros cristãos saíssem do veículo, mas mataram Zaiko e os outros passageiros muçulmanos. Em 8 de outubro, sete passageiros muçulmanos em um carro de propriedade de Saidu Daouda morreram depois que o carro foi emboscado. Em 14 de outubro, no bairro de Bangui Nguingo, membros de grupos antibalaka mataram três civis, feriram gravemente pelo menos outros 20 e incendiaram 28 casas e uma igreja. O ataque foi uma vingança por uma ofensiva anterior contra alguns de seus membros, da parte da população local, após um ataque que havia sido cometido pelo grupo armado. Mais de 1.000 pessoas fugiram para a província de Équateur, na República Democrática do Congo (RDC), enquanto 100 pessoas se refugiaram em um complexo da Igreja Católica. Em setembro, atacaram o acampamento de Djimbété, refúgio para o grupo étnico peul. Várias

pessoas morreram, inclusive um menino de seis anos.

Abusos cometidos por combatentes peul armados

Os combatentes peul muçulmanos armados, que muitas vezes foram aliados do Séléka, realizaram ataques que mataram e feriram principalmente cristãos, pilharam e incendiaram aldeias e casas. Em outubro, os combatentes peul muçulmanos armados teriam efetuado vários ataques a aldeias ao redor de Bambari e no centro e no norte da RCA. Pelo menos 30 pessoas foram mortas.

Violações cometidas por integrantes da força de paz da União Africana

Membros do Exército Nacional do Chade (ENC) e o contingente chadiano que participava da Mairca teriam se envolvido, segundo denúncias, em graves violações dos direitos humanos. Em alguns casos, as forças da MAIRCA deixaram de proteger os civis; em outros, parte de seus contingentes supostamente cometeu graves violações dos direitos humanos e permaneceu impune.

Em 4 de fevereiro, os membros do ENC supostamente mataram a tiros três pessoas na cidade de Boali, enquanto repatriavam chadianos e muçulmanos para o Chade. Em 18 de fevereiro, as tropas do Chade foram responsáveis pela morte de pelo menos oito pessoas, inclusive crianças, quando abriram fogo indiscriminadamente contra uma multidão em Damara e no bairro PK12 de Bangui. Em 29 de março, as tropas abriram fogo contra uma multidão em um mercado em Bangui, matando e ferindo vários civis. Após as críticas da comunidade internacional, as autoridades do Chade retiraram seus 850 soldados da Mairca em abril. Em 24 de março, o contingente do Congo (Brazzaville) da Mairca esteve supostamente envolvido no desaparecimento forçado de pelo menos 11 pessoas, inclusive quatro mulheres, que estavam na casa de um líder da milícia local em Boali.

Até o final do ano, nenhum dos membros da força de paz da MAIRCA havia sido investigado por violações dos direitos humanos.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

As condições e a segurança da prisão de Ngaragba, em Bangui, continuam preocupantes. Em 3 de novembro, havia 584 prisioneiros registrados, inclusive 26 menores. A capacidade da prisão era de 500 adultos. No final de novembro, mais de 650 detentos eram mantidos em celas apertadas. Não havia saneamento nem proteção adequada contra a malária. Os presos defecavam em sacos de plástico que jogavam fora, colocando em risco a própria saúde e a das pessoas que vivem nas proximidades.

A milícia antibalaka atacou a prisão em janeiro de 2014 e matou pelo menos quatro detidos suspeitos de pertencerem à Séléka. Isso propiciou a fuga de todos os presos. Funcionários da RCA disseram à Anistia Internacional que os membros antibalaka que lideraram o ataque eram bem conhecidos deles. No entanto, até o fim do ano, não havia sido tomada nenhuma medida para levar os responsáveis à Justiça.

Em 24 de novembro, um motim eclodiu na prisão de Ngaragba. Alguns presos, suspeitos de serem antibalakas, armados com pelo menos três fuzis Kalashnikov e granadas de mão, atacaram os guardas penitenciários e o contingente da ONU que protegia a prisão. De acordo com testemunhas, pelo menos um dos membros da força de paz da ONU e 13 detentos ficaram feridos. O motim ocorreu logo depois da morte de um detento supostamente por falta de tratamento médico e pelas péssimas condições de detenção. Os detentos também exigiram que seus casos fossem levados a um juiz em tempo razoável, sendo que alguns se queixaram de estarem detidos havia 10 meses sem julgamento.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Os poucos jornalistas que conseguiram continuar trabalhando costumavam ser vítimas de assédio e intimidação por parte de grupos armados e das autoridades de transição. Vários jornalistas foram mortos por causa de seu trabalho. Não se tem notícia de qualquer investigação eficaz sobre esses

incidentes. Em 29 de abril, dois jornalistas foram atacados em Bangui. Désiré Luc Sayenga, do jornal *Démocrate*, morreu depois de ser esfaqueado e baleado por um grupo de jovens. René Padou, que trabalhava na Radio La Voix de la Grâce, pertencente à igreja protestante, morreu depois de um grupo armado atacá-lo com granadas e tiros. Ambos os jornalistas haviam denunciado crimes cometidos na RCA.

IMPUNIDADE

As autoridades de transição e as Nações Unidas não investigaram efetivamente os crimes contra o direito internacional, inclusive crimes de guerra e crimes contra a humanidade, cometidos na RCA, o que perpetua o ciclo de violência e medo. Em julho, a Anistia Internacional publicou um dossiê no qual nomeia 20 pessoas, inclusive comandantes antibalaka e Séléka, contra os quais tinha provas confiáveis para suspeitar que pudessem ser responsáveis por crimes de guerra, crimes contra a humanidade e outras violações graves dos direitos humanos cometidas desde dezembro 2013. Em dezembro, a organização revelou que alguns desses homens estariam, segundo denúncias, interferindo na administração da justiça e cometendo outros crimes contra o direito internacional entre setembro e outubro de 2014.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Chefe de Estado: **Joseph Kabila**

Chefe de governo: **Augustin Matata Ponyo Mapon**

A situação da segurança no leste da República Democrática do Congo (RDC) continuou catastrófica e o aumento da violência por parte de grupos armados custou a vida de milhares de civis e forçou mais de um milhão de pessoas a deixar suas casas. Violações dos direitos humanos, inclusive assassinatos e estupro em massa, foram cometidas tanto pelas forças de segurança do governo quanto pelos grupos armados. A violência contra mulheres e meninas tornou-se comum em todo o país. Os planos de alterar a Constituição para permitir que o presidente Kabila possa permanecer no cargo além de 2016 geraram protestos. Defensores dos direitos humanos, jornalistas e membros da oposição política foram ameaçados, perseguidos e presos arbitrariamente por grupos armados e pelas forças de segurança do governo.

INFORMAÇÕES GERAIS

O exército congolês, com o apoio da força de paz da ONU, a Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na RDC (MONUSCO), conseguiu derrotar e desmantelar o grupo armado 23 de março (M23) em 2013. No entanto, o conflito no leste da RDC não terminou e outros grupos armados expandiram suas áreas de operação e continuaram a atacar civis.

Em janeiro, o governo lançou uma operação militar contra o grupo armado Forças Aliadas Democráticas (FAD) em território Beni, na província de Kivu-Norte. Embora a "Operação Sokola 1" ("operação de

limpeza", na língua lingala) tenha conseguido forçar os rebeldes da FAD a sair de sua base na floresta, eles se reagruparam e, em outubro, lançaram uma série de ataques, matando e sequestrando civis.

Outros grupos armados continuam ativos em Kivu-Norte, Katanga, Kivu-Sul e Ituri, cometendo graves violações dos direitos humanos contra a população civil.

Alguns combatentes das Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR) participaram de um programa de desmobilização dirigido pela Missão de Estabilização da ONU e alguns deles foram confinados em acampamentos do governo. No entanto, outros seguiram com suas atividades armadas no leste do país. O programa da Missão de Estabilização da ONU na RDC – Desmobilização, Desarmamento, Repatriação, Reassentamento e Reintegração – incluiu crianças que até então eram soldados das FDLR.

Em julho, o Presidente Kabila nomeou Jeannine Mabunda como enviada especial para tratar dos problemas de violência sexual e recrutamento de crianças soldados.

Em novembro, centenas de magistrados entraram em greve por melhores salários.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Os grupos armados cometeram atrocidades contra civis no leste da RDC, especialmente no norte de Katanga, Ituri, Kivu-Norte e Kivu-Sul. Os abusos incluíam homicídios ilegais, execuções sumárias, recrutamento forçado de crianças, estupro e violência sexual, pilhagens em grande escala, queima de casas e destruição de propriedades. Os ataques foram caracterizados por extrema violência, às vezes com motivações étnicas. Alguns dos combates tinham como objetivo o controle sobre os recursos naturais e o comércio. A violência foi favorecida pelo fácil acesso a armas e munições.

Os grupos armados que cometeram abusos contra civis incluem: as FDLR – Forças Democráticas de Libertação de Ruanda;

a FAD – Forças Aliadas Democráticas; a Nyatura; o Exército de Resistência do Senhor (ERS); o Nduma Defesa do Congo (NDC), conhecida como Mai Mai Sheka; e vários outros grupos Mai Mai, inclusive Mai Mai Lafontaine, Mai Mai Simba e Mai Mai Bakata Katanga.

Em junho, os ataques do Nyatura no território de Rutshuru, Kivu-Norte, deixaram pelo menos quatro civis mortos e dezenas de casas queimadas e destruídas.

Na noite de 6 de junho, em Mutarule, território Uvira, em Kivu-Sul, pelo menos 30 civis foram mortos no ataque de um grupo armado não identificado. A maioria das vítimas era da etnia bafulero. O ataque ocorreu a poucos quilômetros de uma base da Missão de Estabilização da ONU.

Entre o início de outubro e o final de dezembro, a FAD teria realizado uma série de ataques contra civis em várias cidades e vilas em território Beni, Kivu-Norte, e no distrito de Ituri, Província Orientale, matando pelo menos 270 civis e sequestrando vários outros. Os agressores também saquearam propriedades civis.

Entre 3 e 5 de novembro, combatentes das FDLR mataram 13 pessoas nas aldeias Misau e Misoke, no território Walikale, em Kivu-Norte.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

O estupro e outras formas de violência sexual contra mulheres e meninas continuaram endêmicas, não só em áreas de conflito, mas também em algumas partes do país não afetadas por confrontos armados. Ato de violência sexual foram cometidos por grupos armados, por membros das forças de segurança e por civis desarmados. Os autores de estupro e outras formas de violência sexual desfrutaram praticamente de total impunidade.

Estupros em massa, nos quais dezenas de mulheres e meninas foram vítimas de violência sexual com extrema brutalidade, foram cometidos por grupos armados e por

membros das forças de segurança durante os ataques a aldeias em áreas remotas, especialmente em Kivu-Norte e Katanga. Tais ataques muitas vezes também envolveram outras formas de tortura, assassinatos e saques.

Entre 4 e 17 de julho, os combatentes Mai Mai Simba supostamente estupraram pelo menos 23 mulheres e meninas na aldeia de Mangurejipa e em regiões de mineração localizadas nas áreas vizinhas no território Lubero, em Kivu-Norte.

Em outubro, dezenas de mulheres e meninas foram estupradas na aldeia Kansowe, território Mitwaba, na província de Katanga, por soldados do comando especial do exército congolês, instalados naquele local para lutar contra o grupo armado Mai Mai Bakata Katanga.

Entre 3 e 5 de novembro, pelo menos 10 mulheres foram estupradas, supostamente por combatentes das FDLR, nas aldeias Misau e Misoke, território de Walikale, na província de Kivu-Norte.

CRIANÇAS SOLDADOS

Os grupos armados recrutaram crianças. Muitas foram submetidas à violência sexual e tratamento cruel e desumano enquanto estavam sendo utilizadas como combatentes, carregadores, cozinheiros, guias, espiões e mensageiros.

PESSOAS DESALOJADAS DENTRO DO PAÍS

O fim do grupo armado M23, em 2013, facilitou o fechamento progressivo de campos para pessoas desalojadas internamente (PDI) em torno da cidade de Goma. No entanto, devido ao aumento da violência de grupos armados contra civis, novos campos de desalojados internos tiveram que ser criados para pessoas que fugiram dos abusos de direitos humanos. Até 17 de dezembro, cerca de 2,7 milhões de pessoas foram desalojadas no interior da RDC². A maior parte dos deslocamentos ocorreu em virtude

dos conflitos armados no norte de Katanga, Kivu-Norte, Kivu-Sul e distritos de Ituri.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outras formas de maus-tratos foram endêmicas em todo o país e, muitas vezes, ocorreram durante prisões e detenções ilegais realizadas por serviços de segurança do Estado. Foram notificados alguns casos de morte por tortura. A polícia, agentes de inteligência e membros da guarda presidencial foram acusados de cometer tortura e outros maus-tratos.

VIOLÊNCIA ENTRE COMUNIDADES

No distrito de Tanganyika, em Katanga, as tensões entre os batwa e os luba se intensificaram e levaram a um confronto violento entre as duas comunidades. O conflito aumentou a insegurança já causada pelas atividades do grupo armado Mai-Mai Bakata Katanga. A violência foi marcada por ataques deliberados contra civis e por graves violações dos direitos humanos. Os membros de ambas as comunidades cometeram assassinatos, sequestros e atos de violência sexual. Eles usaram crianças para praticar a violência e incendiaram e saquearam casas.

Em junho e julho, mais de 26 mulheres e meninas batwa foram capturadas e estupradas na aldeia Longa, no território Kabalo, em Katanga. Outras 37 mulheres de uma mesma aldeia foram sequestradas e mantidas presas para fins sexuais por supostas milícias luba em Luala. Pelo menos outras 36 mulheres foram estupradas quando estavam tentando fugir para Nyunzu.

IMPUNIDADE

A impunidade continuou a fomentar novas violações e abusos dos direitos humanos. O empenho das autoridades judiciais para aumentar a capacidade dos tribunais e dar conta dos casos, inclusive os que envolvem violações de direitos humanos, teve êxito apenas limitado. Os esforços para assegurar a prestação de contas pelos crimes contra o direito internacional cometidos pelo exército

congolês e pelos grupos armados também tiveram poucos resultados visíveis.

Em 5 de maio de 2014, foi proferido o veredicto de um julgamento pelo estupro em massa de mais de 130 mulheres e meninas, pelos assassinatos e pelos roubos cometidos na cidade de Minova (a leste do país) e arredores por soldados congolese que fugiam do avanço dos rebeldes do M23, em novembro e dezembro de 2012. Apesar das provas irrefutáveis da ocorrência de um estupro em massa em Minova, inclusive depoimentos de vítimas e testemunhas, apenas dois dos 39 soldados que estavam sendo julgados foram condenados por estupro. Outros acusados foram condenados por homicídio, saques e crimes militares.

O líder do M23, general Bosco Ntaganda, havia se entregado à embaixada dos EUA em Kigali em 2013, e pediu para ser transferido ao Tribunal Penal Internacional (TPI), que emitiu um mandado de prisão contra ele em 2006. Outros líderes do M23 no exílio em Uganda e Ruanda continuaram a gozar de impunidade para os crimes que, segundo consta, cometeram nos territórios Rutshuru e Nyiragongo.

Em maio, o Parlamento rejeitou uma proposta legislativa para a incorporação do Estatuto de Roma do TPI ao direito nacional, junto com uma proposta de criação de varas penais especializadas para lidar com os crimes de direito internacional praticados antes da entrada em vigor do Estatuto de Roma.

JULGAMENTOS INJUSTOS

O sistema judicial era vulnerável e carente de recursos. Os tribunais muitas vezes não eram independentes da influência externa, e a corrupção era generalizada. Não havia assistência jurídica gratuita, de modo que muitos réus não contavam com advogado e os direitos dos acusados eram frequentemente violados.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

O sistema prisional continuou a sofrer de falta de verbas. Presos e detentos eram mantidos em instalações deterioradas, com superlotação e falta de higiene. Dezenas de reclusos morreram em consequência de desnutrição e falta de atendimento médico adequado.

A insegurança dos presos aumentou devido à incapacidade de separar as mulheres dos homens, os presos provisórios dos presos condenados, e os membros das forças armadas dos civis.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

O fim do grupo armado M23 contribuiu para certa melhora na situação dos defensores dos direitos humanos nos territórios Rutshuru e Nyiragongo. No entanto, defensores e sindicalistas de todo o país continuaram a enfrentar ameaças, intimidação e prisão por parte dos serviços de segurança do Estado e de grupos armados. Alguns foram forçados a fugir depois que receberam repetidas ameaças de morte através de mensagens de texto, telefonemas anônimos e visitas de homens armados durante a noite.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Prisões e detenções arbitrárias continuaram a ser rotina em todo o país. Os serviços de segurança, principalmente a polícia nacional, os serviços de inteligência e o exército nacional, realizaram prisões arbitrárias. Com frequência, também extorquiam dinheiro e objetos de valor dos civis durante operações de aplicação da lei ou em postos de controle.

Vários militantes políticos de oposição que participaram de manifestações pedindo diálogo político e que protestaram contra as tentativas de alterar a Constituição foram presos arbitrariamente e maltratados.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A liberdade de expressão foi severamente restringida. Reprimiram-se principalmente as tentativas de oposição a uma eventual emenda à Constituição. Reuniões pacíficas

e manifestações foram proibidas de forma rotineira ou dissolvidas com violência pelos serviços de segurança.

Os principais alvos da repressão foram adversários políticos, membros de organizações da sociedade civil e jornalistas. Alguns foram presos e maltratados, outros foram presos após julgamentos injustos por acusações forjadas. Por exemplo, um adversário político do governo – Jean Bertrand Ewanga, do partido de oposição União pela Nação Congoleza (UNC) – foi preso sob a acusação de insultar o presidente. A estação de televisão Canal Futur, supostamente de propriedade do líder da oposição, Vital Kamerhe, permaneceu fechada pelas autoridades ao longo de todo o ano.

Em 16 de outubro, após a divulgação pelo Escritório Conjunto de Direitos Humanos das Nações Unidas (ECDUNU) de um relatório sobre execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados durante uma operação policial em Kinshasa, o chefe do ECDUNU, Scott Campbell, foi declarado *persona non grata* pelo ministro do Interior e expulso da RDC³. Outros funcionários do ECDUNU também relataram ter recebido ameaças após a publicação do relatório.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Mais de 170 mil cidadãos da RDC foram expulsos da República do Congo para a RDC entre 4 de abril e o início de setembro. Entre eles estavam refugiados e requerentes de asilo. Alguns dos expulsos teriam sido presos e mantidos incomunicáveis em Kinshasa.

O governo da RDC ofereceu pouca assistência, e em setembro mais de 100 famílias estavam vivendo nas ruas de Kinshasa, sem barracas para se abrigar e sem cuidados de saúde, comida ou qualquer tipo de assistência.

JUSTIÇA INTERNACIONAL

Em 7 de março, o TPI condenou Germain Katanga, comandante da Força de Resistência Patriótica em Ituri (FRPI), por

crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Os crimes foram cometidos em 24 de fevereiro de 2003, durante um ataque à aldeia de Bogoro, no distrito de Ituri. Em 23 de maio, ele foi condenado a 12 anos de prisão.

Em 9 de junho, o II Juizado de Instrução do Tribunal Penal Internacional (TPI) confirmou a acusação contra Bosco Ntaganda de crimes de guerra e crimes contra a humanidade supostamente cometidos em 2002 e 2003, no distrito de Ituri.

Sylvestre Mudacumura, suposto comandante do braço armado da FDLR, permanece em liberdade, apesar da emissão de um mandato de prisão por parte do TPI por crimes de guerra cometidos em 13 de julho de 2012.

-
1. DRC: Civilian death toll rises as rebels embark on campaign of sporadic slaughter
www.amnesty.org/en/news/drc-civilian-death-toll-rises-rebels-embark-campaign-sporadic-slaughter-2014-10-31
 2. Fonte : radiokapi.net/nations-unies/magazine-un/2014/12/22/rdc-27-millions-de-deplacés-interne-recenses-en-2014/
 3. DRC: Rescind expulsion of UN official and investigate extra-judicial killings and disappearances (AFR 62/002/2014)
www.amnesty.org/en/library/asset/AFR62/002/2014/en/80df3d93-394d-4451-b3fee9c277451a79/af620022014en.html

RÚSSIA

Federação Russa

Chefe de Estado: **Vladimir Putin**

Chefe de governo: **Dmitry Medvedev**

O pluralismo dos meios de comunicação e o espaço para a expressão de pontos de vista divergentes diminuíram de forma acentuada. As restrições dos direitos à liberdade de expressão, reunião e associação, introduzidas em 2012, foram aplicadas com afinco e intensificadas.

Algumas organizações foram alvo de hostilidades, campanhas de difamação e pressões para que se registrassem como “agentes estrangeiros”. Vários manifestantes e ativistas da sociedade civil foram condenados após julgamentos injustos e politicamente motivados. A tortura e outros maus-tratos continuaram a ser usados com impunidade. No norte do Cáucaso, a situação permaneceu instável e marcada por violações de direitos humanos, sem qualquer recurso jurídico efetivo para as vítimas, enquanto defensores dos direitos humanos, jornalistas independentes e advogados continuaram a enfrentar riscos pessoais na realização de seu trabalho.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em fevereiro, a Rússia organizou os Jogos Olímpicos de Inverno de Sochi, com grande afluência de público. Depois de anexar em março a Criméia, antes parte da Ucrânia, e continuar apoiando os separatistas na região de Donbass, no leste da Ucrânia, a Rússia foi alvo de crescente isolamento internacional.

As autoridades russas adotaram uma retórica cada vez mais beligerante contra o Ocidente e a Ucrânia, amplamente difundida nos principais meios de comunicação controlados pelo governo. Apesar das crescentes dificuldades econômicas e da previsão de cortes nos investimentos sociais – provocados em parte pelas sanções do Ocidente e pela queda no preço do petróleo (principal produto de exportação russo), bem como pela corrupção – a liderança russa desfruta de renovado apoio popular, alimentado substancialmente pela tão aclamada anexação da Criméia (que até 1954 esteve sob administração russa como parte da União Soviética).

Embora em escala reduzida, os confrontos na Ucrânia prosseguiram mesmo depois que uma trégua foi acordada com a Rússia em setembro. O governo sempre negou que a Rússia estivesse fornecendo materiais ou equipamentos militares, efetivos e outras formas de assistência aos separatistas

em Donbass, apesar de um aumento das evidências em contrário. As leis russas passaram a vigorar na Criméia, com restrição significativa das liberdades de expressão, associação e reunião.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Defensores dos direitos humanos e jornalistas

O governo reforçou o controle sobre os principais meios de comunicação, que se tornaram visivelmente menos pluralistas. A maioria dos meios de comunicação que não estão declaradamente sob controle estatal exerceram uma grau cada vez maior de autocensura, raramente ou nunca dando espaço para pontos de vista incômodos às autoridades. Órgãos de imprensa com linhas divergentes do governo enfrentaram considerável pressão na forma de advertências oficiais, remoção de editores e rompimento de vínculos comerciais. Meios de comunicação social estatais e privados simpáticos ao governo foram usados para difamar os adversários políticos e as vozes críticas ao governo, inclusive as ONGs independentes.

A Dozhd TV foi tirada do ar em janeiro por operadores de cabo e satélite, depois de apresentar um controverso debate sobre o cerco a Leningrado durante a Segunda Guerra Mundial. A emissora também teve o pedido para renovação do arrendamento de seus estúdios negado. Apesar de alegadas razões comerciais, a influência política sobre essas decisões empresariais era evidente. A Dozhd TV era conhecida por suas transmissões políticas de linha independente, disponibilizando espaço a pontos de vista contraditórios e oferecendo uma cobertura marcadamente distinta dos eventos do EuroMaydan na Ucrânia. A emissora foi forçada a transmitir sua programação somente pela internet, tendo que recorrer ao financiamento coletivo (*crowdfunding*) para sobreviver.

Em março, o proprietário do portal de notícias Lenta.ru substituiu seu editor-chefe depois de receber uma advertência

oficial por publicar uma entrevista com um ativista ucraniano da extrema direita nacionalista, que se tornou conhecido durante o EuroMaydan. Muitos funcionários se demitiram em protesto e a política editorial do portal, antes independente, mudou substancialmente.

A internet passou a ser mais controlada. Em fevereiro, foi decretada uma lei concedendo poderes à promotoria pública para que ordenasse ao órgão regulador da mídia, o Roskomnadzor, o bloqueio de sites, sem necessidade de autorização judicial, por supostas infrações tais como publicar conteúdos que promovessem a participação em eventos públicos não autorizados.

Em março, os conhecidos portais digitais de notícias Ezhednevnyi Zhurnal (Jornal Diário), Grani.ru e Kasparov.ru foram bloqueados depois de noticiarem a dissolução de vários protestos pacíficos organizados de forma espontânea em Moscou. A Promotoria Pública argumentou que a cobertura favorável das manifestações promovia novas “ações ilegais”. Nas contestações legais que se seguiram, a decisão da Procuradoria foi reiteradamente mantida e os portais continuavam bloqueados no fim do ano.¹

Diversos órgãos de imprensa receberam advertências oficiais sobre conteúdos “extremistas” ou outros presumidamente ilegais. A estação de rádio independente Echo Moskvy foi obrigada a remover de seu site a transcrição de um debate realizado em seus estúdios no dia 29 de outubro com dois jornalistas que haviam testemunhado os confrontos no aeroporto de Donetsk e manifestaram opiniões favoráveis à Ucrânia. O Roskomnadzor alegou que o programa continha “informações que justificavam a prática de crimes de guerra”. Mais tarde, o apresentador do debate, Aleksandr Pliushev, foi suspenso por dois meses devido a uma postagem pessoal imprópria no Twitter relativa a outro assunto. Sua suspensão resultou do compromisso acertado entre o editor-chefe, Aleksey Venediktov, e a administração da Gazprom Media, principal acionista da

emissora, que antes havia tentado destituir Aleksandr Pliushev e ameaçado exonerar Aleksey Venediktov.

As agressões físicas contra jornalistas prosseguiram. Em agosto, vários jornalistas foram agredidos em incidentes distintos quando tentavam cobrir os funerais sigilosos de militares russos que supostamente haviam sido mortos em serviço na Ucrânia.

Em 29 de agosto, Lev Shlosberg, editor do *Pskovskaya Guberniya*, o primeiro jornal a noticiar os funerais secretos, foi brutalmente espancado e teve que ser hospitalizado com traumatismo craniano. A investigação não identificou seus três agressores e foi suspensa no fim do ano.

Timur Kuashev, jornalista da região de Kabardino-Balkaria, que trabalhava em parceria com defensores de direitos humanos locais, foi encontrado morto no dia 1º de agosto. Sua morte inexplicável teria sido causada por uma injeção letal. Os assassinatos de outros jornalistas no norte do Cáucaso em anos anteriores, como Natalia Estemirova, Hajimurad Kamalov e Akhmednabi Akhmednabiev, não foram investigados de modo efetivo e os assassinos jamais foram identificados. Em junho, cinco homens foram condenados à prisão pela morte da jornalista investigativa Anna Politkovskaya em Moscou, em outubro de 2006, mas os mandantes do crime ainda não foram identificados.

ATIVISTAS

Indivíduos e grupos que possuem pontos de vista divergentes seguiram privados de seu direito à liberdade de expressão. As minorias sexuais estavam entre os grupos visados, inclusive por uma lei federal de 2013 que proíbia a “propaganda de relações sexuais não tradicionais entre menores”. Ativistas LGBTI foram constantemente proibidos de fazer reuniões pacíficas, inclusive em locais designados como apropriados para aglomerações públicas que não necessitam de autorização prévia, tipicamente parques pouco frequentados. Os tribunais

sustentaram o direito dos ativistas LGBTI de realizar reuniões pacíficas para eventos que já haviam sido proibidos em três ocasiões, mas as sentenças judiciais não tiveram qualquer impacto sobre as novas decisões a esse respeito.

Em janeiro, a ativista Elena Klimova, da cidade de Nizhniy Tagil, foi acusada de fazer “propaganda” com seu projeto “Crianças-404”, lançado na internet para apoiar adolescentes LGBTI.² Ações judiciais contra ela foram iniciadas, arquivadas e ajuizadas novamente, ameaçando acabar com seu projeto. Em abril, a exibição de um filme sobre o “Crianças-404” em Moscou foi interrompida por manifestantes que forçaram a entrada no auditório gritando expressões agressivas. Eles estavam acompanhados de policiais armados que insistiram em verificar os documentos de identidade de todos os presentes para conferir se havia algum menor.

LIBERDADE DE REUNIÃO

Houve uma queda no número total de protestos de rua em comparação com anos anteriores, mas em fevereiro e março, e novamente em dezembro, houve um ligeiro aumento das manifestações em resposta ao julgamento de Bolotnaya e ao envolvimento dos militares russos na Ucrânia, bem como ao anúncio de reformas no sistema de saúde e à condenação de Aleksei e Oleg Navalny.

Continuaram em vigor os onerosos procedimentos exigidos para a aprovação de reuniões públicas. Com poucas exceções, a maioria das manifestações públicas foi severamente restringida, proibida ou dispersada. Em julho, foram aumentadas significativamente as penalidades, inclusive com pena de prisão, para infrações repetidas da lei sobre reuniões públicas.³

As autoridades levaram adiante o processo contra as pessoas que foram acusadas de envolvimento na manifestação da Praça Bolotnaya em maio de 2012: 10 pessoas foram sentenciadas a entre dois anos e meio e quatro anos e meio de prisão por

participarem do protesto e supostamente dos incidentes de violência durante o evento, que foi considerado “perturbação em massa”. Sergei Udaltsov e Leonid Razvozzhaev foram condenados por organizar a “perturbação em massa”.

Nos dias 20 e 24 de fevereiro, a polícia dispersou com violência centenas de manifestantes pacíficos reunidos diante de um tribunal de Moscou para aguardar o veredicto do caso Bolotnaya. As aglomerações posteriores ocorridas no centro da cidade também foram dissolvidas com violência. Mais de 600 pessoas foram detidas arbitrariamente, a maioria das quais foi multada. Pelo menos seis pessoas receberam sentenças de cinco a 13 dias de “prisão administrativa”.

Nas semanas seguintes, um grande número de manifestantes pacíficos foi preso e multado, alguns deles permanecendo detidos, por participarem de protestos contra o envolvimento militar da Rússia na Ucrânia e a anexação da Crimeia. Ao mesmo tempo, manifestações favoráveis à ação do governo na Ucrânia tiveram permissão para acontecer em locais do centro da cidade onde manifestações oposicionistas foram repetidamente proibidas.

Na cidade de Samara, vários ativistas receberam ameaças de morte anônimas depois de realizarem uma série de piquetes de uma só pessoa (a única forma de protesto permitida sem autorização prévia) no dia 2 de março.⁴

Em agosto, três mulheres foram brevemente detidas em uma delegacia de polícia de Moscou por se vestirem em azul e amarelo, as cores da bandeira ucraniana. Incidentes similares foram registrados por todo o país.

No fim do ano, em diversas cidades de toda a Rússia, aconteceram protestos em menor escala, a maioria sem impedimentos, contra os cortes previstos nos serviços de saúde. Em Moscou, porém, quatro manifestantes foram sentenciados a detenções de cinco a 15 dias, depois que

os participantes do protesto bloquearam uma rua.

Mais de 200 pessoas foram detidas em Moscou no dia 30 de dezembro quando o veredicto do processo penal politicamente motivado contra o ativista político Aleksei Navalny e seu irmão Oleg foi anunciado duas semanas antes da data marcada, provocando a eclosão de protestos espontâneos. Dois dos detidos foram sentenciados a 15 dias de cárcere e outras 67 pessoas passaram a noite presas e foram soltas no dia seguinte, para serem julgadas em janeiro.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Ativistas da sociedade civil continuaram a sofrer hostilidades, ataques públicos contra sua integridade e, em alguns casos, processos penais.

No decorrer do ano, organizações da sociedade civil independentes enfrentaram a pressão crescente da chamada “lei sobre agentes especiais”. A lei foi introduzida em 2012 para forçar as ONGs que recebem financiamento exterior e se ocupam do que foi vagamente definido como “atividades políticas” a se registrarem como “organizações que cumprem funções de agentes estrangeiros” e a marcarem seus materiais públicos conforme essa designação. Em 2013 e 2014, centenas de ONGs foram submetidas a “inspeções” oficiais intrusivas, e dezenas foram implicadas em demoradas audiências judiciais para se defender dessa exigência. Em maio, a legislação foi emendada a fim de que o Ministério da Justiça tivesse autoridade para registrar uma ONG como “agente estrangeiro” sem seu consentimento. Até o fim do ano, o Ministério havia registrado 29 ONGs, inclusive várias organizações de direitos humanos importantes, como “agentes estrangeiros”.⁵ Pelo menos cinco ONGs optaram pela própria dissolução em consequência direta das hostilidades baseadas na “lei sobre agentes estrangeiros”.

Integrantes da ONG Observatório Ambiental do Cáucaso Setentrional

(Ekovakhta), que chamavam atenção para os danos ecológicos causados pelos Jogos Olímpicos de Sochi, foram submetidos a uma persistente campanha de assédio por parte das autoridades da área de segurança antes do início dos Jogos.⁶ Dois deles, Yevgeny Vitishko e Igor Kharchenko, foram presos com base em acusações administrativas falsas e permaneceram detidos durante a abertura dos Jogos. Enquanto detido, Yevgeny Vitishko perdeu seu recurso de apelação num processo penal referente às acusações exageradas que lhe foram imputadas com a intenção de silenciar a ele e ao Observatório, sendo então transferido diretamente a uma colônia penal para cumprir sua pena de três anos de prisão.⁷ Em março, o trabalho da Ekovakhta foi suspenso por ordem judicial e, em novembro, outra decisão determinou a extinção da ONG devido a uma leve infração formal.

O Ministério da Justiça requereu que os tribunais fechassem a ONG Memorial (Centro Russo de Direitos Humanos) por uma suposta incorreção formal em seu registro. A audiência foi adiada até que a ONG tornasse medidas formais para ratificar o ponto em questão.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Denúncias de tortura e outros maus-tratos continuaram sendo registradas por todo o país, enquanto muitos dos que buscavam reparação foram pressionados para retirar suas demandas. As investigações sobre as denúncias foram quase sempre ineficazes. Confissões extraídas mediante tortura foram usadas como prova nos tribunais. Somente em poucos casos, tipicamente envolvendo ONGs de direitos humanos, foram instauradas ações contra os agentes da lei implicados.

Integrantes de uma comissão de observação pública independente documentaram casos reiterados de tortura e outros maus-tratos de detentos na colônia penal e centro de detenção preventiva IK-5, na região de Sverdlovsk.

Em julho, eles pediram que as autoridades investigassem as denúncias de tortura de E.G., detido provisoriamente no local à espera de julgamento, e apresentaram provas fotográficas das lesões sofridas por ele. Um membro da Procuradoria respondeu em carta que, com base nos questionamentos feitos aos funcionários da IK-5 e nos documentos em posse da administração, E.G. não havia sido submetido a violência naquela instituição e suas lesões haviam sido produzidas antes de sua transferência para o centro. Nenhuma outra investigação foi conduzida.

NORTE DO CÁUCASO

A situação no norte do Cáucaso continuou frágil, com ataques esporádicos de grupos armados contra agentes de segurança. Mais de 200 pessoas teriam sido mortas em vários incidentes, das quais dezenas eram civis. Operações de segurança realizadas no Daguestão, em Kabardino-Balkaria, na Tchetchênia e outros lugares, foram acompanhadas de graves violações de direitos humanos, como detenções ilegais, tortura e outros maus-tratos, supostos desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais.

No dia 4 de dezembro, combatentes armados atacaram prédios do governo em Grósní, na Tchetchênia, matando pelo menos um civil e 14 policiais. No dia seguinte, Ramzan Kadyrov, chefe da república tchetchena, prometeu publicamente expulsar os familiares dos integrantes dos grupos armados da Tchetchênia e demolir suas casas. Pelo menos 15 residências, que abrigavam dezenas de pessoas, inclusive crianças pequenas, foram incendiadas ou demolidas.⁸ Defensores dos direitos humanos que condenaram essa prática e demandaram uma investigação foram atingidos por ovos lançados durante uma coletiva de imprensa em Moscou, no dia 11 de dezembro. Ramzan Kadyrov usou as redes sociais para acusar Igor Kalyapin, líder do Grupo Móvel Conjunto para a Tchetchênia, de apoiar terroristas. No dia 14 de dezembro, o escritório do Grupo

em Grósní foi destruído por um incêndio aparentemente criminoso, e seus dois integrantes foram revistados e detidos por várias horas pela polícia sem explicações, além de terem seus telefones, câmaras e computadores confiscados.

Continuou havendo quase total falta de recursos judiciais para vítimas de violações de direitos humanos, pois o sistema de justiça criminal permaneceu ineficaz e sujeito a pressões políticas de alto nível – em sua maior parte sigilosas. Juizes e jurados da Tchetchênia foram censurados publicamente por Ramzan Kadyrov por decisões que tomaram em processos penais que ele considerou complacentes com os réus.

Denunciar violações de direitos humanos continuou sendo uma ocupação árdua e geralmente perigosa, levando a crer que muitas violações não são registradas. Defensores dos direitos humanos, advogados e jornalistas independentes que atuavam em casos envolvendo violações de direitos humanos continuaram a sofrer ameaças e hostilidades de agentes da lei e indivíduos não identificados.

Ruslan Kutaev, ativista da sociedade civil, denunciou ter sofrido torturas, como espancamento e choques elétricos, quando foi preso em fevereiro com base na acusação forjada de posse de heroína. Suas lesões foram bem documentadas por observadores independentes.⁹ Mesmo assim, as autoridades investigadoras aceitaram as alegações dos supostos perpetradores de que as lesões de Ruslan Kutaev foram causadas por uma queda, tendo se recusado a investigar mais detalhadamente suas denúncias. Em julho, ele foi condenado num julgamento injusto em Urus-Martán, na Tchetchênia, e sentenciado a quatro anos de prisão, pena reduzida em dois meses após um recurso em outubro.

Sapiyat Magomedova, uma advogada daguestanesa que foi brutalmente agredida por policiais em 2010 numa delegacia de polícia quando foi visitar um cliente detido, continuou recebendo ameaças de morte

anônimas e outras ameaças dos funcionários responsáveis pela investigação, tanto de maneira velada quanto explícita. Nenhuma de suas denúncias formais foi devidamente investigada. Apesar de continuar temendo por sua segurança, bem como pela segurança de seus colegas e familiares, ela se recusou a desistir de seu trabalho.¹⁰ A investigação sobre seu espancamento pela polícia em 2010 foi reaberta formalmente, mas as autoridades não fizeram nenhum progresso no caso nem demonstraram a menor intenção de processar seus agressores.

-
1. Violation of the right to freedom of expression, association and assembly in Russia (EUR 46/048/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR46/048/2014/en
 2. Russian Federation: Journalist charged under “propaganda law”: Elena Klimova
www.amnesty.org/en/library/info/EUR46/009/2014/en
 3. A right, not a crime: Violations of the right to freedom of assembly in Russia (EUR 46/028/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR46/028/2014/en
 4. Russian Federation: Peace activists receive death threats
www.amnesty.org/en/library/asset/EUR46/022/2014/en/56b6391a-be6b-458f-8bca-05723a2eb17b/eur460222014en.html
 5. Violation of the right to freedom of expression, association and assembly in Russia (EUR 46/048/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR46/048/2014/en
 6. Russian Federation: Serious human rights violations associated with the preparation for and staging of the Sochi Olympic Games, open letter to the Chair of the International Olympic Committee, 10 February 2014 (EUR 46/008/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR46/008/2014/en
 7. “Russia: Legacy of Olympic games tarnished by arrests, 22 February 2014”
www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/russia-legacy-olympic-games-tarnished-arrests-2014-02-22
 8. Russia: Burning down homes after Chechnya clashes appeals to be collective punishment (News Story)
www.amnesty.org/en/news/russia-burning-down-homes-after-chechnya-clashes-appears-be-collective-punishment-2014-12-09-0
 9. Russian Federation: Imprisoned activist must be released immediately: Ruslan Kutaev (EUR 46/052/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR46/052/2014/en

SÍRIA

República Árabe da Síria

Chefe de Estado: **Bashar al-Assad**

Chefe de governo: **Wael Nader al-Halqi**

O conflito armado interno na Síria prosseguiu sem trégua por todo o ano, com forças do governo e grupos armados não estatais cometendo extensos crimes de guerra e violações brutais dos direitos humanos com impunidade. As forças governamentais visaram deliberadamente os civis, bombardeando de modo indiscriminado áreas residenciais civis e instalações hospitalares com artilharia, morteiros, bombas de barril e agentes químicos, matando ilegalmente a população civil. As forças do governo também impuseram cercos prolongados, encurralando os civis e privando-os de comida, cuidados médicos e outras necessidades. As forças de segurança prenderam ou mantiveram detidas de modo arbitrário milhares de pessoas, entre elas ativistas pacíficos, defensores dos direitos humanos, profissionais da imprensa, trabalhadores humanitários e crianças, submetendo algumas delas a desaparecimentos forçados, detenções prolongadas e julgamentos injustos. As forças de segurança sistematicamente torturaram as pessoas detidas ou as submeteram a maus-tratos com impunidade; segundo informações, milhares de detidos morreram em consequência de tortura ou das condições brutais de detenção. Os grupos armados não estatais, que controlavam algumas áreas e disputavam outras, bombardearam de modo

indiscriminado e sitiaram áreas onde havia civis que eles acreditavam apoiar o governo. Alguns desses grupos, principalmente o Estado Islâmico, executaram ataques suicidas indiscriminados e lançaram bombas em áreas civis, além de perpetrarem inúmeros homicídios ilegais, inclusive executando sumariamente pessoas capturadas e supostos adversários.

INFORMAÇÕES GERAIS

Os combates entre as forças governamentais e diferentes grupos armados não estatais continuaram devastando a Síria durante todo o ano, matando e ferindo milhares de pessoas e provocando novos deslocamentos massivos de pessoas e grande fluxo de refugiados, principalmente para a Turquia, o Líbano, a Jordânia, o Egito e a região do Curdistão no Iraque. Até o fim do ano, segundo a ONU, o conflito havia causado um total de aproximadamente 200 mil mortes. Além disso, 7,6 milhões de pessoas foram deslocadas dentro do país e cerca de 4 milhões se tornaram refugiados em outros países.

Os esforços internacionais para resolver o conflito armado levaram a ONU, com apoio dos EUA e da Rússia, a convocar em janeiro a conferência Genebra II. Compareceram representantes do governo sírio e da Coalizão Nacional de Forças Revolucionárias e da Oposição da Síria, mas não os grupos armados que não estavam sob comando militar da Coalizão. As conversações foram concluídas em fevereiro sem qualquer acordo.

O Conselho de Segurança da ONU permaneceu dividido sobre a questão, comprometendo as iniciativas que buscavam um acordo de paz, mas adotou uma série de resoluções sobre a crise. A Resolução 2139, de fevereiro, tratava da condução das hostilidades e das detenções arbitrárias, demandando que todas as partes no conflito permitissem o acesso da assistência humanitária através das linhas do conflito e das zonas sitiadas, o que, todavia, não

aconteceu. A Resolução 2165, de julho, focalizou a entrega de ajuda humanitária internacional nas zonas sitiadas e através das fronteiras nacionais. A Resolução 2170, de agosto, condenou os homicídios ilegais, outros abusos brutais e o recrutamento de combatentes estrangeiros pelo grupo armado Estado Islâmico (EI, antes conhecido como ISIS) e pela Frente Al Nusra, acrescentando seis de seus afiliados à lista da ONU de sanções contra a Al Qaeda. O Conselho de Segurança da ONU não adotou outras medidas para enfrentar a impunidade na Síria. A Rússia e a China vetaram um projeto de resolução que remetia a situação da Síria ao procurador do Tribunal Penal Internacional.

A comissão de inquérito internacional independente sobre a situação da República Árabe Síria, criada em 2011 pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, continuou a monitorar e denunciar violações do direito internacional cometidas pelas partes no conflito. Entretanto, o governo sírio seguiu proibindo a entrada da comissão no país.

Em junho, a Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) informou que o governo havia concluído a entrega de seu arsenal de armas químicas para efetuar sua destruição internacional, conforme um acordo de setembro de 2013 com os governos dos EUA e da Rússia.

Em setembro, uma coalizão internacional liderada pelos EUA começou a lançar ataques aéreos contra o Estado Islâmico e outros grupos armados no norte da Síria. Segundo o Conselho de Segurança da ONU, os ataques mataram cerca de 50 civis.

Em junho, Bashar al Assad venceu as eleições presidenciais realizadas apenas nas áreas sob controle governamental, sendo reconduzido ao cargo para um terceiro mandato de sete anos. Na semana seguinte, ele anunciou uma anistia, a qual resultou na libertação de alguns poucos reclusos; a vasta maioria dos prisioneiros de consciência e dos presos políticos detidos pelo governo continuou encarcerada.

CONFLITO ARMADO INTERNO – VIOLAÇÕES COMETIDAS POR FORÇAS DO GOVERNO

Uso de armas proibidas e de efeito indiscriminado

As forças governamentais lançaram ataques em áreas controladas ou disputadas por forças armadas de oposição e mataram civis ilegalmente; alguns ataques configuraram crimes de guerra ou crimes contra a humanidade. Também efetuaram ataques reiterados, tanto diretos quando indiscriminados, inclusive ofensivas aéreas e bombardeio com artilharia, sobre áreas residenciais civis, frequentemente usando bombas de barril – artefatos não guiados de grande potencial explosivo lançados de helicópteros –, provocando inúmeras mortes e ferimentos de civis, inclusive crianças. Apesar de a resolução 2139 do Conselho de Segurança da ONU exigir que todas as partes no conflito acabassem com os ataques indiscriminados, nos 10 meses seguintes à adoção da resolução as forças do governo mataram quase 8.000 civis em bombardeios e outros ataques indiscriminados, segundo dados do Centro de Documentação de Violações, uma ONG local de observação. Em um incidente, no dia 29 de outubro, helicópteros do governo lançaram quatro bombas de barril sobre um campo para pessoas desalojadas em Idleb, matando pelo menos 10 civis e ferindo dezenas de outros, segundo a ONG Observatório Sírio de Direitos Humanos.

As forças do governo efetuaram vários ataques com bombas de barril ou outras munições contendo cloro, apesar de estarem proibidas pelo direito internacional. Segundo a comissão de inquérito da ONU, ataques com esses tipos de munição foram realizados em abril nas cidades de Kafar Zeita, Al Tamana'a e Tal Minnis. Uma investigação conduzida pela OPAQ confirmou em setembro que as forças governamentais haviam usado cloro de modo “sistemático e reiterado” nesses ataques. As forças do governo também usaram munições de fragmentação – armas

de efeito indiscriminado que desprendem fragmentos explosivos incendiários sobre uma área abrangente –, expondo as vítimas a queimaduras graves e geralmente fatais.

Cercos e negação de ajuda humanitária

As forças do governo impuseram cercos prolongados a áreas civis dentro e nos arredores de Damasco, como Yarmouk, Daraya e Ghouta oriental, entre outras, inclusive na cidade antiga de Homs, cujo cerco terminou em maio. Nas áreas sitiadas costumava haver combatentes de oposição armados que às vezes também representavam uma ameaça aos civis. Os civis encurralados nas zonas sitiadas ficavam expostos à fome e à falta de cuidados médicos e serviços básicos, assim como a bombardeios de artilharia e aéreos e aos disparos de francoatiradores do governo. Em março, soldados do governo atiraram contra civis que tentavam escapar de Ghouta oriental empunhando uma bandeira branca, matando mulheres, homens e crianças. Yarmouk, um bairro de Damasco onde se encontram cerca de 18 mil dos mais de 180 mil refugiados palestinos e cidadãos sírios que lá viviam antes do conflito, entrou em dezembro no terceiro ano de cerco contínuo. Apesar de uma trégua acordada em junho, as forças do governo continuaram a cortar os suprimentos de água e comida e a bloquear parte da ajuda humanitária enviada. Quando permitiam que os civis fossem evacuados das áreas sitiadas, as forças governamentais detinham os homens e meninos que tentavam sair e os mantinham em cárcere prolongado para fins de “triagem”.

Ataques a instalações médicas e a profissionais da saúde

As forças do governo continuaram elegendo como alvo instalações médicas e profissionais da saúde nas áreas controladas por grupos armados. Bombardearam hospitais, impediram a entrega de suprimentos médicos enviados para ajuda humanitária nas zonas sitiadas, tendo prendido e detido trabalhadores e voluntários médicos, aparentemente para prejudicar e privar

essas áreas de serviços básicos de saúde. A organização Médicos pelos Direitos Humanos acusou as forças do governo de lançar ataques sistemáticos contra o sistema de saúde nas áreas controladas por grupos de oposição e de ter matado 569 profissionais da saúde entre abril de 2011 e outubro de 2014.

CONFLITO ARMADO INTERNO – ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Grupos armados não estatais também cometeram crimes de guerra e graves abusos dos direitos humanos. Entre esses grupos estavam o Estado Islâmico e a Frente Al Nusra (Jabhat al Nusra), além de outros grupos que integravam ou eram afiliados ao Exército Sírio Livre.

Uso de armas de efeito indiscriminado

Os grupos armados usaram armas de efeitos indiscriminados, como morteiros e projéteis lançados por tanques e artilharia, durante os ataques às áreas civis controladas pelo governo, provocando muitas mortes de civis. Em abril e maio, grupos armados que atacaram os bairros de Saif al Dawla, Al Midan e Al Sulimaniya, a oeste de Aleppo, teriam lançado bombas de morteiro e artefatos explosivos improvisados com tubos de gás contra áreas civis. A Frente Al Nusra efetuou atentados suicidas com automóveis e caminhões nas áreas sob controle do governo, inclusive em Homs, matando e ferindo civis.

Homicídios ilegais

As forças do Estado Islâmico, de modo particular, cometeram homicídios ilegais de soldados do governo capturados, de civis sequestrados, inclusive de ativistas pacíficos e profissionais da imprensa, de estrangeiros e, segundo informações, de membros de grupos armados rivais. Em Al Raqqa e no leste de Aleppo, áreas controladas pelo Estado Islâmico e submetidas a sua interpretação estrita da lei islâmica, integrantes do grupo realizaram frequentes execuções públicas; depois de serem denunciadas, as vítimas eram mortas a tiros ou decapitadas diante de multidões que

geralmente tinham a presença de crianças. A maioria das vítimas eram homens, mas há informações de que também havia mulheres e rapazes de até 15 anos.

As forças do Estado Islâmico divulgaram alguns de seus crimes com o objetivo de fazer propaganda ou sustentar exigências, postando vídeos na internet em que aparecem decapitando pessoas capturadas. Entre elas, soldados sírios, libaneses e curdos, bem como jornalistas e assistentes humanitários estadunidenses e britânicos que haviam sido capturados por outros grupos armados e transferidos ou “vendidos” ao Estado Islâmico. Em alguns casos, os vídeos de decapitação continham ameaças de morte contra outros indivíduos capturados.

Cercos, privação de ajuda humanitária e ataques a instalações médicas e a profissionais da saúde

O Estado Islâmico, a Frente Al Nusra e outros grupos armados, atuando de forma conjunta ou separada, puseram cerco a diversas áreas controladas pelo governo, como Zahraa e Nobel, a noroeste de Aleppo, bem como à área em torno do Presídio Central de Aleppo, até que, em maio, as forças governamentais romperam o cerco que já durava um ano. Esses grupos bombardearam algumas zonas de forma indiscriminada, cortando o fornecimento de água, comida e suprimentos à população civil, prejudicaram ou impediram a distribuição de ajuda humanitária, e atacaram e detiveram profissionais da saúde.

Sequestros

Grupos armados foram responsáveis por grande número de sequestros e detenções de ativistas locais, de pessoas suspeitas de apoiar o governo, de jornalistas e de trabalhadores humanitários estrangeiros, entre outros, tendo submetido muitos deles a tortura e outros maus-tratos, e alguns a execuções sumárias ilegais. Entre os detidos estavam crianças; em maio, por exemplo, forças do Estado Islâmico sequestraram mais de 150 meninos curdos de Manbej, entre

Aleppo e Kobani, submetendo alguns deles à tortura. Todos foram soltos até outubro.

Áreas curdas

No norte da Síria, após a retirada das tropas governamentais em 2012, o Partido da União Democrática (PYD) controlava grande parte de três enclaves predominantemente curdos – Afrin, Kobani (também conhecido como Ayn Al Arab) e Jazira – até que, na metade do ano, as forças do Estado Islâmico voltaram a atacar Kobani, forçando o deslocamento em massa da população. Em janeiro, o PYD editou uma nova Constituição para as três áreas, onde havia estabelecido um sistema de justiça que operava com base nos chamados Tribunais Populares. Após visitar a região em fevereiro, a Human Rights Watch exortou as autoridades do PYD a parar com as detenções arbitrárias, pôr fim ao uso de crianças como soldados e vigilantes de postos de controle, melhorar as salvaguardas contra os abusos dos detidos e investigar uma série de sequestros e homicídios com aparente motivação política. Em julho, o PYD desmobilizou 149 crianças que integravam seus contingentes armados e se comprometeu a impedir a participação de menores nas hostilidades.

REFUGIADOS E PESSOAS DESALOJADAS DENTRO DO PAÍS

Os combates dentro da Síria continuaram a forçar o deslocamento em massa da população civil. Cerca de 4 milhões de refugiados se evadiram da Síria entre 2011 e o fim de 2014, enquanto o Gabinete de Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU informou que outros 7,6 milhões de pessoas, a metade crianças, se encontravam desalojadas dentro da Síria, um aumento de mais de 1 milhão desde dezembro de 2013. Em setembro, um novo ataque do Estado Islâmico a Kobani provocou um fluxo em massa de refugiados, fazendo que dezenas de milhares dos habitantes da região cruzassem a fronteira com a Turquia num período de poucos dias. No Líbano e na Jordânia, as autoridades limitaram o número

de refugiados procedentes da Síria, expondo aqueles que tiveram que esperar nas zonas de fronteira a novos ataques e privações, e continuaram bloqueando a entrada de refugiados palestinos vindos da Síria, deixando-os ainda mais vulneráveis.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Forças de segurança do governo continuaram mantendo milhares de pessoas em detenção provisória sem acusação, muitas em condições que configuravam desaparecimento forçado.

Muitas pessoas que foram presas em anos anteriores continuavam submetidas a desaparecimento forçado, gerando preocupação com sua segurança. As autoridades raramente revelavam informações sobre os detidos e geralmente os privavam de acesso a advogados e familiares.

Entre as vítimas de desaparecimento forçado estavam famílias inteiras, como o casal Abdulrahman Yasin e Rania Alabbasi, seus seis filhos, com entre três e 15 anos, além de outra mulher que estava presente quando as forças de segurança estiveram em sua casa para prendê-los em março de 2013. As autoridades não revelaram qualquer informação sobre eles, mas uma pessoa que esteve detida contou ter visto Rania Alabbasi e seus filhos em uma unidade de inteligência militar conhecida como Seção 291.

O advogado de direitos humanos Khalil Matouq e seu amigo Mohamed Thatha continuavam submetidos a desaparecimento forçado no fim do ano, depois que as forças de segurança os detiveram em um posto de controle próximo a Damasco em 2 de outubro de 2013. As autoridades não confirmaram sua prisão nem revelaram por que ou onde estavam sendo mantidos, causando preocupação com sua segurança.

Juwan Abd Rahman Khaled, um ativista de direitos humanos curdo também permanecia em situação de desaparecimento forçado. Ele havia sido detido por agentes dos serviços de Segurança do Estado que faziam uma busca no distrito de Wadi al Masharia em Damasco,

na madrugada de 3 de setembro de 2012. Anteriormente detido por razões políticas e submetido a tortura, seu destino e paradeiro seguiam desconhecidos no fim ano.

MORTES SOB CUSTÓDIA

A tortura e outros maus-tratos de pessoas detidas pelos serviços de Segurança Política, de Inteligência Militar, de Inteligência da Força Aérea e por outras agências de segurança e inteligência do governo continuaram sendo praticados de forma extensa e sistemática. Segundo informações, a tortura continuou provocando grande número de mortes de pessoas detidas.

Em janeiro, um grupo de peritos criminais e ex-procuradores de crimes de guerra internacionais examinaram fotografias de milhares de cadáveres de presos tiradas em hospitais militares e denunciaram que as autoridades sírias estavam envolvidas com ações de tortura sistemática e homicídios ilegais das pessoas detidas. O governo negou as acusações dos peritos, mas não conduziu uma investigação independente em face das constantes denúncias de tortura e das mortes de detidos durante o ano.

Muitos detidos também teriam morrido devido à severidade das condições em várias unidades de detenção. Dentre essas, a Seção 235 do serviço de Inteligência Militar, também conhecida como “Seção Palestina”. Uma pessoa que esteve detida no local informou que muitos dos detentos da Seção 235 tinham sarna ou outras doenças cutâneas, além de enfermidades digestivas, provocadas pela superlotação extrema, pelo saneamento inadequado e pela falta de comida, água potável e cuidados médicos. Com frequência, as famílias das pessoas detidas não eram informadas de sua morte; em alguns casos, as famílias eram informadas de que os detidos haviam morrido de ataque cardíaco, mas não conseguiam ter acesso aos corpos, que não lhes eram devolvidos para serem enterrados.

Em outubro, um grande júri do Reino Unido concluiu que o médico britânico

Abbas Khan havia sido vítima de homicídio ilegal em dezembro de 2013, contradizendo a conclusão do governo sírio de que ele cometera suicídio. As forças de segurança o prenderam em novembro de 2012, menos de 48 horas depois de ele ter chegado à Síria para atuar como médico voluntário. Segundo informações, ele foi torturado e submetido a maus-tratos durante os vários meses que ficou detido.

JULGAMENTOS INJUSTOS

Quase sempre depois de passarem longos períodos em detenção provisória, dezenas de supostos críticos ou oponentes pacíficos do governo foram processados sem as devidas garantias perante o Tribunal Antiterrorista, criado em 2012, e tribunais militares de campanha. Alguns dos réus que compareceram ao Tribunal Antiterrorista foram julgados por acusações referentes ao exercício legítimo de sua liberdade de expressão e de outros direitos. Os réus julgados pelos tribunais militares de campanha, muitos dos quais eram civis, não tiveram direito a advogado e tiveram que responder a juízes que eram militares da ativa. Tampouco tiveram a oportunidade de recorrer de sua sentença.

Segundo informações surgidas em setembro, Faten Rajab Fawaz, médica e ativista pacífica em favor de reformas, que havia sido presa por agentes do serviço de Inteligência da Força Aérea em dezembro de 2011 em Damasco, seria julgada perante um tribunal militar de campanha por acusações desconhecidas. Depois de presa, ela foi mantida em diversas unidades de detenção, às vezes em regime de isolamento por vários meses seguidos, quando teria sido torturada e submetida a maus-tratos.

Mazen Darwish, Hani al-Zitani e Hussein Gharir, ativistas da organização independente Centro Sírio para os Meios de Comunicação e a Liberdade de Expressão, foram acusados de “divulgar atos terroristas” e podiam ser condenados a penas de 15 anos de prisão. Eles foram presos quando agentes do serviço

de Inteligência da Força Aérea invadiram o escritório da organização em Damasco, em fevereiro de 2012. Seu julgamento perante o Tribunal Antiterrorista foi postergado continuamente desde fevereiro de 2013, e o resultado do caso permanecia desconhecido até o fim de 2014.

Gebrail Moushe Kourie, presidente da Organização Democrática Assíria, um partido político não autorizado, foi preso em dezembro de 2013 em Qamishly, no norte da Síria. Após meses de detenção em unidades onde a tortura predominava, ele foi acusado de pertencer a um “partido político secreto não autorizado” e de “incitar a violência para derrubar o governo” perante um juiz penal que remeteu seu caso ao Tribunal Antiterrorista.

PENA DE MORTE

A pena de morte continuou em vigor para uma ampla gama de delitos. Não havia informações disponíveis sobre as sentenças de morte proferidas ou as execuções levadas a cabo durante o ano.

SUDÃO DO SUL

República do Sudão do Sul

Chefe de Estado e de governo: **Salva Kiir Mayardit**

O conflito armado interno que irrompeu no Sudão do Sul em dezembro de 2013 resultou em dezenas de milhares de mortes e na destruição de cidades inteiras. Cerca de 1,4 milhão de pessoas foram deslocadas internamente e outras 500 mil fugiram para países vizinhos. Estima-se que 4 milhões de pessoas corriam sério risco de insegurança alimentar, com a ONU alertando reiteradamente para o agravamento da crise humanitária e a possibilidade de fome se o conflito continuasse. Apesar de um acordo para cessar as hostilidades, em

janeiro de 2014, e dos esforços contínuos da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) para negociar uma solução política do conflito, os confrontos continuaram ao longo de 2014. O conflito se caracterizou pelo total desrespeito aos direitos humanos e ao direito internacional humanitário, e não houve prestação de contas pelos abusos cometidos durante as hostilidades.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 15 de dezembro de 2013, uma disputa política dentro do partido governista do Sudão do Sul, o Movimento Popular de Libertação do Sudão (SPLM), se transformou num confronto armado em Juba entre as forças leais ao presidente Kiir e aquelas leais ao ex-vice-presidente Riek Machar. Até o fim de 2013, a violência havia se espalhado para os estados de Jonglei, Unity e Alto Nilo.

A IGAD, uma organização regional do Leste Africano composta por oito países, começou a mediação entre o governo do Sudão do Sul e o Exército Popular de Libertação do Sudão/ Movimento Oposicionista (SPLA/M-IO), em janeiro de 2014. As partes assinaram um acordo de cessar-fogo em 23 de janeiro, mas este foi violado quase em seguida à assinatura. Posteriormente, as partes se comprometeram novamente com a cessação das hostilidades em 5 de maio, e assinaram um acordo para resolver a crise em 9 de maio, mas o conflito prosseguiu.

Em junho, a participação nas negociações da IGAD foi ampliada para abranger outras partes interessadas. Entre elas estavam diversos líderes do SPLM que foram detidos em dezembro, acusados de participar de uma tentativa de golpe. Sete foram libertados no fim de janeiro, enquanto outros quatro foram julgados por traição, mas libertados no fim de abril, após o governo retirar as acusações contra eles. Delegados da sociedade civil, partidos políticos e grupos religiosos também participaram das negociações.

A IGAD prosseguiu com seus esforços para alcançar um acordo político. Em 8 de

novembro, os chefes de Estado da IGAD emitiram uma resolução que concedia às partes beligerantes quinze dias para consultar seus eleitorados sobre a estrutura de um governo de transição. A resolução voltou a engajar as partes no término de todas as hostilidades, e previu que novas violações do acordo de encerrar do conflito resultariam no congelamento de bens, no banimento de viagens e num embargo de armas. Os líderes da IGAD autorizaram também que a região da IGAD interviesse diretamente no Sudão do Sul para proteger a vida e restaurar a paz.

Em 24 de dezembro de 2013, o Conselho de Segurança da ONU aprovou um aumento na força militar da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) para 12.500 soldados e um aumento na força policial da missão para um máximo de 1.323 policiais. Em maio de 2014, o Conselho de Segurança revisou o mandato da UNMISS para que se centrasse na proteção de civis, no monitoramento e investigação dos direitos humanos, na criação de condições para a prestação de assistência humanitária e no suporte à aplicação do acordo de cessação das hostilidades.

Uma Comissão de Inquérito foi criada pela UA em março de 2014, mas seu relatório final ainda não havia sido divulgado ao público até o fim do ano. O Conselho de Paz e Segurança (PSC) da UA reiteradamente condenou a morte de civis e as violações do acordo de interrupção de hostilidades de 23 de janeiro por ambas as partes envolvidas no conflito. O PSC da UA também indicou sua prontidão, por recomendação da IGAD, para implementar sanções direcionadas e outras medidas contra qualquer parte que minasse a busca de uma solução para o confronto.

CONFLITO ARMADO INTERNO

Tanto as forças do governo quanto da oposição demonstraram desrespeito pelo direito internacional humanitário. Outros grupos armados, como o Exército Branco, aliado da oposição, e o Movimento pela Justiça e Igualdade (JEM) sudanês, que luta

em nome do governo, também cometeram violações do direito internacional humanitário.

Nos dias que se seguiram à eclosão da violência em Juba, os soldados do governo elegeram como alvo e mataram pessoas com base em sua etnia e suposta afiliação política. Centenas de civis nuer e soldados do governo que haviam sido capturados e desarmados, ou de outra forma tirados de combate, foram executados, principalmente por membros dinka das forças armadas. Muitos nuer foram mortos dentro ou perto de suas casas. Alguns homens foram retirados de suas residências ou capturados na rua, levados embora e mais tarde mortos em outros locais. Em um incidente, mais de 300 pessoas foram mortas dentro de um prédio da polícia em Gudele.

As partes envolvidas no conflito atacaram civis que se abrigavam em hospitais e locais de culto. Por exemplo, após as forças do governo retomarem o controle da cidade de Bor, em 18 de janeiro, os corpos de 18 mulheres, todas dinka, foram encontrados dentro e no entorno do complexo da Catedral de St. Andrew. Acredita-se que elas tenham sido vítimas de um ataque das forças da oposição. Os restos mortais de 15 homens e mulheres foram encontrados no hospital de Bor. Quando forças da oposição atacaram Malakal pela terceira vez, em meados de fevereiro, elegeram como alvo o hospital-escola de Malakal, onde civis haviam antes encontrado abrigo seguro. Várias pessoas foram mortas a tiros.

A violência sexual relacionada ao conflito foi generalizada, inclusive com casos de estupro coletivo, de mulheres grávidas com o ventre cortado e de mulheres sendo estupradas com varas de madeira ou garrafas de plástico¹. Pelo menos quatro meninas que estavam na Igreja de Cristo Rei, em Malakal, foram sequestradas por forças da oposição na noite de 25 de fevereiro e estupradas nas proximidades.

Forças do governo e da oposição queimaram casas, avariaram e destruíram instalações médicas e saquearam instituições públicas e propriedades privadas, bem como

lojas de alimentos e ajuda humanitária. Pilhagem e destruição deixaram Bor, Bentiu, Malakal e diversas outras cidades devastadas.

O UNICEF estima que as partes envolvidas no conflito recrutaram aproximadamente 9 mil crianças para servir em forças e grupos armados.

Civis foram feridos, sequestrados e mortos dentro ou nas imediações das bases da ONU. Em 19 de dezembro, cerca de 2 mil jovens armados cercaram a base da UNMISS em Akobo, no estado de Jonglei, e abriram fogo, matando dois soldados da força de paz e um número estimado de 20 civis que haviam buscado refúgio no local. Em 17 de abril, houve um assalto armado à base da UNMISS em Bor, durante o qual mais de 50 pessoas desalojadas internamente foram mortas.

A obstrução à assistência humanitária dificultou enormemente o acesso dos civis a uma ajuda vital. As partes envolvidas no conflito também atacaram funcionários da ONU e trabalhadores humanitários. Membros da Força de Defesa Mabanese, uma milícia aliada ao governo, mataram cinco trabalhadores humanitários da etnia nuer em agosto. Continuou desconhecido o paradeiro de dois funcionários nuer da ONU sequestrados em outubro por forças do líder da milícia Shilluk, Johnson Olony, aliada ao governo. Em setembro, um helicóptero da UNMISS foi abatido a tiros, matando três membros de sua tripulação.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As autoridades, especialmente o Serviço de Segurança Nacional (NSS), assediaram e intimidaram jornalistas e defensores dos direitos humanos. O NSS convocou jornalistas para interrogatório, deteve alguns arbitrariamente e ordenou que vários deixassem o país.

Em março, o NSS ordenou que o jornal de língua árabe *Almajhar Alsayasy* deixasse de ser publicado por causa de sua descrição da origem do conflito e por entrevistar políticos críticos ao governo.

Em junho, oficiais do NSS contataram editores de diversos jornais e os instruíram a parar de publicar artigos que discutissem o sistema federal de governo. Em 2 de julho, oficiais do NSS foram aos escritórios do *Juba Monitor* e apreenderam exemplares do jornal porque ele continha dois artigos de opinião sobre o federalismo. Cerca de 15 oficiais armados do NSS confiscaram todos os 3 mil exemplares do jornal *Citizen* na manhã de 7 de julho.

Em 1º de agosto, Deng Athuai Mawir, presidente em exercício da Aliança da Sociedade Civil do Sudão do Sul e membro da delegação da sociedade civil nas negociações de paz mediadas pela IGAD, foi baleado na coxa por um atirador desconhecido. Enquanto o autor e o motivo do ataque permaneceram desconhecidos, esse incidente contribuiu para um clima de medo entre ativistas da sociedade civil, jornalistas e defensores dos direitos humanos².

SISTEMA DE JUSTIÇA

Devido a suas fragilidades, o sistema de justiça penal não costumava garantir a responsabilização dos perpetradores de violações de direitos humanos. Entre essas deficiências estavam sua pouca capacidade técnica para métodos investigativos, a falta de peritos forenses, a interferência ou a resistência por parte dos serviços de segurança e do governo, e a falta de programas de apoio às vítimas e proteção de testemunhas.

O sistema de justiça também não garantiu os devidos processos legais e julgamentos justos. Violações dos direitos humanos comuns incluíam prisões e detenções arbitrárias, prisões preventivas prolongadas e incapacidade de assegurar o direito de uma pessoa acusada a um advogado.

Em agosto, dois funcionários da UNMISS foram presos pelo NSS em Wau e transportados para Juba. No fim do ano, eles permaneciam detidos na sede do NSS e não

havam sido acusados nem apresentados a uma autoridade legal competente.

O conflito armado interno agravou problemas preexistentes no sistema de justiça, particularmente nos estados de Jonglei, Unity e Alto Nilo. A capacidade da polícia e do Judiciário de impor a lei foi prejudicada pela militarização e pela deserção de muitos quadros policiais. Representantes do Judiciário e do Ministério da Justiça deixaram esses estados depois da eclosão da violência, e não haviam retornado aos seus postos até o fim de 2014.

FALTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

O governo não conduziu investigações imediatas, completas, imparciais e independentes com a finalidade de julgar e atribuir responsabilidade a indivíduos suspeitos de crimes contra o direito internacional e de graves violações dos direitos humanos.

O Presidente Kiir criou um comitê para investigar abusos dos direitos humanos supostamente cometidos durante uma tentativa de golpe em 15 de dezembro de 2013. Os oito membros do comitê foram selecionados pelo gabinete do Presidente, suas atividades foram financiadas pela Presidência e o comitê foi orientado a reportar-se diretamente ao presidente. Nenhum relatório ou atualização sobre suas conclusões haviam sido divulgados ao público até o fim de 2014.

O SPLA estabeleceu dois comitês investigativos no fim de dezembro de 2013. Em fevereiro de 2014, o SPLA anunciou que aproximadamente 100 pessoas haviam sido presas em consequência das investigações. No entanto, todas fugiram em 5 de março durante um tiroteio entre soldados no quartel militar de Giyada, em Juba, onde estavam detidas. Em novembro, o SPLA anunciou que duas pessoas haviam sido presas novamente por seu papel nas violações cometidas em dezembro. Nenhuma informação foi divulgada sobre suas identidades ou as acusações contra elas.

Em 30 de dezembro de 2013, o Conselho de Paz e Segurança da UA solicitou a criação de uma Comissão de Inquérito da UA sobre as violações e abusos de direitos humanos cometidos durante o conflito armado no Sudão do Sul. Seu mandato incluiu recomendar medidas para garantir a prestação de contas e a reconciliação. Os membros da Comissão, chefiada pelo ex-presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, foram empossados em março de 2014. Em seu relatório preliminar de junho, a Comissão de Inquérito disse ainda não estar em posição de determinar se haviam sido cometidos crimes contra o direito internacional. A Comissão de Inquérito apresentou seu relatório final à Comissão da UA em outubro, mas não havia sido divulgado ao público até o fim do ano.

MUDANÇAS LEGAIS

O Sudão do Sul não tomou parte de nenhum dos principais tratados internacionais e regionais de direitos humanos. Ainda que o Parlamento tenha votado por ratificar diversos tratados e o Presidente Kiir tenha assinado seus instrumentos de adesão, o governo não depositou formalmente esses documentos na UA ou na ONU. Os tratados foram: a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos; a Convenção que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados na África; a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança; a Convenção da ONU Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes; e a Convenção da ONU para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Um projeto de Lei sobre o Serviço de Segurança Nacional foi aprovado no Parlamento em 8 de outubro, e esperava aprovação presidencial em dezembro de 2014. O projeto concede ao NSS amplos poderes, como o de prender e deter, sem provisões adequadas para sua supervisão independente nem salvaguardas contra abusos. Defensores nacionais e internacionais

de direitos humanos, bem como diversos membros do Parlamento, pediram que o Presidente Kiir se recusasse a aprovar o projeto de lei e o devolvesse ao Parlamento para revisões³.

Um anteprojeto de Lei sobre Organizações Não Governamentais, que restringiria o direito à liberdade de associação, estava sendo considerado pelo Parlamento. O projeto tornaria obrigatório o registro, proibiria as ONGs de operar sem se registrar e criminalizaria as atividades voluntárias realizadas sem um certificado de registro.

A estrutura jurídica nacional não definiu nem sancionou crimes contra o direito internacional, como crimes contra a humanidade e genocídio. Também não definiu ou criminalizou a tortura. Além disso, não estabeleceu responsabilidade superior ou de comando como uma forma de responsabilidade por crimes contra o direito internacional.

-
1. Nowhere safe: Civilians under attack in South Sudan (AFR 65/003/2014)
www.amnesty.org/en/library/asset/AFR65/003/2014/en/89dfe37e-3c3c-465b-b49a-ba3abae3a91/af650032014en.html.
 2. South Sudan: Investigate shooting of civil society leader (AFR 65/008/2014)
www.amnesty.org/en/library/asset/AFR65/008/2014/en/14d8fac1-d9e6-494f-be31-f3a5476f1f73/af650082014en.html.
 3. Comments on the 8 October Draft Security Bill, Amnesty International, Community Empowerment for Progress Organisation (CEPO), The Enough Project, Human Rights Watch, South Sudan Action Network on Small Arms, Redress (AFR 65/013/2014)
www.amnesty.org/en/library/asset/AFR65/013/2014/en/167e0a88-6009-4dd1-8554-9ab3b0e83bd/af650132014en.pdf.

TAILÂNDIA

Reino da Tailândia

Chefe de Estado: **Rei Bhumibol Adulyadej**

Chefe de governo: **Prayuth Chan-ocha (sucedeu Niwattumrong Boonsongpaisan em maio, que sucedeu Yingluck Shinawatra em maio)**

Tensões políticas prevaleceram ao longo do ano e a proteção aos direitos humanos enfraqueceu. A violência armada continuou nas províncias da fronteira sul. As liberdades de expressão, de associação e de reunião pacífica foram severamente limitadas, levando à prisão arbitrária de muitas pessoas, algumas das quais se tornaram prisioneiras de consciência.

INFORMAÇÕES GERAIS

Um impasse político entre o governo e manifestantes dominou os primeiros cinco meses do ano. O Exército realizou um golpe de Estado em maio. A lei marcial continuava vigente no fim do ano.

O Comitê de Reforma Democrática do Povo (PDRC), chefiado pelo ex-vice primeiro-ministro democrata, liderou protestos de massa pedindo que o governo fosse substituído por um conselho popular para implementar reformas políticas. Em março, O Tribunal Constitucional considerou as eleições antecipadas de fevereiro inválidas. O partido democrático da oposição tinha boicotado as eleições em fevereiro e manifestantes do PDRC impediram milhares de eleitores de votar, bloqueando as urnas. Em maio, o Tribunal Constitucional ordenou que a primeira-ministra Yingluck Shinawatra renunciasse, e a Comissão Nacional Anticorrupção votou pelo impeachment dela no dia seguinte.

Em 20 de maio, o comandante-em-chefe das forças armadas invocou a lei marcial e tomou controle do país num golpe militar em 22 de maio, suspendendo todas exceto algumas provisões da Constituição de 2007.

Os líderes do golpe formaram o Conselho Nacional pela Paz e a Ordem (NCPO) e anunciaram um processo e um roteiro de reforma, sem datas definidas para eleições. Depois da promulgação de uma Constituição interina em julho, o NCPO selecionou uma legislatura que, em agosto, elegeu como primeiro-ministro o líder do NCPO, general Prayuth Chan-ocha.¹

CONFLITO ARMADO INTERNO

A violência armada continuou nas três províncias do sul, Pattani, Yala, Narathiwat, e em partes de Songkhla.

Forças de segurança foram implicadas em homicídios ilegais, tortura e outros maus-tratos. Em novembro, as autoridades anunciaram o fornecimento de 2.700 fuzis de assalto semiautomáticos para civis paramilitares.

Acredita-se que ataques visando civis tenham sido realizados por grupos armados ao longo do ano, incluindo o bombardeio de lugares públicos. Entre os 162 civis mortos estavam 42 servidores e 9 professores de escolas públicas. Em diversas ocasiões, os agressores mutilaram os corpos, queimando-os e decapitando-os. Notas deixadas na cena de diversos ataques apresentaram os assassinatos como atos de retaliação pelas mortes e prisões praticadas pelo governo ou pelas forças paramilitares. Em novembro, nas três províncias, surgiram faixas criticando as políticas oficiais e ameaçando com mais assassinatos de civis, de burocratas e de professores budistas. Em outubro, seis escolas na província de Pattani foram destruídas em ataques incendiários.

Dois paramilitares patrocinados pelo governo admitiram ter matado três meninos malaio muçulmanos de 6, 9 e 11 anos, além de ter ferido seu pai e sua mãe grávida, em um ataque à casa da família em Bacho, Narathiwat, em fevereiro. Um dos paramilitares disse que realizou o ataque devido à falta de progresso nas investigações do assassinato de seu irmão e de sua cunhada em agosto de 2013, em que o pai

das crianças mortas, suspeito de ser um rebelde, estava implicado.

Entre janeiro e maio, conflitos esporádicos entre apoiadores do governo e o PDRC, bem como ataques com armas e explosivos contra manifestações, deixaram 28 pessoas mortas e 825 feridas.² Ataques por indivíduos não identificados contra políticos e comentaristas políticos de destaque, cometidos por ambos os lados, também foram realizados.

Suthin Tarathin, um conhecido ativista antigoverno, foi morto a tiros em 26 de janeiro quando participava de uma passeata com manifestantes contrários ao governo para impedir a realização de eleições antecipadas no distrito de Bang Na, na capital, Bangkok.

A casa de Somsak Jeamteerasakul, professor de história conhecido por seus comentários sobre a lei de lesa-majestade da Tailândia, foi agredido por desconhecidos que atiraram e jogaram bombas caseiras contra sua casa e seu carro em 12 de fevereiro.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

As denúncias de tortura e outros maus-tratos cometidos pela polícia e pelas forças armadas continuaram ao longo do ano, inclusive durante a detenção incomunicável com base na lei marcial. Durante a primeira metade do ano, houve denúncias de atos semelhantes praticados por guardas do PDRC contra manifestantes políticos.

Uma lei criminalizando a tortura e os desaparecimentos forçados continuava em forma de projeto no fim do ano.

Em maio, o Comitê da ONU contra Tortura expressou preocupação com as denúncias consistentes e disseminadas de tortura e outros maus-tratos no país, e com a falta de mecanismos adequados de reparação.³

Em 24 de fevereiro, o guarda de segurança Yuen Nillar disse que foi detido por cinco dias num local de concentração de manifestantes, onde dois seguranças do PDRC o amarraram, privaram de comida e espancaram antes de jogá-lo em um rio.

Em fevereiro, os parentes de um soldado espancado até a morte durante um

treinamento militar em 2011 concordaram com uma indenização de aproximadamente 7 milhões de bahts (cerca de 215 mil dólares). O soldado Wichean Puaksom morreu devido às torturas que sofreu após ter se ausentado sem autorização.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Em abril, acredita-se que o ambientalista Pholachi Rakchongcharoen tenha sido submetido a desaparecimento forçado por buscar reparação para as violações de direitos humanos cometidas no Parque Nacional Kaengkrachan, na província de Petchaburi. Ele foi visto pela última vez em 17 de abril, sendo preso e mantido em custódia pelo chefe do Parque Nacional e por outros três funcionários do parque.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

Ordens da lei marcial impostas depois do golpe de maio continuaram vigorando no fim do ano. As liberdades de reunião pacífica e de expressão foram severamente limitadas, inclusive com a proibição de reuniões “políticas” com mais de cinco pessoas. Após o golpe, as autoridades bloquearam e fecharam sites e estações de rádio comunitárias por semanas ou meses, e emitiram ordens censurando críticas da mídia ao NCPO.

Nas semanas seguintes ao golpe, os manifestantes foram processados em tribunais militares por atos pacíficos de protesto, como fazer a saudação de três dedos popularizada pelos filmes *Jogos Vorazes*. Prisões de dissidentes pacíficos continuaram ao longo do ano. Depois do golpe, as autoridades seguiram limitando e cancelando reuniões e seminários privados, públicos e acadêmicos, por meio da prisão dos participantes e exigindo que indivíduos e organizações obtivessem aprovação oficial com antecedência.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Centenas de pessoas foram submetidas a prisão e detenção arbitrária com base na a lei marcial, inclusive políticos, acadêmicos, jornalistas e ativistas. A maioria foi detida por até 7 dias sem acusação ou julgamento depois de ter recebido ordens públicas para se apresentar às autoridades militares. Muitos foram condenados por delitos criminais por não terem se apresentado. A maioria dos convocados foi forçada a assinar declarações prometendo não se engajar em atividades políticas, como condição para a libertação. No fim do ano, as autoridades continuaram exigindo que estudantes, advogados e ativistas da sociedade civil se apresentassem individualmente e assinassem essas declarações.

Prisões, acusações e detenções por atos de expressão pacífica criminalizados sob o artigo 112 do Código Penal – a lei de lesa-majestade da Tailândia – aumentaram dramaticamente depois do golpe de maio; houve pelo menos 28 novas prisões e 8 condenações. Os detidos por lesa-majestade foram privados do direito a pagamento de fiança durante a detenção provisória e durante o processo de apelações após a condenação.⁴

Pornthip Mankong e Patiwat Saraiyam foram detidos em agosto e acusados de lesa-majestade por organizar e atuar em uma peça teatral na Universidade de Thammasat em outubro de 2013.

JULGAMENTOS INJUSTOS

O NCPO expandiu a competência dos tribunais militares para permitir que civis fossem processados por desobedecer às ordens do NCPO e por delitos contra a monarquia e a segurança interna. Não se permitiam recursos.

IMPUNIDADE

Não houve progressos significativos para combater a impunidade oficial generalizada por violações dos direitos humanos.⁵ A Constituição interina proclamada em julho

deu imunidade penal ao NCPO e a seus agentes por violações dos direitos humanos.

Em 28 de agosto, o Tribunal Penal rejeitou acusações de assassinato contra o ex-primeiro-ministro Abhisit Vejjajiva e seu vice, Suthep Thaugsuban, pela morte de manifestantes em 2010. O Tribunal declarou que não tinha competência sobre o caso.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

As amplas restrições impostas à liberdade de expressão e a outros direitos humanos pela lei marcial limitaram severamente o trabalho dos defensores dos direitos humanos. Muitos sofreram violações em razão de suas atividades legítimas, como desaparecimentos forçados, mortes, ataques,⁶ e prisões e processos arbitrários.

Em maio, o Exército Real Tailandês apresentou uma queixa contra Pornpen Khongkachonkiet e sua Fundação Intercultural por “prejudicar a reputação” da Unidade Paramilitar 41 de Taharn Pran, na província de Yala, ao pedir uma investigação sobre uma denúncia de agressão física.

TRÁFICO DE PESSOAS

Em junho, a Tailândia foi rebaixada no relatório anual sobre tráfico de pessoas do Departamento de Estado dos EUA, por não lidar adequadamente com o tráfico persistente e disseminado de pessoas para trabalhos forçados e exploração sexual.

Ao longo do ano, centenas de pessoas, como os rohingya de Mianmar, foram resgatadas de campos onde tinham sido mantidas por traficantes em condições precárias por até seis meses, sendo submetidas a graves violências.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Na ausência de proteção legal ao direito de asilo, refugiados e requerentes de asilo corriam risco de prisão, detenção arbitrária e indefinida, deportação como imigrantes ilegais e possível devolução.

Os imigrantes detidos, inclusive os refugiados reconhecidos pelo ACNUR, o

órgão da ONU para refugiados, continuaram sendo mantidos em condições precárias em instalação impróprias para acomodação de longo prazo.

O temor a uma possível onda de repressão contra o trabalho ilegal levou cerca de 220 mil trabalhadores migrantes, a maioria do Camboja, a deixar o país em junho; muitos retornaram posteriormente.

PENA DE MORTE

Sentenças de morte foram proferidas ao longo do ano, mas não foram registradas execuções. Continuava em vigor um projeto piloto aprovado em 2013 para remover as algemas de presos do corredor da morte na prisão de alta segurança Bang Kwang, em Bangkok. No fim do ano, o projeto não tinha sido estendido a outros presos.

1. Thailand: Attitude adjustment - 100 days under martial law (ASA 39/011/2014)
www.amnesty.org/en/library/asset/ASA39/011/2014/en/aa43e6c9-f42e-4f45-8789-41cee8f2f511/asa390112014en.html
2. Thailand: Investigate grenade attack on anti-government protesters (News story)
www.amnesty.org/en/news/thailand-investigate-grenade-attack-anti-government-protesters-2014-05-15
3. Thailand : Submission to the UN Committee against Torture (ASA 39/003/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA39/003/2014/en
4. Thailand: Free speech crackdown creating 'spiral into silence' (Press release)
www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/thailand-free-speech-crackdown-creating-spiral-silence-2014-12-09 Thailand: Release activist imprisoned for allegedly insulting the monarchy (Press release)
www.amnesty.org/en/articles/news/2014/09/thailand-release-activist-imprisoned-allegedly-insulting-monarchy / Thailand: Anniversary of activist's arrest a reminder of precarious state of freedom of expression (ASA 39/005/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA39/005/2014/en

5. Thailand: Alleged torture victim denied redress (Press release)
www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/thailand-alleged-torture-victim-denied-redress-2014-10-13 Thailand : 10 years on , find truth and justice for family of Somchai Neelapaijit (ASA 39/001/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA39/001/2014/en
6. Thailand: Arbitrary detentions continue in Thailand (ASA 39/008/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA39/008/2014/en Thailand: Threats to the lives of village leaders (ASA 39/009/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/ASA39/009/2014/en

TIMOR-LESTE

República Democrática do Timor-Leste

Chefe de Estado: **Taur Matan Ruak**

Chefe de governo: **Kay Rala Xanana Gusmão**

Persistiu a impunidade pelas graves violações de direitos humanos cometidas durante a ocupação indonésia (1975-1999). As forças de segurança foram acusadas de maus-tratos e uso desnecessário ou excessivo da força. Os níveis de violência doméstica permaneceram elevados. O parlamento aprovou um lei restritiva para os meios de comunicação, posteriormente considerada inconstitucional pelo Tribunal de Recursos.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em março, com uma resolução do parlamento, dois grupos foram declarados ilegais por “tentativa de causar instabilidade”: o Conselho Revolucionário Maubere (KRM) e o Conselho Popular Democrático da República Democrática de Timor-Leste (CPD-RDTL). Dois de seus líderes foram citados criminalmente e aguardavam julgamento.

IMPUNIDADE

Houve pouco progresso em lidar com os crimes contra a humanidade e outras violações dos direitos humanos cometidas

pelas forças de segurança indonésias e seus auxiliares entre 1975 e 1999. Muitos supostos perpetradores continuaram em liberdade na Indonésia, onde não corriam risco de ser processados.¹

Em agosto, o Tribunal de Recursos manteve a sentença de um ex-integrante da milícia AHI (Aileu Hametin Integrasau) preso por crimes contra a humanidade cometidos no distrito de Aileu na época do referendo pela independência de 1999.

O governo timorense não aplicou as recomendações da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR) e da Comissão da Verdade e da Amizade (CVA) entre a Indonésia e o Timor-Leste relativas à impunidade. O parlamento continuou protelando a apreciação de dois projetos de lei que preveem um Programa Nacional de Reparações e a criação de um “Instituto de Memória Pública”, órgão que seria responsável por implementar as recomendações da CAVR e da CVA, inclusive o programa de reparações. Uma comissão para examinar os desaparecimentos forçados, conforme recomendado pela CVA, não havia sido criada até o fim do ano. Iniciativas conjuntas tomadas com o governo indonésio para reunir crianças que foram separadas de suas famílias em 1999 careceram de transparência e de consultas adequadas junto à sociedade civil.

SISTEMA DE JUSTIÇA

Prosseguiram as denúncias de maus-tratos e uso desnecessário ou excessivo da força pelas forças de segurança. Os mecanismos de prestação de contas permaneceram fracos.

Segundo informações, no mês de março, as forças de segurança prenderam arbitrariamente e submeteram a maus-tratos dezenas de pessoas supostamente ligadas aos grupos KRM e CPD-RDTL. Temia-se que o governo pudesse ter infringido os direitos à liberdade de associação e de expressão ao recorrer ao parlamento, em vez dos tribunais, para declarar essas organizações ilegais.

Em outubro, o governo e o Parlamento de Timor-Leste rescindiram arbitrariamente os contratos de funcionários e assessores jurídicos estrangeiros, motivando sérias preocupações com a independência judicial e afetando negativamente as vítimas e seu direito a um recurso judicial efetivo.²

DIREITOS DAS MULHERES

A Lei contra a Violência Doméstica, de 2010, continuou a ser usada para propor ações em casos de violência doméstica; porém, as vítimas que tentavam ter acesso à Justiça ainda tinham que enfrentar muitas dificuldades. Segundo informações de ONGs, os tribunais tendiam a proferir sentenças com pena de prisão condicional ou multa, em vez de penas privativas de liberdade.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO – MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Em maio, o Parlamento aprovou uma Lei de Mídia que imporia severas restrições a jornalistas e à liberdade de expressão. Em agosto, o Tribunal de Recursos considerou a lei inconstitucional e desenvolveu-a para reapreciação do Parlamento.³ Em dezembro, o Presidente aprovou uma lei revisada que eliminava algumas restrições.

-
1. Timor-Leste/Indonésia: Governments must expedite establishing fate of the disappeared
www.amnesty.org/en/library/asset/ASA57/001/2014/en/865d8509-6e47-4778-a573-8fbb633b9b7c/asa570012014en.pdf
 2. Timor-Leste: Victims' rights and independence of judiciary threatened by arbitrary removal of judicial officers
www.amnesty.org/en/library/info/ASA57/003/2014/en
 3. Timor-Leste: Unconstitutional media law threatens freedom of expression
www.amnesty.org/en/library/asset/ASA57/002/2014/en/b24a55e6-5eae-4ced-afd7-9158aac52adf/asa570022014en.pdf

TURQUIA

República da Turquia

Chefe de Estado: Recep Tayyip Erdoğan (sucedeu Abdullah Gül em agosto)

Chefe de governo: Ahmet Davutoğlu (sucedeu Recep Tayyip Erdoğan em agosto)

Após os protestos do Parque Gezi, em 2013, e da ruptura com seu ex-aliado, Fethullah Gülen, as autoridades começaram a responder às críticas de forma autoritária. Minaram a independência do Judiciário, introduziram novas restrições à liberdade na internet e concederam poderes inéditos ao serviço de inteligência do país. Os direitos dos manifestantes pacíficos foram violados e os policiais gozaram de quase total impunidade pelo uso excessivo da força. Julgamentos injustos prosseguiram, principalmente com base na legislação antiterrorista, mas o uso excessivo da detenção provisória e seu período de duração diminuíram. As autoridades ignoraram os direitos dos objetores de consciência e de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais, além de não tomarem as medidas necessárias para impedir a violência contra as mulheres. No fim do ano, mais de 1,6 milhão de refugiados sírios viviam na Turquia, muitos em situação de desamparo.

INFORMAÇÕES GERAIS

As autoridades se empenharam em aniquilar uma investigação criminal sobre suspeitas de corrupção no círculo íntimo do Primeiro Ministro Erdoğan, a qual veio a público em 17 de dezembro de 2013. Policiais e promotores que trabalhavam no caso foram transferidos para outras funções. A investigação foi encerrada oficialmente pelos promotores em 16 de outubro de 2014. O governo classificou a investigação como um golpe da parte de apoiadores do influente clérigo Fethullah Gülen. As autoridades declararam

que tomariam providências contra Fethullah Gülen e sua rede de apoiadores na polícia e no judiciário.

Em abril, o Parlamento aprovou emendas legislativas concedendo à Agência Nacional de Inteligência (MIT) poderes de vigilância extraordinários e quase total imunidade processual a seus agentes.

Em maio, 301 mineiros morreram em consequência da explosão em uma mina de carvão em Soma, no oeste da Turquia. Este mais recente desastre chamou atenção para a questão da segurança industrial em um país cujo índice de mortes relacionadas ao trabalho é um dos mais altos do mundo.

As condenações de militares por conspiração para derrubar o governo do Partido AK, no caso “Marreta”, foram revogadas pelo Tribunal Constitucional, em 18 de junho de 2014, e encaminhadas para novo julgamento. O processo “Ergenekon”, contra civis acusados de conspirar para derrubar o governo, ainda estava em andamento. Muitos dos réus foram liberados pelo fato de sua detenção ter excedido o período máximo de cinco anos. Outros foram soltos com base em decisões do Tribunal Constitucional. Ações judiciais contra ativistas políticos curdos por suposta afiliação à União de Comunidades Curdas, ligada ao Partido dos Trabalhadores Curdos (PKK), foram instauradas em todo o país, mas muitos dos réus foram liberados da detenção provisória.

Em agosto, o primeiro-ministro em exercício tornou-se o primeiro presidente da Turquia a ser eleito por sufrágio direto, conferindo ao cargo muito mais poder e influência na prática, mesmo que não na lei.

Em outubro, 49 pessoas que foram feitas reféns no consulado da Turquia em Mossul, no Iraque, foram libertadas pelo grupo armado Estado Islâmico após três meses cativas. O governo se recusou a revelar o que foi oferecido ao grupo. Aventou-se que 180 indivíduos presos na Turquia foram soltos em troca da libertação dos reféns.

O processo de paz estabelecido há dois anos entre as autoridades e o PKK

prosseguiu, embora parecesse mais abalado do que nunca, em função dos confrontos armados, dos efeitos dos conflitos na Síria e no Iraque e da falta de quaisquer avanços concretos.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Processos penais que ameaçam a liberdade de expressão continuaram sendo usados contra jornalistas, ativistas e outras vozes divergentes, apesar da adoção, em 2013, de emendas legislativas visando a melhorar a legislação. Paralelamente às disposições antiterroristas, também foram usadas leis sobre difamação e a provocação do ódio religioso. A independência dos grandes meios de comunicação continuou sendo minada por seus estreitos vínculos empresariais com o governo. Jornalistas de caráter mais independente foram forçados a deixar seus empregos por editores que temiam desagradar o governo ou os proprietários dos meios de comunicação. Cláusulas de silêncio da lei de imprensa foram usadas para impedir a divulgação de vários fatos de interesse jornalístico, como a captura de 49 reféns do consulado da Turquia em Mossul, alegando-se “razões de segurança nacional”.

Em março, o Parlamento aprovou emendas draconianas à Lei de Internet, aumentando os poderes das autoridades de proibir ou bloquear conteúdos e ameaçando a privacidade dos usuários. Após as emendas, as autoridades fizeram uso de ordens administrativas para bloquear o acesso ao Twitter e ao YouTube, depois que as redes sociais foram utilizadas para postar conteúdos incômodos ao governo no período que antecedeu as eleições locais de março. Apesar das ordens judiciais requerendo a suspensão da proibição, os sites permaneceram bloqueados por duas semanas e dois meses, respectivamente, até o Tribunal Constitucional decidir que o bloqueio deveria ser suspenso.

LIBERDADE DE REUNIÃO

Os direitos de manifestantes pacíficos foram negados pelas autoridades, que proibiram, impediram ou dispersaram protestos com uso de força excessiva, desnecessária e frequentemente punitiva por parte dos policiais. Pessoas que participassem de manifestações consideradas ilegais pelas autoridades corriam o risco de sofrer processos, geralmente com base em acusações forjadas de conduta violenta. A restritiva Lei sobre Manifestações e Reuniões continuou sendo um obstáculo à liberdade de reunião pacífica, apesar das emendas superficiais feitas em março. A lei impunha restrições injustas ao horário e local das reuniões, ao mesmo tempo em que exigia dos organizadores notificações demasiado onerosas e descartava qualquer possibilidade de manifestações espontâneas.

No dia 1º de maio, 39 mil policiais e 50 veículos equipados com canhões de água foram usados para impedir que sindicalistas e outras pessoas fizessem uma passeata até a Praça Taksim, o local tradicional das comemorações do Dia do Trabalho. Há muitos anos o 1º de Maio é comemorado na Praça Taksim. Em 2013 e 2014, as comemorações foram proibidas, provocando confrontos entre a polícia e os manifestantes que tentavam chegar até a praça. As autoridades anunciaram que Taksim estaria permanentemente interditada para grandes manifestações. Em vez da praça, ofereceram dois outros locais fora da área central da cidade onde as manifestações poderiam ocorrer. A mesma política foi replicada em outras cidades da Turquia.

Em junho, começou em Istambul o julgamento de integrantes do grupo Solidariedade a Taksim, entidade que reúne mais de 100 organizações, criado para contestar os planos de reurbanização do Parque Gezi e da Praça Taksim. Cinco membros proeminentes do grupo foram acusados de “fundar uma organização criminosa”, delito cuja pena pode chegar a 15 anos de prisão, enquanto todos os 26 réus

no caso foram acusados de “se recusarem a se dispersar em uma manifestação não autorizada”, com base na Lei sobre Manifestações e Reuniões. O julgamento prosseguia no fim do ano.¹

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

O número de casos de tortura registrados em locais oficiais de detenção manteve-se menor que em anos anteriores. Mais de dois anos após a ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura, o mecanismo de aplicação nacional requerido ainda não havia sido criado. A Instituição Nacional de Direitos Humanos fora designada pelas autoridades para cumprir essa função; porém, faltavam-lhe as capacidades, os recursos e as garantias de independência necessárias para cumprir esse papel.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

O uso excessivo e abusivo da força pelos policiais durante manifestações, inclusive lançando bombas de gás lacrimogêneo diretamente contra os manifestantes a curta distância, bem como o uso de canhões de água e o espancamento de manifestantes pacíficos continuaram sendo práticas comuns. As diretrizes do Ministério do Interior, introduzidas em junho e julho de 2013 para combater o uso excessivo e desnecessário da força, foram ignoradas em sua maior parte.

Em vários casos, a polícia utilizou munições reais durante manifestações, provocando mortes e ferimentos.

IMPUNIDADE

As investigações acerca dos abusos cometidos por agentes públicos permaneceram ineficazes, e as chances de que as vítimas obtivessem justiça continuaram remotas. Na ausência de um mecanismo independente para queixas sobre a polícia, há muito prometido e jamais criado, coube às unidades de polícia a responsabilidade efetiva por investigar denúncias de supostos abusos cometidos

pelas próprias unidades, sob a orientação de promotores que atuavam com escassos recursos. Os departamentos policiais costumavam não oferecer às investigações os mais básicos elementos de prova.

Nenhum processo foi aberto contra os seis policiais que foram filmados com um celular espancando Hakan Yaman e o arrastando até uma fogueira, próximo ao local de uma manifestação no Parque Gezi, em Istambul, em junho de 2013.² Em consequência da agressão, Hakan Yaman ficou cego de um olho, sofreu queimaduras e fraturas nos ossos, tendo que se submeter a seis cirurgias. No fim do ano, os departamentos de polícia ainda não haviam fornecido à investigação as imagens do local gravadas pelo circuito interno de televisão nem as fotos dos policiais em serviço naquele horário. Uma investigação administrativa conduzida em paralelo foi arquivada sem qualquer conclusão, sob alegação de que os policiais não podiam ser identificados, apesar de o número identificador do veículo com canhão de água que eles operavam ser claramente visível nas imagens gravadas com celulares.

Em outubro, mais de 40 pessoas foram mortas e dezenas ficaram feridas em uma área de maioria curda no sudeste da Turquia, em enfrentamentos entre grupos rivais e a polícia. Os confrontos se deram no calor de protestos que eclodiram contra um ataque do grupo armado Estado Islâmico à cidade curda de Kobani, na Síria. Surgiram inúmeras denúncias sobre falhas na condução de investigações diligentes na cena dos crimes e no interrogatório de supostos perpetradores dos ataques contra grupos rivais.

Na cidade de Siirt, no dia 8 de outubro, Davut Naz morreu no local de um protesto pelos eventos em Kobani. O governador da província declarou que Davut Naz havia sido morto pelos manifestantes, em consequência de uma lesão no pescoço, ao passo que testemunhas oculares afirmaram que ele foi atingido por tiros disparados pelos policiais com munição real. Sua família assegurou que o corpo apresentava três ferimentos de bala e

nenhuma lesão no pescoço. Não foi realizada qualquer investigação na cena do crime e o inquérito penal sobre o caso não havia progredido até o fim do ano.

JULGAMENTOS INJUSTOS

Em julho, os tribunais com poderes especiais para julgar casos de terrorismo e crime organizado foram abolidos por meio de emendas legislativas; porém, pessoas acusadas de delitos relacionados ao terrorismo ainda corriam o risco de ser condenadas sem provas substanciais e convincentes em tribunais regulares. Em 2013, emendas legislativas impuseram um limite máximo de cinco anos para a detenção provisória e introduziram proteções mais robustas contra sua aplicação injusta, medidas que apresentaram bons resultados, fazendo que menos pessoas fossem detidas por menos tempo.

A independência do Judiciário foi comprometida por mudanças no principal órgão judicial do país, o Conselho Superior de Juízes e Promotores, as quais concederam maiores poderes ao ministro da Justiça e permitiram a transferência de centenas de juízes e promotores.

DIREITO À MORADIA

O governo central e os municípios controlados por todos os principais partidos políticos executaram projetos de transformação urbana que não respeitaram o direito dos moradores à consulta adequada, à indenização ou à oferta de moradias alternativas.

Os moradores de Sarıgöl, um bairro carente de Istambul, com significativa população cigana, foram removidos à força de suas casas em razão de um projeto que visava substituir as habitações precárias por blocos residenciais de alto padrão. O custo das novas residências era muito mais alto do que a maioria dos moradores podia pagar, e a indenização para os que perderam suas casas foi inadequada. Muitas das famílias ameaçadas de ficar desabrigadas devido ao

projeto não possuíam títulos dos terrenos, apesar de viverem no local por gerações.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A aplicação da Lei de Proteção da Família e Prevenção da Violência contra a Mulher, de 2012, continuou inadequada, carente de recursos e ineficaz para lidar com a violência doméstica. Há informações de que várias mulheres que estavam sob proteção judicial foram assassinadas. O número de albergues para mulheres vítimas de violência doméstica permaneceu abaixo do requerido por lei.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

No fim do ano, o governo calculava que havia mais de 1,6 milhão de refugiados sírios no país. Em janeiro, eles somavam 700 mil.³ A maior parte do ônus financeiro recaiu sobre as autoridades turcas, que tiveram pouca assistência da comunidade internacional. Mais de 220 mil pessoas foram alojadas em campos de refugiados bem equipados administrados pelo governo, mas muitos dos 1,3 milhão de refugiados que viviam fora dos campos se encontravam em situação de desamparo e recebiam pouca ou nenhuma assistência. Apesar de a Turquia declarar uma “política de fronteiras abertas”, surgiram denúncias persistentes de uso abusivo ou ilegal da força pelos guardas de fronteira turcos em pontos de passagem não oficiais, inclusive com uso de munição real, espancamentos e devolução forçada de refugiados para a Síria, assolada pela guerra.

Aproximadamente 30 mil refugiados curdos yazidis chegaram do Iraque em agosto; porém, diferente dos sírios, não lhes foi conferida “condição de proteção temporária”, nem os direitos coletivos e outros decorrentes dessa condição. Os refugiados yazidis se somaram aos cerca de 100 mil requerentes de asilo de outros países residentes na Turquia, que, na grande maioria, enfrentavam sérios atrasos no processamento de seus pedidos de asilo.

OBJETORES DE CONSCIÊNCIA

A Turquia não reconheceu o direito de objeção de consciência ao serviço militar, apesar das decisões explícitas do Tribunal Europeu de Direitos Humanos requerendo esse reconhecimento. Ao invés disso, as autoridades continuaram a processar repetidamente os objetores de consciência por “deserção” e outros delitos similares.

Em outubro, um tribunal militar condenou o objetor de consciência Ali Fikri Işık, de 56 anos, por três acusações de deserção, sentenciando-o a 25 meses de prisão ou multa de 15.200 liras (US\$6,725). A “deserção” se referia a sua recusa, por razões de consciência, a cumprir o serviço militar na década de 1980. Aos 56 anos de idade, ele não tinha mais condições de servir o exército e já havia sido considerado “inapto para o serviço militar” pelas autoridades militares. No fim do ano, uma apelação estava pendente no Supremo Tribunal de Recursos.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais continuaram enfrentando discriminação no trabalho e nas interações com autoridades do Estado. Não houve qualquer progresso no sentido de introduzir na Constituição ou no direito nacional disposições que proibam a discriminação com base na orientação sexual ou na identidade de gênero das pessoas. No decorrer do ano, foram registrados vários assassinatos de mulheres transgênero.

O julgamento pelo assassinato de Ahmet Yıldız, um homossexual morto em julho de 2008, no que se acredita ser um crime “de honra”, não fez qualquer progresso em 2014, enquanto seu pai, o único suspeito no caso, continuava em liberdade. As autoridades não investigaram as ameaças de morte que Ahmet Yıldız vinha recebendo antes de ser assassinado, nem fizeram uma investigação efetiva e sem demora após o crime.

1. Gezi Park protests: Brutal denial of the right to peaceful assembly in Turkey (EUR 44/022/2013)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR44/022/2013/en
2. Gezi Park protests: Brutal denial of the right to peaceful assembly in Turkey (EUR 44/022/2013)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR44/022/2013/en
3. Struggling to survive: Refugees from Syria in Turkey (EUR 44/017/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR44/017/2014/en

UCRÂNIA

Ucrânia

Chefe de Estado: **Petro Poroshenko (sucedeu Oleksandr Turchynov em junho, que sucedeu Viktor Yanukovych em fevereiro)**

Chefe de governo: **Arseniy Yatsenyuk (sucedeu Mykola Azarov em fevereiro)**

A violência resultante dos protestos, primeiro na capital, Kiev, e depois no leste da Ucrânia, levou a um conflito civil com o envolvimento da Rússia. As violações cometidas pela polícia, como tortura e outros maus-tratos, além do uso abusivo da força durante manifestações, continuaram com a quase total impunidade dos perpetradores, ao passo que as investigações desses incidentes permaneciam ineficazes. Sequestros de pessoas seguiram sendo praticados, principalmente por paramilitares pró-russos na República Autônoma da Crimeia ocupada e por ambas as partes beligerantes na região leste da Ucrânia afetada pelo conflito. Ambos os lados violaram as leis da guerra. Na Crimeia, as restrições impostas pela Rússia aos direitos à liberdade de expressão, reunião e associação foram plenamente aplicadas, e tanto os ativistas favoráveis à Ucrânia quanto os membros da comunidade tártara crimeia sofreram ataques dos paramilitares e perseguição das autoridades de facto.

INFORMAÇÕES GERAIS

As manifestações pró-europeias em Kiev (“EuroMaidan”) motivadas pela decisão do governo, em 2013, de não assinar um Acordo de Associação com a União Europeia, resultaram na queda do Presidente Yanukovych em 22 de fevereiro. Depois de a polícia dispersar com violência uma manifestação inicialmente pacífica na noite de 29 de novembro de 2013, os manifestantes começaram a ficar cada vez mais radicais.

Montaram acampamento na Praça da Independência, no centro da cidade, e ocuparam diversos edifícios. Enquanto a maioria dos manifestantes permanecia pacífica, a violência se intensificava nos dois lados. Pelo menos 85 manifestantes e 18 policiais morreram e centenas ficaram feridos em consequência direta da violência da EuroMaidan (literalmente, “Europaça”) em Kiev.

Quando Viktor Yanukovych deixou o país em segredo e um novo governo foi formado, protestos cada vez mais violentos eclodiram na região de Donbass, no leste da Ucrânia, onde a língua predominante é o russo. Na Crimeia, nas noites de 26 e 27 de fevereiro, edifícios das autoridades locais foram ocupados por paramilitares armados que se autodenominaram “forças de autodefesa”. Junto com integrantes das forças regulares russas, eles bloquearam instalações militares ucranianas em toda a península e, em 27 de fevereiro, na presença de homens armados, o Parlamento da Crimeia elegeu um novo governo. Um “referendo” foi convocado para o dia 16 de março com o objetivo de decidir a situação da Crimeia. Os participantes votaram majoritariamente a favor da unificação com a Rússia, enquanto os opositores boicotaram a votação. No dia 18 de março, as autoridades de fato da Crimeia firmaram um “tratado” em Moscou, que resultou em sua anexação pela Rússia.

Em abril, os opositores armados no novo governo de Kiev haviam ocupado edifícios do governo, inclusive a sede da polícia e dos serviços de segurança, nas cidades

de Donetsk, Luhansk e outros municípios menores, tomando o controle efetivo de grandes áreas de Donbass. No dia 15 de abril, o governo anunciou o lançamento de uma “operação antiterrorista”. A situação rapidamente escalou para um conflito armado entre as forças do governo e os grupos armados separatistas apoiados pela Rússia. As forças leais a Kiev fizeram avanços constantes até o fim de agosto, quando a Rússia intensificou seu envolvimento militar dissimulado na Ucrânia.¹ Em setembro, em negociações na Bielorrússia, um cessar-fogo foi acordado entre as partes em conflito, mas os combates prosseguiram em escala reduzida e, no fim do ano, já haviam deixado mais de 4.000 mortos. Depois que as autoridades *de facto* em Donetsk e Luhansk realizaram “eleições” em 2 de novembro, Kiev retirou sua oferta de devolução limitada de autonomia para a região.

Eleições presidenciais e parlamentares antecipadas foram realizadas, respectivamente, nos dias 25 de maio e 26 de outubro, levando novamente ao poder políticos e partidos pró-europeus. No dia 16 de setembro, o Parlamento Europeu e o ucraniano ratificaram o Acordo de Associação com a União Europeia; porém, no fim do ano, o instrumento não havia sido ratificado por todos os países membros da UE.

IMPUNIDADE – EUROMAIDAN

Os três meses de manifestações da EuroMaidan chamaram atenção para o problema sistêmico da impunidade pelo uso abusivo da força, assim como pela tortura e outros maus-tratos de pessoas por agentes de aplicação da lei na Ucrânia. A primeira vez que a polícia de choque usou a força contra manifestantes totalmente pacíficos foi em 30 de novembro de 2013, quando eles se recusaram a dispersar, o que resultou em dezenas de feridos e na breve detenção de 35 manifestantes pacíficos que foram acusados de vandalismo. Diante da condenação generalizada da ação, as autoridades demitiram um oficial de alta

patente da polícia de Kiev e, segundo informações, iniciaram processos penais, que nunca foram concluídos, contra ele e outros quatro policiais. Nas semanas e meses seguintes, a polícia recorreu reiteradamente ao uso abusivo da força, tanto na EuroMaidan quanto ao efetuar prisões arbitrárias e tentar processar criminalmente os manifestantes.² A partir de um certo momento, armas de fogo com munições reais, inclusive fuzis para francoatiradores, passaram a ser usadas nas manifestações. Não ficou claro, porém, que forças as utilizaram e sob ordem de quem elas agiram. O diretor do Serviço de Segurança da Ucrânia (SBU) declarou em novembro que 16 ex-policiais da tropa de choque e cinco oficiais superiores do SBU haviam sido presos por envolvimento na morte de manifestantes em Kiev.

Após a queda de Viktor Yanukovych, as novas autoridades se comprometeram publicamente a investigar e processar efetivamente os responsáveis pelas mortes durante o EuroMaidan e por todos os abusos cometidos contra os manifestantes. Entretanto, além do indiciamento de ex-lideranças políticas de alto escalão, poucos passos concretos foram dados nesse sentido, se é que realmente se efetivaram.

Somente dois agentes de aplicação da lei foram a julgamento pela prática de tortura e outros maus-tratos durante o EuroMaidan, ambos recrutados das tropas do Ministério do Interior. Em 28 de maio, eles receberam penas condicionais de três e dois anos de prisão, respectivamente por “abuso de autoridade ou de poderes oficiais” (artigo 365 do Código Penal), pelos maus-tratos a que submeteram Mykhaylo Havryliuk no dia 22 de janeiro de 2014. Imagens gravadas em vídeo mostram Mykhaylo Havryliuk sendo forçado a ficar nu, em temperatura abaixo de zero, em frente a dezenas de policiais da tropa de choque e das tropas do Ministério do Interior; muitos podem ser vistos ativamente humilhando ou obrigando Mykhaylo a posar para fotografias antes de empurrá-lo para dentro de um ônibus.

As vítimas de 20 casos de uso abusivo da força pela polícia durante o EuroMaidan, monitorados pela Anistia Internacional, se sentiam frustradas ou pela demora nas investigações ou pela falta de investigação de suas denúncias, pelo fato de as autoridades não terem identificado os responsáveis e pelos problemas de comunicação com o Ministério Público.³

Em abril, o Conselho da Europa criou um Grupo Consultivo Internacional sobre a Ucrânia para revisar as investigações referentes ao EuroMaidan. No fim do ano, o grupo não havia informado sobre o andamento das investigações.

SEQUESTROS, DESAPARECIMENTOS E HOMICÍDIOS

Durante os protestos em Kiev, dezenas de ativistas da EuroMaidan desapareceram. Enquanto o destino de 20 deles seguia desconhecido no fim do ano, surgiram indícios de que alguns foram sequestrados e submetidos a maus-tratos. Em dezembro, a Procuradoria Geral informou que 11 homens suspeitos de sequestrar ativistas da EuroMaidan haviam sido presos e que vários outros estavam sendo procurados. Nenhum deles era agente de aplicação da lei, embora tenham supostamente obedecido ordens de ex-oficiais graduados da polícia.

Yury Verbytsky e Igor Lutsenko desapareceram do hospital no dia 21 de janeiro. Igor Lutsenko contou que teve os olhos vendados e foi espancado pelos captores, sendo depois largado em uma floresta com temperaturas negativas. Yury Verbytsky foi encontrado morto em uma floresta, com as costelas quebradas e marcas de fita adesiva ao redor da cabeça.

Sequestros e maus-tratos de cativos foram comuns na Crimeia ocupada pela Rússia e em áreas do leste da Ucrânia controladas pelos separatistas, afetando centenas de pessoas. Entre os primeiros alvos, estavam integrantes de governos locais, ativistas políticos favoráveis à Ucrânia, jornalistas e observadores internacionais.

Em 23 de abril, durante uma coletiva de imprensa, Vyacheslav Ponomarev, o então autoproclamado “prefeito popular” de Slovyansk, admitiu que os separatistas mantinham várias pessoas sob custódia para usá-las como “moeda de troca”. Posteriormente, centenas de cativos foram objeto de trocas entre o separatistas e as autoridades ucranianas. Para outros, foi exigido resgate particular. Sasha, um ativista pró-Kiev de 19 anos, foi sequestrado por membros de um grupo armado em Luhansk no dia 12 de junho. Espancado ininterruptamente por 24 horas e torturado com choques elétricos, ele foi libertado depois que seu pai, segundo informações, pagou um resgate de 60 mil dólares.

Reiteradas denúncias de sequestro foram feitas contra integrantes das forças pró-Kiev, principalmente os chamados batalhões voluntários mobilizados para lutar junto às forças regulares em Donbass. Vários casos de abusos cometidos pelo batalhão de Aidar foram documentados entre junho e agosto na região de Luhansk. Esses abusos incluíam o sequestro de moradores locais acusados de colaborar com os separatistas e seu aprisionamento em centros de detenção improvisados, antes que fossem soltos ou entregues às forças de segurança. Em quase todos os casos os sequestrados foram espancados e tiveram seus pertences, como automóveis e outros bens, confiscados pelos membros do batalhão, ou tiveram que pagar resgate para serem libertados.⁴

O deputado Oleh Lyashko publicou na internet vários vídeos em que aparece liderando um grupo de homens usando balaclavas, que apreendem, interrogam e maltratam indivíduos que suspeitam colaborar com os separatistas. Não foi iniciada qualquer investigação sobre esses atos. Em outubro, ele se elegeu novamente para o parlamento e seu partido passou a integrar a coalizão de governo.

Havia evidências de execuções sumárias cometidas por ambos os lados do conflito. Vários comandantes separatistas se

vangloriaram por ter executado indivíduos sequestrados por supostos crimes que teriam cometido, sendo que as autoridades separatistas *de facto* adotaram a “pena de morte” em seu “código penal”.⁵

VIOLÊNCIA ENTRE COMUNIDADES

Com as tensões que se criaram em muitas regiões do país, manifestantes contrários e favoráveis às autoridades que se estabeleceram depois de Yanukovych entraram em confronto várias vezes em diversas cidades, sem que a polícia interviesse ou tratasse efetivamente da violência resultante.

Em Odessa, durante os confrontos violentos ocorridos no dia 2 de maio, 48 manifestantes contrários ao EuroMaidan foram mortos e mais de 200 ficaram feridos dentro de um edifício em chamas cercado por seus adversários. A polícia não tomou qualquer medida efetiva para prevenir ou conter a violência. Várias investigações criminais sobre os acontecimentos foram abertas. Em novembro, tiveram início as primeiras audiências de um dos processos relativos a esses eventos contra 21 homens, todos eles ativistas pró-russos, que foram acusados de perturbação pública e uso ilegal de armas de fogo e explosivos. O sigilo mantido em torno das investigações oficiais fez surgirem preocupações com sua eficácia e imparcialidade.

CONFLITO ARMADO

Até o fim do ano, mais de 4.000 pessoas haviam sido mortas no conflito no leste da Ucrânia. Muitas mortes de civis resultaram do uso indiscriminado da força por ambos os lados, sobretudo em consequência do uso de foguetes e de projéteis de morteiros não guiados em áreas civis.

Nenhum dos lados tomou precauções razoáveis para proteger a população civil, em violação às leis da guerra.⁶ Ambas as partes posicionaram tropas, armamentos e outros alvos militares em zonas residenciais. Em inúmeras ocasiões, as forças separatistas

usaram edifícios e áreas residenciais como posições de fogo, enquanto as forças pró-Kiev devolviam fogo contra essas posições. Houve poucas indicações de que qualquer dos lados estivesse investigando seriamente a ocorrência de supostas violações do direito internacional humanitário e possíveis crimes de guerra cometidos por suas forças.

No dia 17 de julho, forças separatistas comunicaram a destruição de um avião militar ucraniano. Quando se soube que um avião de passageiros da Malaysian Airlines havia sido derrubado, matando quase 300 pessoas, a reivindicação foi retirada e ambos os lados passaram a se acusar mutuamente pelo acontecido. No fim do ano, uma investigação internacional sobre o incidente estava em andamento.

PESSOAS DESALOJADAS

As cerca de 20 mil pessoas que fugiram da ocupação russa da Crimeia receberam alguma ajuda estatal para seu reassentamento. Estimava-se que um milhão de pessoas tivessem sido deslocadas em consequência do conflito em Donbass, aproximadamente a metade delas dentro da Crimeia e as outras principalmente para a Rússia. Na Ucrânia, a maioria das pessoas desalojadas recebia pouco apoio do Estado e tinha que contar com seus próprios meios, com redes familiares e com a assistência de organizações voluntárias. A adoção em outubro de uma lei sobre pessoas desalojadas dentro do país, pouco havia contribuído para mudar a situação dessas pessoas até o fim do ano.

CRIMEIA

Desde que a Rússia anexou a Crimeia em março, suas leis restritivas passaram a ser usadas para limitar os direitos à liberdade de reunião, associação e expressão no território anexado. Organizações da sociedade civil foram efetivamente fechadas por descumprirem os requisitos da legislação russa. Os residentes locais foram declarados cidadãos russos. Quem quisesse conservar a

nacionalidade ucraniana deveria notificar as autoridades.

As forças paramilitares que denominaram a si mesmas como de “autodefesa” cometeram grande número de abusos graves, como desaparecimentos forçados, com impunidade. O primeiro-ministro *de facto* da Crimeia, Sergei Aksionov, afirmou que, embora esses paramilitares carecessem de autoridade ou função oficial, seu governo contava com eles e preferia “às vezes relevar” os abusos cometidos por eles.

Houve muitas denúncias de sequestros de ativistas pró-Ucrânia na Crimeia.

Oleksandra Ryazantseva e Kateryna Butko, ativistas da EuroMaidan, foram sequestradas no dia 9 de março depois de serem paradas em um posto de controle, onde teriam sido rendidas por policiais da força de choque e por paramilitares de “autodefesa” da Crimeia armados com pistolas e facas. Elas foram soltas no dia 12 de março.

Oleg Sentsov, conhecido ativista pró-Ucrânia e diretor de cinema, foi preso de modo sigiloso por agentes de segurança russos na Crimeia em 9 de maio e transferido ilegalmente para Moscou, junto com vários outros indivíduos. Os processos penais contra ele – por acusações de terrorismo que pareciam não ter fundamento – foram conduzidos em segredo, e suas denúncias de tortura foram descartadas pelas autoridades.

Os tártaros da Crimeia, grupo étnico autóctone da península expulso para zonas remotas da União Soviética em 1944 e proibido de retornar até o fim da década de 1980, foram alvo de maior perseguição das autoridades *de facto* devido à manifestação pública de opiniões favoráveis à Ucrânia. Desde março, ocorreram vários sequestros e espancamentos de tártaros crimeios, que as autoridades *de facto* se negaram a investigar.

No dia 3 de março, depois de fazer um protesto solitário em frente à sede do Conselho de Ministros da Crimeia, na capital da região, Simferopol, Reshat Ametov, um tártaro crimeio, foi sequestrado por três integrantes das forças de “autodefesa”. Seu

corpo foi encontrado quase duas semanas depois, apresentando sinais de tortura. Os sequestradores não foram identificados.

As autoridades *de facto* começaram uma campanha para fechar o Mejlis, um órgão eleito pela assembleia do povo tártaro da Crimeia (a Kurultai) e reconhecido pelas autoridades ucranianas como o órgão representante da comunidade tártara.

Mustafa Dzhemiliev, um veterano defensor dos direitos humanos e fundador do Mejlis, foi proibido de entrar na Crimeia. Sua entrada foi negada várias vezes, como no dia 3 de maio, quando ele tentava passar por um posto de controle em Armyansk. Centenas de tártaros crimeios foram ao seu encontro. As autoridades *de facto* alegaram que o encontro configurava uma reunião ilegal, e dezenas de participantes foram multados. Depois disso, as casas de vários líderes da comunidade tártara foram revistadas e pelo menos quatro tártaros crimeios foram presos, acusados de “extremismo” e transferidos à Rússia para serem investigados.

No dia 5 de julho, Refat Chubarov, sucessor de Mustafa Dzhemiliev na liderança do Mejlis, também foi impedido de retornar à Crimeia e banido por cinco anos. O novo Procurador *de facto* da Crimeia, recentemente nomeado, se deslocou até o posto de fronteira para adverti-lo de que as atividades do Mejlis violavam a legislação russa sobre extremismo. Em 19 de setembro, as autoridades russas confiscaram a sede do Mejlis alegando que seu fundador, Mustafa Dzhemiliev, era um cidadão estrangeiro e que havia sido proibido de entrar na Rússia.

Em 16 de maio, apenas dois dias antes dos eventos anuais programados para marcar o 70º aniversário da expulsão dos tártaros da Crimeia em 1944, o primeiro-ministro *de facto* da Crimeia anunciou que todas as aglomerações públicas estariam proibidas na Crimeia até 6 de junho, a fim de “eliminar possíveis provocações de extremistas” e impedir a “perturbação das férias de verão”. Um único evento foi autorizado na data comemorada pelos tártaros crimeios,

na periferia de Simferopol, com forte presença policial.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Uma marcha do orgulho LGBTI programada para o dia 5 de julho em Kiev foi cancelada depois que a polícia comunicou ao comitê organizador que a instituição não poderia garantir a segurança dos participantes frente às esperadas manifestações contrárias. O recém-eleito prefeito de Kiev, Vitaliy Klychko, declarou em 27 de junho que o momento não era apropriado para a realização de tais “eventos de entretenimento” na Ucrânia.

-
1. Ukraine: Mounting evidence of war crimes and Russian involvement (News story)
www.amnesty.org/en/news/ukraine-mounting-evidence-war-crimes-and-russian-involvement-2014-09-05
 2. Ukraine: Kyiv protest ban blatant attempt to “gag peaceful protesters” (News story)
www.amnesty.org.uk/press-releases/ukraine-kyiv-protest-ban-blatant-attempt-gag-peaceful-protesters
 3. Ukraine: a new country or business as usual? (EUR 50/028/2014)
www.amnesty.org/en/library/asset/EUR50/028/2014/en/da555a1a-99a1-4d76-a52b-8f020712e0fa/eur500282014en.pdf
 4. Ukraine: Abuses and war crimes by the Aidar Volunteer Battalion in the north Luhansk region (EUR 50/040/2014)
www.amnesty.org/en/library/asset/EUR50/040/2014/en/e6776c69-fe66-4924-bfc0-d15c9539c667/eur500402014en.pdf
 5. Summary: killings during the conflict in eastern Ukraine (EUR 50/042/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/EUR50/042/2014/en
 6. Eastern Ukraine: Both sides responsible for indiscriminate attacks (Press release)
www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/eastern-ukraine-both-sides-responsible-indiscriminate-attacks-2014-11-06

URUGUAI

República Oriental do Uruguai

Chefe de Estado e de governo: **José Alberto Mujica Cordano**

A luta por justiça pelas violações de direitos humanos cometidas no período do regime civil e militar entre 1973 e 1985 pode sofrer um retrocesso após uma decisão de 2013 da Suprema Corte. Os obstáculos que as mulheres têm de enfrentar para fazer abortos foram motivo de preocupação.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em janeiro, o Uruguai foi submetido ao processo examinador da Revisão Periódica Universal da ONU e aceitou importantes recomendações, como o combate a todas as formas de discriminação.

Em setembro, o país ratificou o Tratado de Comércio de Armas da ONU.

Em dezembro, seis reclusos provenientes do centro de detenção que os EUA mantêm em Guantánamo, Cuba, foram reassentados no Uruguai.

Em outubro, foram realizadas eleições gerais. A Frente Ampla conquistou a vitória no segundo turno em novembro.

IMPUNIDADE

Em fevereiro de 2013, a Suprema Corte revogou dois artigos essenciais da Lei 18.831, adotada em 2011, que estabeleciam que os crimes cometidos durante o período do regime civil e militar entre 1973 e 1985 constituíam crimes contra a humanidade e que eram imprescritíveis. A Suprema Corte também decidiu que nenhum crime contra a humanidade foi cometido na época porque tais crimes só foram tipificados no direito nacional em 2006 e, portanto, estavam sujeitos a prescrição.¹No decorrer de 2014, pouco se fez para garantir que denúncias de violações de direitos humanos cometidas no passado fossem investigadas plenamente.

O julgamento de um ex-policial acusado em 2012 de cumplicidade no assassinato do professor e jornalista Julio Castro, em 1977, prosseguia no fim do ano.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Exigências obrigatórias estipuladas pela lei de 2012 que descriminalizou o aborto continuaram sendo motivo de preocupação, pois podem dificultar o acesso a abortos legais. Ao se requerer um aborto, a lei de 2012 estabeleceu um período de reflexão compulsório de cinco dias e a revisão do caso por um painel de especialistas. Quando a gravidez resultar de estupro, a lei exige que a mulher impetire uma ação judicial para poder fazer o aborto.

Em abril, na cidade de Salto, capital do departamento de Salto, médicos se recusaram a realizar o aborto de uma menina grávida, portadora de deficiência, que sobreviveu a um estupro, alegando objeção de consciência. A menina teve que se deslocar até a capital, Montevideu, para fazer o procedimento.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

Em maio, o Comitê contra a Tortura da ONU manifestou preocupação com o fato de dois terços da população carcerária ainda não ter sido julgada, bem como com a assistência médica prestada aos reclusos, o fornecimento de água, o saneamento e a ventilação das celas.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Pouco avançaram as investigações sobre os assassinatos de cinco mulheres transexuais ocorridos entre 2011 e 2012. Em apenas um dos casos, no Departamento de Cerro Largo, três indivíduos foram processados.

VENEZUELA

República Bolivariana da Venezuela

Chefe de Estado e de governo: **Nicolás Maduro**
Moros

As forças de segurança usaram força excessiva para dispersar manifestações. Dezenas de pessoas foram detidas de modo arbitrário e privadas de acesso a médicos e advogados. Houve denúncias de tortura e outros maus-tratos de manifestantes e transeuntes. O Judiciário continuou a ser usado para silenciar os críticos do governo. Pessoas que defendiam os direitos humanos foram intimidadas e atacadas. As condições prisionais permaneceram severas.

INFORMAÇÕES GERAIS

O primeiro ano do mandato do Presidente Maduro foi marcado por crescentes insatisfações. Entre fevereiro e julho de 2014, a Venezuela foi abalada por grandes manifestações favoráveis e contrárias ao governo em várias regiões do país. Manifestantes contrários ao governo e alguns líderes de partidos de oposição que demandavam a renúncia do presidente foram acusados de tentar derrubar o governo.

LIBERDADE DE REUNIÃO

Pelo menos 43 pessoas foram mortas e mais de 870 ficaram feridas – incluindo manifestantes, transeuntes, policiais e agentes de segurança – durante os extensos protestos contra e a favor do governo entre os meses de fevereiro e julho. Houve relatos de violações de direitos humanos e de

confrontos violentos entre manifestantes, forças de segurança e grupos armados favoráveis ao governo.¹

Mais de três mil pessoas foram detidas no contexto dos protestos. A maioria foi acusada e liberada depois de alguns dias. No fim do ano, mais de 70 pessoas que participaram de manifestações permaneciam detidas provisoriamente enquanto aguardavam julgamento.

Temia-se que uma decisão da Suprema Corte tomada em março, declarando que todo protesto requeria autorização prévia, pudesse ameaçar os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

As forças de segurança usaram força excessiva para dispersar manifestações. Entre as medidas utilizadas estavam o uso de munições reais a curta distância contra pessoas desarmadas; o uso de armas de fogo impróprias e de equipamentos antidistúrbio que foram adulterados; e o uso de gás lacrimogêneo e balas de borracha em áreas fechadas.

Em fevereiro, por exemplo, a estudante Geraldin Moreno morreu três dias depois de ser atingida no olho por balas de borracha disparadas a curta distância durante uma manifestação em Valencia, estado de Carabobo. Agentes da Guarda Nacional foram acusados por sua morte e aguardavam julgamento no fim do ano. No mesmo mês, Marvinia Jiménez foi espancada por policiais quando filmava um protesto em Valencia, sendo acusada, entre outras coisas, de obstruir uma via pública e perturbar a ordem pública. No fim do ano, um mandado de prisão contra o policial responsável por espancá-la não havia sido cumprido. Em abril, John Michael Ortiz Fernández estava na sacada de sua residência em San Cristobal, estado de Táchira, quando um policial atirou contra ele com uma bala de borracha, queimando a retina de seu olho esquerdo. No final do ano, o caso estava sendo investigado.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Dezenas de pessoas detidas durante as manifestações de fevereiro e julho foram vítimas de detenções arbitrárias. Muitas foram privadas de acesso a um advogado de sua escolha e de assistência médica nas primeiras 48 horas de detenção, antes de serem levadas à presença de um juiz.

O advogado Marcelo Crovato e o defensor dos direitos humanos Rosmit Mantilla foram detidos em abril e maio, respectivamente, em razão dos protestos. Mais de oito meses após sua prisão, eles continuam em detenção provisória, apesar da falta de evidências sólidas para embasar as acusações contra eles.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A prática de tortura e de maus-tratos continuou causando preocupação, apesar de alguns avanços trazidos pela Lei Especial para Prevenir e Punir a Tortura e outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, de 2013.²

O estudante Daniel Quintero foi espancado e ameaçado de ser queimado vivo enquanto estava detido. Em fevereiro, ele foi preso quando se dirigia a uma manifestação contra o governo em Maracaibo, estado de Zulia. Uma investigação sobre a denúncia de tortura estava em curso no fim do ano.³

Pelo menos 23 pessoas foram detidas durante uma operação conjunta do Exército e da Guarda Nacional em Rubio, estado de Táchira, no dia 19 de março. Enquanto detidas, elas foram chutadas, espancadas e ameaçadas de morte e violência sexual. Todos os detidos, homens e mulheres, ficaram encarcerados no mesmo recinto e passaram várias horas com os olhos vendados. Eles podiam ouvir as pessoas mais próximas sendo espancadas. Pelo menos uma pessoa foi forçada a assistir o espancamento de outra. Gloria Tobón foi encharcada com água e recebeu choques elétricos nos braços, seios e genitais. Ela foi ameaçada de ser morta e ter o corpo esquartejado antes de ser enterrada. No fim

do ano, uma investigação sobre as denúncias de tortura ainda estava em andamento.

Wuaddy Moreno Duque foi detido em fevereiro em La Grita, estado de Táchira, sendo espancado e queimado por agentes da Guarda Nacional, que o acusaram de participar de manifestações. Depois de formalizarem uma denúncia, Wuaddy e sua família passaram a ser alvo de intimidações.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Defensores dos direitos humanos continuaram a ser atacados.

Por exemplo, dois integrantes o Observatório Venezuelano de Prisões foram ameaçados e intimidados em várias ocasiões. No dia 12 de abril de 2013, Marianela Sánchez e sua família receberam ameaças de morte anônimas. Apesar de ela ter formalizado uma queixa, até o fim do ano as autoridades não haviam iniciado uma investigação efetiva sobre as ameaças nem providenciado as medidas de segurança necessárias, condizentes com o anseio da família.

Várias vezes as autoridades tentaram desacreditar o trabalho de direitos humanos de Humberto Prado, tendo-o acusado de envolvimento com a violência durante os protestos, e de conspiração para desestabilizar o governo e o sistema prisional.

SISTEMA DE JUSTIÇA

O sistema de justiça estava sujeito à interferência governamental, principalmente em casos que envolvessem críticos do governo ou pessoas que se suspeitasse estarem agindo de modo contrário aos interesses das autoridades.

Por exemplo, a juíza María Lourdes Afiuni Mora – que foi detida em dezembro de 2010, algumas horas depois de ter ordenado a soltura de um banqueiro acusado de corrupção, decisão que foi condenada publicamente pelo ex-presidente Chávez – aguardava julgamento no fim do ano. Em junho de 2013, por razões humanitárias, ela

foi libertada condicionalmente mediante o pagamento de fiança.

Leopoldo López, líder do partido opositorista Vontade Popular, permaneceu detido apesar da falta de provas que comprovassem as acusações contra ele, as quais aparentavam ter motivações políticas. Ele estava sendo acusado de incêndio criminoso e danos à propriedade, incitamento ao crime e conspiração para o crime, delitos puníveis com até 10 anos de prisão.⁴ Em agosto, o Grupo de Trabalho sobre Detenções Arbitrárias afirmou que sua detenção fora arbitrária e pediu que ele fosse libertado.

O Grupo de Trabalho da ONU também solicitou a libertação imediata de Daniel Ceballos, membro do Vontade Popular e prefeito de San Cristobal, no estado de Táchira. Ele foi preso em março e aguardava julgamento pelos delitos de rebelião civil e conspiração para o crime, relativos aos protestos de fevereiro contra o governo.

JUSTIÇA INTERNACIONAL

Em setembro de 2013, um ano depois de ter denunciado a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a Venezuela deixou de se submeter à competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em consequência, vítimas de violações de direitos humanos e seus familiares não podem mais contar com acesso à Corte Interamericana quando o sistema de justiça nacional não garantir seus direitos.

IMPUNIDADE

A impunidade continuou sendo motivo de preocupação. Vítimas e seus familiares foram ameaçadas e atacadas.

Por exemplo, as investigações e os procedimentos judiciais relativos aos assassinatos de membros da família Barrios no estado de Aragua pouco avançaram. A família Barrios tem sido vítima de ameaças e intimidações por quase duas décadas em razão de suas demandas por justiça. Dez membros da família foram mortos entre 1998 e maio de 2013, em circunstâncias que

apontam para o envolvimento de agentes da polícia. Em apenas um dos casos, o de Narciso Barrios, dois policiais foram condenados. Outros membros da família sofreram intimidações e ataques da polícia, apesar das medidas de proteção outorgadas à família desde 2004 pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, mais recentemente, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.⁵ Até o fim do ano, não se sabia se alguma investigação sobre qualquer das denúncias de intimidação da polícia havia sido iniciada.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

Apesar das reformas no sistema prisional, as condições carcerárias permaneceram severas. As falta de cuidados médicos, comida e água potável, as condições insalubres, a superlotação e a violência nos presídios e nas delegacias de polícia continuaram preocupantes. Armas de fogo e outros tipos de armas continuaram sendo usados rotineiramente em conflitos penitenciários.

No primeiro semestre do ano, organizações de direitos humanos registraram 150 mortes em presídios e sete em custódia da polícia.

Em novembro, dois presos foram mortos e pelo menos oito ficaram feridos quando as forças de segurança intervieram para controlar uma rebelião na penitenciária de San Francisco de Yare, no estado de Miranda, em protesto pela severidade das condições prisionais e pelos maus-tratos dos presos.

Em setembro, depois de três anos e de uma série de atrasos para transferi-lo a um hospital onde suas necessidades médicas pudessem ser atendidas, um tribunal concedeu permissão para que o ex-diretor da polícia Iván Simonovis recebesse tratamento médico em sua casa em prisão domiciliar. Segundo informações, ele padece de vários problemas de saúde causados pelas condições em que se encontrava detido.

-
1. Venezuela: Human rights at risk amid protests (AMR 53/009/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR53/009/2014/en
 2. Venezuela: Briefing to the UN Committee Against Torture, 53rd session, November 2014 (AMR 53/020/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR53/020/2014/en
 3. Protests in Venezuela: Human rights at risk, people in danger, case: Daniel Quintero (AMR 53/015/2014)
www.amnesty.org/en/library/asset/AMR53/015/2014/en/ce464446-f25d-4562-b295-8e70160902a2/amr530152014en.pdf
 4. Venezuela: Opposition leader Leopoldo López should be released (AMR 53/023/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR53/023/2014/en
 5. Venezuela: Further information: Police threaten and intimidate Barrios family (AMR 53/019/2014)
www.amnesty.org/en/library/info/AMR53/019/2014/en



ANISTIA INTERNACIONAL **INFORME 2014/15**

O ESTADO DOS DIREITOS **HUMANOS NO MUNDO**

O Informe 2014/15 da Anistia Internacional documenta o estado dos direitos humanos em 160 países e territórios em 2014. Alguns eventos fundamentais de 2013 também são registrados. Para a edição brasileira, selecionamos 52 países que possuem maiores vínculos com o Brasil ou cuja situação de direitos humanos é mais urgente.

Embora o ano de 2014 tenha sido marcado por conflitos violentos e pelo fracasso de muitos Estados em proteger os direitos e a segurança da população civil, esse ano também se caracterizou por avanços significativos em termos de proteções e garantias de certos direitos humanos. Aniversários cruciais de eventos marcantes, como o vazamento de gases tóxicos em Bhopal em 1984 e o genocídio de Ruanda em 1994, assim como as reflexões sobre os 30 anos da adoção da Convenção da ONU contra a Tortura, lembram-nos de que, mesmo diante dos enormes progressos conquistados, muito ainda precisa ser feito para assegurar a justiça para vítimas e sobreviventes de graves abusos.

Este relatório também presta homenagem àqueles que lutam para defender os direitos humanos em todos os cantos do planeta, geralmente em circunstâncias difíceis e perigosas. Destaca as principais preocupações da Anistia Internacional ao redor do mundo e é leitura essencial para ativistas, formuladores de políticas e qualquer pessoa interessada em direitos humanos.

Junte-se a nós em [**anistia.org.br**](http://anistia.org.br)